Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Maria Cecília Rocha Couto Gomes

A TERRA JUROU NÃO ESCONDER NADA

Belo Horizonte
2023

Maria Cecília Rocha Couto Gomes

A TERRA JUROU NÃO ESCONDER NADA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Baltazar dos Santos

Belo Horizonte
2023

FICHA CATALOGRÁFICA

G633t Gomes, Maria Cecília Rocha Couto.
A terra jurou não esconder nada [recurso eletrônico] / Maria Cecília Rocha Couto Gomes. - 2023.

1 recurso online (231 p. : il.).
Orientadora: Ana Paula Baltazar dos Santos
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Minas e recursos minerais - Teses. 2. Mineiros (Profissão) - Teses. 3. Nova Lima (MG) - História - Teses. I. Santos, Ana Paula Baltazar dos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.409

Ficha catalográfica: elaborada por Fernanda Pereira - CRB 6/2927

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

FOLHA DE APROVAÇÃO

A terra jurou não esconder nada

MARIA CECILIA ROCHA COUTO GOMES

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 22 de dezembro de 2023, pela Comissão constituída pelos membros:

Profa. Dra. Ana Paula Baltazar dos Santos - Orientadora
EA-UFMG

Profa. Dra. Silke Kapp
EA-UFMG

Profa. Dra. Andréa Zhouri
FAFICH-UFMG

Profa. Dra. Andréa Casa Nova Maia
UFRJ

Belo Horizonte, 22 de dezembro de 2023.

À minha avó, Maria Ignez, pelas conversas inspiradoras e inconformadas.
Aos moradores do Mingú, pelo acolhimento e trabalho conjunto.

AGRADECIMENTOS

À Ana pela orientação cuidadosa e por todo o apoio desde a graduação. Pela generosidade na partilha do conhecimento e na abertura de possibilidades. Por ensinar a confiar nas intuições e a escolher as balizas pertinentes para não perder de vista a postura crítica. Por encorajar centelhas e dúvidas. E também pelas caronas!

Aos moradores do Mingú, em especial, Darci, Domingos, Elisângela, Fátima, Flávio, Gleice, Janaína, José Nativo, Mauro, Nuno, Vita, Zequinha e "*adjacências*", por terem tornado possíveis os caminhos trilhados pela pesquisa apresentada neste texto. Pelas conversas profundas, pelo acolhimento e tudo que tenho aprendido com vocês. Por terem acreditado e se empenhado tanto na construção coletiva das propostas que apresentei inicialmente.

Às professoras Silke e Andréa Zhouri por todos os ensinamentos, provocações, críticas e sugestões cruciais ao longo do percurso desse trabalho, desde a seleção do mestrado, nas discussões nas disciplinas e na banca de qualificação.

À professora Andréa Maia pela disposição em ler o trabalho, participar da banca e contribuir com minha formação.

Aos demais professores com quem tive a oportunidade de dialogar durante esse processo, pela contribuição com críticas e indicações de leitura. Ao Cabral pelo estímulo à criatividade, incentivo no percurso acadêmico e conversas valiosas desde a graduação. Pela recepção na Casa Flusser.

Aos familiares e seus 'causos', que foram inspiração para esse trabalho. À vó Ignez pela sua história de vida e por me acolher em sua inquietude e coragem. À Angélica, minha mãe, pela sensibilidade e por todo o cuidado para que sigamos nossos caminhos. Ao Athos, meu pai, pela cumplicidade e pelas histórias do 'arco da velha' nos cafés da manhã de domingo. À Elisa, minha irmã, por compartilhar as dores e as delícias da vida acadêmica. Ao João, meu irmão, por seu acolhimento e por todas as ajudas tecnológicas nos momentos mais difíceis. Ao tio Fernando pela ajuda preciosa nos primeiros passos dessa pesquisa.

À Maria Laura, minha dupla acadêmica, pela amizade e pelo caminho que exploramos juntas. Por estar sempre a postos para ajudar. Por todas as modas que inventamos e ainda vamos inventar. À Ana Cláudia por todo o apoio e pela partilha do entusiasmo e das angústias da academia. Às demais amigas e amigos, em especial Aline, Bela, Larissa, Laura Elisa e Núria, pelo afeto, conversas, conselhos e risadas que tornaram esse processo mais leve. Ao Gabriel Salles (*in memorian*), por todos os momentos em que sonhamos juntos.

Ao Diego, pelo amor, pelo incentivo e pelas viagens maravilhosas. Por toda a alegria e aventura que encontramos juntos.

À Thaisa por me apresentar tantas possibilidades para lidar com a vida.

À Louise e ao Tande pelas experimentações nos vídeos sobre a mineração, as serras e as águas que inspiraram minha imersão no tema por uma via sensível.

Às colegas do MOM e do LAGEAR pela riqueza das trocas. À Bia pela partilha das inquietações e possibilidades de nosso tema de pesquisa em comum. A Ana Bonilla, Geisy, Maria Laura e Victor pela ajuda na produção dos mapas.

Às outras pessoas em Nova Lima que contribuíram para a realização dessa pesquisa. Armando Castro, coletivo Joga Idalina!, moradores dos bairros Boa Vista, Capela Velha, Matadouro e Retiro, funcionárias das escolas em Honório Bicalho, funcionárias da UBS Mingú, funcionários do Departamento de Geoprocessamento da Prefeitura de Nova Lima e Sindicato dos Mineiros.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional e da Biblioteca Estadual de Minas Gerais pelo auxílio na pesquisa documental.

Ao NPGAU e à UFMG pela estrutura que me possibilitou a realização do curso.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, contando também com apoio das agências de fomento Fapemig e CNPq.



Queria que todo mundo fosse pra casa. Queria que a gente abandonasse tudo. Deixasse as máquinas queimando, o óleo derramando. Os pedaços de ferro abandonados, a esteira desligada, a lava quente derramando, inundando tudo. Queimando as máquinas, a terra, a brita e a fumaça subindo. Preta igual a noite. Tampando o céu e jogando o dinheiro fora. E a gente ia estar em casa, tomando água, dormindo à tarde. (ARÁBIA, 2017)

Resumo

O título é um dito usado por moradores de Nova Lima (Minas Gerais) para expressar a indignação com a repressão da ditadura militar na cidade e seu atrelamento à terra. A pesquisa aborda a forma como moradores do bairro Mingú lidam com a onipresença da mineração no cotidiano sócio-espacial. O bairro, construído para abrigar operários da mineradora, está localizado numa encosta entre uma mina de ouro que funcionou desde o século XIX até o ano de 2003 e uma indústria de beneficiamento de ouro e ácido sulfúrico que ainda opera. A dissertação está estruturada em torno de narrativas articulando dados do contexto histórico e atual do grupo sócio-espacial, obtidos por meio de entrevistas e atividades com os moradores, e de uma pesquisa em fontes históricas. São descritos os processos pelos quais as pessoas, nas práticas cotidianas, ora enfrentam pontualmente os problemas gerados pela mineração, ora se acomodam, de acordo com o horizonte de expectativas e objetivos que elaboram mesmo inseridas num contexto instável, marcado pela heteronomia, expropriação e outras formas de violência. Tal constituição do grupo sócio-espacial informa a discussão sobre a produção dos desastres pela mineração — entendidos como processos abrangentes e não como eventos naturais, isolados no tempo e no espaço — na continuidade entre extrativismo e neoextrativismo.

Palavras-chave: mineração; desastre; grupo sócio-espacial; navegação social; expropriação; Nova Lima.

Abstract

The title is a saying used by residents of Nova Lima (Minas Gerais) to express their discontent with the repression of the military dictatorship in the city as well as their attachment to the land. The research is concerned with the how residents of the Mingú neighborhood deal with the omnipresence of mining in their daily socio-spatial life. The neighborhood, built to house mining company workers, is located on a hillside between a gold mine that operated from the 19th century until 2003 and a gold and sulfuric acid processing industry that still operates. The text is structured around narratives articulating data from the historical and current context of the socio-spatial group, obtained through interviews and activities with residents, and research into historical sources. It describes the processes by which people, in their daily practices, sometimes face up to the problems generated by mining, and sometimes accommodate themselves, according to the horizon of expectations and objectives they develop, even in an unstable context marked by heteronomy, expropriation and other forms of violence. This constitution of the socio-spatial group informs the discussion on the production of disasters by mining — understood as comprehensive processes and not as natural events, isolated in time and space — in the continuum between extractivism and neo-extractivism.

Keywords: mining; disaster; socio-spatial group; social navigation; expropriation; Nova Lima.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

[1] Eu, aos seis anos de idade, empunhando o estandarte da Casa Grande da Mina de Morro Velho. 17
[2] Representação da história de Nova Lima, com os bandeirantes, garimpeiros e operários da Morro Velho. 18
[3] Frame de vídeo: representação do relevo do quadrilátero ferrífero. 24
[4] Frame de vídeo: cava de mineração do ferro a céu aberto. 24
[5] Frame de vídeo: pássaros, plantas, pessoas, córregos e serras. 24
[6] Localização da cidade de Nova Lima e do bairro Mingú. 28
[7] Conjunto de imagens usado para conversa com os moradores. 35
[8] Conjunto de transparências usado para conversa com os moradores. 35
[9] Experimento com cubos transparentes para conversa com os moradores. 35
[10] Primeira versão do chaveiro-mostruário. 38
[11] Exemplo de fotografia da primeira caminhada. 38
[12] Segunda versão do chaveiro-mostruário. 38
[13] Exemplo de fotografia da segunda caminhada. 38
[14] Público na primeira sessão do Cine Mingú. 40
[15] Cartazes da primeira sessão. 40
[16] Cantina na segunda sessão. 40
[17] Exibição da segunda sessão do Cine Mingú. 40
[18] Panorama da sede de Nova Lima. 50
[19] Vista da planta industrial da Morro Velho, a partir do bairro Rosário. 50
[20] Entrada da Mina Grande. 52
[21] Área em frente à entrada da Mina Velha. 52
[22] Barragem de rejeitos. 54
[23] Planta Industrial de Queiroz. 54
[24] Localização de minas em outras cidades que se relacionam com a história de Nova Lima. 64
[25] Propriedades da St. John. 67
[26] Operários na Mina de Águas Claras. 73
[27] Caminhão fora-de-estrada. 73
[28] Escavadeira e caminhões. 73
[29] Escavadeira de roda de caçamba. 73
[30] Explosões na serra. 73
[31] Usina e Nova Lima ao fundo. 73
[32] Mina de Águas Claras. 73
[33] Áreas onde foram concedidas as lavras em Nova Lima. 74
[34] Áreas com processos minerários de pesquisa mineral e requerimento de lavra. 81
[35] Áreas de Nova Lima que não possuem processos minerários associados. 82
[36] Croqui do bairro Mingú. 84
[37] Rua José Nelson, com bonserás. 87
[38] Rua Carlos Gomes. 87
[39] Rua Viriato Gomes de Barros, construções mais recentes à esquerda, bonserás à direita. 87

[40] Inclinação da rua José Joaquim de Souza, esquina com Carlos Gomes. 88
[41] Inclinação da rua Antônio Vicente Rodrigues. 88
[42] No bairro, há atalhos de escadas ligando as ruas, pelos espaços entre os lotes. 88
[43] Rua Augusto Bernardino, parte do trajeto entre Nova Lima e Sabará. 89
[44] Rua Viriato Gomes de Barros. A Sede do Esperança é a construção verde. 89
[45] À esquerda, a Escola Municipal Vera Wanderley Dias e, à direita, o posto de saúde 89
[46] Em meio ao bairro, a propriedade privada da mineradora. 99
[47] Uma das propriedades, o *shaft* ou chafre. 99
[48] Morro da Pipoca. 104
[49] Casa, no Morro da Pipoca, que ainda conserva as características da época da construção. 104
[50] Vestígios das casas na Rua José Silvestre Barbosa 105
[51] Tubo que atravessa o bairro e transportava água. 105
[52] Parte da rua José Silvestre Barbosa que não foi desativada em 1987. 105
[53] Desenho esquemático do perfil do Mingú no início da ocupação. 107
[54] Desenho esquemático do Mingú, com indicação do deslocamento compulsório dos atingidos. 107
[55] Desenho esquemático do Mingú no momento atual, indicando a operação da planta industrial a partir do minério vindo de outras cidades 107
[56] Fotografia do Morro do Cruzeiro já erodido pela mineração no século XIX. 110
[57] Vestígios da degradação do Morro do Cruzeiro, parcialmente encobertos por matas. 111
[58] Panorama, posição dos deslizamentos em relação ao Mingú. 112
[59] Indicações das áreas afetadas pelos desastres. 112
[60] Ilustração da galeria da Mina de Morro Velho sustentada pelas madeiras. 119
[61] Anúncio de um empório ironizando o desastre de 1886 em Morro Velho. 120
[62] Construção de canaleta na planta industrial da Morro Velho. Ao fundo, o Morro do Mingú. 123
[63] Construção da planta industrial. Ao fundo, a construção do *shaft* no Morro do Mingú. 123
[64] Ruínas do *shaft*. 124
[65] Propriedade privada, *shaft* cercado no Mingú 124
[66] Morro do Cruzeiro visto de uma rua paralela à rua José Silvestre Barbosa. 129
[67] Possível evidência do desastre de 1886. 129
[68] Quintal e construções diante do Morro do Cruzeiro. 129
[69] Vista de satélite da Mina Cuiabá em Sabará. 132
[70] Vista de satélite da Mina Lamego nos municípios de Sabará e Caeté. 132
[71] Vista de satélite da Planta industrial de Queiroz. 132
[72] Distribuição espacial das minas que abastecem Planta de Queiroz. 132
[73] Entrada da Mina Velha destruída em 1987, na ocasião dos deslizamentos. 135
[74] Novas ocupações na parte desativada da rua José Silvestre Barbosa. 146
[75] Construções na parte desativada da rua José Silvestre Barbosa. 146
[76] Parte de tubo que transportava água para a mina na rua José Silvestre Barbosa. 146
[77] Mineiro com flanela no rosto no subsolo, assim como Raimundo fazia. 157
[78] Mineiro operando a perfuratriz. 158
[79] Enchendo a vagoneta (ou 'quadrado'). 158
[80] Tanque de água. 158

[81] Perfuratriz. 158
[82] Anúncio da Morro Velho procurando escravizados para alugar. 163
[83] Cerimônia de revista na Morro Velho. 167
[84] Na barra da saia das mulheres, faixas indicavam os anos de 'bom comportamento' até conquistarem a liberdade. 167
[85] Chineses recém chegados numa foto possivelmente tirada na Casa Grande. 172
[86] Diagrama da migração de áreas rurais para o Mingú em Nova Lima. 176
[87] Mineiros empurrando um vagão cheio de minério. 178
[88] Um dos burros usados no interior da mina ao lado dos operários. 179
[89] Transporte das vagonetas e o elevador (ou gaiola). 179
[90] Antigo local de lavanderia coletiva. 188
[91] Expansão das casas do Mingú e a perda do quintal. 193
[92] Quintal com bananeiras, diante do Morro do Cruzeiro. 193
[93] Mineiro de Morro Velho carregando um lampião. 196
[94] Plantas em meio ao vestiário abandonado da Morro Velho. 198
[95] Jovens diante de tubo que levava água para abastecer a mina. 202
[96] Procissão abaixo de tubo que levava água para abastecer a mina. 202
[97] Construção da sede pelos moradores. 204
[98] Festa na sede. 204
[99] Fachada da sede antes da reforma. 205
[100] Cantina da sede antes da reforma. 205
[101] Verbos associados à sede pelo morador. 205
[102] Mutirão de reforma no pátio. 205
[103] Mutirão de reforma no palco. 205
[104] Localização da ponte. 209
[105] Rota de fuga sobre a ponte deteriorada. 209
[106] Mutirão de limpeza na ponte. 210
[107] Mutirão de limpeza na ponte. 210
[108] Ponte interditada. 210
[109] Ponte removida. 210
[110] Ponte reconstruída. 212
[111] Ponte sobre a propriedade privada da mineradora. 212
[112] Moradores que costumam se encontrar nesse banco de ônibus, reformado recentemente pela associação. 214

LISTA DE ABREVIATURAS

ANM:	Agência Nacional de Mineração
CEMIG:	Companhia Elétrica de Minas Gerais
CMN:	Companhia de Mineração Novalimense
COPASA:	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CSN:	Companhia Siderúrgica Nacional
INCRA:	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LAGEAR:	Laboratório Gráfico para Experimentação Arquitetônica
MBR:	Minerações Brasileiras Reunidas
MOM:	Morar de Outras Maneiras
OUC:	Operação urbana consorciada
PAEBM:	Plano de ações emergenciais de barragens de mineração
PCB:	Partido Comunista Brasileiro
PLAMBEL:	Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte
RBEUR:	Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais
SBG:	Serviço geológico do Brasil
SENAI:	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UFMG:	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 Introdução 15

2 Cidade mineradora? 51

2.1 Ninguém acredita que a mina vai fechar 51

2.2 Gerações e gerações de extrativismo 55

2.3 O bairro 83

2.4 Boa vizinhança? 90

3 A casa não existe mais, só o lugar 100

3.1 O tremor a gente já tinha 100

3.2 Produção dos desastres 108

3.3 A companhia controla 134

3.4 A gente vai levando 150

4 Operários e água é só o que a mina precisa para funcionar 154

4.1 O teu serviço tá arrumado na Mineração Morro Velho 154

4.2 De escravizados aos ditos 'livres' 160

4.3 Casa e quintal 187

4.4 A gente está no centro deles 201

5 A gente era morador da mina também, querendo ou não 215

Referências bibliográficas 222

1 Introdução

Eva Otília, minha bisavó materna, guardava um ditado para cada situação de sua vida. Sempre fui fascinada com a poética de seus dizeres — a maior parte do que conheço de seu repertório, e que ainda circula na família, tem um tom de praga rogada, de clamor por vingança contra alguma desgraça, ainda que essa vingança estivesse a cargo do destino. "*Deixa o dedo que a unha nasce*". "*O alheio clama o seu dono em todo e qualquer lugar*". Na cidade onde nasceu e viveu com sua família, que é também o objeto da pesquisa apresentada neste texto, Nova Lima (em Minas Gerais), a mineração é uma presença incontornável desde o princípio da ocupação colonial do lugar até os dias de hoje. Seu pai trabalhou na principal mina da cidade e seu filho, Juvenal, meu avô materno, envolvido com um grupo de discussões políticas, articulou-se com o sindicato dos operários da mineração na década de 1960. Naquela época, o sindicato exercia um papel político importante na cidade, a ponto de eleger seus próprios representantes para o Legislativo. Logo depois do golpe militar de 1964, os mineiros sindicalistas acompanhados de seus aliados políticos manifestaram-se contrários ao golpe em praça pública. Minha avó Maria Ignez, nora de Eva, conta que em meio à tensão, tentou proteger Juvenal: "*Seu avô saiu de uma reunião lá embaixo, eu tive que avisar: esconde aqui que eles vão vir atrás de você*". Nos primeiros dias de abril, essas pessoas começaram a ser perseguidas, presas e torturadas pelos militares, sob o comando de um delegado da região, que pretendia varrer os comunistas da cidade, uma caça às bruxas novalimense. A greve deflagrada em oposição ao golpe foi rapidamente contida numa operação que contou com a aliança entre as forças militares e corporativas. Com o anúncio da greve, uma das principais preocupações que surgiu na prefeitura municipal foi a garantia da segurança da companhia mineradora diante da interrupção da produção.[1] A violência da repressão foi um recurso mobilizado recorrentemente pela empresa, ora em parceria com o poder público, ora com a própria milícia, para controle da luta sindicalista. No caso da ditadura militar, antes mesmo do AI-5, a repressão serviu como um castigo exemplar pois se estendeu das lideranças sindicalistas até as organizações de base, desarticulando o sindicato como um todo.[2]

1 Delgado, *Tatuagens na alma*, 2009, pp. 71–80.
2 Grossi, *Mina de Morro Velho: a extração do homem*, 1981, pp. 231–232.

Eva, no seu sofrimento com a perseguição e violência dos militares, rogava que "*a terra jurou não esconder nada*", que tomei como título desta dissertação. Não é ocasional que a 'terra' apareça personificada expressando o descontentamento: soa como uma metonímia para um grupo que se entende ancorado à terra. Eva parecia confiar a essa terra metonímica o poder sobre um futuro que fosse mais justo. Entendo que esse dito articula dialeticamente a violência encoberta de uma cidade que se entende como mineradora à revelia dos moradores e o ato de expor os meandros desse contexto.

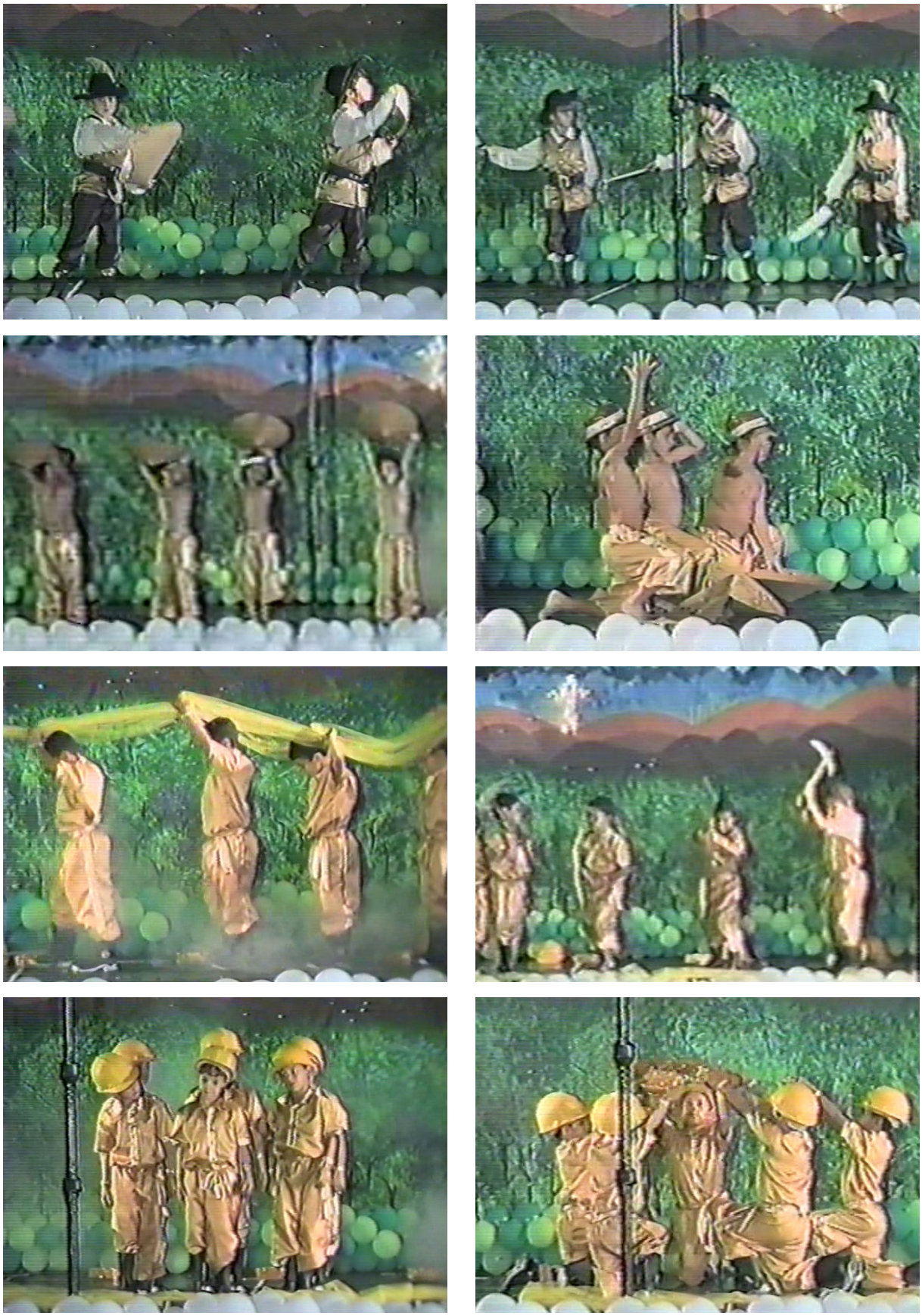
Cresci nessa mesma cidade e rodeada por pessoas que viveram a violência da caça às bruxas novalimense. Aprendi parte da história desse lugar ao longo da vida escolar, quase sempre apresentada como o triunfo do homem sobre a natureza. A primeira vez que eu me lembro de ter celebrado a história 'gloriosa' de Nova Lima foi em 2001, em minha formatura do terceiro período,[3] que comemorava os trezentos anos de existência da cidade. Eu tinha seis anos de idade quando carreguei um estandarte estampado com a Casa Grande da principal mina de Nova Lima, que na época já recebia o nome oficial de Centro de Memória da Morro Velho,[4] omitindo sua função original (fig. 1). Ainda havia extração de minério na Mina de Morro Velho quando carreguei aquele estandarte, mas eu talvez ainda não entendesse que as casas grandes pressupunham a existência de senzalas e de pessoas escravizadas. Celebramos ali os símbolos de Nova Lima: nesse mesmo evento, vesti fantasias de 'italiana' e de 'natureza', dançando com as colegas diante da plateia de familiares. Outras crianças representaram os ingleses, o Villa Nova (o time profissional de futebol da cidade), os bandeirantes, os garimpeiros e os operários da Morro Velho (fig. 2). O mestre de cerimônia anunciou esses últimos, declarando que era impossível falar de Nova Lima sem falar na Morro Velho. Os meninos que se vestiram de mineiros foram ensaiados para mimetizar, ao som do Bolero de Ravel, a rotina sofrida no interior da mina, perseguindo um veio de ouro feito de tule, perfurando o ar e enxugando o suor da testa, até aclamarem, no centro do palco, barras de ouro feitas de isopor e decoradas com glitter.

Longe de ser uma prática isolada ou uma despretensiosa comemoração do aniversário da cidade, essa formatura demonstra como nos ensinaram ao longo dos anos a sentir orgulho dessa história. É um exemplo da escolarização que aliena ao ter nos preparado para nos tornarmos consumidores e trabalhadores assalariados.[5] Só durante a escrita deste trabalho descobri que a mineradora colaborou

3 O terceiro período da época equivale ao que hoje é chamado de primeiro ano do Ensino Fundamental.
4 Hoje, o local recebe o nome de Centro de Memória da AngloGold.
5 Illich, *Sociedade sem escolas*, [1971] 1985, pp. 59–60.



[1] Eu, aos seis anos de idade, empunhando o estandarte da Casa Grande da Mina de Morro Velho.
Acervo particular, 2001.



[2] Representação da história de Nova Lima, com os bandeirantes, garimpeiros e operários da Morro Velho.
Frames do vídeo da formatura, acervo particular, 2001

na fundação dessa escola em 1930. Como alunos, nem sequer tínhamos consciência das implicações de endossar a forma como a mineração é central na cidade — podemos entender esse 'orgulho mineiro' como uma prática incorporada, como María Fernández propõe acerca do racismo. "Como outros hábitos sociais, vários comportamentos racistas não passam pela percepção consciente. O racismo pode ser reproduzido sem deliberação e, assim, um indivíduo pode, ao mesmo tempo, se opor com veemência às crenças racistas e agir consistentemente de modo racista".[6] Como filhos dessas terras, devíamos reconhecer a importância de arrancar do subsolo as riquezas adormecidas e, assim, realizar seu "destino mineral".[7] Empunhávamos orgulhosos os estandartes da Casa Grande enquanto sonhávamos em nos tornarmos empregados na Morro Velho.

Anos mais tarde, aprendendo inglês nessa mesma escola, escrevi de meu próprio punho a história da invejável colonização inglesa em Nova Lima, um elogio aos benevolentes europeus: deles pudemos herdar a queca (uma receita de bolo inglês, *cake*, que se abrasileirou na queca), o Bicame e um par de pontes em aço. Naquele momento, eu me comportava de acordo com o destino mineral incorporado — sem ter necessariamente consciência de que ressaltar esses 'presentes' era ocultar o ouro que levaram daqui durante os cento e trinta anos em que comandaram a empresa. Era também ocultar o rastro de violência e desigualdade que também herdamos — e não se interrompeu com a venda da companhia aos estadunidenses, aos brasileiros, nem aos sul-africanos. Eduardo Galeano fala de como nossa riqueza nutriu os impérios e seus capangas nativos enquanto gerou nossa pobreza:

> Na alquimia colonial e neocolonial o ouro se transfigura em sucata, os alimentos em veneno. [...] Potosí, Zacatecas e Ouro Preto caíram de ponta-cabeça da grimpa de esplendores dos metais preciosos no fundo buraco dos socavões vazios. A chuva que irriga os centros do poder imperialista afoga os vastos subúrbios do sistema. Do mesmo modo, e simetricamente, o bem-estar de nossas classes dominantes – dominantes para dentro, dominadas de fora – é a maldição de nossas multidões, condenadas a uma vida de bestas de carga.[8]

6 Fernandez, Cyberfeminism, Racism, Embodiment, 2002, p. 39.
7 Drummond de Andrade, Vila de Utopia, 1933; Wisnik, *Maquinação do mundo*, 2018, pp. 91–93.
8 Galeano, *As veias abertas da América Latina*, [1971] 2012, p. 11.

Não era que eu concordaria com a violência em nome das 'contribuições' britânicas, na verdade, o vínculo entre as 'boas heranças' e a violência nem sequer era percebido de maneira consciente — esse propósito da cidade expresso pelo destino mineral é reforçado nas escolas, nas famílias, nas narrativas oficiais etc. Um termo que é frequentemente usado para naturalizar essa situação é a 'vocação mineradora', uma espécie de inclinação natural para a extração de minério.

Acontece assim uma espécie de mistificação: vários processos historicamente determinados aparecem como movimentos naturais.[9] Enrique Dussel, ao considerar o descobrimento da América, propõe que se trataria, na realidade, de um processo de encobrimento da diferença, que passa a ser representada a partir do referencial eurocêntrico como aquilo a ser "conquistado, colonizado, modernizado, civilizado".[10] Horacio Machado Aráoz, refletindo sobre a centralidade da mineração na colonização, complementa a leitura de Dussel ao explicitar que são encobertos processos políticos, sociais, econômicos e territoriais, que fundam o continente (e podemos considerar que Nova Lima se insere nesse contexto) como espaço da expropriação e extração de minerais. O consenso motivado pelo discurso da vocação parece operar nesse sentido: a presença do mineral no subsolo condicionaria, naturalmente, o imperativo de sua extração.[11] Essa narrativa contribui ainda para uma espécie de incorporação individual (prática incorporada) da suposta vocação, que também informa um imaginário coletivo.

A história da cidade, por exemplo, costuma ser contada como uma trajetória heroica, em que diferentes gerações de senhores de escravos desbravadores, engenheiros geniais e empreendedores visionários realizam grandes feitos na dominação da natureza para dar vida à riqueza que estaria adormecida no subsolo. O início da ocupação colonial do território, no século XVIII, onde hoje é a cidade, é acompanhado pelos relatos de reservas abundantes de ouro nos rios e córregos afluentes do Rio das Velhas. Já no século XIX, é celebrada a aquisição da principal mina de ouro da cidade — a Mina de Morro Velho — pela companhia inglesa Saint John d'El Rey Mining Company. Supostamente devemos a essa empresa e alguns de seus superintendentes, notadamente George Chalmers, o pleno desenvolvimento da mina no subsolo, chegando a ser a mina de ouro mais profunda, atingindo 2,5 quilômetros abaixo da superfície. Uma das contribuições da empresa seria também a assistência

9 Grespan, *Marx: Uma introdução*, 2021, pp. 40–42.
10 Dussel, *1492 - O encobrimento do outro*, [1992] 1993, p. 36.
11 Machado Aráoz, *Mineração, genealogia do desastre*, [2018] 2020, p. 91.

social, desenvolvida para atender os operários e suas famílias e alguns serviços públicos. Em meados do século XX, passaram a operar paralelamente as minas de ouro e de ferro, gerando empregos e arrecadação para o município. A Mina de Morro Velho foi fechada em 2003, mas a mineração do ferro continua a pleno vapor, com a presença de uma das maiores mineradoras globais, a Vale S.A. Por fim, soma-se à história de Nova Lima a profusão recente de empreendimentos imobiliários de alto luxo na divisa com Belo Horizonte, que trouxe uma população riquíssima para a cidade.

Nessa história de sucesso e feitos extraordinários, raramente são mencionados aspectos cruciais no desenvolvimento da atividade. A violência é praticamente ausente nas narrativas e muitas vezes é tida como um mal necessário, uma espécie de sacrifício em nome do desenvolvimento do local.[12] Esse é o caso do uso durante mais de cinquenta anos de mão de obra escravizada pela companhia inglesa, ou da repressão contínua dos movimentos operários. O mesmo silêncio acontece com os desastres da mineração e os danos provocados ao longo de mais de trezentos anos de atividade — desastres que não são restritos às etapas 'menos tecnológicas' e seguem acontecendo (em escalas mais abrangentes) com a modernização dos processos. Nem sequer se menciona que mesmo com o fechamento da Mina de Morro Velho, a AngloGold beneficia minério de ouro vindo de outras cidades e despeja os rejeitos, inclusive contendo arsênio[13] a menos de um quilômetro de distância de dois bairros residenciais em Nova Lima.

Apesar dos esforços das narrativas oficiais e institucionais em manter o consenso da necessidade de extrair as riquezas minerais do subsolo, os problemas da atividade se mostram pouco a pouco nas histórias contadas pelas pessoas sobre a própria experiência na cidade. Ainda que determinante na construção do imaginário coletivo, a narrativa oficial é de certa forma questionada por episódios que podem parecer banais ou desvinculados entre si, mas que se entendidos como fragmentos, interpretações e análises dos processos sócio-espaciais mais abrangentes, se mostram como testemunhos valiosos de uma história de dominação, repressão e expropriação. Minha avó materna, Maria Ignez, por exemplo, conta que seu pai foi demitido do trabalho na mina depois de ver um feitor inglês espancar um operário negro e esbravejar "*Ah, se fosse comigo*". A gente se deliciava com a audácia de vô Quinho e, por algum tempo, esse caso parecia ser simplesmente uma demonstração do

12 Ibidem, pp. 77–79.

13 Substância comum nos depósitos minerais que, se for ingerida ou inalada, pode provocar nas pessoas sérios problemas de saúde na pele, nos pulmões, no sistema nervoso, além de causar abortos espontâneos.

temperamento do meu bisavô. Mas fui aprendendo a ver de forma mais crítica os indícios do cotidiano na mina: a mineradora mantinha práticas de cunho escravocrata, pois não bastasse a denominação de feitor, havia a agressão física. Uma das principais motivações no desenvolvimento desta pesquisa foi o exercício, ao longo dos últimos anos, de uma escuta crítica e de questionamento de minhas práticas incorporadas. Nesse deslocamento comecei a revisitar inúmeras histórias que escutei durante a vida, como essa de meu bisavô.

Foi na minha primeira experiência como pesquisadora que essa escuta crítica começou a surgir como uma questão. Durante a graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), eu era bolsista de iniciação científica no Laboratório Gráfico para Experimentação Arquitetônica (LAGEAR), e me preparei para fazer entrevistas com os moradores de Glaura, distrito de Ouro Preto. Fizemos um roteiro de entrevistas semi-estruturadas e devíamos estar atentos às questões que surgissem nas conversas com os moradores, para tentar delimitar temas para trabalhos futuros. Participei de entrevistas com vários moradores que identificavam a paz como a principal característica do lugar. Uma das perguntas era sobre a percepção dos moradores a respeito do projeto de um empreendimento imobiliário com novecentos lotes de mais de mil metros quadrados cada. Ainda que Glaura tenha aproximadamente trezentas casas, a maioria modesta, quase que unanimemente os moradores repetiam o discurso incorporado sobre os 'potenciais turísticos' do distrito. Percebemos um forte atrelamento do imaginário coletivo à narrativa do progresso, preconizada pelos empreendedores que manipulavam as informações para que o quantitativo, que por si só descaracterizaria a sócio-espacialidade do distrito, não saltasse aos olhos dos moradores. Contudo, à medida que a conversa se desenrolava e surgiam outras perguntas baseadas nessa escuta crítica, em certos momentos percebemos indícios de que algumas pessoas passaram a se questionar sobre a possibilidade de manter a paz que prezavam diante da invasão que seria tal empreendimento.

Minha aproximação mais direta com o tema da mineração aconteceu alguns anos depois. Durante a graduação em Arquitetura e Urbanismo a questão raramente foi mencionada — aparecia em alguns debates sobre o planejamento urbano, na matriz econômica dos municípios, como uma força dentre outras a serem equilibradas por nós, planejadores. Já formada é que passei a me envolver no

assunto, participando na elaboração de vídeos na 1ª Mostra Córregos Vivos[14] em 2020. O primeiro deles foi uma vídeo-performance exibida ao vivo pelo Youtube e intitulada "Lavar o mal". A performance foi criada pelo grupo de trabalho na mostra, "Pinturas de território". Juntas selecionamos imagens, vídeos e trechos de textos "entre as aflições e os alentos — desde as ocupações agressivas e exploração sem limites, dessas paisagens terríveis às possibilidades de paisagens fantásticas, utópicas e de cura".[15] Também na Mostra Córregos Vivos, outro vídeo, feito por mim e Louise Ganz, fez parte de um debate que buscava articular a mineração e as águas. Exibimos uma espécie de percurso pela vista de satélite da região do Quadrilátero Ferrífero, mostrando a discrepância entre a área ocupada por bairros e cidades inteiras e a mineração do ferro.[16]

Em 2021, eu, Louise e Tande Campos formamos um grupo para elaborar uma vídeo-performance para um seminário em defesa do tombamento da Serra do Curral, diante das tentativas de implantação de um novo complexo minerário pela Tamisa Mineração. Na vídeo-performance, voltamos a usar o recurso das viagens de satélite e agregamos a leitura de textos que explicitavam os problemas da mineração em oposição à riqueza dos ecossistemas das serras.[17] Por fim, em janeiro de 2022, quando a barragem da Vallourec rompeu, retomamos o trabalho fazendo vídeos curtos para circular nas redes sociais com o propósito de facilitar que o público em geral entendesse as informações sobre a mineração no Quadrilátero Ferrífero.[18]

Nessa mesma época, começaram em Nova Lima os testes de sirene da Vale. Todo dia oito de cada mês, às dez horas da manhã, ouvimos tocar as sirenes das barragens da Mina de Águas Claras. Localizadas na Serra do Curral, em caso de rompimento, lançarão a lama sobre o centro de Nova Lima rumo ao Rio das Velhas. Sempre toca uma música cínica, que os moradores compararam com os violinos do Titanic que continuam tocando a música enquanto o barco afunda. "Atenção, este é apenas um teste de sirene. Teste de sirene. Atenção, este é apenas um teste de sirene. Em instantes,

14 A 1ª Mostra Córregos Vivos foi um "laboratório de experimentação, debate e proposição, na região da Bacia do Cercadinho, produzindo propostas que friccionem o imaginário, articulando espaços e populações. Seis grupos de trabalho foram formados a partir de temáticas que relacionam as águas com o contexto vivo: histórias locais, nascentes e matas, jardins viventes, morar na bacia, economia dos afetos e pinturas de territórios". O conteúdo do processo de trabalho na mostra encontra-se disponível em: https://www.corregosvivos.com.br/.

15 *Gabinete de criação pictórica desejante sensório-artesanal de apreensão de impulsos perspectivos de fatos imponderáveis da vida*. 1a Mostra Córregos Vivos. 2020. Disponível em: <https://www.corregosvivos.com.br/pinturas-território-1>. Acesso em: 27 nov. 2023. A vídeo-performance pode ser acessada em: https://www.youtube.com/watch?v=j5gmIlS-Ny4.

16 O debate completo está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IQS4cjIl-nY.

17 O seminário, promovido pelo Instituto Guaicuy, está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Fe98AnD3A3Y.

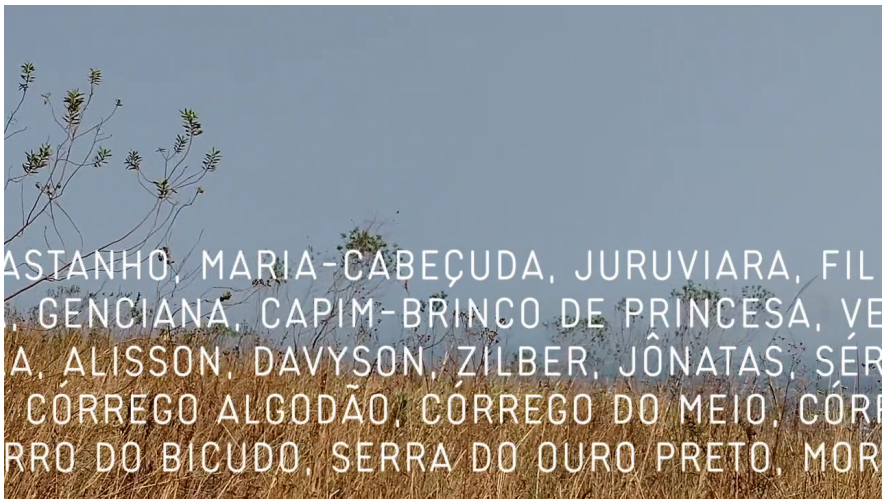
18 Os vídeos que fizemos se encontram neste perfil do Instagram: https://www.instagram.com/aguasemineradoras/.



[3] Frame de vídeo: representação do relevo do quadrilátero ferrífero.
Campos; Ganz; Rocha, 2021.



[4] Frame de vídeo: cava de mineração do ferro a céu aberto.
Campos; Ganz; Rocha, 2021.



[5] Frame de vídeo: pássaros, plantas, pessoas, córregos e serras.
Campos; Ganz; Rocha, 2021.

você ouvirá a melodia do teste de funcionamento da sirene. [...] Qualquer dúvida ou comentário, procure a defesa civil do município". Num movimento simultâneo entre procurar informações sobre a situação ao meu redor e tentar comunicá-las por meio dos vídeos que estávamos produzindo, permeado pela angústia da incerteza sobre a segurança do lugar onde eu vivo, foi que eu comecei a tratar desse assunto mais diretamente.

Nesse processo, me deparei com informações codificadas, incompletas e inconsistentes — além de vestígios daquelas que são ocultadas deliberadamente. Num primeiro momento, por exemplo, tudo que eu pude saber sobre as barragens se encontrava num mapa com a mancha de inundação do eventual rompimento, onde não havia dados mais concretos sobre a previsão das cotas altimétricas da inundação, nem mesmo sobre a violência com que a lama se alastraria rapidamente naquele percurso. Nesse mapa, a mancha de inundação da lama da barragem aparece inclusive num azul translúcido, cor que usualmente é utilizada na cartografia para representar os cursos d'água — representação que ajuda a amenizar a gravidade do risco. Cheguei a passar horas observando o modelo digital do Google Earth para tentar entender a situação, até que eu passei a identificar a barragem na paisagem que vemos da janela. E deslocando o olhar ao sul dessa barragem, ali está o Morro do Cruzeiro, que faz parte de várias histórias sobre a mineração do ouro contadas pelas pessoas próximas a mim.

Quando comecei o mestrado, em 2021, eu tinha decidido partir do contexto de onde vivo e passei a maior parte da vida para discutir a mineração no cotidiano. Tomo emprestadas as palavras de Drummond, que parecem ilustrar muito bem o processo que motivou inicialmente essa escolha:

> Eu também sou filho da mineração, e tenho os olhos vacilantes quando saio da escura galeria para o dia claro.
>
> Todos cantam sua terra, mas eu não quis cantar a minha. Preferi dizer palavras que não são de louvor mas que traem a silenciosa estima do indivíduo, no fundo, eternamente municipal e infenso à grande comunhão urbana.[19]

Em contraposição ao discurso da 'vocação mineradora', minha pesquisa buscou compreender as dinâmicas sócio-espaciais da mineração em Nova Lima. Isso quer dizer que interessava investigar como a mineração repercute nas relações sociais cotidianas em interação dialética com o espaço. Por

19 Drummond de Andrade, Vila de Utopia, [1933] 2020, p. 113.

'sócio-espacial' entendem-se os processos de constituição mútua entre sociedade e espaço, "em que relações sociais e espaço são inseparáveis, mesmo que não se confundam".[20] Marcelo Lopes de Souza propõe a grafia do termo com hífen, que adoto aqui, mantendo a noção de composição entre o social e o espacial, contrapondo ao 'socioespacial', em que o social apenas qualifica o espaço.[21] O que o termo busca evidenciar, em outras palavras, são aquelas relações sociais que produzem o espaço ao mesmo tempo em que são produzidas por ele.[22] Tal ênfase na produção do espaço pode ser considerada crucial para compreender as dinâmicas da mineração em Nova Lima, já que essa relação dialética com o espaço articula a lógica das determinações oriundas do poder e as práticas cotidianas dos moradores. Para isso, o trabalho enfocou os processos de formação de um grupo sócio-espacial — o grupo que constitui o bairro Mingú e é constituído por ele —, e a lida dessas pessoas com a mineração pela maneira como entendem suas determinações e problemas, ao mesmo tempo em que procuram as melhores possibilidades de vida nesse contexto. Para explicitar os processos de formação do grupo sócio-espacial, foi mobilizada como 'lente teórica' a navegação sócio-espacial que será melhor explicada mais adiante.

Embora grupo sócio-espacial seja um conceito proposto inicialmente para o contexto da assessoria técnica no campo da arquitetura, pode ser considerado uma ferramenta teórica para abordar a formação de grupos em que o espaço é crucial para sua constituição social e vice-versa.[23] Silke Kapp propõe o conceito buscando delimitar o campo de atuação da assessoria técnica em arquitetura e urbanismo, deslocando a ênfase dada pelos técnicos no uso do espaço pelos grupos (como se o espaço fosse um ente inerte) para a ênfase em sua produção. Mesmo na sociologia, como aponta a autora, a tendência é que se use a categoria 'grupo social' sem que o espaço seja constitutivo do grupo.[24] Abordo o grupo sócio-espacial não como uma delimitação estanque, mas como um processo constante de formação, acompanhando a reflexão de Bruno Latour, que nos propõe que deixemos de determinar os grupos de antemão no contexto das pesquisas e passemos a considerar os indícios de formação ou desmantelamento desses grupos.[25]

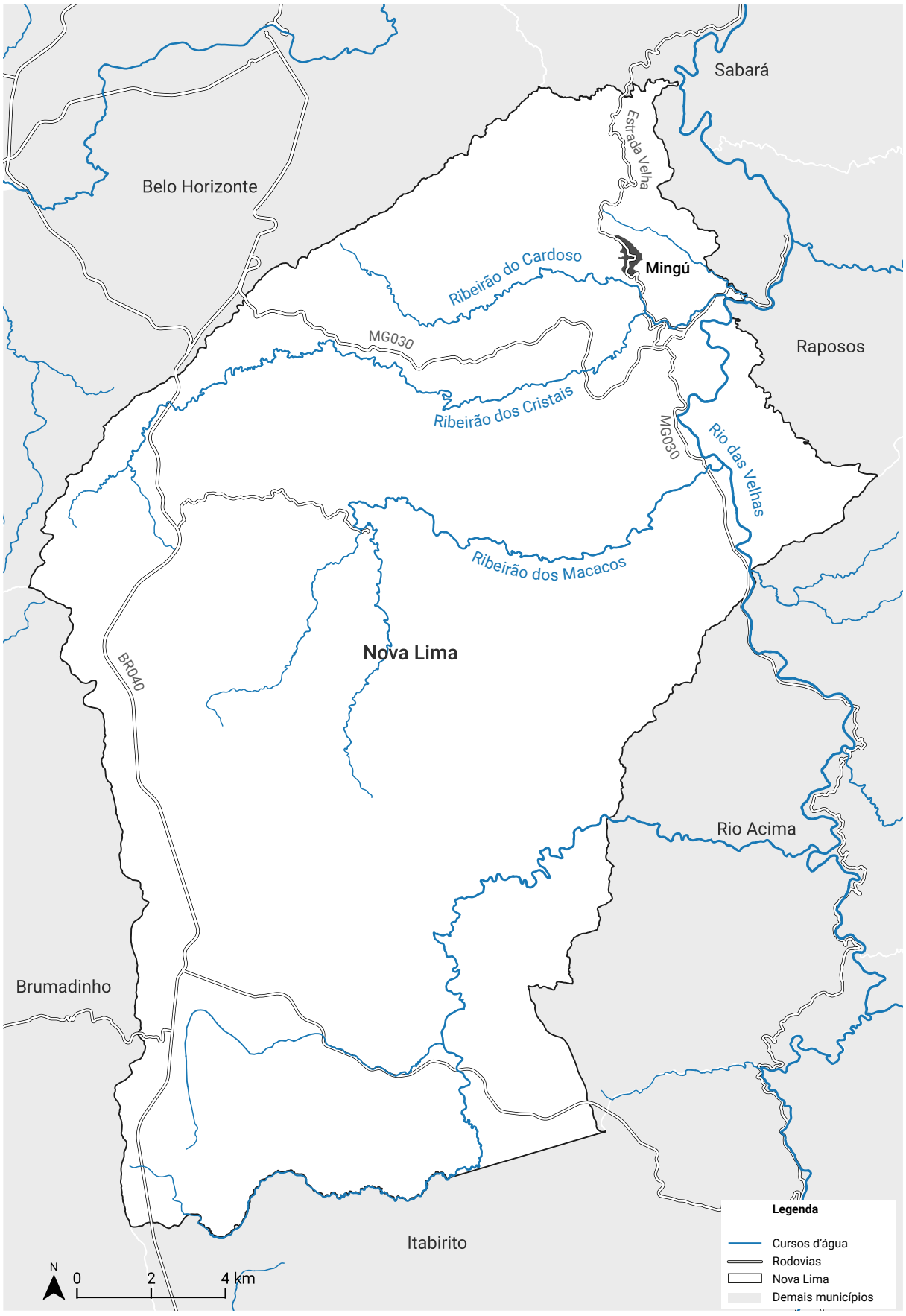
20 Souza, *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*, 2013, p. 16.
21 Ibidem, pp. 9–18.
22 Lefebvre, *The Production of Space*, 1991, pp. 84–85.
23 Kapp, Grupos sócio-espaciais, [2018] 2021, pp. 151–153; Souza, *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*, 2013, pp. 9–18.
24 Kapp, Grupos sócio-espaciais, [2018] 2021, pp. 152, 160–161.
25 Latour, *Reagregando o social: Uma introdução à teoria do Ator-Rede*, [2005] 2012, p. 51.

Quanto ao bairro, o Mingú está localizado entre a mina desativada e a indústria. É um dos bairros mais antigos de Nova Lima, que surgiu com a ocupação de residências cedidas pela mineradora para os operários, a uma distância mínima das operações na mina. O bairro tem cerca de mil moradores, a maioria é de baixa renda e se autodeclarou como sendo negra ou parda.[26] Há um percurso que, em dez minutos a pé, liga o bairro à entrada da mina na chamada Praça do Mineiro. Os moradores dizem que os primeiros habitantes foram os chineses, contratados pela St. John no final do século XIX. O bairro também é atravessado por uma estrada que liga Nova Lima a Sabará (conhecida como 'Estrada Velha'), por onde passavam os tropeiros da companhia.

Os moradores do Mingú relatam uma série de experiências problemáticas com a mineração que vão desde os desastres até a insegurança com a posse de vários imóveis que permanecem como propriedade da mineradora. Em 1987, várias famílias foram removidas de suas casas quando deslizamentos de terra assolaram a parte mais baixa do bairro, a mina e um bairro próximo. Soma-se a esse caso, ocorrências pontuais, como a convivência com os operários feridos e mutilados. Há também ocorrências a princípio silenciosas, como a silicose, doença advinda da exposição prolongada à poeira de sílica no interior da mina — uma pesquisa nos prontuários de mil e vinte ex-mineiros de Nova Lima, avaliados entre 1995 e 2011, identificou o diagnóstico da doença em quase 20% dos ex-operários.[27] Ao mesmo tempo, vários moradores expressam gratidão por certas conquistas que tiveram graças à mineradora — o salário, a educação dos filhos, a moradia e até mesmo a alimentação. Muitos ex-operários lembram-se com orgulho da rotina no subsolo.

26 Os dados mais recentes obtidos sobre a população do bairro são do Censo de 2010, realizado pelo IBGE. Cerca de 62% das pessoas responsáveis nos domicílios do Mingú recebiam até três salários mínimos por mês. Aproximadamente 77% dos moradores do bairro se declararam como pretos ou pardos. Esses dados são do setor censitário de código 314480505000021, que abrangia o bairro como um todo. É provável que não haja mudança significativa nesse cenário.

27 SILVA et al., Modificação do perfil da silicose na mineração subterrânea de ouro em Minas Gerais, 2018. De acordo com o estudo, baseado nos prontuários anexados a processos trabalhistas, entre os trabalhadores que foram admitidos no trabalho subterrâneo em Morro Velho até 1950, a prevalência da doença era de 57,9%.



[6] Localização da cidade de Nova Lima e do bairro Mingú.
Elaboração própria a partir dos dados do IDE-SISEMA (2023) e do GEOPNL (2023).

Navegar é preciso

Minha intenção inicial no mestrado era fazer uma prospecção de outras possibilidades de vida e de mundo que permeassem a lida cotidiana mesmo num lugar dominado pela mineração — em oposição à lógica do mundo capitalista que se expande por meio da expropriação.

A motivação para isso vinha tanto da riqueza das histórias que eu havia escutado ao longo dos anos quanto da leitura sobre algumas experiências operárias em Morro Velho em que os trabalhadores se organizaram para garantir a subsistência.[28] Havia um esforço, pautado pelo conceito de 'pluriverso', de reconhecer, nas práticas cotidianas, alternativas capazes de enfrentar a degradação sistemática das condições de vida no planeta. De acordo com a proposição de Marisol de la Cadena e Mario Blaser,[29] o pluriverso se inspira na máxima zapatista de defesa de um mundo onde caibam muitos mundos, e trata da construção de uma ecologia de práticas. Entende-se, por essa perspectiva, que o Outro é a expressão de um mundo possível, ordenado por questões radicalmente diversas. O pluriverso pauta-se pela coexistência de mundos heterogêneos e sua aliança, ainda que os interesses não sejam exatamente os mesmos, mas podem convergir em torno de um novo imaginário político no enfrentamento do mundo ordenado pelo capital.

Logo na seleção do mestrado, Silke Kapp, uma das professoras que integrava a banca, questionou se realmente havia um 'lado de fora' num contexto em que havia tamanha dominação, e se a relação do cotidiano com a mineração não seria mais contraditória. Em outras palavras, ela perguntou se não era importante entender o cotidiano e a mineração não como opostos um ao outro, mas mutuamente dependentes, mesmo que a mineração implique a degradação das condições de vida.[30] A cada momento no trabalho de campo, conforme conversávamos sobre as histórias pessoais, dos bairros e da mina — e, principalmente, a partir do contato maior com os moradores do Mingú —, foi ficando mais evidente que a questão não parecia ser a existência de outros mundos, mas diferentes facetas de um mesmo mundo. Um dos exemplos mais nítidos disso, que será retomado no item 4.3, a respeito dos trabalhos de cuidado nas casas e quintais, aconteceu quando um morador, ex-operário da Mina de Morro Velho, disse que uma assistente social da mineradora sugeriu que plantasse alguma

28 Grossi, *Mina de Morro Velho: a extração do homem*, 1981, pp. 73–78.
29 Blaser; la Cadena, Pluriverse: Proposals for a World of Many Worlds, 2018.
30 Kapp, Preâmbulo, 2021, pp. 15–16.

coisa no quintal para poder parar de demandar dinheiro da companhia. Ele estava se recuperando de um acidente no trabalho que o feriu gravemente e ficou furioso ao perceber como a moça defendia os interesses da mineradora. O plantio nos quintais, que eu romantizava como um indício de uma outra lógica de vida, acontecia para complementar a alimentação, diante dos preços altos do comércio local em comparação com o salário que recebiam na mina, e, pior, era assimilado pela mineradora como prática dentro de sua lógica de controle do operariado. Ou seja, foi ficando evidente que mais do que olhar para qualquer prática cotidiana apontando para outros mundos possíveis, havia a necessidade de entender suas contradições nesse mundo capitalista.

Questionando o pluriverso como hipótese, procurei inicialmente por ferramentas teóricas que explorassem práticas cotidianas como formas de resistência, com o objetivo de entender o potencial de transformação dessas práticas. Eu estava entendendo que no plantio em seus quintais, por exemplo, era um modo de resistência pois as pessoas se opunham ao controle da mineração. Tais resistências poderiam ser entendidas como sendo ancoradas no cotidiano a partir do diálogo com as propostas de autores como James Scott e Anthony Bebbington. Scott, estudando o campesinato na Malásia, propõe um deslocamento do estudo das formas de resistência mais visíveis, como as revoltas ou rebeliões, para as formas de resistência cotidiana (*everyday forms of resistance*) que havia identificado em sua pesquisa. Essas formas silenciosas, exercidas por grupos relativamente desprovidos de poder, envolvem:

> [...] relutância, dissimulação, falsa submissão, furtos, ignorância fingida, calúnia, incêndio criminoso, sabotagem e assim por diante. [...] Elas exigem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; muitas vezes representam formas de autoajuda individual; e normalmente evitam qualquer confronto simbólico direto com a autoridade ou com as normas da elite.[31]

Bebbington, por sua vez, aborda as 'estratégias de vida', ou seja, as estratégias materiais, culturais e políticas para satisfazer o bem estar básico, não sendo possível separar "ato de se assegurar os meios de vida dos significados culturais que esta vida tem".[32] O autor propõe considerá-las como uma chave

31 Scott, Normal Exploitation, Normal Resistance, 1985, p. 29.

32 Bebbington, Elementos para una ecología política de los movimientos sociales y el desarrollo territorial en zonas mineras, 2007, p. 37.

para entender tanto a relação entre resistência e desenvolvimento territorial nas zonas mineiras, quanto a formação dos movimentos sociais nesses locais, considerando, inclusive, o surgimento de lideranças e outras escalas de resistência.[33]

Pelo diálogo com os moradores, o que foi possível perceber é que nem sempre a posição de oposição à mineradora é assumida. O plantio nos quintais, por exemplo, não parece ser indício de enfrentamento da dominação, senão uma tentativa de ter uma vida mais confortável já que o salário era ruim. Muitas vezes, as táticas adotadas pelos moradores buscaram a solução de problemas imediatos e urgentes — entendendo o que é possível no momento com as determinações externas ao grupo. E perversamente, há momentos em que essas soluções contribuem para um ambiente vantajoso para a empresa.

Na qualificação do mestrado, Andréa Zhouri sugeriu o conceito de 'navegação social' proposto por Henrik Vigh como possível abordagem para entender o cotidiano sem os vieses da sobrevivência ou da resistência. Vigh, diante do contexto da guerra e da crise que se tornou crônica na Guiné-Bissau, propõe a navegação social como uma 'lente teórica' que ajuda a entender como se navega (socialmente) num ambiente (social) em movimento.[34] A navegação social, de acordo com o autor, busca elucidar como um grupo se transforma em interação com um ambiente instável, conforme são entendidas tanto as determinações externas quanto o horizonte dos desejos e objetivos.[35] O conceito traz, portanto, uma temporalidade dupla entre o que é socialmente imediato (o contexto e as contingências) e o que é socialmente imaginado (objetivos e prospecções).[36] Mais do que um ato de sobrevivência, a navegação social é a articulação entre a própria trajetória de vida e as possibilidades futuras imaginadas.[37] "É, simultaneamente, manter-se livre dos riscos sociais imediatos e direcionar a própria vida em meio a um ambiente social incerto e instável, buscando os melhores futuros e chances de vida possíveis".[38]

No Mingú, perceber esses movimentos nas histórias contadas pelos moradores foi crucial para entender as nuances e contradições na relação entre o grupo e a mineração. As pessoas relatavam

33 Ibidem, pp. 37-38.
34 VIGH, Motion squared, 2009, p. 420.
35 Ibidem, p. 432; VIGH, Youth Mobilisation as Social Navigation, 2010, p. 157.
36 VIGH, Youth Mobilisation as Social Navigation, 2010, p. 151.
37 Ibidem, p. 156.
38 Ibidem, p. 151.

a peleja no dia a dia para conquistar condições de vida melhores, seja na moradia, alimentação, educação ou saúde, numa negociação constante com as possibilidades do contexto de onipresença e dominação da mineradora. Escutei frequentemente dos entrevistados a expressão 'a gente vai levando' que traz ao mesmo tempo a peleja, a adaptação, a acomodação e o movimento. A expressão foi usada, por exemplo, por uma moradora do bairro que vive numa casa de propriedade da mineradora. A casa é cedida à moradora por meio de um contrato de comodato, que dá à mineradora o direito de expulsá-la do imóvel mediante um aviso com antecedência de trinta dias. Ela contava sobre as adaptações que fez na casa, por exemplo, o cômodo que o filho começou a construir para si quando precisou, embora nunca estivesse plenamente segura de que poderia continuar ali. Casos como esse poderiam ser facilmente enquadrados como tática de resistência ou estratégia de sobrevivência, individualizando e cristalizando os processos. Mas se os entendemos como propõe Vigh, articulando a dupla temporalidade entre o imediato e o imaginado, o conjunto de casos nos informa sobre um processo contínuo de formação do grupo sócio-espacial.

Para Vigh, a navegação social possibilita direcionar a atenção para "o fato de que nos movemos em ambientes sociais de atores e actantes, indivíduos e instituições, que nos envolvem e nos movem à medida que avançamos".[39] O autor, dessa maneira, enfatiza o movimento também dos ambientes sociais onde nos movimentamos, rejeitando a ideia de que as formações sociais são compostas por processos praticamente imóveis ou petrificados.[40] Embora Vigh não trate diretamente da dialética entre relações sociais e espaço, e adote o termo ambiente para designar o contexto social, consideramos ser possível a atualização de seu conceito para uma 'navegação sócio-espacial'.[41] Uma lente da navegação sócio-espacial poderia enfocar os processos de transformação do espaço pelo grupo, e vice-versa, considerando as múltiplas determinações externas ao grupo que também se expressam pela transformação desse espaço. Essa foi a lente teórica adotada nesta pesquisa, por entender que a formação do grupo sócio-espacial do Mingú é permeada por práticas articulando essa dupla temporalidade entre o imediato e o imaginado. Além disso, em diálogo com István Mészáros,[42] para entender o horizonte da atuação do grupo, cabe trazer a diferença entre as consciências de classe

39 VIGH, Motion squared, 2009, p. 420.
40 Ibidem, p. 433.
41 Essa proposta foi formulada originalmente em: ROCHA; BALTAZAR, "A gente está no centro deles": mineração e produção de desastres, 2024 [no prelo].
42 MÉSZÁROS, Contingent and necessary class consciousness, 1971, pp. 117–121.

a peleja no dia a dia para conquistar condições de vida melhores, seja na moradia, alimentação, educação ou saúde, numa negociação constante com as possibilidades do contexto de onipresença e dominação da mineradora. Escutei frequentemente dos entrevistados a expressão 'a gente vai levando' que traz ao mesmo tempo a peleja, a adaptação, a acomodação e o movimento. A expressão foi usada, por exemplo, por uma moradora do bairro que vive numa casa de propriedade da mineradora. A casa é cedida à moradora por meio de um contrato de comodato, que dá à mineradora o direito de expulsá-la do imóvel mediante um aviso com antecedência de trinta dias. Ela contava sobre as adaptações que fez na casa, por exemplo, o cômodo que o filho começou a construir para si quando precisou, embora nunca estivesse plenamente segura de que poderia continuar ali. Casos como esse poderiam ser facilmente enquadrados como tática de resistência ou estratégia de sobrevivência, individualizando e cristalizando os processos. Mas se os entendemos como propõe Vigh, articulando a dupla temporalidade entre o imediato e o imaginado, o conjunto de casos nos informa sobre um processo contínuo de formação do grupo sócio-espacial.

Para Vigh, a navegação social possibilita direcionar a atenção para "o fato de que nos movemos em ambientes sociais de atores e actantes, indivíduos e instituições, que nos envolvem e nos movem à medida que avançamos".[39] O autor, dessa maneira, enfatiza o movimento também dos ambientes sociais onde nos movimentamos, rejeitando a ideia de que as formações sociais são compostas por processos praticamente imóveis ou petrificados.[40] Embora Vigh não trate diretamente da dialética entre relações sociais e espaço, e adote o termo ambiente para designar o contexto social, consideramos ser possível a atualização de seu conceito para uma 'navegação sócio-espacial'.[41] Uma lente da navegação sócio-espacial poderia enfocar os processos de transformação do espaço pelo grupo, e vice-versa, considerando as múltiplas determinações externas ao grupo que também se expressam pela transformação desse espaço. Essa foi a lente teórica adotada nesta pesquisa, por entender que a formação do grupo sócio-espacial do Mingú é permeada por práticas articulando essa dupla temporalidade entre o imediato e o imaginado. Além disso, em diálogo com István Mészáros,[42] para entender o horizonte da atuação do grupo, cabe trazer a diferença entre as consciências de classe

39 VIGH, Motion squared, 2009, p. 420.
40 Ibidem, p. 433.
41 Essa proposta foi formulada originalmente em: ROCHA; BALTAZAR, "A gente está no centro deles": mineração e produção de desastres, 2024 [no prelo].
42 MÉSZÁROS, Contingent and necessary class consciousness, 1971, pp. 117–121.

sendo desenvolvida há anos pelo grupo de pesquisa Morar de Outras Maneiras (MOM) na UFMG. Isso quer dizer que busquei construir junto aos moradores um processo orientado para que tenham ganhos de autonomia, assumindo, no entanto, que há uma assimetria entre os conhecimentos técnicos presentes na minha atuação e os conhecimentos compartilhados pelo grupo.[44] O processo, ainda em curso no momento em que escrevo a dissertação, é centrado na mobilização do grupo, no acesso à informação e na sensibilização para a consciência histórica das dinâmicas sócio-espaciais. Para tal, foram propostas e experimentadas algumas interfaces, entendidas como instrumentos mediadores (concretos ou abstratos, existentes ou inventados, informacionais ou operacionais, físicos ou digitais, ou uma combinação entre essas possibilidades) que possam ser usados sem a presença de quem os projetou e auxiliem na realização de ações críticas no espaço.[45]

As primeiras interfaces propostas usavam imagens para a sensibilização e a informação. A ideia era expandir as conversas ao estimular que as pessoas fizessem associações que porventura ainda não tivessem feito sobre a presença da mineração no cotidiano. Um dos testes nesse sentido foi um website disponibilizando informações para sensibilizar e estimular diferentes imaginários acerca dos contextos de extração minerária, aproveitando a experiência anterior com os vídeos no grupo com Louise e Tande.[46] O website foi dividido em páginas com três 'escalas' de visualização: (1) "quadrilátero", em referência ao Quadrilátero Ferrífero, mostra por meio de vídeos, aspectos da relação entre a extração do ferro e as águas da região; (2) "de perto", exibe fotografias do contexto de Nova Lima, na escala do corpo e da vizinhança, que são complementares ou contraditórias; (3) "de longe", cuja intenção é abordar uma escala mais ampla, apresenta dados e informações sobre as políticas que incidem sobre a extração mineral, para provocar a reflexão sobre a materialidade desses dados nas demais escalas. A última página apresenta dois mapas em diferentes escalas de referência, o primeiro abrangendo o Brasil, e o segundo Minas Gerais, compilando cada um deles uma série de informações georreferenciadas sobrepostas. É possível circular entre os conteúdos por meio de um menu lateral, pela visualização expandida das imagens e simultânea dos vídeos.

44 BALTAZAR; KAPP, Assessoria técnica com interfaces, [2016] 2021, pp. 128–129.
45 KAPP et al., Arquitetura como exercício crítico, 2021, p. 55.
46 A interface pode ser acessada em: https://mceciliarcgomes.editorx.io/prototipo.



[7] Experimento com conjunto de imagens impressas para conversa com os moradores.
Colagem de elaboração própria, 2022.



[8] Experimento com conjunto de transparências para conversa com os moradores.
Colagem de elaboração própria, 2022.



[9] Experimento com cubos transparentes para conversa com os moradores.
Colagem de elaboração própria, 2022.

Lancei mão também de outros recursos como a apresentação de fotografias impressas (fig. 7), a sobreposição de imagens impressas em transparências (fig. 8) e até um cubo transparente para colocar juntos diferentes aspectos de um assunto (fig. 9). Os primeiros testes mostraram que essas interfaces não estavam contribuindo para despertar conversas, mas induziam as pessoas a tentar identificar certos elementos conhecidos. Isso ocorreu no uso de fotos de ruas no Mingú, quando as pessoas se preocuparam em apontar os moradores de cada uma das casas. Algo similar ocorreu com as imagens de satélite, em que as pessoas se concentravam em identificar cada uma das construções e ruas apresentadas.

Entendo que o problema principal com esses primeiros experimentos foi que a proposição das imagens partia de mim e de minhas concepções sobre o tema da mineração. O ideal seria que a interface agregasse elementos a imagens propostas pelos entrevistados para haver um diálogo de fato. A partir disso, propus que fizéssemos uma 'oficina de fotografia'. Trata-se de uma ferramenta de pesquisa utilizada para levantar informações em várias ocasiões pelo MOM e LAGEAR, em que convidamos os moradores de uma determinada área para fazerem fotos do lugar onde vivem a partir de algumas questões. Então, percorremos o local e as pessoas fotografam o que chama a atenção, depois projetamos as fotos e conversamos a respeito do que essas imagens revelam sobre a interpretação das pessoas sobre o bairro ou vizinhança. Geralmente, crianças e jovens aderem mais facilmente à oficina durante as fotos, mas o momento da projeção tende a angariar grande parte dos moradores, mesmo sem que tenham tirado fotos. As conversas são muito variadas e, além de revelar o cotidiano sócio-espacial, sempre explicitam conflitos que nos possibilitam entender um pouco mais sobre a formação do grupo sócio-espacial.[47]

No Mingú, foram feitas duas versões da oficina de fotografias, uma em janeiro e a outra em abril de 2023. O processo de preparação foi feito junto à associação de moradores para definir o cronograma, a forma de divulgação e as questões pertinentes. Alteramos o nome para Caminhada Fotográfica por sugestão de um morador, já que a atividade não tinha o propósito de ensino da fotografia. Divulgamos por meio de panfletos entregues no ônibus, na escola e na rua, além de postagens nas redes sociais. O público presente foi de sete pessoas na primeira e seis pessoas na segunda, sendo que os participantes eram membros da diretoria da Associação do Mingú e uma criança cuja mãe é envolvida nos assuntos do bairro. O desinteresse dos demais moradores pode ter diversos motivos, ao

47 BALTAZAR; KAPP, Assessoria técnica com interfaces, [2016] 2021, pp. 130–131.

mesmo tempo em que reforça a dificuldade percebida pelos próprios membros da associação em engajar mais pessoas do bairro nos assuntos coletivos.

Inspirada pela Interface das Molduras, proposta por Guilherme Arruda[48] como uma atualização da oficina de fotografia com o acréscimo de molduras sugerindo categorias para que as pessoas registrassem o local, propus uma gama de palavras e expressões, agrupadas em etiquetas numa espécie de chaveiro-mostruário, no intuito de motivar a escolha do que seria fotografado. Diferente das molduras propostas por Arruda, que literalmente enquadravam uma cena do cotidiano, as palavras e expressões podiam ser associadas entre si e com os locais para a captura da fotografia. Numa primeira versão (fig. 10 e 11), a ideia era que as pessoas associassem verbos a substantivos relativos às questões do bairro e fotografassem aspectos que chamassem a atenção no cotidiano com o intuito, a princípio, de estimular que as pessoas contassem casos sobre o bairro. As questões provocadas pelos chaveiros-mostruários instigariam as pessoas a tirarem fotos remetendo à memória do bairro, à relação com a mineração, e ao cotidiano. Cada participante deveria posicionar o chaveiro, mostrando as duas palavras escolhidas no enquadramento da foto. Apesar de, normalmente, o chaveiro-mostruário ficar desfocado, era possível identificar a palavra pela quantidade de caracteres ou pela cor. No decorrer da oficina, as palavras foram usadas ora sozinhas ora em conjunto, e, no geral, os participantes decidiam pelas palavras em grupo.

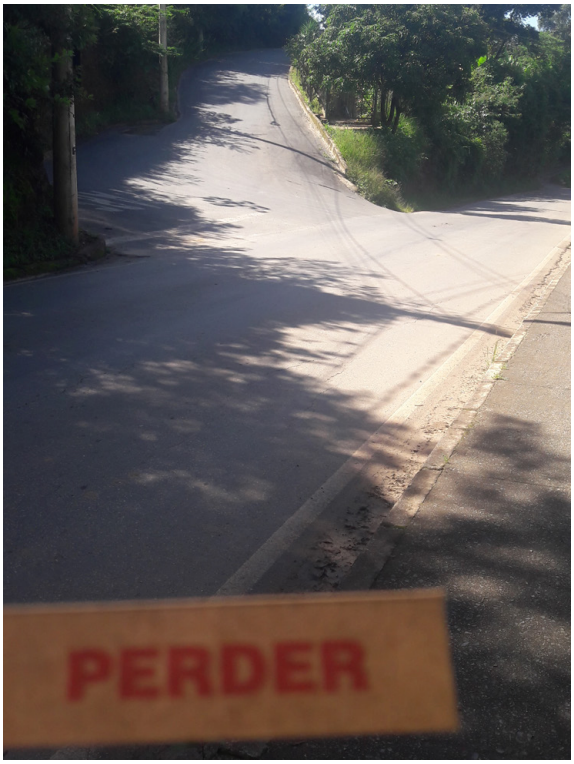
Em outra versão dos chaveiros-mostruários (fig. 12 e 13), utilizada na segunda oficina, o foco deixou de ser os casos do bairro e passou a ser os processos de transformação. Essa nova versão foi motivada pela falha das imagens produzidas na oficina anterior na promoção de debate e também pelo fato de a mineração praticamente não ter aparecido como questão, muito provavelmente por ser uma situação já naturalizada e incorporada, como sugere a ideologia da vocação (além das próprias limitações da interface que foi utilizada). Com a segunda versão da interface, embora as pessoas seguissem decidindo em conjunto o que era pertinente a cada parte do bairro, a mudança de foco para os processos de transformação levou as pessoas a começarem a discutir os efeitos da mineração no bairro, conversa que ainda não tinha acontecido dessa forma, mas que serviu para incitar alguns debates que tivemos depois.

48 Arruda, *Pedagogia sócio-espacial para democracia radical*, 2021, pp. 100–110.

Verbos: perder, destruir, incomodar, proteger, construir, lembrar, brincar, sonhar
Substantivos: casa, quintal, plantas, animais, pessoas, festa, assombração, comida, trabalho, vizinhança, mina, água, terra



[10] Primeira versão do chaveiro-mostruário.
Elaboração própria, 2023.



[12] Exemplo de fotografia da primeira caminhada.
Fotografia de um morador, 2023.

Chaveiro preto: deixou de ser, passou a ser, pode passar a ser, não serve, quero que seja, é usado
Chaveiro colorido: para brincar, para trabalhar, para festejar, para comer/beber, para reunir, para cuidar, para plantar, para morar, para separar, para caminhar, para impedir



[11] Segunda versão do chaveiro-mostruário.
Elaboração própria, 2023.



[13] Exemplo de fotografia da segunda caminhada.
Fotografia de uma moradora, 2023.

Durante as caminhadas e, principalmente, com a segunda versão do chaveiro-mostruário estimulando o olhar para processos de transformação, percebi uma mudança nos assuntos das conversas com os interlocutores, que passaram a mencionar com mais frequência o cotidiano sócio-espacial. Num primeiro momento, quando eu explicava aos entrevistados o tema da pesquisa articulando mineração e o cotidiano ou o dia a dia, as pessoas tentavam relatar acontecimentos notáveis sobre a mineração. Ao percorrermos o bairro juntos e ao usarmos os chaveiros-mostruários com provocações, tive a oportunidade de aprofundar em outros temas do cotidiano sócio-espacial que a princípio não parecem relacionados com a mineração. Os participantes debateram o uso de um platô na margem da estrada ao lado da nascente, lembraram de casos de mortes trágicas que marcaram a vida do bairro, elencaram as espécies de plantas frequentes ali etc.

Já em outro momento da pesquisa, dando início à devolução das informações coletadas durante os meses de trabalho, criamos o Cine Mingú. Mais uma vez o grupo de trabalho foi formado com a Associação do Mingú. Essa interface foi inspirada no Catas Cine Clube, que Arruda articulou na cidade de Catas Altas, para mobilizar os moradores e promover o diálogo sobre questões pertinentes ao cotidiano sócio-espacial.[49] O Mingú tem uma situação semelhante à Catas Altas pela ausência de espaços públicos de lazer. Contudo, há uma diferença crucial nas interfaces pelo fato de que Arruda propôs um circuito de cinema de rua, enquanto o Cine Mingú foi pensado para retomar a utilização do espaço da Sede do Esperança (antigo time de futebol do bairro) — cuja reforma tem sido feita por meio de mutirões organizados pela associação de moradores. Foram feitas, até hoje, duas sessões do Cine Mingú, uma em agosto e a outra em setembro de 2023, ambas divulgadas online pelo Instagram.[50] São exibidos um curta e um longa — o curta é surpresa para o público e o longa é votado (entre três opções) pelo Instagram. Procuramos, até o momento, escolher para votação filmes que envolvessem a importância do coletivo e da comunidade, tema proposto pela associação. Os curtas não são revelados para o público até o dia da exibição e têm o objetivo de provocar debates a partir da associação com os longas. A ideia é que sejam ora produzidos por nós mesmos, abordando o bairro, ora sejam filmes com temáticas que interessem para discussões sobre o bairro.

49 Arruda, *Do discurso ao diálogo*, 2014, pp. 98–99.

50 O perfil do Cine Mingú, com as peças de divulgação e algumas fotografias e vídeos que buscaram estimular a reflexão sobre o bairro pode ser acessado em: https://www.instagram.com/cinemingu/. Por enquanto, o perfil é gerenciado por mim e por um dos moradores que participa na associação, mas a ideia é compartilhar a responsabilidade com outras pessoas para que os moradores se apropriem mais do perfil e do próprio Cine Mingú.



[14] Público na primeira sessão do Cine Mingú.
Fotografia da autora, 2023.



[15] Cartazes da primeira sessão.
Fotografia da autora, 2023.



[17] Cantina na segunda sessão.
Fotografia da autora, 2023.



[16] Exibição da segunda sessão do Cine Mingú.
Fotografia da autora, 2023.

Os curtas que estamos produzindo são uma primeira maneira de devolver aos moradores do bairro as informações coletadas durante a pesquisa do mestrado. Trata-se de 'pílulas' com depoimentos dos moradores sobre temáticas específicas. Filmamos trechos curtos de falas dos membros da associação sobre os processos de transformação do bairro. Cada um falou sobre os processos que mais chamam a atenção. A partir dos assuntos que cada um mencionou, propus três temas até o momento, já debatidos com a associação. Já editei um dos vídeos, intitulado "Cadê a ponte que tava aqui?", e os membros da associação propuseram alguns ajustes antes de exibirmos no Cine Mingú, que aconteceu em agosto de 2023.[51] O ideal seria que montássemos os vídeos juntos, o que ainda não foi possível, considerando o tempo curto (em relação ao prazo da dissertação) que restou para o teste das pílulas. O público da primeira sessão foi de aproximadamente quarenta e cinco pessoas e na segunda, de trinta pessoas. Muitas crianças estiveram presentes e, embora na primeira sessão não tenham participado da discussão após os filmes, na segunda engajaram muito, fazendo associações entre os dois filmes.

A pesquisa documental também compõe os instrumentos e diários de bordo, sendo crucial para viabilizar a tecitura de uma rede com os fragmentos de informação da pesquisa empírica — tecitura essa que será melhor detalhada no próximo item. Na pesquisa documental, a intenção foi reconstituir a cadência entre os extrativismos e as práticas corporativas em Nova Lima além de complementar os relatos dos entrevistados em casos específicos, como os desastres. Talvez o conjunto de dados de maior interesse fossem os documentos da Saint John d'El Rey Mining Company que se encontram na Benson Latin American Collection, The University of Texas at Austin — aos quais não tive acesso. No tempo do mestrado, a melhor alternativa encontrada foi a consulta a fontes secundárias, autores que analisaram esse acervo e desenvolveram pesquisas a esse respeito. Dentre eles estão Douglas Libby (*Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil*), Marshall Eakin (*British enterprise in Brazil*), Gail Triner ("Property rights, kinship groups, and business partnership in nineteenth and twentieth century Brazil") e Bernard Hollowood (*A história de Morro Velho*). Com exceção de Libby, é preciso fazer a ressalva de que a perspectiva adotada pelos autores é predominantemente a da companhia mineradora, muitas vezes naturalizando as relações de produção que se estabeleceram em Nova Lima. As tentativas de regulação do setor pelas instâncias federal e estadual de governo, por exemplo, são vistas simplesmente como 'fardos' para a empresa, uma expressão da mentalidade

51 O curta pode ser assistido em: https://youtu.be/HPa25eLogCM.

'pouco capitalista' dos brasileiros. Hollowood é aquele que, entre os autores, mais explicitamente adere à visão da companhia, seu texto tem um caráter propagandístico, pois foi contratado pela própria St. John para redigir sobre sua história. No mais, quando os autores forem citados neste texto, apresentarei as críticas pertinentes.

Foram consultados também os registros históricos feitos por viajantes do século XIX, como Richard Burton (*Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*), Auguste de Saint-Hilaire (*Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*) e Wilhelm Ludwig von Eschwege (*Pluto Brasiliensis*), que visitaram o povoado ou a própria Mina de Morro Velho. O relato mais detalhado é de Burton, que descreve o processo de extração e beneficiamento do ouro e de controle sobre os escravizados. Além disso, um artigo escrito por Augusto de Lima na *Revista do Arquivo Público Mineiro* em 1901, contribuiu com a análise dos documentos atestando a concessão de unidades territoriais (datas minerais) para os mineradores no século XVIII. Publicados mais recentemente, também informaram a pesquisa os ricos relatos de operários e ex-operários da mina presentes nos trabalhos de Andréa Maia e Yonne Grossi. Maia, no artigo "Outro inferno de Dante numa mina de ouro na época de Vargas", apresenta depoimentos valiosos sobre o controle do trabalho e do ritmo de produção incluindo castigos físicos em Morro Velho no período varguista. Grossi, por sua vez, em *Mina de Morro Velho: A extração do homem,* discute a experiência operária e sindicalista na Mina de Morro Velho — referência importante para a discussão sobre o trabalho na mina pela abordagem crítica que apresenta.

Quanto às imagens na dissertação, além daquelas que foram produzidas no contexto das Caminhadas Fotográficas no Mingú pelos moradores e por mim, há fotografias do bairro que fazem parte do acervo pessoal de um morador; fotografias da cidade e do espaço da mina que são de domínio público (disponibilizadas pelos acervos iconográficos da Biblioteca Nacional e pelo Instituto Moreira Salles) ou publicadas nos jornais consultados; fotografias do acervo pessoal de minha família; e croquis e mapas elaborados por mim a partir, principalmente, de dados abertos de instituições governamentais.

Tecitura da rede

Um dos moradores, aqui daremos a ele o nome de Duda, empenhado em coletar histórias sobre o bairro, um dia me contou porquê existia um guarda-corpo na ponte que liga o Mingú ao centro da cidade, atravessando a planta industrial da mina. Um senhor tinha cruzado a ponte para buscar no centro um fardo de cerveja. Na volta, seu burrinho carregava o fardo e despencou da ponte, caindo em meio às operações da Mina de Morro Velho. O burro morreu mas o senhor lamentava mesmo era a perda das cervejas. Um moço que trabalhava na Morro Velho viu a cena e solicitou à companhia que colocasse um guarda-corpo ali para evitar acidentes como esse. Aos risos, Duda disse: *"Mas essa é uma história que podia ter acontecido em qualquer lugar do mundo. Aqui foi a razão para colocarem o corrimão".*

Ao longo da pesquisa, me deparei com inúmeros relatos ricos sobre o dia a dia das pessoas no bairro, que vão desde descrições e análises dos moradores até 'lendas', receitas de chá, um inventário das plantas comuns no bairro e anedotas como essa que foi contada por Duda. Como nas histórias que escutei ao longo da vida sobre Nova Lima, entendo tais relatos como fragmentos, testemunhos, interpretações e análises de processos sócio-espaciais, ainda que à primeira vista possam parecer desvinculados entre si. Estruturei as descrições deste texto como quem "tece uma rede",[52] procurando evitar a banalização das situações relatadas, explicitando as inter-relações e possíveis contradições.

As discussões teóricas, bem como as informações vindas de fontes documentais e as imagens também se inserem nessa rede, possibilitando a articulação com outras escalas (do micro ao macro). Diferente de um enquadramento teórico, escolhido a priori, essas fontes dialogam na descrição da formação do grupo sócio-espacial que se constituiu no bairro e constituiu o bairro ao longo do tempo. O texto se desdobra, então, a partir de três temas — que tentam elucidar o processo de formação do grupo sócio-espacial, pela lente da navegação, em meio às dinâmicas engendradas pela mineração —, apresentados pelos capítulos na seguinte ordem: a sucessão histórica das gerações de extrativismo; a produção dos desastres da mineração; e a imbricação entre os trabalhos de produção e reprodução no cotidiano sócio-espacial.

52 LATOUR, *Reagregando o social: Uma introdução à teoria do Ator-Rede*, [2005] 2012, p. 189.

Os próximos capítulos são introduzidos por narrativas que partem de personagens fictícios recompondo fragmentos do cotidiano sócio-espacial presentes nos relatos dos moradores e também encampam dados de fontes históricas. Essas narrativas funcionam como introduções dos temas dos capítulos, dando o tom das discussões. Esse foi um recurso que experimentamos num artigo para a *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (RBEUR), que funcionou como uma espécie de teste de escrita para a dissertação.[53] O objetivo de incorporar as histórias por meio dos personagens fictícios é, além de proteger a identidade dos entrevistados, evidenciar experiências que são compartilhadas pelos moradores e articular situações que, embora sejam relacionadas, na lida cotidiana são percebidas como isoladas umas das outras. Esse formato de apresentação dos casos pretende contribuir na compreensão das contradições que permeiam a interação do cotidiano sócio-espacial com a mineração. Tanto nas narrativas introdutórias quanto ao longo do texto, as falas que são reiteradas por vários moradores são tratadas como falas coletivas; já as falas que resultam das entrevistas são citadas em itálico, para se diferenciarem das citações de fontes teóricas ou históricas. Depois de apresentada a narrativa, cada um dos capítulos retoma fragmentos das falas dos moradores e de documentos históricos, buscando dialogar com a teoria existente e construir a argumentação sobre cada um dos temas.

O capítulo 2 apresenta o processo histórico de transformação do espaço de Nova Lima e do Mingú pela mineração, desde os garimpos setecentistas até a operação contemporânea, entendida sob o marco do neoextrativismo. Por extrativismos, são entendidos os modos de apropriação de recursos naturais "em grande volume ou alta intensidade, e que estão orientados essencialmente a serem exportados como matérias primas sem processar ou com um processamento mínimo".[54] É possível distinguir, dentre os extrativismos, de acordo com o que propõe Eduardo Gudynas, diferentes gerações a partir de aspectos como a mão de obra, o tipo de maquinário empregado, a intensidade de retirada dos recursos, a escala das operações e de seus efeitos.[55] Mais recentemente, alguns teóricos no campo da ecologia política latino-americana como o próprio Gudynas têm defendido a delimitação das práticas contemporâneas como 'neoextrativistas'. Maristella Svampa aponta como traço do neoextrativismo a atualização do desenvolvimentismo sob os governos progressistas,

53 Rocha; Baltazar, "A gente está no centro deles": mineração e produção de desastres, 2024 [no prelo].
54 Gudynas, *Extractivismos*, 2015, p. 13.
55 Ibidem, pp. 22–30.

que, na prática, ao se aproveitar da ascensão dos preços internacionais das commodities, conduziu a uma expansão vertiginosa das fronteiras extrativistas e, ao mesmo tempo, acirrou disputas políticas, sociais e ecológicas.[56] Nesse cenário, houve a participação ativa dos Estados, associado a processos de agravamento dos conflitos territoriais, aprofundamento dos danos e problemas sócio-ambientais provocados.[57]

Ao situar Nova Lima e o Mingú na cadência entre as modalidades extrativistas, é possível vislumbrar como um panorama de práticas políticas e econômicas incidiu sobre o cotidiano. Mesmo com as transformações na legislação e no cenário econômico, a mineração se manteve ativa e dominante em Nova Lima. O objetivo do capítulo 2 é, portanto, entender como a mineração se tornou tão longeva e como se constituiu sua onipresença, isto é, como sua dominação se estendeu de um processo produtivo para um processo sócio-espacial. Um dos elementos centrais nessa composição me parece ser a propriedade da terra. Antes mesmo de adquirir a Mina de Morro Velho no início século XIX, a Saint John d'El Rey Mining Co. já negociava propriedades vizinhas. Ao longo do tempo acumulou inúmeras propriedades contendo outras minas de ouro e reservas minerais (inclusive de ferro), matas, cursos d'água e cultivos. A mineradora dispôs de suas terras conforme se mostrava necessário para manter a produção ou aumentar os lucros. Exemplo disso é que, quando dependeu da formação do contingente de trabalhadores assalariados, a companhia ofereceu casas a homens do campo (expropriando-os de suas terras e meios de produção agrícola) para que trabalhassem na mina e se mantivessem no povoado. Outro elemento importante, vinculado à propriedade da terra, são as políticas assistencialistas — historicamente, a empresa buscou gerenciar seu entorno, inclusive por meio do consenso e do consentimento, utilizando para isso ações sociais que incidem diretamente sobre a vida cotidiana.

É possível contrapor os inúmeros desastres associados à mineração a essa aparência de provedora que as mineradoras assumem. O capítulo 3 trata dos desastres permeando o cotidiano sócio-espacial para contestar as concepções difundidas nas narrativas institucionais e no senso comum de que os desastres são eventos meramente naturais, esporádicos, excepcionais e isolados no tempo e no espaço.[58] 'Desastre' é um conceito em constante disputa cujas interpretações são diretamente

56 SVAMPA, *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina*, 2018, p. 17.

57 GUDYNAS, Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo, 2009.

58 Essa formulação foi apresentada originalmente em: ROCHA; BALTAZAR, "A gente está no centro deles": mineração e produção de desastres, 2024 [no prelo].

relacionadas às ações de prevenção, resposta e reparação.[59] A Morro Velho, por exemplo, optou por declarar que o desastre ocorrido no Mingú, em 1987, foi apenas uma movimentação geológica 'natural' causando deslizamentos de terra — numa tentativa de se eximir da responsabilidade sobre a reparação dos danos causados. Na realidade, havia ali uma série de processos sócio-espaciais que ocasionaram os deslizamentos, assim como sua ocorrência contribuiu para desdobrar outros processos: as casas foram construídas pela própria companhia num morro sobre as escavações da mina e, com o desastre, as pessoas foram deslocadas para um local muito próximo às barragens de rejeitos da mesma empresa.

Ao enfatizar esses processos sócio-espaciais, é possível destacar os seguintes aspectos sobre os desastres:[60] (1) não são fenômenos exclusivamente naturais e dependem da interação dialética de transformação entre sociedade e natureza;[61] (2) sua temporalidade vai além de eventos críticos, abarcando processos anteriores e determinando processos futuros;[62] (3) não são sempre imprevisíveis pois se relacionam com processos históricos, sociais, políticos e econômicos em que o desenvolvimento, emprego de tecnologias e regulação das atividades são condicionados pela extração de mais-valor;[63] (4) associam-se a dinâmicas de expropriação e heteronomia relacionadas aos grupos atingidos.[64]

Proponho considerar os desastres como produção, entendendo que esse termo ajuda a iluminar os processos sócio-espaciais históricos implicados nos desastres e desencadeados por eles. A ênfase seria nas relações sociais de produção e na maneira como se desdobram dialeticamente no espaço — ao mesmo tempo em que transformam o espaço, são transformadas e determinadas por ele.[65] Ainda que 'produção' não seja um termo unânime entre os teóricos que abordam o aspecto processual dos desastres — entre os termos utilizados nas descrições, encontramos também a 'construção social' dos desastres, e muitas vezes ambos são adotados sem distinção —, entendo, com Sun e Faas,[66] que essa

59 QUARANTELLI, What is disaster?, 1985, p. 41; VALENCIO, Elementos constitutivos de um desastre catastrófico, 2016, pp. 41–42.

60 Essa formulação foi apresentada originalmente em: ROCHA; BALTAZAR, "A gente está no centro deles": mineração e produção de desastres, 2024 [no prelo].

61 O'KEEFE et al., Taking the naturalness out of natural disasters, 1976; BARRIOS, What does catastrophe reveal for whom?, 2017.

62 HEWITT, The idea of calamity in a technocratic age, 1983; OLIVER-SMITH, What is a disaster?, [1999] 2019.

63 QUARANTELLI, What is disaster?, 1985; OLIVER-SMITH, What is a disaster?, [1999] 2019; ZHOURI, Desregulação ambiental e desastres da mineração no Brasil, 2019.

64 KIRSCH, Lost Worlds, 2001; ZHOURI; OLIVEIRA, Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização, 2010.

65 LEFEBVRE, *The Production of Space*, 1991; MISOCZKY et al., Henri Lefebvre – marxista e humanista, 2019.

66 SUN; FAAS, Social production of disasters and disaster social constructs, 2018, pp. 623–624.

escolha ajuda a enfatizar certos tipos de processos. Quando se usa o termo 'produção', geralmente são evidenciadas as dinâmicas históricas de constituição do contexto, enquanto o termo 'construção' tende a ser utilizado para abordar os processos de significação subjetiva.[67]

O ponto de partida para a análise do capítulo é o desastre de 1987. Procuro explicitar o contexto histórico de sua produção e as relações que podem ser estabelecidas com outros processos de desastres da mineração em Nova Lima, a partir da compreensão da expansão de escala dessas ocorrências ao longo das gerações de extrativismos. Discuto a forma como a mineradora configurou os desastres em meio a suas atividades produtivas. Ao mesmo tempo em que a companhia controlou os processos de reparação, as pessoas procuraram se adaptar ao que foi possível em cada momento.

O capítulo 4, por sua vez, aborda o cotidiano sócio-espacial a partir do entrelaçamento entre os trabalhos de produção e reprodução. Os trabalhos produtivos são entendidos como aqueles diretamente relacionados com a confecção das mercadorias. Por trabalhos de reprodução são entendidas aquelas atividades de "prover, cuidar e interagir que produzem e mantém vínculos sociais, apesar de essa economia [capitalista] não lhes conferir qualquer valor monetizado e de trata-las como se custassem nada".[68] No capitalismo, tais práticas são instrumentalizadas para garantir a reprodução da força de trabalho — isto é, que os operários, por exemplo, sigam vivos, saudáveis e aptos para seguirem sendo explorados, enquanto produzem as mercadorias.[69]

A mineradora constantemente atuou no âmbito da reprodução da vida para garantir a permanência de sua mão de obra e expandir a produção — sempre dependeu dessas atividades para a sua produção. Sua atuação, contudo, é ambígua. Ao mesmo tempo em que concedia certas possibilidades de subsistência, como o aluguel de casas para os operários, impunha a essas pessoas a expropriação de possibilidades que tinham antes — boa parte dos operários veio do campo, onde suas famílias possivelmente eram constituídas por pequenos proprietários ou posseiros. Esse processo que teve início, no caso de Nova Lima e do Mingú, na transição do trabalho escravizado para o assalariado, visava tornar essas pessoas dependentes da venda de sua força de trabalho para que pudessem sobreviver.[70] Ao longo do tempo, essas expropriações assumem outras formas e são marcadas por perdas materiais e imateriais — foram relatadas, por exemplo, a perda dos espaços públicos e de encontro até a perda

67 Ibidem, pp. 624–626.
68 Fraser, Contradições entre capital e cuidado, [2016] 2020, pp. 263–264.
69 Ibidem.
70 Fontes, Determinação, história e materialidade, 2009, p. 211.

da união do grupo. Machado Aráoz entende que a expropriação em último grau, decorrente dos processos mais recentes da mineração na lógica neoextrativista, é a expropriação política.[71] Ainda que, no caso do Mingú atualmente, não sejam acionadas as técnicas de repressão com a mesma frequência com que já foram, há uma forte atuação das mineradoras no sentido de controle da opinião pública e da oposição.

Como resultado de um processo secular de expropriações, repressão e dominação, as necessidades urgentes, e muitas vezes individualizadas, restringem o horizonte de ação e até mesmo a disponibilidade de engajamento dos moradores nessas atividades coletivas. O capítulo 4, portanto, aborda mais diretamente a formação do grupo sócio-espacial — focada pela lente da navegação sócio-espacial —, pois se dedica a descrever as práticas que relacionam as pessoas e o espaço por meio da produção e do cuidado, permeadas pela expropriação. Vai das relações de trabalho produtivo à maneira como as pessoas gerenciam os espaços da casa e do bairro. Encerra o capítulo o caso da destruição e reconstrução da ponte que liga o Mingú ao centro da cidade, que parece condensar a atuação ambígua da mineradora entre a assistência e a expropriação e a peleja dos moradores para garantir seus direitos frente à ameaça de perder um caminho que é relevante não só em termos de mobilidade, mas também de história.

O capítulo 5 encerra a dissertação retomando o conteúdo dos capítulos anteriores por meio da proposta de um exercício de elencar alguns dos entraves que se colocam para o grupo sócio-espacial. Discute, em seguida, as possibilidades de conscientização e expansão dos horizontes da navegação para esse contexto.

Observações

O termo 'Morro Velho' é usado de forma indistinta pelos moradores de Nova Lima para se referirem tanto ao complexo de minas localizado no centro da cidade quanto à empresa que o controla. O complexo a princípio era composto por três minas: Cachoeira, Baú e Gambá. Mais tarde, com a abertura da Mina Grande em 1892, convencionou-se que o primeiro conjunto receberia o nome de Mina

71 Machado Aráoz, *Mineração, genealogia do desastre*, [2018] 2020, p. 244.

Velha — ao que tudo indica, todas elas acessavam um mesmo veio aurífero. Já a empresa, mesmo que tenha passado por diferentes administrações, proprietários e até nomes, é conhecida pelos moradores genericamente como Morro Velho. Historicamente, o termo também foi adotado para se referir ao povoado no entorno do complexo de minas. Quando reproduzo as falas dos moradores, Morro Velho é mantido independente da conotação. Mas na 'minha voz', para facilitar a leitura de quem não está familiarizado com o contexto, optei por adotar Mina de Morro Velho quando me refiro à estrutura física e Morro Velho para evitar a repetição do nome da empresa em determinados momentos.

No texto, evitei o uso de palavras e expressões que têm sido usados pelas corporações para amenizar ou encobrir as próprias práticas. Nos discursos institucionais ou de seus vários apoiadores, e até mesmo em algumas das fontes consultadas que trazem a perspectiva da mineradora, as empresas muitas vezes aparecem como se fossem dotadas de características humanas, parecem 'sofrer' com os obstáculos colocados por normativas, por oscilações do mercado, ou por oposição de movimentos sociais. Procurei evidenciar os agentes envolvidos nesses processos, no lugar de de adotar termos supostamente neutros, como 'impacto', que podem assumir conotações positivas ou negativas.

Atualizei a grafia das notícias mais antigas que aparecem em citações diretas para facilitar a leitura. Dentre as notícias utilizadas, não pareceu relevante apresentar a grafia original — mais truncada para a leitura. As citações das notícias e websites foram feitas por completo nas notas de rodapé, para diferenciá-los, como fontes de consulta, das referências de cunho teórico. A maioria dos documentos em inglês e espanhol foi traduzida por mim — quando a tradução for de outra pessoa, isso estará sinalizado.



[18] Panorama da sede de Nova Lima.
Acervo particular, Athos Gomes e Fernando Couto, [1980?].



[19] Vista da planta industrial da Morro Velho, a partir do bairro Rosário.
Acervo particular, Athos Gomes e Fernando Couto, [1980?].

2 CIDADE MINERADORA?

2.1 Ninguém acredita que a mina vai fechar

"Ninguém acredita, por exemplo, que a mina vai fechar",[1] disse o supervisor de manutenção mecânica em seu depoimento para um documentário sobre a história da Mina de Morro Velho, produzido pela mineradora no momento de seu fechamento em 2003. Depois de quase duzentos anos de operação, ao receberem a notícia do fechamento da mina, algumas pessoas ficaram incrédulas. "A empresa apareceu e ao redor da empresa surgiu a comunidade que veio pra poder fazer uma troca, ela entrar com a mão de obra e a empresa a pagar essas pessoas pra ter sua sobrevivência. E isso virou uma história [...] a comunidade como um todo, todas as pessoas acham que 'não, a mina não fecha', porque eles não têm aquela concepção de técnica de que o minério não é igual a plantação, que ela uma vez ela tá debilitada, cê vai, pode podá-la e vai produzir. Ou então, cê pode até eliminar e vai replantar de novo. [...] Existem muitas conversas paralelas, eles não acreditam que a mina possa vir a fechar, mas tivemos oportunidade de levar praticamente cento e setenta anos pra essa coisa acontecer".[2]

O marido de Nair trabalhou na Mina de Morro Velho durante muitos anos, desde meados do século XX. O casal vive hoje numa casa que inicialmente foi alugada pela companhia desde quando se casaram, e que, mais tarde, foi vendida a eles. Quando seu marido se aposentou pela previdência social, recebeu a oferta de retornar ao trabalho e, com isso, trabalhou na mina por mais tempo. Depois de deixar a mina de fato, passou a ficar do terraço daquela casa olhando o movimento da mina. Até quando a mina fechou, ele manteve o rito. Nair, resignada e suspirando, diz que *ele apaixonou*. Para ela, quando a mina fechou, a cidade morreu. *Nova Lima está morta, igual um museu, só tem as coisas que morreram.* Haveria muita história a ser contada, mas ela sente que, aos poucos, tudo foi ficando abandonado, afinal, a companhia passou a concentrar seus esforços em outras cidades onde a extração do ouro ainda era lucrativa. Quem adentrava a mina para arrancar o minério não participou do lucro que a companhia obteve. Com as demissões por conta do fechamento da mina, Nair passou a ver

1 *A história da Mina de Morro Velho*. 2002. Acervo do Sindicato dos Mineiros.
2 Ibidem.



[20] Entrada da Mina Grande.
Fotografia da autora, 2023.



[21] Área em frente à entrada da Mina Velha.
Fotografia da autora, 2023.

vários conhecidos desocupados, já não conseguiam encontrar outro emprego e, dos anos de trabalho em Morro Velho guardavam apenas a *herança da silicose* — doença adquirida pelos anos trabalhando no subsolo sem equipamentos de proteção, enquanto se aspirava a poeira fina expelida pelas rochas. Nair diz que a tristeza se abateu sobre a cidade.

Apesar do fechamento da emblemática Mina de Morro Velho, a mineração não deixou de se fazer presente na vida dos moradores da cidade. A empresa, hoje chamada AngloGold Ashanti, manteve o funcionamento de estruturas administrativas na cidade e, no topo do Mingú, ao lado do bairro Mina d'Água, há ainda uma indústria que beneficia o minério de ouro recebido de outros locais de atuação da companhia (Sabará e Caeté). Os grupos que vivem no entorno dessas atividades são abordados por funcionários da empresa para garantir uma relação de 'boa vizinhança' — acolhendo demandas pontuais dos bairros e promovendo atividades culturais e de preservação ambiental. Nair comenta sobre algumas reuniões da 'boa vizinhança' em que participou, ela e outros moradores pediram cursos para os idosos, pois muitos deles estão deprimidos, e também algum dinheiro para conseguirem reformar um espaço público do bairro. O dinheiro era para comprar material, de resto, eles se organizariam em mutirões para conseguir retomar o uso do espaço. A AngloGold escutou a demanda, mas não parece ter levado adiante. Todos os participantes voltaram para casa com um brinde da empresa.

Do outro lado da cidade, opera a pleno vapor a mineração do ferro, que Nair mesmo nunca viu de perto — mas já viu pessoas que usam uniformes dessas empresas circulando perto de sua casa. A Vale, uma das empresas que atua em Nova Lima, também tem um programa de responsabilidade social e há um 'colaborador' (como se chamam agora os empregados) que se dedica a manter o relacionamento com a comunidade, assim como faz a AngloGold. Recentemente, instalaram sirenes e placas porque uma barragem tem risco de romper. Acontecem simulados e a sirene toca todo mês, mas a neta de Nair, que é engenheira e funcionária da Vale, garante que é tudo muito seguro e que não terão maiores problemas com isso.

Este capítulo tem como objetivo apresentar os processos mobilizados pela mineradora ao longo do tempo e que garantiram a longevidade e onipresença da mineração em Nova Lima. Em outras palavras, importam as práticas corporativas das mineradoras que configuraram o espaço da cidade de acordo com os interesses das empresas. Diferente do que é contado nas narrativas mais difundidas sobre a cidade, não se trata da história da realização de um potencial dado, nem de uma



[23] Barragem de rejeitos.
Fotografia da autora, 2023.



[22] Planta Industrial de Queiroz.
Fotografia da autora, 2023.

trajetória natural, mas de um conjunto de processos historicamente constituídos e capitaneados principalmente pelas corporações. Na seção 2.2, explicitarei a sequência histórica entre as diferentes modalidades de extrativismo e a relação entre a mineração e o processo de ocupação da cidade. Em seguida, na seção 2.3, apresentarei a história do bairro Mingú. Para encerrar o capítulo, será discutido um aspecto específico das práticas corporativas: a gestão da relação entre mineradora e comunidades — a assim chamada 'boa vizinhança' —, que articula a capilaridade da mineração nos vários aspectos da vida coletiva com a manutenção dos consensos em torno da inevitabilidade da extração mineral. Embora no contexto novalimense seja possível examinar a atuação de diferentes corporações, sobretudo a partir de meados do século XX, quando entram em ação companhias dedicadas à extração do ferro, as descrições que se seguem concentram-se nos processos das empresas na 'linha sucessória' entre Saint John d'El Rey Mining Co. / Mineração Morro Velho / AngloGold Ashanti, pela sua relevância para o contexto do Mingú.

2.2 Gerações e gerações de extrativismo

A formação da cidade de Nova Lima pode ser entendida como paralela à transformação do espaço configurada pela e para as mineradoras. Ao analisarmos a sequência cronológica de desenvolvimento da atividade, é possível distinguir pelo menos quatro momentos — inspirados nos marcos que delimitam as 'gerações' propostas por Eduardo Gudynas para os extrativismos.[3] Apesar de não analisar diretamente a transformação do espaço, o autor considera as diferenças entre técnicas utilizadas, níveis de mecanização, volume de recursos removidos, relações de trabalho envolvidas etc. Resumidamente, Gudynas destaca que o que caracteriza a primeira geração é o uso de força humana ou animal e o trabalho escravizado; na segunda, o emprego de maquinário a vapor e combustão interna simples; na terceira, o aumento exponencial da escala e complexidade tanto da extração como do próprio maquinário; e na quarta, a continuidade desse processo de complexificação com a adoção de métodos especialmente danosos e de baixo rendimento como a fratura hidráulica. Gudynas ressalta, contudo, que essa periodização não é estanque e as etapas não seguem um esquema de evolução linear, com a

3 GUDYNAS, *Extractivismos*, 2015, pp. 9–30.

substituição de uma pela outra. Em muitos casos, num mesmo lugar e período de tempo, são empregados processos correspondentes a gerações distintas. O que vemos em Nova Lima concentra-se sobretudo nas três primeiras gerações.

Apesar da tendência de as tecnologias adotadas se complexificarem com o tempo, com o emprego de maquinários sofisticados, insumos químicos, etc., esse 'avanço' não quer dizer que os métodos alcançam maior eficiência ou rendimento. Gudynas identifica, paralelamente ao crescimento no volume de recursos extraídos, o gasto também crescente de energia, água, e outros insumos.[4] Nem mesmo os danos provocados pelas atividades extrativas são reduzidos com o incremento tecnológico, pelo contrário, com a expansão possibilitada pelas novas tecnologias sobre áreas que anteriormente não eram rentáveis, os danos tendem a se intensificar e alastrar. Muitas vezes se argumenta que a modernização garantiria que "a tecnologia extrativista seria a melhor e evitaria qualquer calamidade, e quando acontece, isso se deve a um 'acidente', seja de um elemento tecnológico ou humano. Essa é uma posição equivocada e, na realidade, não são eventos inesperados, mas devem ser reinterpretados como uma parte inescapável e inevitável dos extrativismos de grande complexidade, intensidade e cobertura espacial".[5] Além disso, as corporações extrativistas defendem com frequência que vários dos danos ambientais podem ser revertidos, mitigados ou mesmo anulados, mas Gudynas argumenta que o impacto ambiental primário seria a própria remoção dos recursos naturais.

> Essa remoção massiva de recursos é o impacto ambiental primário, mas boa parte das avaliações de impacto e gestão ambiental estão focadas nos efeitos secundários, como a poeira espalhada ou a contaminação da água. Em outras palavras, são discutidas questões como a minimização dos resíduos tóxicos, mas não se debate o fato de que a remoção dos recursos naturais é em si o impacto primário e, para isso, não há remediação possível.[6]

Somam-se aos problemas imediatamente locais e ambientais, decorrentes dos extrativismos, problemas que vão além do sítio onde se localiza a atividade extrativa, entrelaçam várias dimensões da vida coletiva, como a política, a economia e o cotidiano (sócio-espacial). Gudynas propõe o conceito de

4 Ibidem, p. 28.
5 Ibidem, p. 56.
6 Ibidem, p. 56.

"efeitos derrame" para denotar esses danos e transformações relacionados com a garantia da continuidade da produção vão se acumulando e sobrepondo em diferentes escalas.[7]

Tais tendências são enfatizadas pela adoção do termo 'neoextrativismo' pelos teóricos envolvidos com a ecologia política latino-americana pelo menos desde o boom das commodities, quando, por volta de 2008, a alta dos preços das matérias primas e bens de consumo nos mercados globais fomentaram a expansão das fronteiras extrativistas. Nesse período, os governos progressistas da América Latina favoreceram o licenciamento de novos empreendimentos e na manutenção de políticas desenvolvimentistas. É possível aludir também à noção de "consenso das commodities", que, embora tenha sido elaborada por Maristella Svampa especificamente para o contexto contemporâneo latino-americano, reforça a ideia de um acordo, inicialmente tácito, mas cada vez mais explícito, de que a dinâmica extrativista é inevitável. Esse consenso se apoia na conjunção da demanda global por bens primários com as riquezas existentes, a partir da compreensão da América Latina como o lócus da abundância em recursos naturais.[8]

Mesmo que Svampa esteja se referindo ao contexto latino-americano contemporâneo, a trajetória dos extrativismos minerais em Nova Lima parece reproduzir esse acordo tácito, especialmente no que diz respeito à percepção da dinâmica extrativista como inevitável. A longevidade da mineração no território me parece ser um indício disso. É possível ler essa trajetória a partir das gerações e da continuidade e aprofundamento entre extrativismo e neoextrativismo. Destaca-se nos últimos anos, correspondentes ao marco teórico do neoextrativismo, a intensificação da atuação das mineradoras no mercado de terras, em especial a AngloGold Ashanti, que tem produzido loteamentos na cidade e se aliado a incorporadoras imobiliárias, além de ter vendido suas residências operárias, apontando para a discussão proposta por Veronica Gago e Sandro Mezzadra sobre as operações de cunho extrativo do capital, que transcendem o que é delimitado como extrativismo dos recursos naturais, passando a operar na lógica financeira.[9]

7 Gudynas, Extractivismos en América del Sur, 2016, pp. 27–28.
8 Svampa, "Consenso de los Commodities" y lenguajes de valoración en América Latina, 2013, p. 35.
9 Gago; Mezzadra, Para una crítica de las operaciones extractivas del capital, 2015.

Lavras superficiais

> Não deixarei, contudo, de referir aqui também o que vi no famoso Rio das Velhas, porque parece fora de toda a regra do mineral. Em uma península que da terra entra no rio quase até o meio, em que com as cheias fica toda coberta de água, vai lavrar dois córregos pequenos junto da água, os quais, abrindo-se com alavancas, eram todos de um piçarrão duro e claro, e por entre ele, sem se ir lavar ao rio, foi tal a grandeza do ouro de que estavam cheios, que se estava vendo em pedaços e granitos nas mesmas bateias.[10]

O relato de André João Antonil, datado de 1711, é uma amostra do imaginário de abundância de ouro que circulava naquele momento a respeito da Bacia do Rio das Velhas. Foi a descoberta de reservas auríferas que atraiu as incursões coloniais à região. No local onde hoje é Nova Lima, ao redor dos afluentes do Velhas na vertente sudeste da Serra do Curral, também foi essa a motivação. "Partindo da margem esquerda do Rio das Velhas, [os primeiros exploradores] subiram pelos ribeiros e córregos, atraídos pela riqueza de suas areias e tabuleiros auríferos".[11] Não sabemos ao certo com que cenário os grupos dos bandeirantes se depararam. Augusto de Lima,[12] em 1901, descreveu o início do processo de ocupação da cidade com base em fontes como os livros de guardamoria e relatos de viajantes nos séculos XVIII e XIX. O "belo planalto florido, emergindo de selvas densas",[13] mencionado pelo autor, passa uma ideia idílica que acoberta a possibilidade de conflitos com os moradores originários dessas terras. Embora os registros sobre as populações indígenas anteriores às bandeiras na região sejam escassos, podemos supor que tenham sido expulsos ou dizimados, e mesmo o relato de Lima se insere nesse contexto de apagamento sistemático da presença dessas populações. Oiliam José, num estudo de 1965, identificou na Bacia do Rio das Velhas pelo menos três povos anteriores à colonização: os Cataguases (na porção central de onde hoje é o estado de Minas Gerais), Goianás (entre o Velhas e o Piracicaba) e Guarachués (nas cabeceiras do Velhas). O próprio rio era chamado Gwaimi-y — palavra que foi traduzida do tupi para o português, dando origem ao nome atual de Rio das Velhas.

10 ANTONIL, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, 1711, p. 258.
11 LIMA, Um município de ouro, 1901, p. 321.
12 LIMA, Um município de ouro, 1901.
13 Ibidem, p. 326.

Perseguindo a presença de ouro ao longo dos afluentes do Velhas, instalaram-se garimpos nos vales de córregos e ribeirões, como o dos Macacos, dos Cristais e do Cardoso, numa extensão que ia do Velhas até as margens da Serra do Curral. A mão de obra nas lavras, em sua maioria, era de pessoas escravizadas e alguns poucos libertos. Utilizando métodos ainda artesanais, dependentes da força de escravizados e de tração animal, extraiu-se ouro principalmente do leito dos córregos e de lavras superficiais, no solo localizado às margens das águas e nas encostas erodidas pela ação dos rios, deixando expostos cascalhos angulosos e ásperos que continham o ouro (grupiaras). Também foram abertas algumas catas nos morros, escavações em que se tentava obter cascalho de ouro e eram ampliadas ou abandonadas de acordo com o que se encontrava ao abrir a terra.[14]

Na instalação dessas lavras durante o século XVIII, era necessário obter a concessão da Coroa Portuguesa para sua exploração. A terra era repartida em 'datas minerais', unidades territoriais que correspondiam às porções de terreno concedidas pela Coroa, proprietária do solo, para a mineração.[15] Regimentos publicados entre 1603 e 1720 regulamentaram a exploração das jazidas e minas. No geral, apesar das inúmeras minúcias desses regimentos, podemos dizer que os direitos de exploração das lavras descobertas eram repartidos entre o descobridor (que obtinha a vantagem de uma área maior), a Coroa (cujas datas eram vendidas a mineradores) e outros exploradores interessados.[16] Quem se interessasse em minerar deveria ter, portanto, a autorização da Coroa e pagar uma compensação ao monarca. Onde hoje se encontra o estado de Minas Gerais, no geral, as datas foram uma "primeira forma legal de apropriação fundiária", constituindo um regime fundiário paralelo ao das sesmarias (que, grosso modo, eram as concessões de grandes extensões de terras com o objetivo de colonização do interior pela agropecuária).[17] Muitas vezes, as unidades produtivas eram mistas, ao mesmo tempo mineradoras e agrícolas, já que ali se estabeleciam os mineradores e roças para subsistência, dando origem às povoações. A maioria dos proprietários de lavras de ouro também se tornavam proprietários de terras de sesmarias vizinhas — com a ressalva de que na região das minas, havia uma lei de 1731 que determinava que as sesmarias teriam tamanhos reduzidos em relação àquelas do sertão.[18] O uso de água e o corte de madeira nas matas era regulado por meio dos regimentos, que determinavam a preferência do uso pela

14 Reis, *Entre faisqueiras, catas e galerias*, 2007, pp. 98, 106–107.
15 Ferrand, *O ouro em Minas Gerais*, [1894] 1998, p. 356.
16 Ibidem, pp. 144–147.
17 Fonseca, *Arraiais e vilas d'el rei*, 2011, pp. 71, 447.
18 Ibidem, pp. 446, 74.

mineração em detrimento de outras atividades nos distritos mineradores, muitas vezes, devendo ser repartidos entre vizinhos caso algum deles tivesse maior disponibilidade em suas datas.[19]

Em 1702, instituíram-se os guardas-mores nas minas de ouro. Os guardas-mores tinham a responsabilidade de fazer as medições, repartir os terrenos entre aqueles que solicitavam o direito de explorá-los — são os registros das datas minerais nos livros de guardamoria que possibilitaram a investigação realizada por Lima, por exemplo, para remontar a história da ocupação do povoado no século XVIII. O direito de exploração sobre essas terras era condicionado também pela propriedade de escravizados — muito provavelmente era essa a medida da capacidade de extração do minério. Havia a possibilidade de transferência da data (ou seja, do direito de extrair minério daquela área), vendida junto com os escravizados, sob a autorização do guarda-mor ou do superintendente. Um dos motivos aceitos para a venda das datas era a ausência de mão de obra suficiente para explorá-la.[20]

Em 1720, a população que se assentou mobilizada pela mineração era significativa, composta pelos mineradores (proprietários de escravizados a quem tinham sido concedidas as datas), homens e mulheres negros escravizados e poucos libertos.[21] Com o crescimento do número de habitantes, foi constituída em 1748 a freguesia de Congonhas de Sabará, na Comarca de Rio das Velhas, sediada na Vila de Sabará. Lima descreveu o povoado no século XVIII, numa perspectiva construída a partir da análise dos documentos da época:

> [...] ia-se tornando, pelas riquezas auríferas, um núcleo populoso de elementos heterogêneos, propício a frequentes perturbações. Além da população livre, constituída por homens de grande cabedal e fortuna, tumultuava uma multidão muito maior de escravos e libertos, que se acotovelavam nas catas, nos córregos, nas minas. A promiscuidade sexual, a intemperança, o álcool geraram os seus naturais produtos e os contingentes de milícia mandados para ali eram impotentes contra os desmandos da desmoralização geral, ainda mais estimulada na explosão dos seus vícios pela riqueza aurífera que, à flor da terra, iam os homens encontrando.[22]

19 FERRAND, *O ouro em Minas Gerais*, [1894] 1998, pp. 151–152.

20 Ibidem, pp. 144–156.

21 À época, interessava aos senhores que os escravizados se esforçassem para obter mais ouro. Para isso, recompensavam o trabalho de modo que futuramente essas pessoas pudessem comprar sua alforria (MARCONDES; COSTA, 2002). Entendo que boa parte dos negros libertos mencionados na descrição histórica de Lima tenham passado por processos assim.

22 LIMA, Um município de ouro, 1901, p. 326.

Uma de suas motivações para a construção desse cenário parece ter sido o fato de algumas mulheres escravizadas ou forras passarem a trabalhar com vendas de alimentos e bebidas aos homens negros, escravizados ou forros, que ganhavam salários nas extrações do ouro. Aos poucos, essas mulheres também passaram a faiscar o minério, "sem temor algum de Deus Nosso Senhor desencaminhando aos ditos negros, e servindo-lhes de ocasião para cometerem infinitos insultos".[23] As causas desse incômodo dos moradores do morro das Congonhas não é explicitada pelo documento, mas é de se supor que as mulheres escravizadas tenham deixado tarefas atribuídas a elas pelos senhores para se arriscarem nesse comércio. O dito escândalo foi relatado ao Capitão Geral das Minas que mandou proibir que as mulheres negras, escravizadas ou libertas, faiscassem o ouro ou realizassem vendas, sob a pena de castigo físico severo e prisão.

A Mina de Morro Velho foi adquirida pela família Freitas em 1795. Apesar de ser bem difundida a versão de que teria sido o Padre Freitas o primeiro proprietário da mina, o veio já era explorado antes mesmo dessa aquisição, como mostram alguns registros de datas minerais do ano de 1776 obtidos por Lima e a menção nesses registros a concessões de datas realizadas pelo primeiro guarda-mor instituído no local.[24] Parte desses registros apontava o morro onde hoje é o Mingú como localizado em Morro Velho. "A denominação Morro Velho abrangia toda a extensão das cabeceiras até a Praia de Congonhas, compreendendo o Morro do Bonfim, ou do Mingú, onde se abre a grande mina dos ingleses".[25] Podemos considerar que além da denominação da mina, Morro Velho designou também um povoado.[26]

As lavras de Morro Velho, como as demais em Congonhas de Sabará, eram superficiais. Sob os comandos do Padre Freitas, no entanto, de 1814 a 1818, foi utilizado na lavra o sistema de talho aberto para extrair ouro. A rocha era primeiro queimada, depois lavada com água, e o minério em seguida era moído e lavado.[27] Os moinhos de engenho do Padre Freitas eram manipulados pelos trabalhadores escravizados e sua produção parecia estar limitada pela disponibilidade de espaço em que instalava os pilões.[28] Em 1817, quando Auguste de Saint-Hilaire, viajante francês, visitou o povoado,

23 Almeyda, 1729, apud Lima, 1901, p. 327.
24 Ibidem, p. 334.
25 Ibidem, p. 329.
26 Ibidem; Burton, *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*, [1869] 2001, p. 230.
27 Lima, Um município de ouro, 1901, p. 334.
28 Eschwege, *Pluto Brasiliensis*, [1833] 2011, pp. 74–75.

a produção de ouro já era escassa e o cenário era de "decadência e abandono" — semelhante à situação de outros arraiais que cresceram em torno da mineração do ouro na região.[29]

Essa pode ser considerada como a expressão da primeira geração da mineração, conforme descrita por Gudynas, pois até então a força utilizada não envolvia maquinário a vapor e a mão de obra era, na maior parte, escravizada.[30] Em geral, o rápido abandono das lavras, sem necessariamente esgotá-las, na região foi atribuído por viajantes europeus da época à ausência de tecnologia e, sobretudo, de uma racionalidade capitalista nos mineradores brasileiros.[31] Marcondes e Costa,[32] no entanto, criticam tal discurso, pois as perdas, no geral, decorriam da aplicação de "práticas mercantilistas, ou seja, extrair o máximo no mais curto período de tempo", da organização do trabalho extrativo em torno da competição entre vários mineradores e da "abundância e facilidade de extração do ouro aluvionário". Com a concorrência entre os mineradores, as lavras tendiam a ser abandonadas assim que o rendimento diminuísse pois encontrava-se uma lavra inexplorada com melhor rendimento com relativa rapidez e facilidade. Os autores apontam que mesmo os custos de deslocamento dos trabalhos e obras de implantação da nova lavra pareciam compensar diante da perda de rendimento.

Quando, enfim, as possibilidades de lucro pela exploração das lavras superficiais no geral reduziram drasticamente, o esforço em abrir as minas no subsolo passou a ser uma demanda para a continuidade dos empreendimentos, conforme sinaliza Libby:

> A extração de ouro numa escala suficientemente grande para auferir lucros compensatórios exigia investimentos de capital e conhecimento tecnológico relativamente elevados, ou pelo menos além das possibilidades dos 'empresários' nacionais, dado o relativamente sombrio quadro econômico da época. É nesse sentido que o capital britânico e, sobretudo, a Companhia St. John d'El Rey, representavam uma injeção de dinamismo para a economia provincial. Aliás, a St. John continuou sendo uma das mais importantes entidades produtivas de Minas Gerais ainda no século XX.[33]

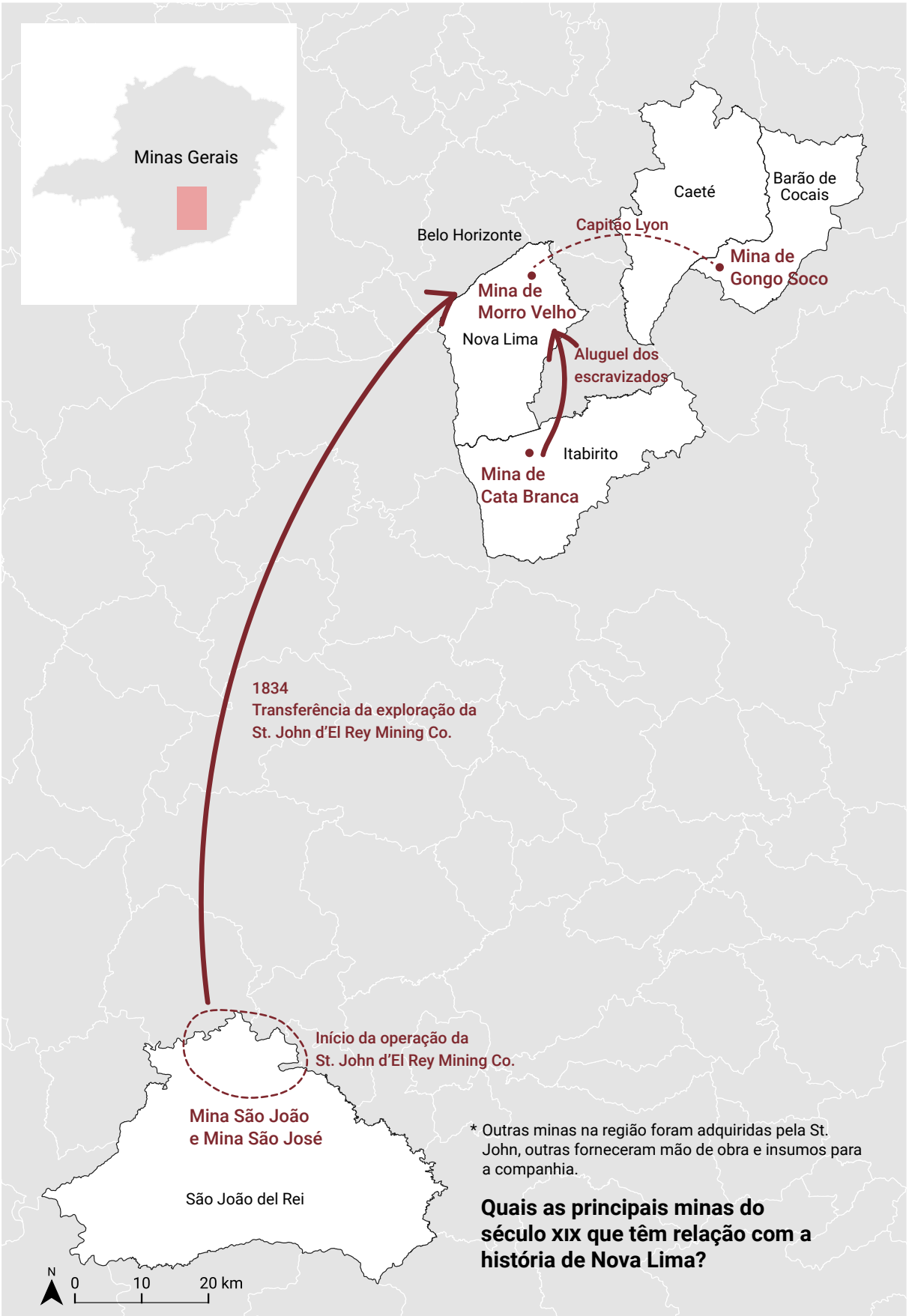
29 Saint-Hilaire, *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*, [1833] 1941, p. 139.
30 Gudynas, *Extractivismos*, 2015, p. 22.
31 Eschwege, *Pluto Brasiliensis*, [1833] 2011, pp. 74–75; Spix; Martius, *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, [1820] 1820, p. 275; Eakin, *British enterprise in Brazil*, 1989, p. 10.
32 Marcondes; Costa, "Racionalidade econômica" e escravismo brasileiro: uma nota, 2002, p. 5.
33 Libby, *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil*, 1984, p. 31.

Minas subterrâneas

A primeira constituição do Império, promulgada em 1824, autorizou a entrada de capital estrangeiro no Brasil a partir de empréstimos, investimentos e tratados comerciais.[34] Pelo menos treze companhias britânicas de mineração se instalaram na província de Minas Gerais entre 1826 e 1880. Embora o montante de investimentos britânicos no extrativismo mineral no Brasil, durante o século XIX, seja relativamente pequeno diante dos investimentos em empréstimos ao setor ferroviário, por exemplo, Douglas Libby sugere que não é possível deixar de lado o que essas companhias mobilizaram em termos de demanda intensiva de mão de obra (naquela época escravizada), nem mesmo as relações estabelecidas com as economias locais para a obtenção de recursos.[35] Em Minas Gerais, essas companhias foram responsáveis por introduzir tecnologias provenientes da industrialização, como pólvora e, mais tarde, dinamite, maquinário para triturar o minério e amalgamação.[36] Com isso, tem início um momento na mineração da região que pode ser identificado como a segunda geração proposta por Gudynas, como vimos anteriormente, com a introdução, inclusive, de minas subterrâneas (abertas por meio da perfuração de poços e galerias para a retirada de minério localizado em pontos mais profundos da terra) na região.

Em 1830, foi criada por sete comerciantes e cavalheiros, em Londres, uma empresa voltada para a exploração mineral no Brasil, a princípio na cidade de São João del Rei.[37] Eles assinaram um contrato de locação das minas de São João e São José naquela cidade, e assim se constituiu a Saint John d'El Rey Mining Company. Com os esforços nessa área frustrados por conta da baixa rentabilidade provocada pela constante infiltração de água no interior da mina subterrânea, seus sócios negociaram, então, a propriedade de Morro Velho, em Nova Lima. A mina havia sido recém adquirida por Capitão Lyon, superintendente na época da Mina de Gongo Soco — localizada nas imediações de Caeté e uma das primeiras minas brasileiras a serem adquiridas pelos britânicos. Em Gongo Soco foram introduzidas as técnicas de mineração subterrânea da Cornualha (*Cornwall*)[38] e

34 GROSSI, *Mina de Morro Velho: a extração do homem*, 1981, p. 36.
35 LIBBY, *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil*, 1984, p. 29.
36 GROSSI, *Mina de Morro Velho: a extração do homem*, 1981, p. 38.
37 HOLLOWOOD, *A história de Morro Velho*, 1955, pp. 17–22. Num raro registro, Hollowood apresenta os sete fundadores da companhia, junto ao contrato que designa o primeiro superintendente das minas, Charles Herring, comerciante inglês que partia naquele momento da Europa para o Brasil.
38 Condado no sul da Inglaterra com histórico de mineração, sobretudo de estanho e cobre.



[24] Localização de minas em outras cidades que se relacionam com a história de Nova Lima.
Fotografia da autora, 2023.

o uso de força hidráulica (como substituta para a queima de carvão).[39] A aquisição de Morro Velho pela St. John ocorreu em 1834 e foi sob o comando dessa companhia que teve início a lavra subterrânea do ouro na mina, o uso de explosivos e o emprego de maquinário movido a água. Conforme a extração se expandiu pelo subsolo, com o uso das tecnologias introduzidas pela companhia inglesa, foi necessária a construção de uma estrutura em madeira para sustentar as galerias da mina.

Além de abrir o país ao capital estrangeiro, a Constituição de 1824 reconheceu o pleno direito à propriedade e manteve na lei a concessão do direito de lavra — diferente do período colonial, em que a propriedade era do monarca, foi introduzido o 'sistema dominial', considerava-se que as reservas minerais eram patrimônio do Estado. "Ainda que a sua exploração dependesse de concessão imperial, seus objetivos tinham que estar afinados com os mais elevados interesses da Nação".[40] Contudo, essa definição foi amplamente contestada na época, já que a Constituição não distinguia explicitamente a propriedade do solo da propriedade do subsolo — assim, em tese, o dono das terras seria também dono de suas reservas minerais. O interesse da St. John em propriedades vizinhas já era demonstrado logo de início: a aquisição da Fazenda Senhor do Bonfim (onde hoje é o Mingú) pela mineradora começou a ser negociada antes mesmo da vizinha Fazenda do Morro Velho em 1834. Os registros analisados por Triner dão conta de uma negociação da companhia inglesa com um dos sócios proprietários do terreno correspondente ao Morro do Bonfim ou Mingú. A conclusão da compra do terreno, no entanto, aconteceu somente em 1898, 64 anos depois. No documento, analisado pela autora, consta a declaração de que "a companhia tem posse absoluta, mansa e pacífica que lhe assegura o direito sobre todo o imóvel agora denominado 'Morro do Bonfim ou Mingú'", declarando não haver nenhuma contestação da posse da companhia.[41] A St. John aguardou o espólio após a morte do outro sócio para adquirir o restante do imóvel de seus herdeiros. Nesse meio tempo, a companhia, no lugar de comprar parcelas do terreno, foi adquirindo pouco a pouco a participação na sociedade de proprietários das terras.

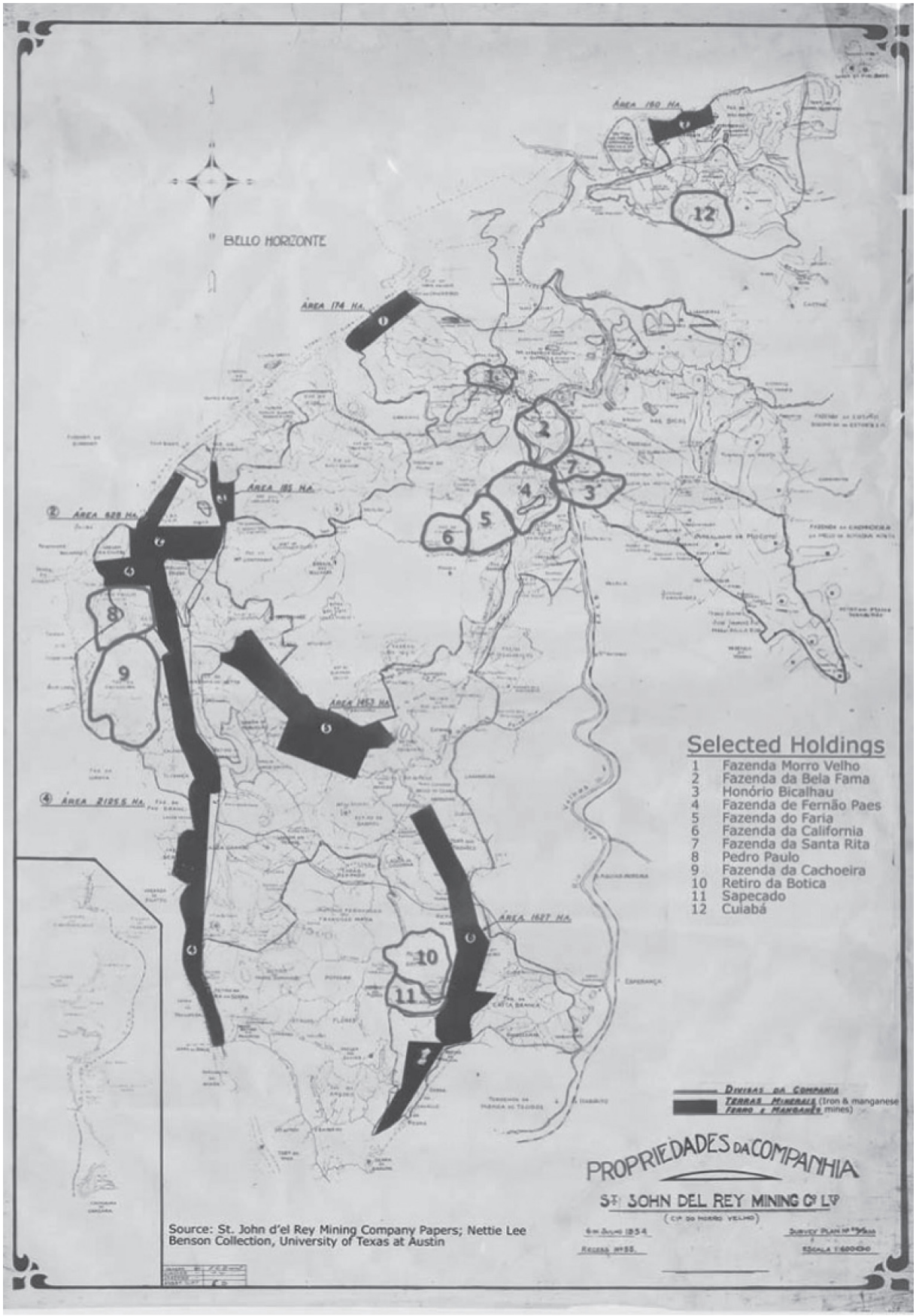
Essa política de compra dos terrenos no entorno da mina se intensificou entre as décadas de 1860 e 1870, após a promulgação da Lei de Terras de 1850 (que dispõe sobre as terras devolutas do Império), conforme analisa Cláudia Pires considerando registros da aquisição de fazendas pela St. John

39 Eakin, *British enterprise in Brazil*, 1989, p. 18.
40 Barbosa, Breve panorama da legislação minerária, 1994, p. 68.
41 Triner, Property Rights, Kinship Groups..., 2004, p. 18.

d'El Rey.[42] Entre a independência do país e a promulgação dessa lei, houve um período de indefinição sobre a questão jurídica da posse das terras no Brasil e várias tentativas de regularizar a estrutura fundiária foram frustradas — a própria Fazenda do Morro Velho foi comprada pela companhia inglesa durante esse período entre 1822 e 1850. As discussões entre os parlamentares envolviam não só a questão da ocupação, posse e propriedade das terras em si, mas também a imigração e a substituição da mão de obra escravizada pela assalariada.[43] Ao cabo de intensas disputas entre vertentes políticas, de acordo com o que analisa João Ricardo Pires,[44] sobreveio a garantia da propriedade privada da terra e da dominação escravista. Além da regulação das terras devolutas, definidas pela exclusão das terras particulares, a lei versava sobre o processo de regularização de terras adquiridas por posses, sesmarias e outras concessões (muito provavelmente este último era o caso das datas minerais), seu tópico principal para situar a política fundiária da St. John. As terras adquiridas dessa maneira deveriam, então, ser demarcadas para a titulação dos proprietários. No processo de registro das terras, contudo, havia brechas que favoreciam os indivíduos com poderio político e econômico — desde a aplicação frouxa da lei pelas regiões, conforme os interesses privados, até a necessidade de demarcar as terras coincidindo os limites com os apresentados na demarcação das propriedades vizinhas. Assim, a tendência era de que valessem as informações prestadas por aqueles que tivessem mais influência no local.[45]

Há indícios, nos arquivos acessados por Triner, de que a St. John teve sua posse reconhecida e legitimada em alguns terrenos, dentro do escopo da Lei de Terras de 1850.[46] As centenas de processos de aquisição de terras pela companhia, segundo a autora, foram exaustivamente documentadas (ainda que não seja possível medir se há informações ocultadas por esses documentos sem ter acesso aos originais). Nas descrições da autora não há distinção entre a posse e a compra de terras, o que seria fundamental para entender como a companhia acessou inicialmente esses terrenos. Contudo, Triner sinaliza que a St. John se envolveu em várias disputas pela demarcação de terras — cuja origem ela identifica, pelos documentos da própria companhia, que seriam demarcações ambíguas dos limites

42 Pires, C. *Evolução do processo de ocupação urbana do município de Nova Lima*, 2003, pp. 134–136.
43 Pires, J. Legislações sobre a terra no Brasil e a tradição conservadora, 2013, pp. 20–22.
44 Ibidem, p. 23.
45 Ibidem, pp. 23–28.
46 Triner, Property Rights, Kinship Groups, 2004, p. 8.



[25] Propriedades da St. John. Áreas de interesse para a mineração do ferro e do manganês estão preenchidas de preto.
Triner, 2004.

geográficos.[47] Podemos supor que a empresa tenha se beneficiado das brechas da lei na regularização das terras. No caso da Fazenda Senhor do Bonfim, por exemplo, estranha que a St. John, além de ter aguardado pacientemente o espólio de um dos sócios, tenha declarado ter posse absoluta, mansa e pacífica da propriedade. Entendo que, nesse caso, ela teria acessado alguma porção do terreno por meio da posse. Em inúmeros casos, a companhia constituiu sociedade com proprietários (mineradores ou agropecuaristas de porte menor e seus herdeiros) que não se interessaram por vender as datas, aguardando até décadas para comprá-las dos herdeiros, "uma paciência multigeracional por parte da companhia".[48] Tudo isso exemplifica a importância da aquisição de terras para a mineradora.

Já em 1891, com a Constituição da República, foram conferidos ao proprietário do solo também os direitos sobre o subsolo, o chamado 'regime de acessão'. Mesmo com uma tentativa em 1915, com a Lei Calógeras, de atenuar esse princípio, possibilitando a exploração da mina por terceiros, que não o dono das terras, logo em 1916 o Código Civil restabeleceu plenamente o regime da acessão.[49] Com o passar das décadas até o século XX, St. John chegou a uma situação na cidade que podemos considerar como um monopólio sobre a propriedade da terra, cujos efeitos sobre a população discuto na seção 2.4. Além de terras mineráveis (com reservas de ouro e de ferro), e do controle da superfície sob a qual se desenvolvia a mina, a companhia também adquiriu terras de famílias influentes na região, cobertas por matas para abastecer suas operações com madeira e carvão ou que se mostrassem úteis para o cultivo de gêneros alimentícios.[50] Outras minas de ouro que foram compradas pela companhia, entre 1834 e 1908, de acordo com Cláudia Pires, foram: Gabiroba; Gaya; Cata Branca (em Itabirito); Cuiabá (em Sabará); Espírito Santo (em Raposos); Faria (em Honório Bicalho).[51] Várias delas foram exploradas paralelamente às operações em Morro Velho, outras foram retomadas anos mais tarde, quando havia tecnologia suficiente para tornar as atividades rentáveis.

O uso imediato de boa parte das terras adquiridas pela empresa foi para a fixação de mão de obra na transição entre o trabalho escravizado e o assalariado — tema que será abordado em mais detalhes no item 4.2, aqui apresento brevemente o que motivou, num primeiro momento, a construção de moradias operárias pela mineradora. Durante mais de cinquenta anos de operação, a

47 Ibidem, p. 19.
48 Ibidem, p. 16.
49 Barbosa, Breve panorama da legislação minerária, 1994, p. 69.
50 Eakin, *British enterprise in Brazil*, 1989, pp. 50–51, 86–87.
51 Pires, *Evolução do processo de ocupação urbana do município de Nova Lima*, 2003, pp. 135–136.

companhia inglesa utilizou mão de obra escravizada. A modernização dos processos na mina não alterou o regime de trabalho compulsório, pelo contrário, conforme analisa Libby,[52] a racionalidade na exploração desse tipo de trabalho foi um dos principais componentes na obtenção de lucro pela companhia durante o século XIX. Mesmo com a proibição do tráfico transatlântico e da comercialização, tanto na legislação britânica como brasileira, até a abolição em 1888, a empresa procurou driblar as restrições por meio do aluguel de escravizados de pequenos proprietários de minas ou de terras cultivadas.[53] Alguns trabalhadores assalariados, vindos das zonas rurais próximas ao povoado, passaram a se empregar na mina. Essas pessoas, no entanto, mantinham seus vínculos com o campo e retornavam às lavouras nos momentos de colheita e plantio, deixando a mina. Para que se tornassem mais assíduos no trabalho no subsolo e permanecessem no povoado, a companhia passou a construir moradias operárias.[54] Também a imigração de trabalhadores foi estimulada nesse período, quando vieram, por exemplo, os chineses, conhecidos como sendo os primeiros moradores do Mingú.[55]

Durante as primeiras décadas de operação da companhia inglesa, as moradias dos escravizados concentravam-se no bairro hoje chamado Boa Vista e em Timbuctoo,[56] descrito por Richard Burton como "o mais alto bairro negro, Timbuctoo, saudosa lembrança do que pode ter sido a terra natal".[57] Em outra parte do povoado, os ingleses trouxeram suas famílias e formaram uma espécie de colônia inglesa no arraial, que se concentrava no bairro do Retiro.[58] Fundou-se uma Igreja Anglicana e os ingleses não eram sequer enterrados no mesmo cemitério que os brasileiros.[59] Mesmo com o fim da escravidão ao fim do século XIX, a hierarquia que existia nos ambientes de trabalho também se expressava pela distribuição espacial das moradias. Os britânicos chegaram a formar uma espécie de 'colônia' fechada, de casas espaçosas, e os descendentes dessas pessoas só se naturalizaram brasileiros para se manterem na diretoria da empresa, quando, na década de 1930 sob o governo Vargas, passou a ser exigida uma cota mínima de brasileiros nos postos de trabalho.[60] Já os bairros operários foram

52 Libby, *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil*, 1984, p. 17.
53 Ibidem, pp. 98–102; Eakin, *British enterprise in Brazil*, 1989, pp. 33–34.
54 Libby, *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil*, 1984, pp. 101–102.
55 Ibidem, p. 105.
56 Na tradução consultada de Burton ([1869] 2001) são adotadas, indistintamente, duas grafias para o nome do povoado: Timbuctoo e Timbuctu. No original em inglês, consta como Timbuctoo, grafia que adotei aqui.
57 Burton, *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*, [1869] 2001, p. 272.
58 Libby, *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil*, 1984, p. 105.
59 Eakin, *British enterprise in Brazil*, 1989, p. 245.
60 Ibidem, p. 99.

distribuídos ao redor da mina, muitas vezes sem se considerar as condições de ocupação de lugares que se encontravam, inclusive, sobre a perfuração do subsolo, como é o caso do Mingú.

Chama a atenção no processo de modernização e escavação subterrânea da mina a frequência com que os trabalhadores no subsolo eram submetidos a desastres. Entre 1850 e 1886 foram diversas as ocorrências envolvendo desmoronamentos e, inclusive, incêndio no madeiramento da mina (esses desastres serão analisados no capítulo 3). As vítimas fatais eram, na maior parte, homens escravizados, sendo que alguns trabalhadores eram feridos e socorridos pelo serviço médico da própria companhia. Em 1886, um desabamento de grandes proporções abateu as galerias da mina e vitimou vários trabalhadores. Embora não haja um registro preciso sobre quantas pessoas foram mortas ou feridas na ocasião, circula nos relatos dos moradores da cidade, a história de um desastre terrível que deixou presos e sem chance de resgate vários trabalhadores no interior da mina. A solução que teria sido adotada para abreviar o sofrimento dessas pessoas teria sido afogá-las desviando as águas de um córrego para o interior da mina. O desastre de 1886 também é emblemático pela interrupção dos trabalhos da mina. Por um tempo, os acionistas londrinos pensaram que se tratava de uma situação irreversível — não seria mais possível reestabelecer a exploração de forma lucrativa.

Foi preciso que George Chalmers, superintendente da mina na época, os convencesse de que ainda era rentável seguir explorando aquele veio. Com a abertura de dois poços, localizados no Mingú, o veio foi atingido numa profundidade de setecentos metros abaixo da superfície. O túnel de entrada para a mina foi aberto na base do Morro do Mingú, dando origem à chamada Mina Grande. Sob seu comando e objetivo de ter um alto rendimento, a técnica de perfuração dos túneis foi alterada, com o preenchimento de áreas escavadas com material da superfície para estruturar, e a planta de beneficiamento do minério foi transformada, com a introdução do uso de pilões californianos, um processo de separação química do ouro com cianeto e, mais tarde, com a refrigeração do interior da mina.[61] No século XX, com essas mudanças desencadeadas pelo desastre, a Mina de Morro Velho tornou-se a mina de ouro mais profunda do mundo com aproximadamente 2,5 quilômetros abaixo da superfície. Esse processo, que tem início com o desabamento da mina em 1886 e segue com a reconfiguração das atividades de subsolo e de superfície, são melhor analisadas no capítulo 3, que trata da produção dos desastres da mineração.

61 Ibidem, pp. 43–44.

Minas a céu aberto

Em 1891, o povoado foi emancipado de Sabará, tanto em termos territoriais quanto em termos administrativos, passando a se chamar Villa Nova de Lima. Já em 1923, como um município, passa a se chamar Nova Lima.[62] A empresa, por sua vez, após a reestruturação decorrente do desastre de 1886, passou por diferentes arranjos institucionais, começando em 1934, deflagradas pelas alterações na legislação do governo Vargas. Nesse mesmo ano, foi estabelecido o primeiro Código de Minas do país (Decreto-Lei n.º 24.642, de 10 de julho de 1934), com o regime de concessões, determinando que para extrair o minério seria necessário obter autorização junto à União. As minas e propriedades já exploradas deviam ser manifestadas ao governo federal, não precisavam ser autorizadas. Na Constituição promulgada no mesmo ano, ficou estabelecido ainda que seriam feitas concessões de pesquisa e lavra mineral somente a brasileiros ou empresas brasileiras. Com isso, foi criada a Companhia de Mineração Novalimense (CMN), de que a St. John era a maior acionista:

> Essa empresa 'laranja' era teoricamente uma corporação brasileira, criada e organizada no país, com ações negociadas no Brasil. A St. John controlava as ações e o conselho era formado por advogados brasileiros e dirigentes envolvidos com a empresa. A St. John continuou (e ainda continua [em 1989]) a operar seus manifestos de mina por meio dos direitos minerários da CMN. A mineração feita hoje em Morro Velho e nos depósitos de ferro é feita nas concessões controladas por essa empresa laranja.[63]

Em 1958, num momento de crise financeira e dificuldade em aplicar novas tecnologias para extrair e beneficiar o ouro, a companhia foi comprada pela estadunidense Hanna Mining Corporation. O interesse principal eram as reservas de ferro da companhia (ainda pouco exploradas), considerando o aumento da demanda por ferro e aço no pós-guerra. A Hanna Mining Co. não pretendia assumir os passivos econômicos e sociais deixados pela mineração do ouro na administração anterior e as vendeu

62 IBGE. *Nova Lima: História e Fotos*. IBGE Cidades. s.d.Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/nova-lima/historico>. Acesso em: 16 nov. 2023.

63 EAKIN, *British enterprise in Brazil*, 1989, pp. 98–99.

para um grupo brasileiro, formado por Fernando Mello Viana, o banqueiro Walter Moreira Salles e Horácio de Carvalho, dando origem à Mineração Morro Velho, em 1960.[64]

Antes do século XX, havia mineração do ferro no Brasil em menor escala, voltada a atender pequenas forjas e fábricas.[65] A própria St. John, segundo aponta Libby, aproveitou-se dessa produção para a compra de peças para a manutenção de seu maquinário.[66] No panorama nacional, impulsionadas pelo período do pós-Segunda Guerra Mundial, surgiram entre 1940 e 1960 inúmeras empresas dedicadas ao minério de ferro e à siderurgia: a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Usiminas, Açominas, Minerações Brasileiras Reunidas (MBR). Entre 1960 e 1970, foram iniciados os trabalhos em inúmeras minas de extração do ferro no território de Nova Lima. A maior parte dessas minas surgiu em terrenos de propriedade da St. John, que garantiram às empresas que adquiriram seu capital a prioridade no requerimento de concessão das lavras, como era prevista no Código de Minas de 1934. Mesmo que o regime de acessão não fosse mais adotado pela legislação, a prioridade na exploração fez com que a propriedade da terra tenha sido fundamental na expansão territorial da mineração em Nova Lima pela extração de ferro.

Em meados do século XX, com o surgimento de várias indústrias na Região Metropolitana de Belo Horizonte, como a Mannesman (siderúrgica) e a FIAT e em outros locais no Brasil, e com a profusão de projetos infraestruturais, o trabalho passou a se especializar para atender às demandas do mercado. Em Nova Lima foi aberta uma escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), atendendo diretamente aos interesses para trabalho na Mina de Morro Velho. O SENAI de Nova Lima era reconhecido na região pela qualidade do ensino e esse passou a ser um diferencial dos operários novalimenses quando se candidatavam a vagas noutras empresas. Nesse período, alguns trabalhadores passaram a se empregar em outras empresas na região.

Diferente da extração do ouro nas galerias subterrâneas, que foi dominante na área até as primeiras décadas do século XX, essas minas na região são exploradas a céu aberto, recortando bancadas no relevo do local. O processo envolve a remoção de porções grandes de solo misturado com minério até que se acessem as camadas com maior teor de minério de acordo com os interesses econômicos.

64 Ibidem, p. 65; ANGLOGOLD ASHANTI. *Linha do tempo da AngloGold Ashanti no Brasil*. 2022Disponível em: <https://www.anglogoldashanti.com.br/sobre/linha-do-tempo/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

65 CASTRO et al., *Entendendo a mineração no Quadrilátero Ferrífero*, 2011, pp. 37–41.

66 LIBBY, *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil*, 1984, pp. 79–80.



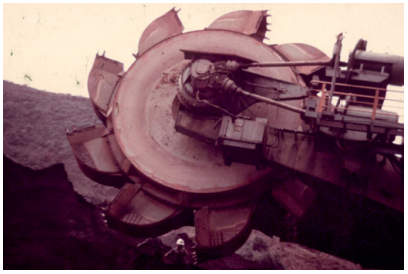
[26] Operários na Mina de Águas Claras.
Autor desconhecido, 1973.*



[32] Caminhão fora-de-estrada.
Autor desconhecido, 1973.*



[27] Escavadeira e caminhões.
Autor desconhecido, 1973.*



[31] Escavadeira de roda de caçamba.
Autor desconhecido, 1973.*



[28] Explosões na serra.
Autor desconhecido, 1973.*

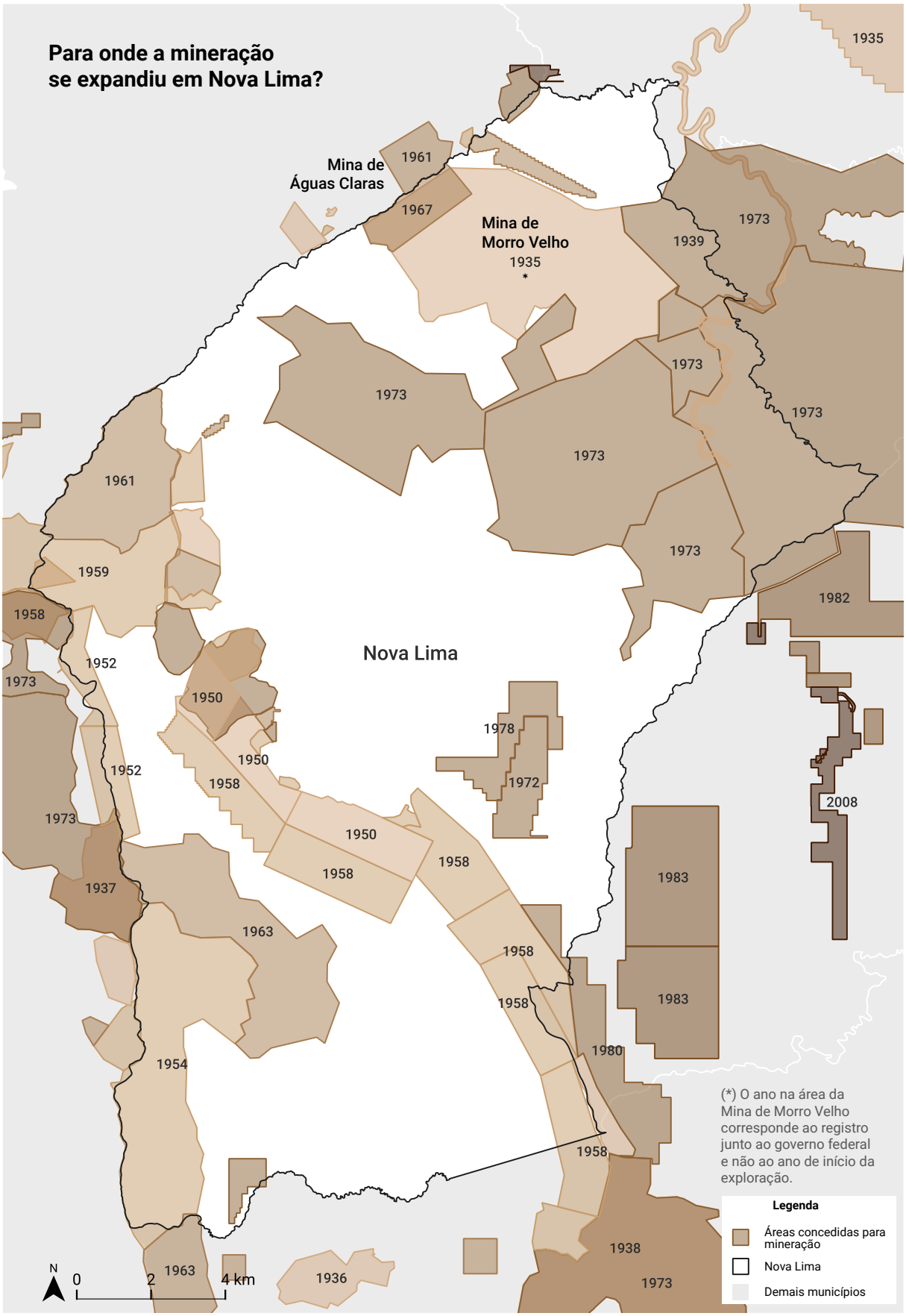


[30] Usina e Nova Lima ao fundo.
Autor desconhecido, 1973.*



[29] Mina de Águas Claras.
Autor desconhecido, 1973.*

* Slides de divulgação institucional da MBR, 1973. Publicados no grupo MBR - Minerações Brasileiras Reunidas, do Facebook.



[33] Áreas onde foram concedidas as lavras em Nova Lima.
Elaboração própria a partir dos dados do SIGMINE/ANM (2023) e do GEOPNL (2023).

São utilizados explosivos, retroescavadeiras e caminhões para a retirada do material. A deposição dos rejeitos e material considerado estéril passou a ser feita em barragens geralmente construídas em vales naturais. Instala-se um barramento na boca do vale e com isso é criado um reservatório para o despejo do material.[67] As barragens não são exclusivas da mineração de ferro ao céu aberto, mesmo os rejeitos da Mina de Morro Velho eram depositados numa dessas estruturas a partir de 1940.

Um exemplo emblemático, capitaneado pela Hanna Mining Co., foi a Mina de Águas Claras, localizada nas cabeceiras do córrego de mesmo nome na Serra do Curral, na divisa entre Nova Lima e Belo Horizonte, explorada pela associação entre Hanna Mining Co. e MBR, sendo adquirida em 2006 pela Vale, que se mantém proprietária até hoje. A mina foi explorada por trinta anos, entre 1972 e 2002, com uma capacidade inicial de produção de doze milhões de toneladas ao ano, com a possibilidade de expansão para vinte milhões.[68] Para se ter ideia da diferença de escala de operações e de produção, no ano de 1979, a MBR extraiu da Mina de Águas Claras cerca de doze milhões de toneladas de minério de ferro,[69] enquanto a Mineração Morro Velho extraiu, naquele ano, de suas minas em operação cerca de 460 mil toneladas de minério de ouro. Nos anos de maior produção da Morro Velho, entre 1988 e 1990, esse número chegou a quase 1,2 milhão de toneladas.[70] Se considerarmos a possibilidade de expandir a produção até vinte milhões de toneladas de minério na Mina de Águas Claras, temos quase vinte vezes o que a Mineração Morro Velho extraiu nos anos de maior produção. Se compararmos ainda com a Mina de Morro Velho no século XIX, a diferença é ainda mais absurda: a maior produção era de cem mil toneladas por ano. É a esse incremento exponencial na produção que Gudynas se refere para delimitar a terceira geração de extrativismo.

O crescimento da produção e da área explorada é acompanhado pelos danos cada vez mais alastrados, como defende Gudynas ao propor o conceito de 'efeitos derrame'.[71] No caso da mineração do ferro, chamam a atenção as ocorrências envolvendo as barragens de rejeitos. Entre 2000 e 2019, pelo menos oito dessas estruturas em Minas Gerais deflagraram desastres, os dois mais conhecidos sendo em Mariana, com a barragem da Samarco, e Brumadinho, com a barragem da Vale. Em Nova Lima, num caso praticamente desconhecido da população, houve o rompimento de uma barragem

67 GOMIDE et al., *Dicionário crítico da mineração*, 2018, p. 154.
68 MIKESELL, Hanna in Brazil: The Story of an Iron-Mining Venture, 1983, p. 190.
69 Ibidem, p. 192.
70 MINERAÇÃO MORRO VELHO LTDA., *Morro Velho: História, fatos e feitos*, 1996, p. 139.
71 GUDYNAS, Extractivismos en América del Sur, 2016.

de rejeitos no distrito de São Sebastião das Águas Claras (Macacos) em 2001, da Mineração Rio Verde (adquirida em 2006 pela Vale), que matou cinco pessoas e deixou um rastro de destruição numa área de Mata Atlântica.

Os processos em Mariana e Brumadinho vêm provocando debates e alterações nas normativas de segurança das barragens de rejeitos da mineração. Com isso, várias dessas estruturas em Nova Lima tiveram os planos de ações emergenciais acionados por apresentarem características atribuídas aos níveis de risco classificados pela Agência Nacional de Mineração (ANM). As manchas de inundação dos eventuais rompimentos se sobrepõem ao centro da cidade e aos distritos de São Sebastião das Águas Claras (Macacos) e Honório Bicalho.

Em fevereiro de 2019, várias famílias foram retiradas de suas casas em Macacos quando foi acionado o plano de ações emergenciais de barragens de mineração (PAEBM) da barragem B3/B4 da Mina de Mar Azul (localizada na região ao redor da BR-040), da Vale. No bairro Capela Velha, localizado no distrito, a empresa construiu uma estrutura de contenção a jusante (um muro enorme que deve represar a lama do eventual rompimento da barragem), que em 2022 por um erro na sua construção represou as águas da chuva ilhando o distrito. Além disso, as diversas áreas que estão sob o risco de rompimento das inúmeras barragens situadas ao redor da cidade estão sendo submetidas a uma rotina mensal de testes das sirenes de emergência, além de terem recebido nas ruas a sinalização de rotas de fuga (muitas vezes desconectadas com a realidade do local, conduzindo as pessoas por locais de risco antes de chegarem ao local supostamente seguro) e de pontos de encontro, onde devem esperar em segurança.

Paralelo ao processo de expansão da extração de minério de ferro, a Mineração Morro Velho, que passou a controlar os negócios pertencentes antes à St. John relativos ao ouro, permaneceu como uma empresa de capital majoritariamente brasileiro entre 1960 e metade da década de 1970, quando foi adquirida pela Siderúrgica Hime S.A., propriedade da Anglo American Corporation (África do Sul) e Bozano, Simonsen (São Paulo). Nessa década, o preço do ouro havia se elevado, retomando os interesses de investimento nas minas antigas que havia na região. A Mineração Morro Velho transformou-se em AngloGold em 1999, quando essa subsidiária foi vendida pela Anglo American. A composição atual da empresa, AngloGold Ashanti, data de 2004, quando AngloGold e Ashanti Goldfields Limited se fundiram.

A respeito da mineração do ouro nas últimas décadas do século XX, também é possível notar uma expansão das áreas exploradas pela Mineração Morro Velho paralela também à expansão da mão de obra empregada. Entre as décadas de 1930 e 1950, a percepção era de que, fora os espaços habitados pelos ingleses e o próprio espaço da empresa, "o resto era tudo nosso: cidade feita por nós; cidade feita para nós, os mineiros da Morro Velho: milhares de operários ativos, mais os dependentes".[72] Se considerarmos a análise de Nair, de que a cidade teria morrido com o fechamento da mina, é possível imaginar essa presença massiva de empregados da companhia entre os moradores da cidade, sobretudo no núcleo urbano da Sede, que cresceu ao redor da mineração.

A Mina Velha, paralisada em 1886, foi reaberta por volta da década de 1960 — retomada que é celebrada pela companhia por conta da alta disponibilidade de minério —, passando a "servir como um pulmão para a alimentação da planta de tratamento".[73] Já na década de 1980, a Morro Velho deu início ao projeto Cuiabá/Raposos, com a reativação da Mina Cuiabá (em Sabará), aprofundamento da Mina de Raposos e inauguração da usina metalúrgica de Queiroz, de beneficiamento do ouro e produção de ácido sulfúrico, no topo do Morro do Mingú, a menos de um quilômetro do bairro.[74] Em 1995, a Mina de Morro Velho iniciou o processo de desativação — no complexo, a primeira mina foi desativada em 1995 (Mina Grande) e a segunda, em 2003 (Mina Velha). De acordo com o que é relatado pela própria empresa,[75] durante os primeiros anos da década de 1990, foram feitos investimentos em mecanização dos processos extrativos, refrigeração e ventilação, e pesquisas "na busca de estender sua vida útil". Contudo, "os resultados obtidos frustraram as expectativas de mantê-la [Mina Grande] em atividade", pois a complexidade das operações não possibilitaria "condições ideais de trabalho e retorno econômico compatível". Mesmo com a interrupção das operações na Mina de Morro Velho, a usina de Queiroz seguiu em funcionamento recebendo o material de Sabará, Raposos e mais tarde da Mina Lamego, em Caeté.

A partir de 1960, a mineradora recorre a outra fonte de lucros com a intensificação dos loteamentos em seus terrenos e venda das casas antes alugadas, uma espécie de política de acesso à casa própria, considerando as terras que não seriam produtivas para a mineração. A maior parte dos loteamentos foi feita fora da chamada Sede de Nova Lima, um dos primeiros núcleos de ocupação da

72 Grossi, *Mina de Morro Velho: a extração do homem*, 1981, p. 69.
73 Mineração Morro Velho Ltda., *Morro Velho: História, fatos e feitos*, 1996, p. 113.
74 Ibidem.
75 Mineração Morro Velho Ltda., *Morro Velho: História, fatos e feitos*, 1996, pp. 112–113.

cidade (onde está a Mina de Morro Velho, os bairros dos ingleses e vários outros bairros operários). A partir desse momento, a cidade começa a apresentar outro padrão de ocupação composto por vários núcleos.[76] Desde a década de 1950, há registros de loteamentos feitos em terras da empresa, como é o caso do bairro Jardim Canadá, localizado no eixo da BR-040, estrada que liga o Distrito Federal ao Rio de Janeiro, passando por Minas Gerais. Mesmo quando não se realizavam os loteamentos nas propriedades da companhia, aconteciam em terrenos vizinhos.[77] Após a construção da MG-030, que sai de Belo Horizonte e atravessa Nova Lima rumo a Itabirito, o foco de expansão dos loteamentos passou a ser o vetor entre Nova Lima e Belo Horizonte, onde surgiu um padrão luxuoso de moradias, condomínios e arranha-céus, pelo qual Nova Lima tem sido reconhecida hoje em dia. Também nesses terrenos, foi comum a aliança entre mineradoras e incorporadoras imobiliárias para o parcelamento da área.[78]

Quanto às moradias operárias alugadas por décadas aos trabalhadores da companhia, estas passaram a ser vendidas na década de 1960, quando a Hanna Mining Co. adquiriu a St. John. Segundo o sindicalista e político José Gomes Pimenta (Dazinho),[79] em relato coletado por Yonne Grossi, o raciocínio da empresa passava pelo desinteresse em manter a mina de ouro — caso a mina fechasse, os operários não cumpririam suas obrigações (como a aquisição das moradias).[80] Para adquirir as casas, muitas pessoas fizeram financiamento junto à própria empresa, conforme o relato de um morador do Mingú, "*era um carnê com a prestação do terreno, e um carnê com o seguro*".

Um ex-funcionário da empresa relatou a elaboração de um plano diretor sobre a destinação das terras da empresa por volta de 1980. O primeiro passo relatado foi a qualificação das terras entre aquelas que estariam destinadas prioritariamente para a pesquisa mineral, aquelas passíveis de uso em loteamentos residenciais "*sem provocar impactos ambientais*", e, ainda, as áreas com remanescentes de Mata Atlântica e Cerrado.

> *A criação da empresa Imobiliária Morro Velho foi realmente importante para identificar locais adequados e elaborar projetos de loteamentos e planos de vendas de lotes a preços justos,*

76 Pires, *Evolução do processo de ocupação urbana do município de Nova Lima*, 2003, p. 25.
77 Ibidem, p. 249.
78 Ibidem, pp. 157, 165, 274–275.
79 A respeito da trajetória de Dazinho, ver o livro de Michel Le Ven (1998), *Dazinho: um cristão nas minas.*
80 Grossi, *Mina de Morro Velho: a extração do homem*, 1981, p. 255.

> *que vieram ao encontro de uma forte demanda por aquisição e/ou construção de casas próprias, demanda essa fortemente reprimida por falta de oferta de lotes e imóveis residenciais na cidade de Nova Lima (e também em Raposos).*

Segundo o ex-funcionário, a empresa ainda auxiliou no processo de construção das casas, estabelecendo um plano de mutirões. Esse parece ter sido o caso de algumas casas no bairro Mina d'Água, logo acima do Mingú, às margens da barragem de rejeitos de Queiroz.

O que ocorre com as moradias operárias a partir do estabelecimento da imobiliária é que a maior parte das pessoas não pôde mais permanecer nas casas sem se submeterem ao financiamento de sua compra. Nessa expansão dos negócios da mineradora para o mercado imobiliário, há, portanto, indícios de que a exploração capitalista deixa de se limitar ao trabalho assalariado e passa a se expressar por meio da dívida e da financeirização do acesso à moradia. É nesse sentido que Gago e Mezzadra[81] propõem a consideração da expansão das operações extrativas para além dos aspectos territoriais (remoção de matérias primas), passando pela lógica financeira, na contemporaneidade.

Prospecção

Hoje, vinte anos depois do fechamento da Mina de Morro Velho, apenas 18 quilômetros-quadrados de Nova Lima (cujo território tem aproximadamente 430 quilômetros-quadrados) não possuem processos minerários ativos, de acordo com os dados da ANM (fig. 35). Isso quer dizer que nas áreas restantes, há vários processos solicitando à agência a autorização para pesquisar ou explorar minérios (fig. 34), além das áreas já concedidas para a mineração (fig. 33). Há inclusive sobreposição entre as áreas dos processos: em algumas áreas já exploradas, há solicitações para a pesquisa de novos minerais como o manganês. A maioria das minas de ferro em atividade não apresenta uma perspectiva imediata de esgotamento, há inclusive processos em curso para o licenciamento de incremento nas áreas de extração e deposição de rejeito. Na Serra do Curral, a tentativa de licenciamento do Complexo Minerário Serra do Taquaril, da Tamisa Mineração, tem mobilizado manifestações contrárias

81 Gago; Mezzadra, Para una crítica de las operaciones extractivas del capital, 2015, pp. 42–44.

principalmente em Belo Horizonte — a questão chegou a virar um embate jurídico entre os movimentos e gabinetes de parlamentares contrários à instalação da mineradora e a empresa. O município de Nova Lima, por meio principalmente da Secretaria de Meio Ambiente, tem se mostrado favorável à instalação da lavra, diferente das administrações dos municípios vizinhos, Belo Horizonte e Sabará.

Com a crescente automatização dos processos produtivos na mineração,[82] é perceptível que grande parte das pessoas na cidade já não têm vínculos empregatício com a mineração como tinham antes. Alguns dos filhos de ex-operários da Morro Velho se empregam nas minas que existem ao redor da cidade, em diferentes funções. Mas a tendência tem sido a de redução do emprego do trabalho humano, paralela à flexibilização da legislação trabalhista que vivemos pelo menos desde 2016. Em 2023, durante a escrita deste trabalho, a AngloGold promoveu a demissão de centenas de pessoas em suas operações no Brasil, inclusive na Planta de Queiroz. Alguns traços apontados por Gudynas[83] a respeito das corporações multinacionais da mineração é o emprego de trabalho terceirizado e a aplicação de esquemas de responsabilidade social empresarial — esta última será discutida a seguir, na seção 2.4.

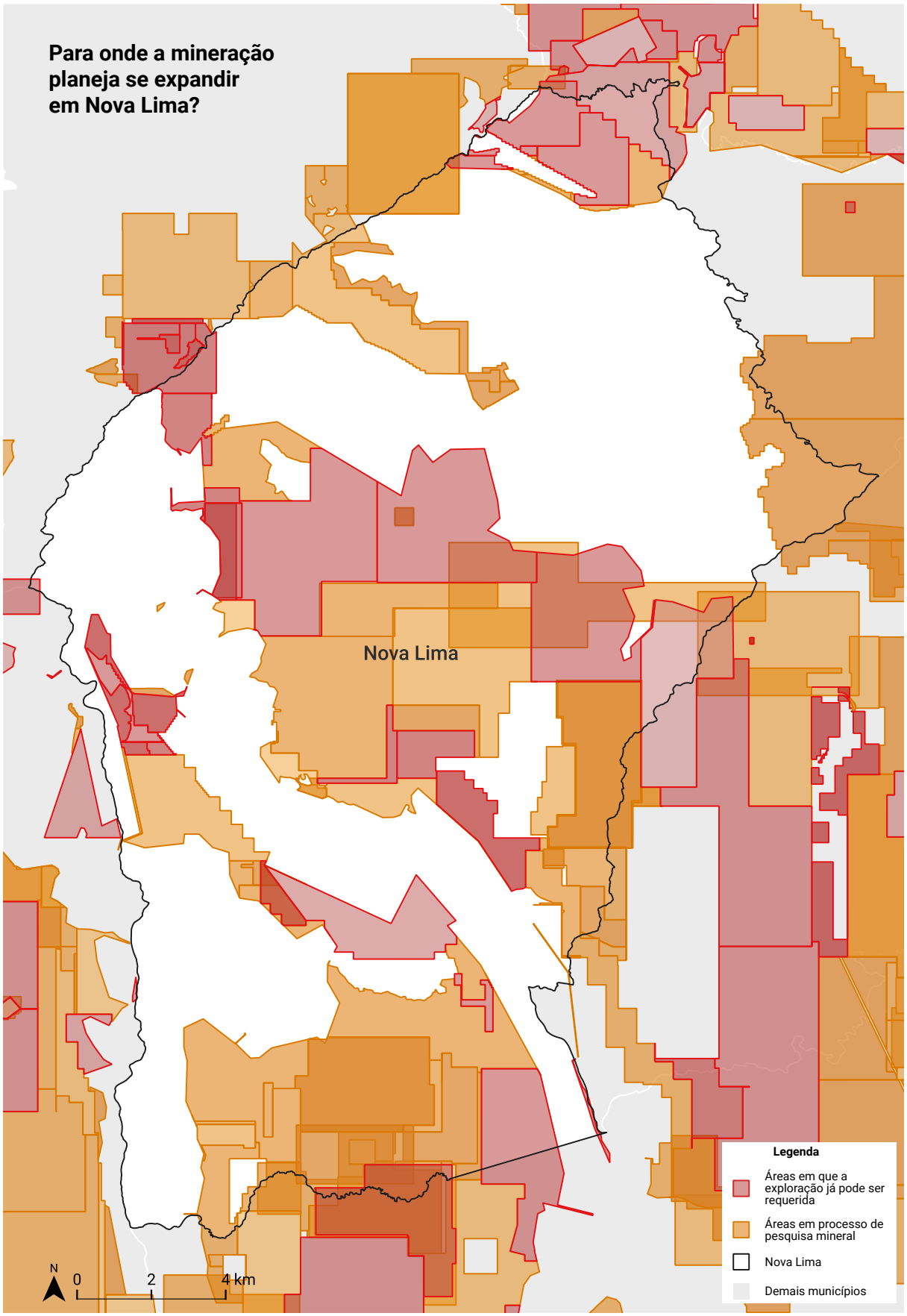
Mesmo sem vínculo empregatício, resta a relação com a mineração pelas externalidades da produção, notadamente pelos danos causados ao ambiente e às comunidades. Para citar alguns deles, há ainda na cidade um grupo considerável de homens adoecidos com a silicose, muitos deles morreram antes mesmo de serem indenizados por isso. O problema das barragens tanto da mineração do ferro quanto as barragens de Queiroz, associadas à mineração do ouro, é praticamente ignorado nas discussões políticas de planejamento urbano em Nova Lima, enquanto as pessoas convivem com o risco.

A atual gestão do município de Nova Lima defende a diversificação econômica, mas percebe-se que, por mais que outras atividades econômicas ganhem relevância, a mineração permanece indiscutida. Como as próprias empresas do ramo, a prefeitura incorporou o vocabulário da 'mineração responsável', dedicando a isso uma atenção especial na reelaboração do plano diretor já que há áreas em que essa 'deve' ser a atividade preferencial, como se fosse uma imposição da presença de minerais no subsolo.[84] Dentre as atividades estimuladas pela prefeitura, continua o avanço com os

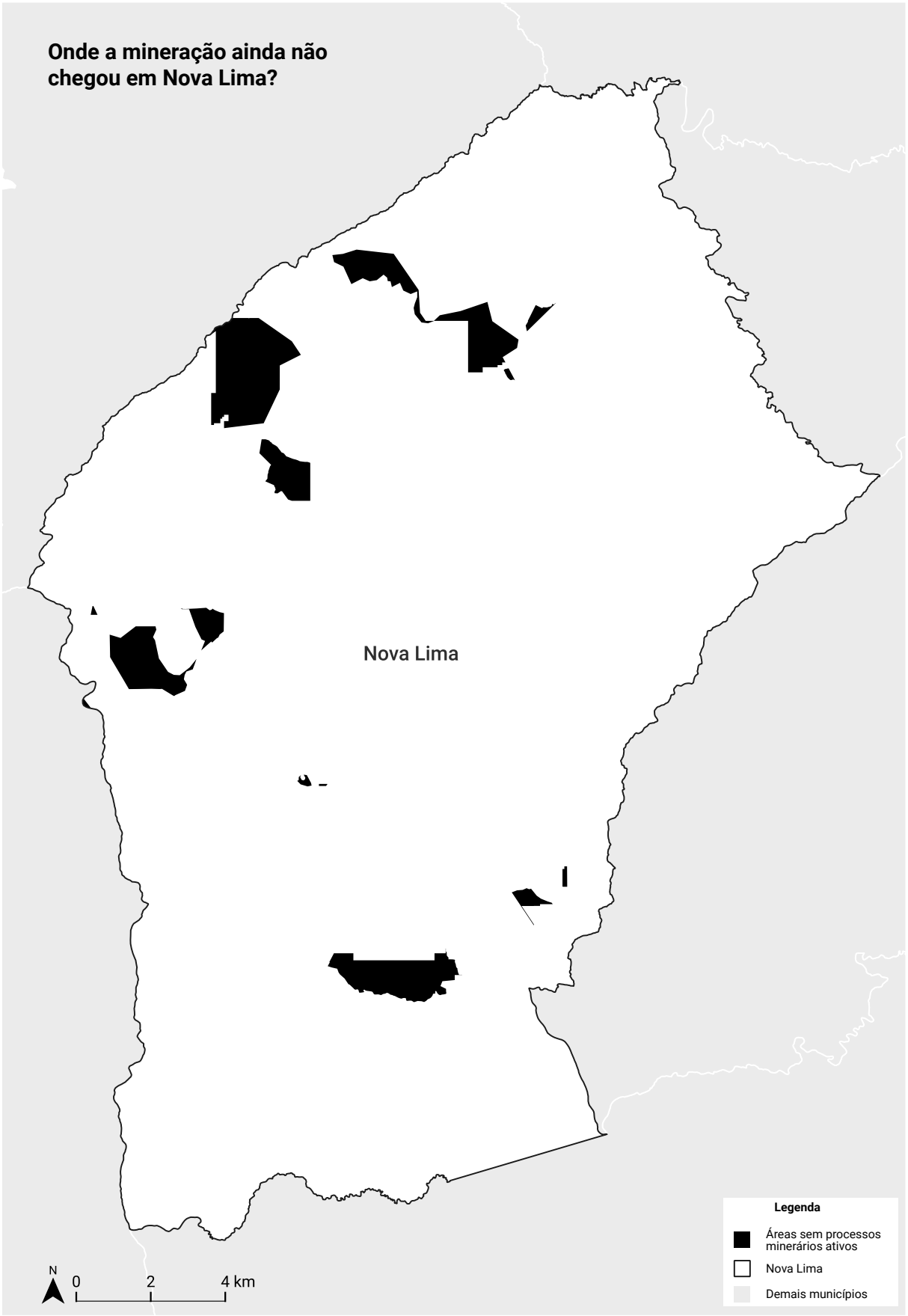
82 Laschefski, O Extrativismo 4.0 e o "Regime ambiental coronelista", 2021, p. 116.

83 Gudynas, Extractivismos en América del Sur, 2016, p. 191.

84 Prefeitura Municipal de Nova Lima; Fundação Gorceix, Revisão do plano diretor do município de Nova Lima, Minas Gerais, 2023, p. 111.



[34] Áreas com processos minerários de pesquisa mineral e requerimento de lavra.
Elaboração própria a partir dos dados do SIGMINE/ANM (2023) e do GEOPNL (2023).



[35] Áreas de Nova Lima que não possuem processos minerários associados.
Elaboração própria a partir dos dados do SIGMINE/ANM (2023) e do GEOPNL (2023).

empreendimentos imobiliários, principalmente nas áreas da divisa com Belo Horizonte. A novidade tem sido o foco no empreendedorismo dos cidadãos, com a oferta de vários cursos sobre o tema e de uma sala de atendimento especialmente dedicada, reforçando as políticas que decorrem da flexibilização da legislação trabalhista dos últimos anos.

O que podemos perceber na trajetória de Nova Lima associada à mineração é que as corporações mineradoras puderam se adaptar às contingências, seja as restrições impostas pela legislação, seja as alterações no mercado mundial, sempre buscando os menores custos de operação e as maiores chances de obter lucro. A dita vocação mineradora transitou entre o ouro e o ferro, transformando-se, com o passar dos anos, numa nova vocação para a expansão dos negócios imobiliários direcionados às pessoas de alta renda. Talvez a vocação possa ser melhor entendida pelas orientações que a acumulação capitalista assume com o passar do tempo, e não como algo natural e intrínseco ao lugar.

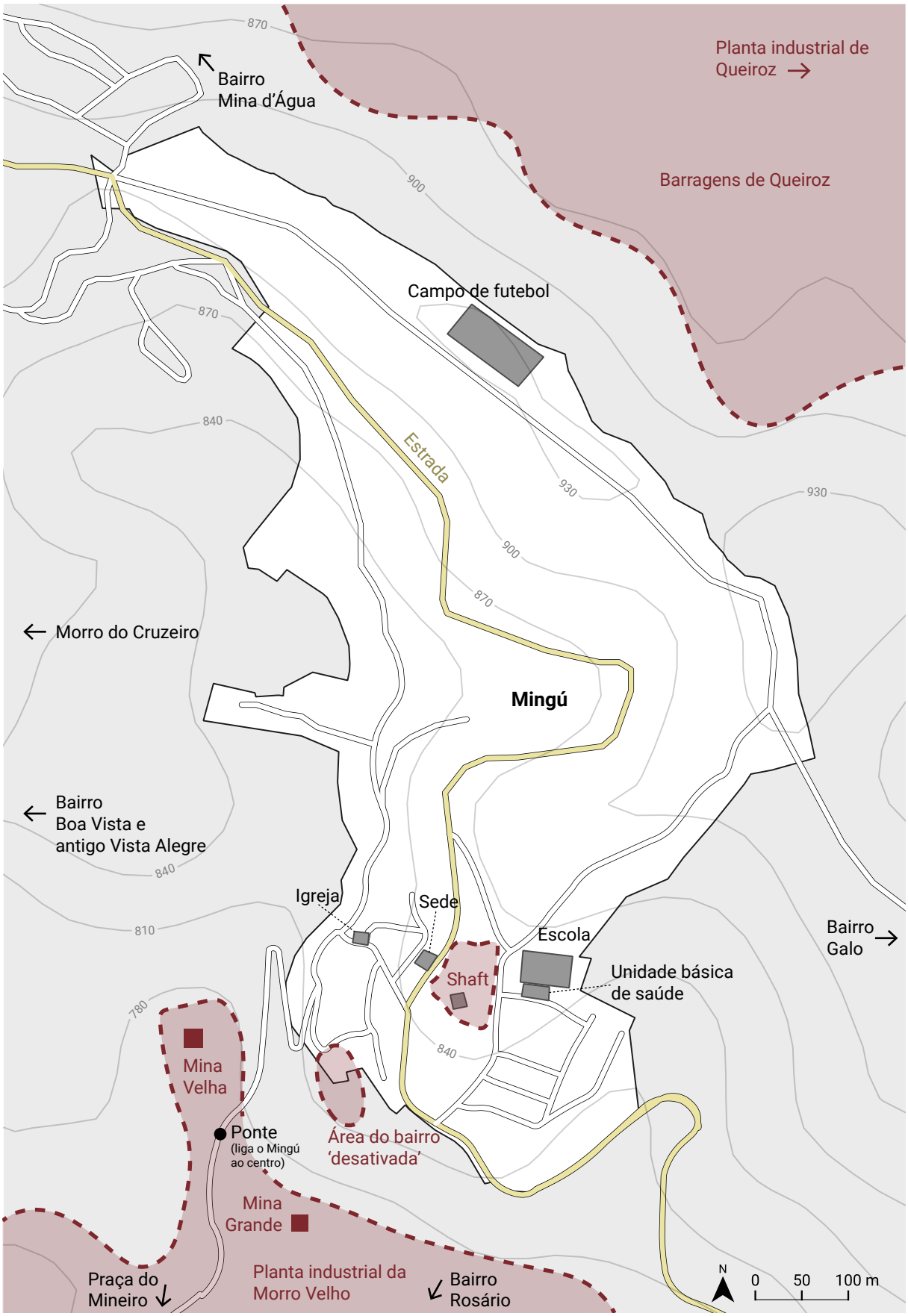
2.3 O bairro

Lima, em seu levantamento sobre as datas minerais da região da Morro Velho, apresentou alguns registros do ano de 1776, correspondentes à Fazenda Senhor do Bonfim (na época, grafada Bom Fim), onde hoje se encontra o bairro Mingú.[85] São apresentados ao todo quatro registros, que reivindicam para a posse de Antônio Rodrigues da Cruz as áreas que compreendem as encostas e nascentes. Não é possível, no entanto, precisar qual a extensão dessa fazenda a partir das descrições feitas nas datas (algumas referências incluem elementos naturais como o tronco de uma baraúna no caminho entre Raposos e o arraial).

A aquisição da Fazenda Senhor do Bonfim pela mineradora foi negociada antes mesmo da fazenda do Morro Velho em 1834.[86] Os registros analisados por Triner dão conta de uma negociação da companhia inglesa com um dos sócios proprietários do terreno correspondente ao Morro do Bonfim ou Mingú. A conclusão da compra do terreno, no entanto, aconteceu somente em 1898, 64 anos

85 LIMA, Um município de ouro, p. 329.

86 Lima (1901) apresenta diferentes grafias para a palavra 'Bonfim', ora 'Bom Fim' ou 'Bomfim'. Aqui optei por utilizar a grafia mais comum hoje em dia, também usada por Triner (2004).



[36] Croqui do bairro Mingú.
Elaboração própria a partir dos dados do IDE-SISEMA (2023) e do GEOPNL (2023).

depois. No documento analisado pela autora consta a declaração de que "a companhia tem posse absoluta, mansa e pacífica que lhe assegura o direito sobre todo o imóvel agora denominado 'Morro do Bonfim ou Mingú'", denotando não haver nenhuma contestação da posse da companhia.[87] A St. John aguardou o espólio após a morte do outro sócio para adquirir o restante do imóvel de seus herdeiros. Nesse meio tempo, a companhia, no lugar de comprar parcelas do terreno, foi adquirindo pouco a pouco algo como a participação na sociedade de proprietários das terras.

Dois indícios sobre o começo da história do Mingú parecem relevantes a respeito do interesse da companhia em sua propriedade: o primeiro é a posição estratégica na rota que ligava Morro Velho a Sabará; e o segundo é o fornecimento de moradias para os chineses recém-chegados na década de 1880, num dos primeiros movimentos migratórios de trabalhadores assalariados na substituição da mão de obra escravizada. Ambos os fatos foram relatados pelos entrevistados como sendo a origem do bairro, mas não são mencionados pelas fontes históricas consultadas.

Ainda no século XIX, foi construída no bairro uma das principais estruturas para os trabalhos da mina nas décadas seguintes: o *shaft* (ou chafre, como dizem algumas pessoas). Parte do plano de Chalmers para a reabertura da mina após o desastre de 1886, o *shaft* fica localizado bem no centro do bairro e contém dois poços perfurados ('C' e 'D'), por onde desciam e subiam as vagonetas para alcançar os níveis ao longo da profundidade da mina. Também ali passou a ser operada uma máquina de refrigeração do subsolo que possibilitou os trabalhos a mais de 2,5 quilômetros abaixo da superfície. Já no século XX, foi construída no topo do bairro uma estrutura de beneficiamento do minério, com a instalação de uma barragem de rejeito. Ainda hoje é possível ver no bairro indícios dos tubos que levavam a água de um reservatório no alto do morro para alimentar as operações da mina, passando por cima das ruas e das casas. Dessa forma, o Mingú está hoje situado no centro das estruturas da mineração da AngloGold Ashanti.

No processo de recrutamento de mão de obra assalariada sobretudo no campo, o Mingú também se transformou num bairro operário. Ali a mineradora construiu conjuntos de residências dos trabalhadores. É perceptível que houve diferentes etapas e tipos de construção. Uma parte do Mingú, a mais próxima à mina, apresenta casas de adobe, originalmente espaçadas umas das outras, às vezes chamadas de 'cafuas', em que trabalhadores foram instalados com regimes de comodato. Outras

87 TRINER, Property Rights, Kinship Groups..., 2004, p. 18.

casas, mais acima, são os 'bonserás', casas geminadas com quartos, sala e cozinha, compartilhando banheiro e lavanderia com os vizinhos. Um terceiro grupo de casas foi construído como indenização para as famílias atingidas por um deslizamento de terra na parte baixa do bairro (que será detalhado no item 3.1 e discutido ao longo dos outros itens capítulo 3). Há também outras casas autoconstruídas e aparentemente mais recentes. O bairro tem se expandido sobre terrenos ociosos da mineradora, os moradores mais antigos consideram que são 'invasões'. A maioria das casas construídas originalmente pela Morro Velho passou por diversas mudanças ao longo dos anos, inclusive com a expansão da área construída para abrigar outras gerações da mesma família. Hoje no bairro, o regime de propriedade varia: há famílias que dizem possuir a escritura; famílias com os contratos de comodato; e até mesmo famílias que foram indenizadas com novas casas mas não possuem o imóvel registrado por diferentes problemas no processo junto ao cartório. Mesmo com essa diversidade de situações, é possível afirmar, pelos relatos dos moradores, que a propriedade da AngloGold ainda tem uma proporção significativa entre os imóveis ali.

A prefeitura iniciou, em 2023, um processo de regularização fundiária. Importante ressaltar que esse programa é posterior à promulgação da legislação alterada pelo governo de Michel Temer, em 2016, que privilegiou a titulação das terras para disponibilização no mercado imobiliário.[88] A própria prefeitura na divulgação preconiza a possibilidade de venda da terra. "Regularização significa garantia de direitos, inclusive o *direito de venda* e de *deixar o bem como herança*."[89] Embora a titulação do imóvel possa fornecer mais garantias para os moradores, alguns aspectos preocupam: (1) a aparente ausência de compromisso da prefeitura com o provimento de infraestrutura para os locais que apresentam essa demanda, dadas as alterações na legislação que regulamenta a regularização fundiária; (2) a desestruturação de uma lógica de vizinhança que privilegia a posse dos imóveis. O segundo ponto, mais relevante para o caso do Mingú, faz refletir sobre a introdução da possibilidade formal de venda dos imóveis, já que um grande número de famílias tem transformado os imóveis para abrigar as várias gerações. Normalmente, as pessoas permanecem ali por não conseguirem arcar com os custos de aquisição ou aluguel de outros imóveis. Com a chegada de novos empreendimentos

88 ALFONSIN et al., Da função social à função econômica da terra, 2019.

89 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA. *Regularização Fundiária Urbana - Garanta os direitos sobre sua casa*. Prefeitura de Nova Lima. 2023Disponível em: <https://novalima.mg.gov.br/noticias/regularizacao-fundiaria-urbana-reurb-garanta-os-direitos-sobre-sua-casa>. Acesso em: 4 set. 2023 [grifo meu].



[37] Rua José Nelson, com bonserás.
Fotografia da autora, 2023.



[38] Rua Carlos Gomes.
Fotografia da autora, 2023.



[39] Rua Viriato Gomes de Barros, construções mais recentes à esquerda, bonserás à direita.
Fotografia de um morador, 2023.



[41] Inclinação da rua José Joaquim de Souza, esquina com Carlos Gomes.
Fotografia da autora, 2023.



[42] Inclinação da rua Antônio Vicente Rodrigues.
Fotografia da autora, 2023.



[40] No bairro, há atalhos de escadas ligando as ruas, pelos espaços entre os lotes.
Fotografia da autora, 2023.



[43] Rua Augusto Bernardino, parte do trajeto entre Nova Lima e Sabará.
Fotografia da autora, 2023.



[44] Rua Viriato Gomes de Barros. A Sede do Esperança é a construção verde.
Fotografia da autora, 2023.



[45] À esquerda, a Escola Municipal Vera Wanderley Dias e, à direita, o posto de saúde.
Fotografia da autora, 2023.

imobiliários na região, a exemplo da operação urbana consorciada (OUC) proposta para a antiga área industrial da Morro Velho, a tendência é que os imóveis se valorizem no mercado. Isso pode fazer com que famílias que estão ali há muitos anos e integram o grupo sócio-espacial escolham deixar o bairro.

2.4 Boa vizinhança?

> Com o tempo, a mina [de Morro Velho] foi prosperando e obtendo bons resultados se tornando a mina mais profunda do mundo. Para melhorar as condições de vida e de trabalho de seus empregados, a empresa contribuiu em vários segmentos de infraestrutura urbana da cidade, por isso, ainda hoje, Nova Lima ainda possui forte presença da cultura britânica.[90]

O trecho acima é a interpretação da Prefeitura de Nova Lima sobre a história da Mina de Morro Velho na cidade. A descrição destaca aspectos positivos mostrando uma adesão do poder público às práticas mobilizadas pela mineradora. Mesmo quando o assunto é a cultura, a prefeitura ressalta apenas a presença britânica, reforçando as hierarquias que se estendiam do ambiente de trabalho ao espaço da cidade, com o apagamento histórico das populações negras, por exemplo.

Embora encontremos hoje em dia inúmeros anúncios da AngloGold Ashanti sobre sua 'responsabilidade social', parte do conjunto do 'desenvolvimento sustentável', essas práticas não são necessariamente novidade na história da empresa, embora seja perceptível que tenham passado por mudanças e adaptações aos contextos em que se desenvolvem. As estratégias mobilizadas para o controle da população no entorno da atividade, como defende Henri Acselrad,[91] são relacionadas com as técnicas de disciplinamento e controle dos trabalhadores e, ainda, desenvolveram-se conforme a distribuição espacial das atividades produtivas se alastrou por áreas cada vez mais amplas.

Desde pelo menos a compra da Mina de Morro Velho pela companhia inglesa temos indícios de ações que buscavam gerir o entorno da atividade extrativa, como ocorria com a compra das terras vizinhas, muitas vezes usadas para abastecer a mina com água, madeira e gêneros alimentícios. Aqui

90 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA. *A história da cidade*. s.d.Disponível em: <https://novalima.mg.gov.br/historia-da-cidade>. Acesso em: 19 jul. 2023. [grifo meu].

91 ACSELRAD, Territórios do capitalismo extrativista, 2018, pp. 40–43.

interessa apresentar brevemente algumas relações que se desdobram a partir do trabalho, que serão melhor detalhadas na seção 4.2. O controle patronal sobre os escravizados já era uma extensão do poder da mineradora sobre o espaço da cidade — a empresa se responsabilizava pelo seu sustento, pela vigilância do local onde viviam e pela aplicação de punições em casos de indisciplina e fuga. Conforme a população da cidade foi crescendo a partir da expansão da mão de obra empregada na mineradora, tal controle passou a se expressar pela repressão às possibilidades de organização coletiva dos trabalhadores. Quando os moradores deixam de ter vínculo empregatício com a empresa, como vimos, as moradias em que vivem são financiadas e passam a ser empregadas algumas políticas de responsabilidade social empresarial na mediação das relações entre a comunidade e a empresa.

Um dos fatores que parece perpassar os períodos e é frequentemente mobilizado pela companhia nessas relações comunitárias é a propriedade privada da terra, concentrada nas mãos da mineradora. A justificativa dada, atualmente, pela corporação — preocupada com sua imagem diante dos acionistas e potenciais consumidores no mercado global —, para suas políticas de acumulo de terras é de que essa seria uma resposta à legislação que permitia ao dono do terreno o acesso ao subsolo (e, consequentemente, à exploração dos minerais ali presentes), ou mesmo a preferência em sua exploração. Num trecho publicado pela AngloGold podemos perceber que a intenção econômica na aquisição das terras é ocultada, fazendo parecer que se tratava de uma imposição exterior à empresa:

> Grande parte dessas áreas foi adquirida em função da antiga legislação, que *obrigava* a posse de terra para o exercício das atividades no subsolo. Com a mudança na legislação, a empresa criou um Plano Estratégico de Gestão Imobiliária para dar novas destinações a essas propriedades, que, hoje, são utilizadas para preservação do patrimônio histórico e ambiental, investimento imobiliário e desenvolvimento social.[92]

Outra justificativa atribuída ao acúmulo das terras é o controle sobre a superfície. De acordo um dos relatórios anuais da companhia, posterior à legislação de 1891 que dava ao proprietário do solo os direitos do subsolo, Eakin comenta:

92 AngloGold Ashanti. *Gestão Imobiliária e Negócios*. AngloGold Ashanti Brasil. Disponível em: <https://www.anglogoldashanti.com.br/negocios/gestao-imobiliaria/>. Acesso em: 5 set. 2023. [grifo meu]

> A companhia conduziu uma política cuidadosa de compra das terras no entorno de Morro Velho para garantir controle da superfície sobre a mina. Esse foi um dos maiores desafios quando a mina chegou a dois quilômetros de profundidade em 1914 e se direcionou a leste numa declividade de 45° por quase dois quilômetros na horizontal.[93]

Embora Eakin pareça se referir apenas a aspectos físicos da exploração do minério, o controle da superfície que foi possibilitado pela propriedade privada da terra não se restringiu a isso. Acredito ser possível ir além também da ideia de 'condição', que é defendida por Pires, por exemplo, que considera a terra como o "substrato onde estavam assentadas a produção e a infraestrutura material que sustentava o processo produtivo".[94]

A Morro Velho era, ao mesmo tempo, capitalista e proprietária de terras. Como defende Luiz Ribeiro de Queiroz, a terra não é um bem produzido, "não tem valor, mas adquire um preço", e também possibilita a valorização dos capitais "através da utilização e transformação do uso do solo urbano".[95] Um mecanismo de valoração da terra urbana descrito é a renda fundiária, derivada da concorrência pelo controle das condições urbanas que permitem os lucros extraordinários. Podemos supor que as vantagens obtidas pela companhia com a acumulação de terras, na maior parte, não são vinculadas à renda da terra, já que "esta situação [a renda obtida pela concorrência entre proprietários] depende do grau de concentração da propriedade privada da terra".[96] O que, no entanto, parece ter sido o caso da Morro Velho é o monopólio sobre a propriedade de uma área extensa. Foram cerca de sessenta propriedades compradas entre 1834 e 1960, quando a Hanna Mining Co. adquiriu a St. John e, com isso, as terras passaram a formar parte do capital das empresas que surgiram dessa transação.[97] Segundo dados publicados pelo Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PLAMBEL) em 1980, obtidos por meio de análise feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com base no cadastro rural dos imóveis, 91% do território do município era de propriedade das mineradoras.[98] Nos dados divulgados no conjunto de diretrizes elaboradas para o

93 EAKIN, *British enterprise in Brazil*, 1989, p. 86.
94 PIRES, *Evolução do processo de ocupação urbana do município de Nova Lima*, 2003, p. 152.
95 RIBEIRO, *Dos cortiços aos condomínios fechados*, [1996] 2015, pp. 39–40.
96 Ibidem, p. 61.
97 TRINER, Property Rights, Kinship Groups..., 2004, p. 5.
98 PLAMBEL, *O mercado da terra na região metropolitana de Belo Horizonte*, 1987, p. 80.

novo plano diretor da cidade, a proporção ainda impressiona: 53% do território municipal pertence às mineradoras.[99]

Entendo que há uma gama de relações sócio-espaciais que são mantidas e reproduzidas em grande parte graças à maneira como a Morro Velho dispôs da terra, adaptando-se ao que se fazia necessário em cada período para lucrar, reduzir custos e manter o consenso sobre a inevitabilidade da extração mineral, este último aspecto é o que pretendo focar nessa seção. A questão da reprodução das relações de produção será retomada no item 3.2, discutindo como os desastres se inserem nessa equação. Quando os homens do campo migram para a cidade para substituir o trabalho escravizado, a companhia utiliza suas propriedades para fazer moradias que garantissem a permanência dessas pessoas ali e o emprego no fundo da mina passa a ser a única fonte de sustento possível para a família. Quando a empresa construiu uma usina hidrelétrica em suas propriedades para a produção de energia para suprir a demanda da mina e, mais tarde, passa também a abastecer parte da cidade. Quando a mineradora cede edifícios e terrenos para o estabelecimento de serviços públicos, mantém uma relação muito próxima com a prefeitura. Ainda que a propriedade da terra não seja o único fator nessas práticas de 'boa vizinhança', acredito ser central em sua consolidação ao longo da história da companhia.

Pouco a pouco, a mineradora se tornou um 'poder em si', como pondera Alain Deneault a respeito das multinacionais no geral.[100] Isso significa dizer que as corporações têm se instituído como um poder paralelo ao Estado, substituindo as práticas e discursos políticos pelos gerenciais, e, sobretudo, têm pressionado pela flexibilização da regulação de suas práticas. O autor fala ainda da perversidade desse tipo de poder: "conseguem fazer com que seu poder seja traduzido pela própria ordem pública".[101] Em outras palavras, a razão de ser da cidade passa a ser a mineração, expressa por meio da ideologia da vocação mineradora, do consenso de que a mineração é inevitável diante da riqueza mineral no subsolo. Nos processos decisórios, predominavam (e ainda predominam em certa medida) os interesses da mineração.

Nos grupos sócio-espaciais, sobretudo no Mingú, a lógica que se impõe é a heteronomia, isto é, essa instância supostamente 'natural' da mineração não deixa alternativa senão o engajamento,

99 Prefeitura Municipal de Nova Lima; Fundação Gorceix, Revisão do plano diretor do município de Nova Lima, Minas Gerais, 2023.

100 Deneault, As empresas multinacionais: um novo poder soberano inscrito na ordem das coisas, 2018, pp. 13–24.

101 Ibidem, p. 23.

muitas vezes inquestionado, nessas relações de produção.[102] O poder da companhia, dessa forma, é muitas vezes também aceito como natural — e as ações sociais são vistas como benevolência. Na fala de uma moradora que vive numa casa cedida a ela pela mineradora por meio de comodato:

> *Convivia bem que antigamente a Morro Velho era uma mãe, né?* [...] *É, igual a prefeitura é hoje. Uma mãe.* [...] *Era uma mãe porque ajudava muito as pessoas, né?* [...] *Igual tinha o grupo de mantimentos, que vendia mais barato, tinha a cooperativa que trazia os mantimentos pra poder vender.* [...] *Depois que a Morro Velho foi acabando, foi acabando as tradições também, né?*

Eu havia perguntado a ela como era a convivência com a mineradora. Sua fala chama a atenção até por comparar as ações sociais da empresa com os cuidados de uma mãe e com o que a prefeitura seria hoje em dia, mostrando o entrelaçamento entre as atribuições do poder público e do privado mencionado anteriormente. Muitas vezes, a questão que está envolvida nessas práticas são as demandas associadas à reprodução da vida, ou seja, aquele conjunto de coisas e tarefas cotidianas que nos mantém vivos e saudáveis.

"Pioneira a Companhia de Morro Velho em assistência social: benefícios aos trabalhadores e suas famílias, amparo a organizações beneficentes e contribuições para institutos".[103] É o que dizem título e subtítulo de uma notícia publicada no jornal *Correio da Manhã* em 1956. A notícia é a publicação de uma coletiva de imprensa convocada pelo diretor de Relações Públicas da St. John, "destinada a esclarecer a opinião pública brasileira sobre fatos relacionados com a assistência social e outros benefícios proporcionados ao seu operariado". Recepcionados com drink e almoço com o alto escalão da companhia no Brasil, os jornalistas puderam escutar as declarações de A. Wereker sobre as práticas da empresa no campo da assistência social. "A companhia está sendo acusada de não se preocupar com o bem-estar de seus empregados, afirma o sr. Wereker. Dizem que a companhia não está acompanhando as evoluções sociais. Eu afirmo que a Companhia do Morro Velho foi a pioneira em matéria de assistência social". A notícia, então, veicula o valor dos gastos da empresa com essas ações sociais. Dentre os serviços prestados, foram elencados pelo diretor: assistência hospitalar; transportes (ambulância,

102 SOUZA, *A prisão e a ágora*, 2006, pp. 68–70.

103 PIONEIRA a companhia de Morro Velho... *Correio da Manhã*, n. 19316, 15 mar. 1956. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

ônibus, bonde); serviços de água e esgoto; aluguel de moradias a preços simbólicos e serviço de conservação de casas; escolas; fornecimento de leite; energia elétrica e autorização de instalação de torres de companhias elétricas em seus terrenos; reflorestamento com mudas de eucalipto; cessão de imóveis para o funcionamento de instituições desde o governo municipal até a Igreja Católica.

Fora a variedade de áreas em que atuava, a cooperação com os municípios de Nova Lima e Raposos no abastecimento de água chama atenção pelo controle privado de um manancial:

> Abastecimento de água: As cidades de Nova Lima e Raposos têm recebido irrestrita colaboração técnica e material por parte da Companhia. Atualmente está em entendimentos com a Prefeitura de Nova Lima, cuja situação de abastecimento de água é precaríssima, para *a cessão de um de seus mananciais e respectivas instalações*, no valor aproximado de dois milhões de cruzeiros. Obviamente, a Companhia não está se esquecendo de Raposos, de vez que está possibilitando a efetivação de eficiente abastecimento de água à cidade, com obras avaliadas em um milhão de cruzeiros, *numa autêntica demonstração de que jamais se esqueceu dos municípios onde tem instalados seus serviços*.[104]

A intenção com a convocação da coletiva era justamente reforçar as 'melhorias' promovidas pela mineradora diante da opinião pública — dos operários, dos demais cidadãos e das autoridades públicas (aqui não considero os investidores nem mesmo os consumidores pois a circulação dessa notícia em específico foi nacional). Um exemplo disso é que o texto da notícia se encerra, num tom de conciliação e consenso, com as seguintes palavras: "Paz social: perfeito entendimento entre o capital e o trabalho".[105] A companhia se fazia presente em diversos aspectos da vida coletiva por meio dessa suposta 'benevolência', uma forma indireta de exercício do poder, se compararmos com a coerção explícita no período escravocrata.[106] Assim, a mineradora atuava diretamente na determinação dos horizontes das práticas dos grupos sócio-espaciais, tornados dependentes de suas concessões.

Isso nem sempre foi pacífico, nem as pessoas receberam passivamente. A atuação do Sindicato dos Mineiros é um exemplo de como os trabalhadores tentaram colocar suas demandas, embora o foco das reivindicações fosse restrito aos aspectos mais imediatos, como os ganhos de salário. Outro

104 Ibidem [grifo meu].
105 Ibidem.
106 Hönke, As multinacionais e a governança da segurança nas comunidades, 2018, p. 115.

exemplo é o comentário de um morador, que, ao explicar o problema que enfrentou com o setor de assistência social da mineradora, disse: "*Em qualquer empresa que cê vai, a assistente social defende o trabalhador. Na Morro Velho não! Lá elas defendiam os interesses da empresa!*". Em que pese seu otimismo com outras empresas capitalistas, seu depoimento é um contraponto às propagandas da companhia, sempre muito positivas.

Hoje em dia, diferente do paternalismo evidente na atuação da empresa durante o século XX, há uma tendência na AngloGold e outras mineradoras de uso de técnicas de engajamento participativo das comunidades. Jana Hönke[107] as descreve como uma nova maneira de gerenciar o risco dos empreendimentos, ou seja, as potenciais oposições nas comunidades, representadas por grupos, questões ou espaços. São exemplos disso a consulta às comunidades, para que as pessoas expressem demandas e queixas; a presença de funcionários dedicados ao relacionamento com as comunidades, que se tornam informantes para as empresas; a "filantropia estratégica",[108] ou seja, algumas 'melhorias' sociais que não têm necessariamente relação com os danos provocados; entre outras práticas. Todos esses exemplos elencados se fazem presentes em comunidades de Nova Lima, utilizados pelas mineradoras que atuam na cidade.

Um traço importante dessas práticas é sua composição discursiva, como explica Mirta Antonelli a respeito de "novas palavras do poder".[109] Esse léxico da dita 'mineração responsável', da 'responsabilidade social', do 'desenvolvimento sustentável' etc., tem servido para legitimar a operação dessas empresas, evitando conflitos e promovendo o consenso. Os relatórios são especialmente relevantes pois seu papel é tornar as empresas bem vistas internacionalmente pelos acionistas, consumidores e agências reguladoras. É nesse sentido que Marina Welker[110] fala sobre o surgimento de uma 'indústria da responsabilidade social', já que a adoção dessas ações visa a geração de dividendos. Welker menciona ainda a forma com as empresas se mobilizaram para garantir que pudesse autorregular essas práticas. É possível complementar com a consideração de Antonelli: "para a corporação mineradora, os direitos humanos são 'um princípio voluntário', e para as entidades financeiras globais e regionais, o respeito a esses direitos integra 'suas recomendações'".[111]

107 Ibidem, pp. 117–124.
108 Ibidem, p. 120.
109 Antonelli, Megaminería transnacional y invención del mundo cantera, 2014, p. 74.
110 Welker, Corporate Security Begins in the Community, 2009, pp. 145–146.
111 Antonelli, Megaminería transnacional y invención del mundo cantera, 2014, p. 78.

No caso da AngloGold, essas estratégias receberam o título de 'boa vizinhança', que também dá nome a um jornal veiculado pela empresa com um catálogo das benesses realizadas nas comunidades do entorno. Tão importante quanto as próprias ações, a sua divulgação e propaganda — a companhia acompanha as tendências de responsabilidade social empresarial e do assim chamado 'desenvolvimento sustentável': "Estimular o desenvolvimento das pessoas é um compromisso da AngloGold Ashanti" e o processo é descrito de forma vaga: "com diálogo e cooperação é possível ir mais longe e fornecer condições para que as comunidades sejam protagonistas do seu próprio crescimento".[112]

Nas reuniões e atividades ofertadas por meio dessa política, representantes dos bairros costumam expor suas demandas, como aconteceu na reunião mencionada acima, em que Nair esteve presente e sugeriu cursos para os idosos de seu bairro. No Mingú, convidada pelos moradores, participei de uma dessas atividades, em que a empresa fez uma caminhada para levantar dados sobre a memória do bairro. Os funcionários da AngloGold conduziram a atividade, propondo a caminhada e retomando alguns pontos do bairro que gostariam que visitássemos. Contamos ainda com a participação de antropólogos de uma consultoria contratada pela mineradora. Os consultores tomavam notas, faziam perguntas e fotografavam, sem preocupação em explicitar a todos os participantes quais os propósitos de sua presença. Os moradores envolvidos na atividade aproveitaram o momento tanto para demarcar o que reconhecem como valioso no bairro quanto para pontuar algumas experiências problemáticas com a mineradora — como os desastres no interior da mina e no bairro. Salvo engano, as informações colhidas nessa atividade não foram retomadas em outros encontros entre mineradora e moradores, nem mesmo os moradores puderam ver sua repercussão em ações da empresa.

O 'protagonismo' de que fala a AngloGold no texto institucional acima fica restrito aos termos da própria mineradora e mesmo a existência de diálogo com as comunidades parece ser questionável. Esse problema com o participacionismo é apontado por Kapp e Baltazar como um paradoxo: ao ser determinado por regras a priori, inviabiliza a autonomia das pessoas nos processos decisórios — aos participantes não é concedida a possibilidade de alterar as normas dadas, enquanto a autonomia depende de que as normas possam ser autodeterminadas.[113] Embora as autoras estejam se

112 Essa formulação foi apresentada originalmente em: Rocha; Baltazar, "A gente está no centro deles": mineração e produção de desastres, 2024 [no prelo]; AngloGold Ashanti. *Relacionamento com as comunidades*. AngloGold Ashanti Brasil. s.d. Disponível em: <https://www.anglogoldashanti.com.br/sustentabilidade/relacionamento-com-as-comunidades/>. Acesso em: 12 maio 2023.

113 Kapp; Baltazar, O paradoxo da participação, [2012] 2021.

referindo à participação no contexto do planejamento urbano, esses limites ficam explícitos na atuação da AngloGold, pois servem muito bem ao propósito dos relatórios de atuação ambiental, social e governança (conhecida pela sigla em inglês ESG, *Environmental, Social and Governance*), mas, no grupo sócio-espacial, conforme relatos dos moradores, há uma sensação de que são insuficientes porque muitas vezes não partem das demandas locais e focam apenas no cumprimento do expediente de participação: "*Gastam 2 reais numa lata de tinta e 2 milhões na propaganda*". Ou mesmo de que são acompanhadas pelas ações danosas ao grupo e ao bairro: "*Dá lá e tira cá*".

Muitas vezes, os moradores tentam demandar da empresa diante da ausência do poder público e de problemas urgentes, mas raramente são atendidos. Ainda assim, nesse jogo de 'dá lá e tira cá', a tutela da empresa consegue se manter presente, principalmente se considerarmos o fato de que a AngloGold é, ainda hoje, proprietária de vários imóveis no bairro e na região, e que muitas pessoas ainda dependem da boa vontade da empresa para permanecerem nas casas onde vivem. Algumas pessoas têm a impressão de que há uma ruptura entre o que a empresa era no passado e o que é atualmente, como se antes ela fosse mais 'uma mãe', ou como se hoje ela tivesse mais 'responsabilidade'. Essa impressão de ruptura, estimulada seja pelos discursos renovados ou até pela mudança no nome da empresa, é mais um obstáculo na consciência dos processos históricos de dominação implicados nessa tutela. Entendo que essa relação entre a empresa e seu entorno é fundamental na constituição dos horizontes de ação do grupo sócio-espacial e nos processos de consciência. A relação com a empresa é resumida por um morador pela comparação com uma ditadura: "*Você tem o poder de sair, mas não sai, porque a ditadura já é uma situação de conforto para você*". "*Falam que estão fazendo o bem, mas no fundo no fundo, estão arrebentando com a nossa comunidade*".



[46] Em meio ao bairro, a propriedade privada da mineradora.
Fotografias da autora, 2022/2023.



[47] Uma das propriedades, o *shaft* ou chafre.
Fotografias da autora, 2022/2023.

3 A CASA NÃO EXISTE MAIS, SÓ O LUGAR

3.1 O tremor a gente já tinha

Os moradores do Mingú ainda hoje se lembram de como a cada explosão na Mina de Morro Velho as casas do bairro tremiam. Ao longo do dia, escutava-se cada apito das trocas de turno no trabalho, não havia necessidade sequer de consultar o relógio. Por volta de 11 horas da manhã, subia para o bairro o cheiro da dinamite utilizada. Até os dutos de ventilação da mina, instalados no *shaft* no centro do bairro e responsáveis por resfriar os níveis profundos da mina, eram escutados no Mingú. Geralmente, quem morava ali se habituava com os tremores e com os ruídos. *"A gente era morador da mina também. Querendo ou não, a gente morava dentro da mineração"*. Nas casas localizadas na parte mais baixa do bairro, e muito próximas à área industrial da Mina de Morro Velho, as pessoas viam e sentiam, diariamente, tudo no interior das casas vibrar, as vasilhas chegavam a cair do armário. A sensação de morar ali, sobre a mina, era a de estar em cima de uma casca de ovo, uma terra oca. Era perceptível a retirada de toneladas de minério do subsolo sem cessar.[1]

Esse era o caso da rua José Silvestre Barbosa, onde havia um dos mais antigos conjuntos de residências construídas pela mineradora no bairro, a poucos metros das entradas da Mina Velha e da Mina Grande. Na década de 1980, havia nessa rua cerca de quinze casas, a maioria delas feita de adobe, construídas sobre alicerces de pedras. Várias famílias viviam ali havia algumas décadas e outras haviam chegado à rua mais tarde, todas elas graças à mineradora que alugava ou concedia a posse por meio de comodato. Poucas famílias já tinham comprado as casas ali. Os quintais eram amplos, as pessoas plantavam hortas e pomares, criavam animais. A convivência com os vizinhos era agradável, tinham o hábito de circular entre as casas e quintais uns dos outros, ainda que os recuos generosos entre as casas possibilitassem a privacidade de cada família. As crianças brincavam na rua e também, mais abaixo, no próprio espaço da planta de beneficiamento de minério como se fosse uma extensão do quintal. Sabendo do perigo, entravam com 'respeito' na área, pegavam frutas, exploravam curiosas os objetos

1 DESLIZAMENTO faz Morro Velho fechar sua velha mina de ouro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, n. 317, 21 fev. 1987. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

usados no trabalho na mina, desde mangueiras de incêndio até as caixas contendo explosivos. Não entravam na mina por medo, escutavam os relatos de parentes e amigos que trabalhavam no subsolo dizendo que era um labirinto escuro, onde era fácil de se perder e cair em buracos.[2]

Em fevereiro de 1987, houve um tremor mais forte que o usual. As pessoas viram as pedras na encosta do Morro do Cruzeiro descerem, rachaduras se abrirem no calçamento da rua José Silvestre Barbosa e no interior de parte das casas. Emília, adolescente na época, estava chegando em casa depois da aula e escutou de um vizinho a pergunta "*E aí, vocês já vão sair de casa?*". Sem entender, continuou andando e se deparou com rachaduras no chão da rua. Entrando em casa, na quina do seu quarto havia aberto uma fenda, ela conseguia ver a casa do vizinho dali. Lourdes, sua mãe, estava passando roupa quando escutou um barulho muito mais alto que o usual. O tremor fez com que ela deixasse tudo em casa, inclusive uma das filhas, "*ó, a menina ainda tá lá!*". Foi preciso que um vizinho corresse para buscar a criança. O piso que ela tinha acabado de instalar, com muito custo para juntar o dinheiro que pagasse a reforma, rachou inteiro. O marido de Lourdes, recebeu uma ligação no trabalho, com sua esposa em prantos dizendo que eles teriam que sair de casa.

> *As pessoas ficavam sentadas no meio-fio, chorando sem saber o que que ia acontecer daí a cinco seis minutos. E aí, as pedras iam rolando, as paredes foram abrindo, um verdadeiro terror. Um verdadeiro terror. E aí começou a remoção de pessoas. As pessoas em cima de caminhões e foi traumático até! Porque as pessoas iam, as outras pessoas subindo em caminhões de carroceria de madeira e indo embora com os pertences delas. Ficava parecendo aqueles retirantes do Nordeste nos paus de arara. Então, chegou-se a comentar: lá vai o pau de arara... Qual vai ser o destino dessas pessoas?*

"*A Morro Velho ofereceu caminhão e o pessoal punha os móveis em caminhão*" para serem conduzidos aos abrigos. Assim, parte das residências da rua foi desocupada, provavelmente aquelas com danos estruturais mais evidentes — as pessoas apenas especulam o critério utilizado para 'desativar' somente parte da rua. Durante mais ou menos dez meses, tiveram que viver em moradias provisórias, como o hospital da companhia mineradora e uma fábrica de balas, também controlada pela Mineração Morro Velho, foram usados como abrigo. Algumas pessoas conseguiram se alojar em pequenos

2 A descrição sobre as brincadeiras das crianças foi apresentada originalmente em: ROCHA; BALTAZAR, "A gente está no centro deles": mineração e produção de desastres, 2024 [no prelo].

cômodos nas casas de parentes. No hospital, cada família se instalou numa enfermaria, independentemente da quantidade de pessoas. Alexandre, irmão de Emília e filho de Lourdes, ficou na casa rachada por algum tempo para evitar que fossem roubados. Outras famílias decidiram, por conta própria, permanecer na casa 'condenada'. Ao mesmo tempo em que não identificavam nas próprias casas o risco iminente de desabamento, recusavam-se a perder aquilo que havia sido conquistado durante tantos anos. Só aceitaram sair de lá depois de algum tempo, quando perceberam, enfim, que, sem a vizinhança, o lugar já não fazia sentido, ficou tudo triste.

Uma notícia publicada pelo *Jornal do Brasil*[3] contabilizou os danos imediatos provocados pelo desastre:

> Ao todo, até ontem à tarde, estavam listadas 20 casas atingidas e sem condições de serem habitadas, nos morros do Mingú (sobre a boca da Mina Grande) e Vista Alegre (sobre a Mina Velha). No morro do Mingú, onde 15 casas estavam 'interditadas voluntariamente', não há isolamento permanente da Defesa Civil. A situação se apresenta ali mais grave. O duto de 15 polegadas, que leva água para ser resfriada na mesma estação de refrigeração de ar, sofreu um deslocamento, em alguns trechos, de até 10 cm.

Nos dias seguintes, as rachaduras se expandiram conforme aconteceram novos deslizamentos. Além das casas no Mingú e no Vista Alegre, a estrutura de resfriamento do ar da Mina Grande (*cooling plant*), localizado no estreitamento do vale entre os bairros, também foi danificada.[4]

Como forma de indenizar os moradores que foram expulsos de suas moradias na ocasião do deslizamento, a Morro Velho ofereceu casas numa rua no alto do Mingú ou um pagamento para quem quisesse sair do bairro. O processo no bairro Vista Alegre não parece ter sido o mesmo, suas casas foram todas demolidas na década de 2000, quando a mineradora planejava uma 'revitalização' da área industrial com um projeto chamado Gold City e, para construir um heliponto, teria despejado os moradores. No período entre o deslizamento em 1987 e a demolição, algumas famílias parecem ter

3 DESLIZAMENTO faz Morro Velho fechar sua velha mina de ouro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, n. 317, 21 fev. 1987. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

4 TRABALHADORES da Morro Velho temem retornar à mina. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, n. 320, 24 fev. 1987. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

permanecido em suas casas e outras foram indenizadas com casas no Mingú.[5] A maioria dos moradores removidos da rua José Silvestre Barbosa aceitou as casas no alto do bairro e a companhia as construiu em mais ou menos dez meses. Os lotes parecem ter sido distribuídos conforme um padrão, mas, segundo os moradores, as casas reproduziam a estrutura anterior das moradias atingidas. Quem tinha laje, ganhou uma casa nova com laje, quem tinha apenas telhas na cobertura, ganhou a casa com as telhas. Algumas famílias mais humildes não tinham a mesma estrutura de casa que outras famílias tinham, e a forma como a companhia construiu as novas casas parece ter reproduzido isso. A diferença que algumas pessoas comentaram foi, principalmente, a presença ou não da laje na cobertura da casa (mais valorizada em relação às casas que só tinham telhado).

> *Então se ocê tivesse uma área maior ou uma construção mais nova, sua casa seria bem mais estruturada, bem mais planejada, sabe?* [...] *As casas das pessoas mais humildes, a estrutura era diferente. Então, as casas não foram padrão, igual pra todo mundo.* [...] *A metragem dos lotes sim, mas a estrutura da casa não.* [...] *Teve casa que foi feita de telhado e não de laje.* [...] *Igual, a nossa casa na época. Nossa casa tinha passado por uma reforma. Meu pai tinha mudado muita coisa, a gente já tinha gastado muito dinheiro na casa pra reformar.* [...] *Meu pai tinha acabado de trocar o telhado da casa, feito reforma, arrumado banheiro, essas coisas. Então tudo foi avaliado na estrutura da casa. Mas teve casa aqui que foi feita assim tipo um quarto, uma sala, muito pequena, sabe? Não foi um padrão assim.*

Todas elas foram revestidas por fora com chapisco e cal. Daí vem o nome que a rua ganhou: Morro da Pipoca. O conjunto de casas, visto de longe, pintava de branco o morro, além da própria textura que devia se parecer com um incrustado de pipocas.

Hoje, na rua José Silvestre Barbosa ainda existe parte das casas (fig. 52), aquelas onde as famílias puderam permanecer em 1987. As casas que foram desocupadas naquela ocasião foram em parte demolidas, às vezes deixando alguns vestígios no terreno. O acesso à área é livre e a mineradora, anos após o deslizamento e todo o processo de remoção dos moradores, concedeu comodato para outras pessoas morarem lá. Isso é comentado pelos demais moradores inclusive com indignação.

5 O foco, durante a pesquisa, foi o processo de deslocamento compulsório no Mingú. Ainda seria necessário, para detalhar o processo no Vista Alegre, localizar os moradores expulsos e entrevistá-los. Algumas das informações contidas aqui, ainda que fragmentadas, vêm dos próprios moradores do Mingú — as pessoas dos dois bairros conviviam pois havia um acesso que ligava os dois bairros.



[48] Morro da Pipoca.
Fotografia da autora, 2022.



[49] Casa, no Morro da Pipoca, que ainda conserva as características da época da construção.
Fotografia da autora, 2022.



[50] Vestígios das casas na Rua José Silvestre Barbosa.
Fotografia da autora, 2023.



[51] Tubo que atravessa o bairro e transportava água.
Fotografia da autora, 2023.



[52] Parte da rua José Silvestre Barbosa que não foi desativada em 1987.
Fotografia da autora, 2023.

Nos lotes apertados do Morro da Pipoca, os moradores sentem falta, por exemplo, do espaço que tinham para plantar; do espaço que havia entre as casas vizinhas ("*se o vizinho der um espirro lá na casa dele, você está escutando na sua*"); do convívio e amizade com os vizinhos ("*eram famílias diferentes, mas tudo uma família só*"); dos trajetos e da proximidade com o centro da cidade. Embora quase sempre mencionem alguma vantagem na mudança, como simplesmente 'ganhar a casa', ou o fato de a casa ter sido bem construída, algumas pessoas demonstram mais abertamente o desgosto em se mudar, "*a gente sente na pessoa quando não é da vontade dela sair, sabe? Pra muitos foi vantajoso, mas pra muitos não*".

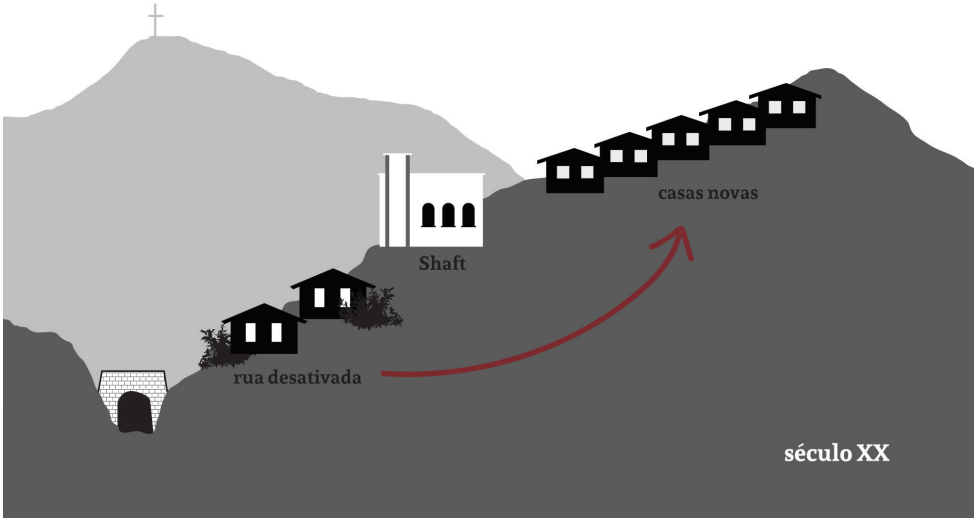
Longe de se encerrar com o deslizamento de terra em 1987, o processo do desastre implicou perdas dolorosas para os moradores que ainda hoje mobilizam diferentes afetos. Ao longo das conversas, era perceptível que se trata de uma história angustiante também para outros moradores do Mingú além dos diretamente afetados: "*um verdadeiro terror*". Nem mesmo o contexto que antecedeu o desastre de 1987 esteve livre de violências — inúmeros trabalhadores se acidentavam no interior da mina ou adoeceram gravemente por lá, além de outros desastres de maior proporção. Havia uma moradora antiga do bairro — Maria Cirilo —, negra e "*do tempo dos escravos*", mencionada nas entrevistas, que atravessava do Mingú a Sabará sobre os pés descalços, trajando roupas de saco de farinha, que parecia profetizar essa cadência entre as violências e as perdas: "*Não vai sobrar nada pra ninguém*", ela dizia. Podemos imaginar que sua profecia se misturava com uma constatação: Maria viu o filho morrer jovem trabalhando na mineração, como outras mulheres no Mingú viram a vida de seus companheiros e filhos abreviadas pelo mesmo motivo.

Neste capítulo, detalho o contexto histórico dos desastres no Mingú discutindo o processo deflagrado por outro desastre no século XIX, que acredito ter configurado o contexto para que o desastre em 1987 se desencadeasse. Os deslizamentos de 1987 foram escolhidos tanto para abrir o capítulo quanto para esse desdobramento por terem sido vivenciados pela maioria dos interlocutores e ainda estar muito vivo na memória do bairro. A cadência entre os desastres, situada na transição entre os séculos XIX e XX, faz parte do conjunto de transformações da companhia que desembocam na modalidade de apropriação de recursos que tem sido identificada como neoextrativismo.[6] Nas duas seções seguintes, enfatizo os processos mobilizados em resposta aos desastres por dois grupos de

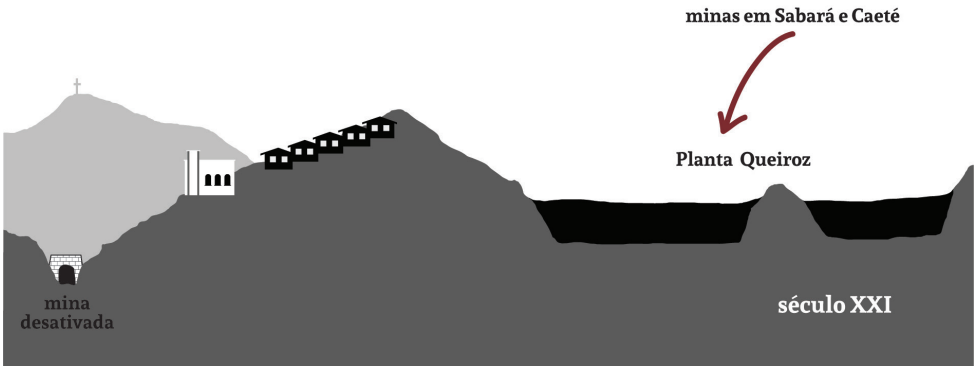
6 GUDYNAS, Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo, 2009.



[53] Desenho esquemático do perfil do Mingú no início da ocupação.
Elaborado originalmente para Rocha; Baltazar, 2024 [no prelo].



[54] Desenho esquemático do Mingú, com indicação do deslocamento compulsório dos atingidos.
Elaborado originalmente para Rocha; Baltazar, 2024 [no prelo].



[55] Desenho esquemático do Mingú no momento atual, indicando a operação da planta industrial a partir do minério vindo de outras cidades.
Elaborado originalmente para Rocha; Baltazar, 2024 [no prelo].

atores— a companhia mineradora e o grupo sócio-espacial do Mingú — dialogando os testemunhos dos moradores com a literatura dedicada ao tema, principalmente pela perspectiva da antropologia dos desastres e da ecologia política. Procuro explicitar, nas descrições, como as estratégias e táticas corporativas se orientam tanto pelo controle da crítica quanto pela minimização dos custos com os danos, ao mesmo tempo em que conseguem delimitar as possibilidades de resposta do grupo sócio-espacial. Com isso, pretendo contestar a ideia, defendida pela mineradora a princípio, de que se tratou em 1987 de um evento meramente natural — ao contrário, os desastres podem ser considerados como produzidos pela extração mineral,[7] além de assumirem dimensões produtivas para a continuidade da atividade.

3.2 Produção dos desastres

Nas ruas do Mingú, quando olhamos na direção do poente, nos deparamos com o Morro do Cruzeiro, suas matas e no topo, a cruz que é iluminada à noite. Sempre houve um cuidado especial com as luzes dessa cruz, pois quando se apagavam, acreditava-se que era prenúncio de 'acidente' na Mina de Morro Velho. O morro em si é marcado por vários deslizamentos de terra, alguns supostamente da época do Padre Freitas, quando se aspergia água sobre o solo para retirar o minério. Nas pinturas e ilustrações feitas por viajantes ao longo do século XIX, é possível ver as voçorocas sobre o morro, na porção mais próxima ao Mingú. Ao lado do bairro Boa Vista, na vertente mais próxima ao antigo Vista Alegre, há uma vala muito profunda que se abre na direção da boca da Mina Velha, aos pés do Morro do Cruzeiro. Aproximando, vemos cortes na rocha mais abruptos do que a erosão mais visível no morro. Dizem que esse buraco aberto na subida do Morro do Cruzeiro é vestígio de um desastre que fez desabar as galerias da mina. A observação desse morro, cujas encostas guardam as marcas da exploração da Mina de Morro Velho, sugere que os deslizamentos em 1987 não foram caso isolado. Quando as pessoas precisaram deixar suas casas na rua José Silvestre Barbosa, era visível a terra cedendo numa parte da encosta do Morro do Cruzeiro, logo acima da entrada da Mina Velha.

7 Benson; Kirsch, Capitalism and the Politics of Resignation, 2010, p. 461; Machado Aráoz, *Mineração, genealogia do desastre*, [2018] 2020, pp. 40–47.

Um primeiro passo na discussão da produção dos desastres no Mingú, a meu ver, é a investigação da ordem 'normal' que antecede os eventos críticos. Tais processos podem fornecer elementos para questionar tanto a 'naturalidade' quanto a 'anormalidade' do desastre deflagrado em 1987, argumentos frequentes tanto no senso comum quanto no discurso das corporações. Ao contrário de corresponder a uma ruptura ou descontinuidade numa situação de equilíbrio, os desastres podem evidenciar aspectos da própria 'ordem normal' das coisas.[8] Para isso, partirei da inspiração no método regressivo-progressivo que Lefebvre[9] propõe como meio de compreender a "gênese do presente, junto com as pré-condições e processos envolvidos". O conceito de produção do espaço, de acordo com o autor, opera no sentido de iluminar o processo "do qual não pode ser separado porque é um produto dele". Poderíamos considerar a própria fundação do povoado colonial em torno das minas na região e, em especial, da Mina de Morro Velho — Anthony Oliver-Smith, num capítulo,[10] fez esse movimento de retornar ao passado pré-colonial e à colonização espanhola nos Andes para explicar o contexto histórico na constituição da extensão dos danos provocados por um terremoto na década de 1970 no Peru. Escolhi, no entanto, para os propósitos deste capítulo, retomar um processo de desastre emblemático que está envolvido mais explicitamente na transição entre a mineração realizada na Mina de Morro Velho no século XIX e no século XX, pois trata-se de um processo em que a companhia conseguiu reverter um provável encerramento das atividades na transformação de sua estrutura produtiva a ponto de garantir a durabilidade da exploração por mais um século.

Os moradores do Mingú até hoje contam que "*no tempo dos escravos*", "*quando a gente ainda nem sonhava em nascer*", a mina desabou, deixando vários mineiros presos no seu interior. Uma grande rocha se desprendeu no interior das galerias da mina e fechou o acesso principal. Dizem que naquele dia uma moça negra, baixinha, surgiu (ninguém sabe como) no alto do Morro do Cruzeiro, tentando alertar os mineiros: "*saiam daí!*". Pouco tempo depois dessa aparição, um galo cantou três vezes — outro alerta para quem fosse adentrar a mina. "*Quem não entrou viveu. Quem entrou morreu*". "*Arriou a boca com o povo lá dentro.* [...] *Nesse tempo não tinha recurso. O que que a Morro Velho fez? Ela jogou água pra acabar de matar*". Foi preciso desviar as águas de um córrego próximo para abreviar o sofrimento daquelas pessoas que não teriam resgate, matando-as por afogamento.

8 Hewitt, The idea of calamity in a technocratic age, 1983, p. 10.

9 Lefebvre, *The Production of Space*, 1991, p. 66, tradução de Misoczky et al., Henri Lefebvre – marxista e humanista, 2019, pp. 386–387.

10 Oliver-Smith, Peru's five-hundred-year earthquake: vulnerability in historical context, [1994] 2019.



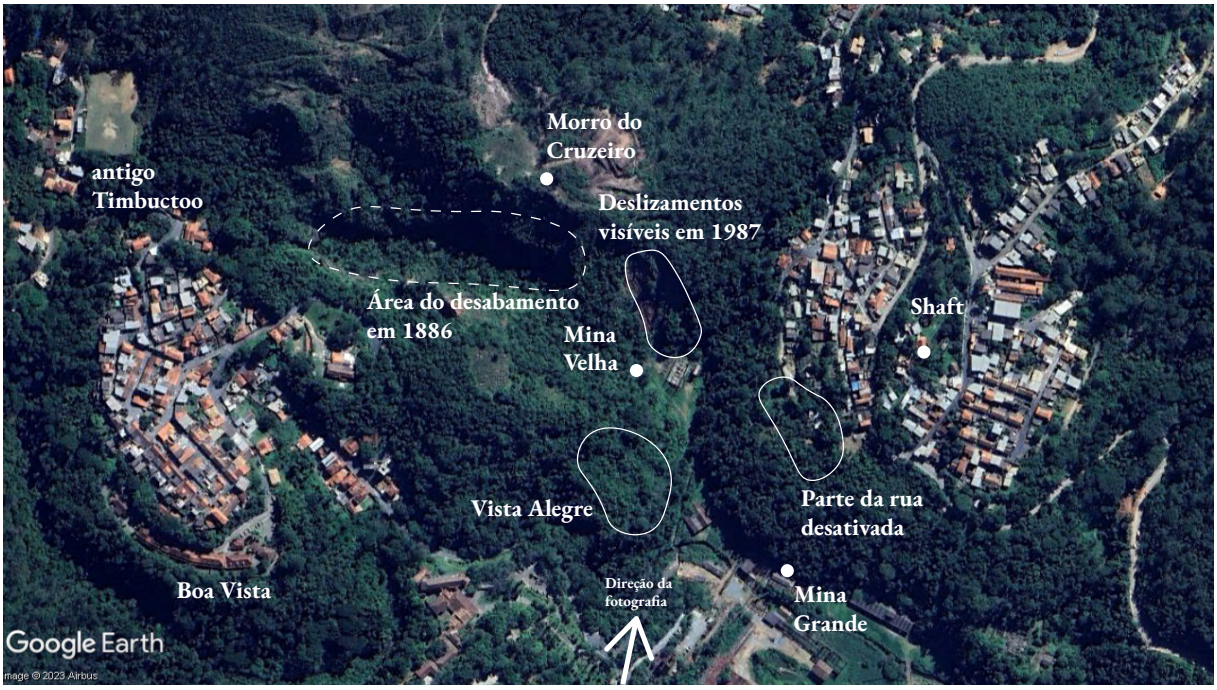
[56] Fotografia do Morro do Cruzeiro já erodido pela mineração no século XIX.
Riedel, Augusto, 1869. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



[57] Vestígios da degradação do Morro do Cruzeiro, parcialmente encobertos por matas.
Fotografia da autora, 2023.



[58] Panorama, posição dos deslizamentos em relação ao Mingú.
Colagem de elaboração própria, 2023.



[59] Indicações das áreas afetadas pelos desastres.
Elaboração própria a partir de imagem de satélite do Google Earth, 2023.

Não sabem dizer ao certo quando aconteceu, mas confirmam que foi assim. Mesmo tendo acontecido num tempo que parece remoto, quem conta essa história hoje não consegue esconder o horror da situação.

É possível especular que essa história que ainda circula de maneira vívida nos relatos dos moradores do Mingú se refira ao emblemático desabamento no interior da Mina de Morro Velho em 1886, que, embora não haja registros precisos sobre o número de mortos nem do uso de água para afogá-los, antecedeu um período de seis anos em que as extrações na mina estiveram paralisadas e provavelmente fez a vala no Morro do Cruzeiro que é visível até hoje. Ao mesmo tempo, também é possível imaginar que os relatos se relacionam com inúmeros outros desastres ao longo do século XIX que seguramente marcaram a vida no povoado — ocorridos ou não no espaço físico da Mina de Morro Velho.

No interior da mina, a frequência dos desastres no século XIX chama a atenção, mesmo considerando os escassos registros, seja nas publicações de jornais da época ou explicitados pelos trabalhos de historiadores. Em 1857, desabou o madeirame de sustentação do teto, soltando do forro da mina aproximadamente 170 toneladas de pedras, junto de bombas, plano inclinado e escadas.[11] Em 1864, ocorreram pelo menos cinco desmoronamentos no interior da mina, inclusive vitimando vários mineiros.[12] Em 1867, houve um incêndio nas galerias que se alastrou pelo madeiramento:[13]

> À meia-noite do dia 22 do corrente [novembro], manifestou-se um grande incêndio na mina do Morro Velho. Não obstante as diligências empregadas pelo seu digno diretor, o Sr. Gordon, o fogo lavrou por todo o estabelecimento, que consta de mais de 2.000 paus grandes e uma grande quantidade de madeira, sendo o seu fim a segurança da referida mina. Faleceram asfixiadas 22 pessoas, além dos feridos.
>
> Ainda não se pode dizer qual o resultado final de tão terrível catástrofe, pois ao nos mandarem esta notícia, o incêndio ainda lavrava.[14]

11 GROSSI, *Mina de Morro Velho: a extração do homem*, 1981, p. 39.

12 LIBBY, *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil*, 1984, p. 63.

13 GROSSI, *Mina de Morro Velho: a extração do homem*, 1981, pp. 38–41; EAKIN, *British enterprise in Brazil*, 1989, p. 37.

14 INCÊNDIO. *Constitucional: Jornal Politico, Litterario e Noticioso*. Ouro Preto, n. 66, 30 nov. 1867. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

De acordo com o que é descrito por Eakin a partir do relatório anual da companhia de 1868, depois de dias de combate ao incêndio e da tentativa de contê-lo desviando a água dos aquedutos da companhia, as entradas, poços e aberturas da mina foram fechados para cortar o oxigênio e, assim, extinguir as chamas.[15] Logo depois do incêndio, a companhia optou por reduzir os custos de operação, alugando os escravizados em sua propriedade, suspendendo os contratos de aluguel e dispensando operários ingleses. A direção da St. John, junto à superintendência da mina, decidiu em seguida reabrir a mina por meio da perfuração de dois poços verticais (A e B) para retomar a exploração do veio de ouro. Persistiram nesse objetivo mesmo com a instabilidade das escavações. De acordo com o que relata Hollowood,[16] a companhia teria enfrentado "mar de provações", com a dificuldade em controlar a inundação das galerias e desmoronamento das paredes. Embora o autor enfatize uma trajetória heroica na retomada da exploração do filão, essa persistência da companhia deveu-se, sem dúvidas, à estimativa de lucros, que compensaria os anos sem distribuição de dividendos.

Para além do espaço físico das operações da St. John, o desastre na Mina de Cata Branca em 1844 pode também ser evidência de como se compôs essa memória, se considerarmos que os escravizados sobreviventes migraram para Morro Velho anos depois. Esse desastre vitimou vários mineiros, em sua maioria escravizados, da mesma forma como contam que aconteceu na Mina de Morro Velho: o desabamento da mina fez com que várias pessoas ficassem presas no subsolo sem perspectiva de resgate e o afogamento das vítimas foi a forma encontrada para encerrar sua angústia. A respeito do desastre em Cata Branca, Antonio Olyntho dos Santos Pires descreveu:

> Apesar do cuidadoso revestimento das galerias eram frequentes os desastres, devidos ao infiltramento das águas e à umidade que destruía em pouco tempo os mais robustos pés direitos. A ação lenta desses elementos foi preparando aos poucos a medonha catástrofe que pôs termo aos trabalhos da mina. O desabamento de uma grande pedra no poço vertical fez abater parte de suas paredes e fechou galerias onde trabalhavam mais de cem trabalhadores. Conta-se que durante alguns dias ouviam-se nas entranhas duríssimas da rocha os gemidos de muitas dessas vítimas soterradas pelos desmoronamentos. Frustrados todos os serviços de socorro, quando não houve mais esperança de salvar os vivos sepultados pela catástrofe, a solução mais humana que se encontrou, para minorar os seus

15 Eakin, *British enterprise in Brazil*, 1989, p. 37.
16 Hollowood, *A história de Morro Velho*, 1955, pp. 47–50.

> sofrimentos, foi inundar a mina com as águas das máquinas e fazer perecer por asfixia os que teriam de morrer por inanição angustíssima. E lá estão enterradas naquele gigantesco túmulo de rocha as centenas dos mineiros infelizes, que encontraram a morte perfurando as entranhas da terra para lhe aproveitar os tesouros.[17]

As atividades em Cata Branca foram paralisadas e, pouco tempo depois, a Saint John d'El Rey Mining Co. adquiriu sua propriedade. A aquisição dessa mina possibilitou transferir aos domínios da empresa os escravizados que trabalhavam ali e haviam sobrevivido. Hoje, nas imediações de suas ruínas, se encontra o Projeto Vargem Grande da Vale.

Menos de cinquenta anos depois do desastre de Cata Branca, em novembro de 1886, um novo desastre se abateu sobre a Mina de Morro Velho, vitimizando novamente vários trabalhadores:

> O que se sabe com certeza é que se deu o desastre na quarta-feira, 10 do corrente [novembro], um pouco antes das 6 horas da manhã, não se achando então na mina senão a turma de operários (felizmente pouco numerosa) encarregada dos trabalhos preparatórios para o serviço do dia. Diz-se que enormes pedaços de rocha da abóbada da imensa escavação, que constitui a mina, desabaram, arrastando na queda as máquinas assentadas na parte superior da escavação e o travamento de madeira, que sustentava a abóbada. Alguns dos operários conseguiram escapar ilesos; outros saíram mais ou menos feridos e contundidos; e outros que naturalmente, estavam mais no interior da mina, esses lá ficaram. Quantos foram os infelizes é o que não se sabe ainda com certeza; mas as informações que, parecem mais dignas de fé, dizem que o número de mortos ascende a nove. O prejuízo material, segundo consta, é muito grande.[18]

Não há registro preciso sobre o número de mortos no desastre. No *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, foi noticiado que o desastre deixou "sepultados cerca de 200 trabalhadores".[19] A versão mais propagada pelos periódicos reproduziu o telegrama enviado pelo governo da província de Minas ao ministro da Justiça, afirmando que morreram dez pessoas e "não pequeno número de pessoas"

17 SANTOS PIRES, Cata-Branca, 1890.

18 AS MINAS de Morro Velho. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 323, 20 nov. 1886. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

19 HORRÍVEL desgraça. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 525, 15 nov. 1886. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

ficaram feridas.[20] A própria St. John desmentiu as duzentas mortes divulgadas pelo *Diário de Notícias* por meio de nota enviada por seus representantes, minimizando também a extensão do desabamento: "o desastre foi causado por terem caído algumas pedras dentro da mina, perdendo infelizmente a vida dez trabalhadores".[21] A incerteza sobre o número de mortes no desastre acompanha o controle da companhia sobre a forma como se noticiou o acontecimento à época. Com a análise dos documentos do acervo da mineradora, Libby afirmou que a St. John "calou-se a respeito" das vítimas fatais.[22] A controvérsia foi mencionada em correspondência de Ouro Preto publicada pelo *Jornal do Commercio*: "As notícias do desastre, que temos aqui, são pois de diversas fontes, mas nenhuma inteiramente digna de fé. Provém algumas de pessoas que têm relações de amizade ou comerciais com moradores das imediações da mina; outras de pessoas que chegam daquele lado da província".[23] Numa notícia de março do ano seguinte, 1887, que pretendia "tirar a limpo a verdade", além de reforçar a versão dos dez mortos, o número de feridos identificado foi de 36 pessoas:

> O médico da companhia e um capitão de mina, foram verdadeiramente heróis, descendo numa caçamba pelo chafre até a borda do abismo, e daí prendendo escadas de cordas umas às outras até que chegasse ao lugar onde estavam os soterrados. Por elas foram salvando uns após outros. Não pôde ser salvo um operário que havia se refugiado no interior de uma caçamba, a qual foi arrojada para o fundo do abismo de envolta com os entulhos, e conquanto nada sofresse de ofensas, pereceu, por não ter sido possível dali retirá-lo, nem outro que falou por muito tempo mas não pôde erguer-se por estar com as pernas esmagadas e presas por grandes pedras. Oito ficaram completamente esmagados.[24]

Enquanto as mortes e os ferimentos causados pelo desastre permanecem envoltos por essa controvérsia nas versões publicadas, a benevolência da companhia no resgate aos feridos foi destacada por várias notícias e correspondências. O telegrama enviado ao ministro de Justiça e reproduzido pelos jornais

20 GRANDE desastre — dez mortes. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 320, 16 nov. 1886. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

21 DESASTRE no Morro Velho. *Diario de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 526, 16 nov. 1886. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

22 LIBBY, *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil*, 1984, p. 67.

23 AS MINAS de Morro Velho. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 323, 20 nov. 1886. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

24 NO DESASTRE... *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 653, 24 mar. 1887. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

afirmou que os feridos foram salvos "graças à atividade da administração da companhia e dos socorros a tempo por ela ministrados".[25] Em carta dirigida ao Imperador e ao ministro da Justiça, José Caetano Rocha Júnior[26] argumentou que o desastre "foi inesperado", afinal "Negar-se a segurança da mina do Morro Velho, negar-se que esse serviço não seja quotidianamente revistado, negar-se que o capitão da mina não tinha tomado providencias enérgicas quanto a essa pedra, é negar-se a existência de tudo que existe, porque, quem mais do que os próprios ingleses desejaria que essa mina fossa eterna?". O correspondente ainda destacou o fato de que "Morro Velho tem sido a fonte inesgotável para tudo e para todos!", um "baluarte que abrange todos os viveres". Estavam na região sofrendo com a interrupção dos trabalhos na mina após o desastre, desde fábricas, lavouras e até mesmo as mulheres que tiravam dali o seu sustento.

Contrasta com essa defesa da companhia, a notícia de várias reclamações que chegaram à redação do jornal *O Paiz*: "Várias reclamações nos têm chegado relativamente aos últimos desastres ocorridos nas minas da companhia do Morro Velho. É calculado em mais de 100 o número das vítimas ultimamente sacrificadas porque não se atende à segurança das minas, nem há engenheiro encarregado de olhar por isso".[27] Hollowood, baseando-se no relato do superintendente da mina, George Chalmers, apresenta uma descrição do dia anterior ao evento crítico, tratando como se fosse ocasional que a companhia estivesse ciente de problemas estruturais na mina:

> A 9 de novembro, a mina precisou de novas madeiras, e a dimensão delas foi mandada para cima. No dia seguinte, ao serem entregues as toras, verificaram que, apesar de cortadas segundo a medida exata, elas haviam ficado demasiado grandes. Um exame imediato das lavras revelou, *por significativa coincidência*, que o teto e as paredes tinham cedido cerca de seis polegadas durante a noite, e que esse movimento compressivo estava continuando. Havia explosões na rocha, pequenos desabamentos e estalos na madeira, tendo a mina sido imediatamente evacuada. Infelizmente o desmoronamento foi de tal modo rápido e integral, que alguns mineiros morreram soterrados.[28]

25 GRANDE desastre — dez mortes. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 320, 16 nov. 1886. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

26 ROCHA JÚNIOR, José Caetano A S. M. Imperial e ao Exm. Sr. Ministro da Justiça: Morro Velho. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 340, 7 dez. 1886. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

27 VÁRIAS reclamações... *O Paiz*. Rio de Janeiro, n. 322, 20 nov. 1886. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

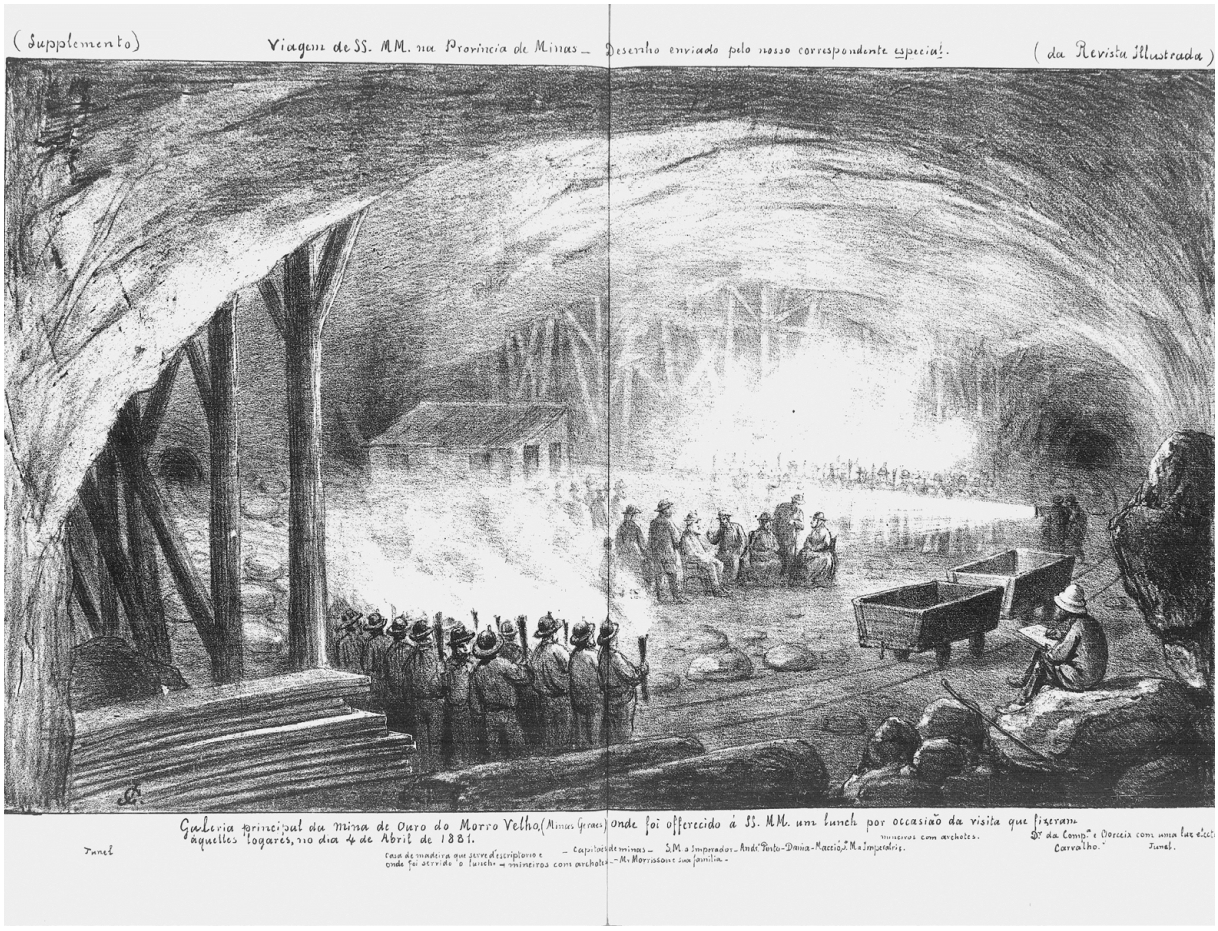
28 HOLLOWOOD, *A história de Morro Velho*, 1955, p. 58. Grifo meu.

Tanto o contexto das explorações no subsolo de Morro Velho desde a década de 1850, com os frequentes desastres na mina, quanto a demanda de reforço no madeiramento no dia anterior sugerem que o desastre ocorrido em 1886 não foi ocasional, muito menos 'inesperado'. Sugerem, além disso, uma escolha consciente de manter as operações apesar do risco — a capacidade de produção em detrimento da vida. Um diálogo fictício exposto no romance inacabado de Avelino Fóscolo, escrito em 1940, sobre a Mina de Morro Velho, ilustra essa suposição:

> — É um colosso deslocando-se e ameaçando obstruir a mina irremediavelmente — opinou o Capitão Grande.
>
> — É um pessimismo sem base, prejudicial aos interesses da companhia, pelo terror que vai infundir nos trabalhadores e que se não justifica de forma alguma — observara o engenheiro [e prossegue] — O madeiramento ora empregado para sustentáculo da abóbada é de uma potência tal que desafia milhares de toneladas.
>
> — Mas não podemos julgar a resistência, de vez que ignoramos o peso — objetou o Capitão.
>
> — Mas podemos admitir por hipótese a suficiência: a rocha desprendida está solta há anos, segundo se desprende das fendas abertas em diversos pontos e a longa distância; a cimentação feita obstrui em parte a ferida.
>
> — Sem vantagem alguma para a Companhia e para a segurança dos broqueiros.
>
> — Afinal, Capitão, o seu receio não tem nenhuma base, e a prudência o aconselha a parar com as suas observações prejudiciais ao Morro Velho.
>
> — A vida humana vale muito mais do que o lucro de uma empresa, embora importante.[29]

As duas posturas, do Capitão Grande e do engenheiro, parecem refletir partes do debate público à época do desastre: de um lado aqueles que procuraram denunciar as condições de trabalho e a sequência de desastres ocorridos na Mina de Morro Velho e, do outro, a defesa categórica da empresa com base na obtenção de lucros e na sua centralidade para a vida do povoado, em discursos alinhados com a ideologia da vocação mineral. Esse último é o caso também de Richard Burton,[30] defensor do empreendimento de seus conterrâneos e anfitriões na viagem ao povoado de Morro Velho em 1867,

29 Fóscolo, *Morro Velho: romance*, 1940, p. 153.
30 Burton, *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*, [1869] 2001.



[60] Ilustração da galeria da Mina de Morro Velho sustentada pelas madeiras. Ao centro, estão sentadas as pessoas na comitiva de D. Pedro II durante uma visita à mina.
Revista Illustrada, 1881. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



CATASTROPHE
DO
MORRO VELHO

Sóbe á mais de 300 MORTOS o numero de artigos de todos os generos e especies e á mais de

500 FERIDOS

em seus preços, pela reducção que está fazendo

O GRANDE BARATEIRO DE MINAS GERAES

em todo o variadissimo e magnifico sortimento que possue o seu gigantesco BAZAR, onde qualquer pessoa, que visitar o grande estabelecimento, poderá sahir vestido dos pés á cabeça ou sortido de todos os generos necessarios aos usos da vida.

O preço de cada artigo é tão reduzido que está causando mais sensação que o infausto passamento do grande estadista

JOSÉ BONIFACIO

Os Srs. negociantes que quizerem fazer o sortimento de suas casas, terão a grande vantagem de comprar o que precizarem por preços inferiores aos da côrte. Os Srs. fazendeiros, criadores, tropeiros, mascates, carpinteiros, sapateiros, serralheiros, ferreiros, pedreiros, pintores, mineiros, chacareiros, caçadores, noivos, noivas, festeiros, alfaiates, costureiras e modistas, medicos, advogados, tabelliães, padres, etc., etc., encontrarão, fazendo uma visita ao grande bazar, tudo o que fôr preciso em materiaes para o exercicio de suas respectivas profissões.

O REI DOS BARATEIROS

Vicente Eloy Bouças Gonçalves

Chama a attenção do publico em geral e dos seus numerosissimos freguezes em particular, para a grande venda que está fazendo, por preços *tão desgraçados* que realmente ninguem póde competir, em consequencia do balanço a que vai proceder em sua grande casa.

Grande rancho de tropa, pasto fechado, generos do paiz, etc., etc,

CASA DE SEIS PORTAS

SANTA BARBARA

Proximo á Itabira, S. Gonçalo, Cattas Altas, S. Miguel, Caraça, etc. 2—1

[61] Anúncio de um empório ironizando o desastre de 1886 em Morro Velho.
A província de Minas, 1886, Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais.

meses antes do incêndio, assegurou em seu relato que eram raros esses eventos quando visitou a mina naquele ano. Aos desafortunados que foram vítimas das condições precárias de trabalho, ele dedica um epitáfio irônico: "Aqui jaz João Ninguém; morreu na mina; como morreu, ninguém de fato ensina".[31] Burton ainda insistiu em atribuir os 'infortúnios' a defeitos dos componentes utilizados nos trabalhos na mina, por 'desonestidade' dos fabricantes.

A ironia com os desastres chegou até os anúncios de um empório de Santa Bárbara, que nos dias próximos ao desastre em 10 de novembro de 1886, publicou sob o título de "Catástrofe do Morro Velho", que subiu a "mais de 300 mortos o número de artigos de todos os gêneros e espécies e a mais de 500 feridos em seus preços, pela redução que está fazendo o Grande Barateiro de Minas Gerais". Em meu entendimento, tal anúncio, assim como a ironia de Burton, contribui para um clima de descrédito das vítimas e das críticas e denúncias a respeito das condições de trabalho no subsolo.

Retorno à 'normalidade' e transição

A única entrada da mina foi fechada pelas rochas na ocasião do desastre em 1886. O desabamento não se restringiu ao momento crítico no dia 10 de novembro e nas semanas seguintes, conforme Eakin descreve a partir do relato do superintendente da mina, George Chalmers, uma reação em cadeia fez com que a mina entrasse em colapso, seção por seção.[32] Com isso, Chalmers reportou aos acionistas londrinos a necessidade de abandonar as escavações em Morro Velho. Embora a princípio acreditasse que a companhia teria que encerrar suas atividades ou procurar outra mina para seguir a exploração, o superintendente elaborou um projeto para retomar as escavações no veio de Morro Velho. Durante pelo menos dois anos, a administração da companhia em Londres considerou o fechamento da mina. Os acionistas, convencidos pelo superintendente, optaram pela sua reabertura. O plano elaborado por Chalmers costuma ser celebrado como uma proeza genial, digna da suposta vocação mineradora da cidade. Além de evitar o fechamento da mina, que era a principal atividade econômica do local,

31 Ibidem, p. 302.
32 Eakin, *British enterprise in Brazil*, 1989, p. 41.

ele promoveu a modernização das operações extrativas e de beneficiamento do ouro, garantindo a continuidade da exploração de Morro Velho ao longo do século XX:

> Um homem comum teria encerrado as atividades da companhia e aceitado tranquilamente a derrota. George Chalmers não era um homem comum. Recusando-se a se curvar diante do pessimismo da direção e dos acionistas, Chalmers começou a argumentar em suas cartas para Londres que o velho filão de ouro ainda tinha anos de vida pela frente. Apesar dos cinquenta anos trabalhando o mesmo veio, da queda da produção na década anterior e dois desastres em vinte anos, ele acreditava que uma nova mina no mesmo filão poderia retomar a lucratividade do empreendimento.[33]

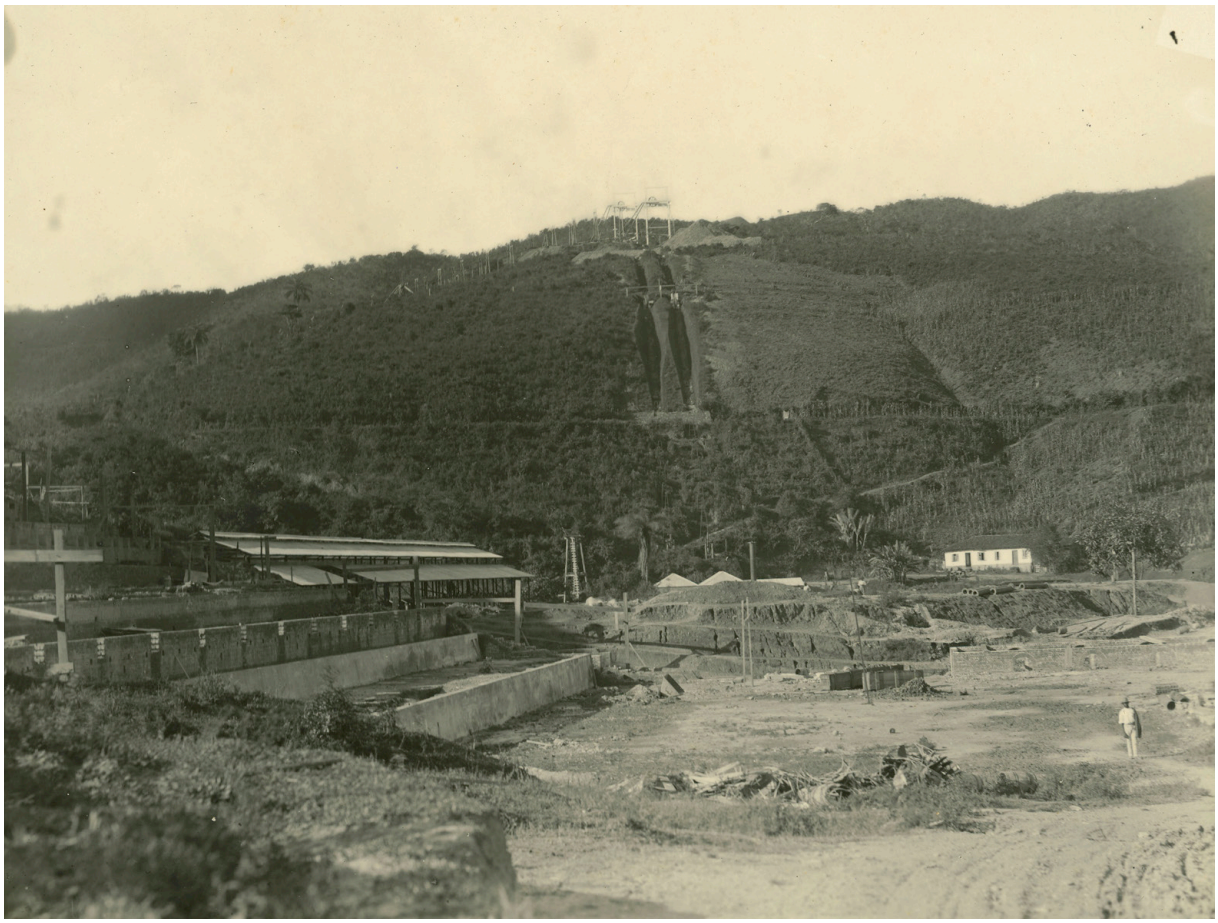
Foram perfurados no Morro do Mingú dois poços (*shafts* ou chafres, abrasileirando) para atingir o veio principal (obstruído pelos deslizamentos) ao norte do antigo filão (fig. 64). A ideia era retomar a escavação a setecentos metros abaixo da superfície, uma profundidade que ainda não havia sido explorada na mineração no século XIX, pois com o aprofundamento das operações, a tendência era a redução do teor do ouro no minério encontrado. Outro túnel de entrada foi construído — a chamada Mina Grande —, aos pés do Morro do Mingú na margem nordeste do vale do Ribeirão do Cardoso. Nesse vale, passou a funcionar a planta industrial de beneficiamento do minério.[34] A superfície foi modernizada e os processos de beneficiamento foram aos poucos sendo substituídos por tecnologias químicas e de maquinário mais complexas, como já mencionado anteriormente. Com a reestruturação da mina e da planta industrial em decorrência do desastre, a Morro Velho chegou a ser a mais profunda mina de ouro do mundo e sua exploração se estendeu até o fim do século XX.[35] Nesse sentido, embora o desastre tenha significado uma paralização momentânea de cerca de seis anos na extração do ouro, a longo prazo, possibilitou a retomada do processo produtivo da companhia com um rendimento maior do que o anterior.

Num processo análogo, o desastre deflagrado em 2019 na cidade de Brumadinho, com o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão da Vale, possibilitou a acumulação de capital pela empresa com a abertura de novos mercados para o descomissionamento de barragens a montante, de

33 Ibidem, pp. 41–42.
34 Ibidem, pp. 42–44.
35 GROSSI, *Mina de Morro Velho: a extração do homem*, 1981, p. 40.



[62] Construção de canaleta na planta industrial da Morro Velho. Ao fundo, o Morro do Mingú.
Autor desconhecido, [1890]. Publicada no grupo Nova Lima Nostálgica, do Facebook.



[63] Construção da planta industrial. Ao fundo, a construção do *shaft* no Morro do Mingú.
Ferrez, Marc, [1890], Acervo Instituto Moreira Salles.



[64] Ruínas do *shaft*.
Fotografia da autora, 2022.



[65] Propriedade privada, *shaft* cercado no Mingú.
Fotografia da autora, 2022.

acordo com a análise de Klemens Laschefski.[36] O autor destaca que uma expansão significativa das operações da Mina Córrego do Feijão (crescimento em 88% da produção) havia sido aprovada em reunião da Câmara de Atividades Minerárias, no âmbito estadual, em dezembro de 2018 — apenas um mês antes do rompimento —, ainda que fosse de conhecimento geral o risco imediato de colapso da barragem. Além disso, no mesmo dia da aprovação do projeto, a Vale adquiriu uma empresa que desenvolveu uma tecnologia inédita de aproveitamento de minério a seco, possibilitando a recuperação de material de baixo teor de ferro depositado nas barragens. Após o colapso da barragem, a empresa anunciou, por conta própria, o plano de descomissionamento de mais dez barragens similares, e logo a Secretaria de Meio Ambiente publicou uma resolução que obrigava as empresas a descaracterizarem as barragens que utilizassem o método de alteamento a montante em até dois anos, contados a partir de janeiro de 2019. Com isso, a Vale pôde acessar um mercado lucrativo, pois "qualquer mineradora que deseje extrair o minério remanescente durante a desativação das barragens precisará da tecnologia FDMS [em inglês, *Fines Dry Magnetic Separation*, separação magnética de finos a seco] desenvolvida por sua [Vale] nova subsidiária, a New Steel".[37] Laschefski aponta que essas estratégias, entre outras adotadas pelas corporações na gestão dos desastres, podem ser identificadas como processos de acumulação por despossessão. Em outras palavras, "as próprias catástrofes estão sendo configuradas como parte do ambiente não capitalista de acumulação após o colapso localizado do capital", gerando lucro e apropriação de territórios que anteriormente não estavam implicados nessas dinâmicas capitalistas.[38]

No caso da Saint John e da Mina de Morro Velho, pelas análises apresentadas por Libby,[39] entre os anos de 1834 e 1885, a empresa distribuiu aos acionistas dividendos altos e relativamente contínuos, apresentando déficit em apenas sete anos dos cinquenta examinados. O autor avalia que as variações nos lucros são decorrentes da variação no próprio teor do ouro obtido, pois o preço mundial do metal se manteve estável durante o período em análise. A composição dos lucros da empresa em grande parte dependia da exploração racional dos custos de operação (sobretudo a mão de obra, que durante quase todo o século XIX, foi escravizada). Durante pelo menos a administração do superintendente James Gordon, uma prática corrente foi a seleção, no interior da mina, de minério bruto

36 LASCHEFSKI, Rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho (MG), 2020, pp. 120–133.
37 Ibidem, p. 123.
38 Ibidem, p. 103.
39 LIBBY, *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil*, 1984, pp. 31–51.

com maior teor aurífero para o beneficiamento (deixando o minério mais pobre empilhado nas galerias do subsolo). Essa prática, conforme indica Libby, parecia visar um aumento súbito nos lucros da empresa, pois reduzia os custos de beneficiamento por tonelada de ouro obtida.

Podemos ainda considerar que, naquela época, com o avanço da legislação abolicionista, houvesse uma expectativa de aumento dos custos operacionais da empresa — ainda que pelos dados apresentados por Libby eles tenham oscilado pouco entre 1875 e 1885, com a provável abolição da escravatura, aumentariam os custos com os salários dos operários. Com os dados disponíveis, não é possível afirmar se essa expectativa se concretizou. Mesmo assim, podemos supor que a sequência de desastres sobretudo a partir da segunda metade do século XIX pode ter relação com a redução de custos operacionais de manutenção das estruturas da mina. E ainda, considerando esse contexto, percebe-se que o efeito do plano de Chalmers pós-1886, ao acessar uma parte do veio aurífero ainda não explorado e modificar os métodos (aumentando supostamente a eficácia) reforça a ideia, pensando com Laschefski, de que a catástrofe foi configurada pela mineradora para expandir as possibilidades de acumulação.

Um dos aspectos que define os extrativismos, como a mineração, de acordo com o que propõe Eduardo Gudynas, é justamente o grande volume e intensidade da retirada de matéria-prima, com destino majoritariamente exportador.[40] Esse modo de apropriação dos recursos naturais com o objetivo principal de lucro e acumulação capitalista fundamentou as operações da Saint John d'El Rey em Nova Lima. Gudynas ressalta ainda que, ao longo do tempo e do desenvolvimento de novas tecnologias, não há uma redução de danos causados pelas atividades extrativas — pelo contrário, os processos de remoção de matéria-prima tornam-se mais profundos, violentos e mais alastrados.[41] Embora a argumentação de Gudynas seja pautada por aspectos econômicos, não se pode perder de vista os processos das relações sociais de produção implicadas, nem mesmo a centralidade da produção do espaço na articulação das atividades extrativistas.[42]

Por relações sociais de produção, entende-se, com Marx, os processos "entre os diversos agentes de produção e, em especial, entre capitalista e trabalhador assalariado".[43] Lefebvre complementa destacando que a totalidade das relações sociais (próprias da sociedade burguesa), como as ciências, a

40 Gudynas, Extractivismos en América del Sur, 2016, pp. 24–25.
41 Ibidem, p. 27.
42 Lefebvre, *A re-produção das relações de produção*, 1976, p. 17.
43 Marx, *Capítulo VI (inédito)*, 2022, p. 92.

família, o cotidiano ou o fenômeno urbano, "se põe deliberadamente ao serviço das relações de produção existentes".[44] A reprodução das relações sociais de produção, elemento chave na sobrevivência do capitalismo apesar das crises cíclicas, diferencia-se da reprodução dos meios de produção (sejam materiais ou humanos) e da continuidade da produção material, ainda que esteja intrinsecamente atrelada a esses processos.[45]

Lefebvre aponta o espaço como o lugar onde se reproduzem as relações sociais de produção, permeadas por contradições. Na medida em que se reproduzem essas relações, as contradições são deslocadas, modificadas, amplificadas.[46] A manutenção da mineração em Nova Lima acompanha os processos pelos quais se tornou preponderante na ordenação do território, seja pela propriedade da terra ou pela centralização das atividades do entorno para o suprimento de suas demandas — em outras palavras, na medida em que produziu (socialmente) o espaço (social), se tornando pivô na reprodução das relações sociais de produção.

Como explica Silke Kapp a respeito do argumento de Lefebvre, "o modo de produção do capital espacializa as relações sociais que institui, criando para elas uma inércia que não é afetada pelas contínuas transformações espaciais que se veem na superfície".[47] A autora exemplifica: "Conflitos territoriais, por exemplo, não abalam a premissa da existência de fronteiras nacionais, assim como substituições de usos e edificações não abalam a instituição jurídica do lote urbano".[48] Poderíamos dizer, parafraseando seus exemplos, que os desastres não abalam as premissas extrativistas da mineração, mas tendem a reconfigurá-las e aprofundá-las, reproduzindo, de certa forma, suas próprias condições — trata-se de uma reprodução cíclica que garante a manutenção do modo de reprodução.[49] O que isso quer dizer na prática?

O Mingú, que em 1886 era provavelmente habitado por algumas famílias de trabalhadores na porção mais próxima à Mina Velha (obstruída no desastre), tornou-se, espacialmente, peça chave na reestruturação da mina — tanto os *shaft*s foram construídos sobre o espaço do bairro quanto a mina teve suas galerias abertas no subsolo abaixo do bairro. Com a abolição da escravatura, como

44 Lefebvre, *A re-produção das relações de produção*, 1976, pp. 58–67.
45 Ibidem, p. 8.
46 Ibidem, p. 6.
47 Kapp, *Teoria crítica da arquitetura*, 2022, p. 145.
48 Ibidem.
49 Ibidem; Lefebvre, *A re-produção das relações de produção*, 1976, p. 52.

veremos mais adiante, no capítulo 4, a companhia aprofundou sua política de fornecimento de moradias com o objetivo de fixar os trabalhadores assalariados e o Mingú tornou-se ainda um dos locais destinados à construção dessas moradias. Isso só foi possível porque a companhia dispunha de grandes extensões de terra: ao mesmo tempo que a terra desempenhou o papel de reserva de mercado, garantindo os direitos ou a preferência na exploração dos minerais no subsolo, tornou-se o meio pelo qual a companhia expandiu a força de trabalho e a manteve operante. Entendo que a proximidade seja com o *shaft* ou com a área industrial da mina (distante apenas dez minutos a pé) pode ter sido um fator determinante nessa escolha. O que parece ter sido ignorado diante do objetivo da mineradora, no entanto, foi a possibilidade de instabilidade geológica causada por repetidas detonações sob o bairro, agravada pelo próprio relevo íngreme da área.

A reconstrução das operações da mina, em paralelo com a instalação dessas moradias operárias podem ser destacados como os processos fundamentais na produção da vulnerabilidade do bairro. Quem são essas pessoas que passaram a estar sujeitas ao risco? A área não era ocupada massivamente pelos ingleses, por exemplo, que, embora também sofressem as duras consequências da extração mineral no interior da mina, viviam condições de trabalho e moradia muito distintas dos brasileiros, sobretudo os negros. Na realidade, a compreensão dos processos em torno da vulnerabilidade do Mingú indica que os problemas enfrentados pelos moradores não são desvinculados da imbricação entre as opressões de raça, gênero e classe:[50] "*Principalmente os que moravam aqui no Mingú eram de cargo baixo*", "*esqueceram até eu lá, ó. 'A menina tá lá!'. Mamãe que tava trabalhando, passando roupa, coitada*". Desdobrando os acontecimentos, é possível notar que as soluções adotadas pela mineradora submetem os moradores do Mingú a novos riscos.

A análise do sociólogo estadunidense Robert D. Bullard,[51] a partir dos processos deflagrados pelo furacão Katrina, aponta para a relevância da questão racial na distribuição dos danos ambientais, pois os custos ambientais tendem a se concentrar sobre as pessoas não brancas por meio de políticas, práticas ou diretrizes, sejam elas públicas ou privadas.[52] Além disso, no período de reconstrução

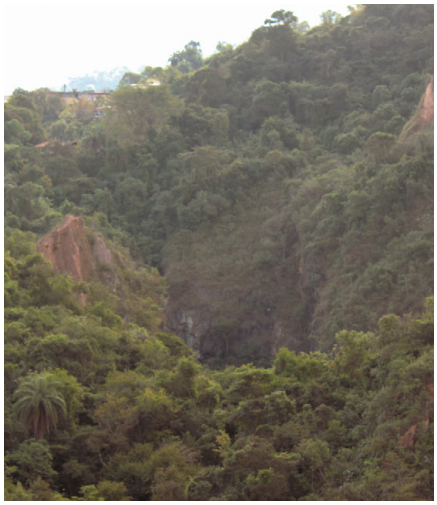
50 Collins, Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão, [1989] 2015. A perspectiva da interseccionalidade, defendida por teóricas feministas como Collins, ressalta a importância de se pensar as bases estruturais das opressões. Muitas vezes há uma adesão acrítica ao conceito de "racismo ambiental", principalmente no contexto midiático, que desconsidera as relações de produção que são a base dessas formas de opressão.

51 Bullard, Varridos pelo furacão Katrina, 2006.

52 Ibidem, p. 126.



[66] Morro do Cruzeiro visto de uma rua paralela à rua José Silvestre Barbosa.
Fotografia da autora, 2023.



[67] Possível evidência do desastre de 1886.
Fotografia da autora, 2023.



[68] Quintal e construções diante do Morro do Cruzeiro.
Fotografia da autora, 2023.

diante dos danos, tais desigualdades tendem também a se acirrar. No caso do furacão Katrina, as pessoas negras tiveram dificuldades em obter empréstimos e alojamentos temporários ou permanentes — sendo discriminadas por meio de taxas de juros abusivas e táticas agressivas de vendas.[53] De forma análoga, no caso do Mingú, a solução imposta deslocou os atingidos para um reassentamento a poucos metros de uma barragem altamente poluente e que ocasiona ainda outras formas de risco geológico.

Reconfiguração dos riscos e danos

A Saint John d'El Rey Mining Company construiu os primeiros depósitos para os rejeitos da mineração aurífera em Morro Velho por volta de 1930. Esses depósitos se localizavam no vale do Ribeirão do Cardoso e tinham como objetivo a disponibilidade futura daquele material, que ainda possuía teor significativo de ouro, impossível de ser extraído com as tecnologias da época.[54] A primeira barragem usada para deposição de rejeitos no Brasil foi uma barragem em Raposos que, a partir da década de 1940, passou a receber os rejeitos da mineração do ouro transportados por meio de um tubo que atravessava um morro em Nova Lima. Por volta de 1950, a empresa passou a despejar o rejeito sobre o leito do Ribeirão do Cardoso, sob a justificativa de assoreamento da barragem disponível, dificuldades econômicas e de reposição de peças.[55] Só em 1977, quase trinta anos depois, que optaram pela construção de duas barragens no Vale do Queiroz, acima do Mingú, em ação coordenada com a Secretaria de Ciências e Tecnologia de Minas Gerais, cessando, assim, o lançamento de rejeitos diretamente nos rios.[56] Em 1985, foi inaugurada a Planta Industrial de Queiroz, dedicada ao beneficiamento do ouro e à produção de ácido sulfúrico.[57] Por alguns anos, os rejeitos depositados em Queiroz eram deslocados tanto da Mina de Morro Velho, quanto das operações nas minas Cuiabá e Lamego, localizadas nas cidades de Sabará e Caeté, respectivamente. Com a paralisação das atividades na Morro Velho entre 1995 e 2003, as barragens seguem em funcionamento, associadas com a

53 Ibidem, p. 134.
54 Mineração Morro Velho Ltda., *Morro Velho: História, fatos e feitos*, 1996, p. 145.
55 Ibidem, p. 146.
56 Ibidem, p. 148.
57 Ibidem.

atividade da Planta de Queiroz, que recebe o minério da Unidade Cuiabá-Lamego, transportados via teleférico até a fábrica.

No processo de construção do bairro Mina d'Água, logo acima do Mingú, a barragem era apresentada por funcionários da mineradora com banalidade: "*Falou que nós íamos ter uma represa ali maravilhosa*". Os terrenos no bairro foram vendidos pela mineradora a alguns operários no começo da década de 1980, de acordo com o depoimento de um morador. O processo teve início logo depois da enchente de 1979, em que as casas localizadas nos bairros mais próximos ao Ribeirão do Cardoso —como Cascalho e Matadouro — foram danificadas. Embora não seja possível, a partir de seu depoimento, entender o que motivou a intervenção da mineradora, ele contou que os terrenos foram entregues pela Mineração Morro Velho com um quarto e uma cozinha, além de alicerces preparados para receber outros cômodos, prevendo a construção do restante da casa por meio de mutirão dos novos moradores. Ao longo dos anos, o projeto de represa (ou barragem de rejeitos) se tornou realidade:

> *E teve mesmo uma represa. Mas só teve uma coisa. O ser humano é muito complicado. Você sabe o que que a começou a acontecer na represa?* [...] *Primeiro morreu uma mulher. Morava ali, do outro lado ali.* [...] *Os curiosos, cabeça cheia* [de cachaça], *começaram a entrar aí procurando a mulher. Eles iam pisando em cima da mulher, afundando a mulher mais pro fundo. Aí, quando o corpo de bombeiro veio,* [...] *eles mergulharam, foi lá, custou o arrancar ela do barro, de tanto o povo pisar em cima.*

Algumas pessoas relatam que na infância e adolescência chegaram a brincar com as aberturas de tubos de veneno sobre essa represa sem se dar conta do perigo. Animais também eram vistos com frequência pastando na superfície do rejeito — alguns deles também se afogaram ali. Não só a proximidade com o bairro surpreende como a existência de um campo de futebol, onde são disputados campeonatos dos times amadores dos bairros Mingú e Mina d'Água.

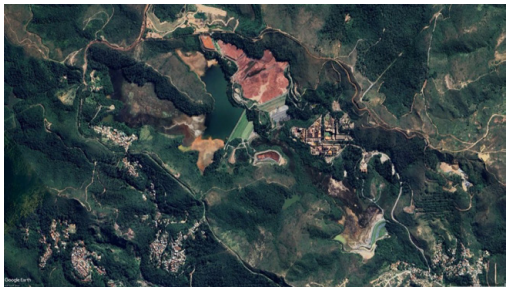
É comum que as rochas de onde se extrai o ouro contenham arsênio, substância carcinogênica, que pode causar danos significativos ao metabolismo das pessoas, como lesões e câncer de pele, câncer de pulmão, aborto espontâneo, distúrbios no sistema nervoso, entre outras problemas



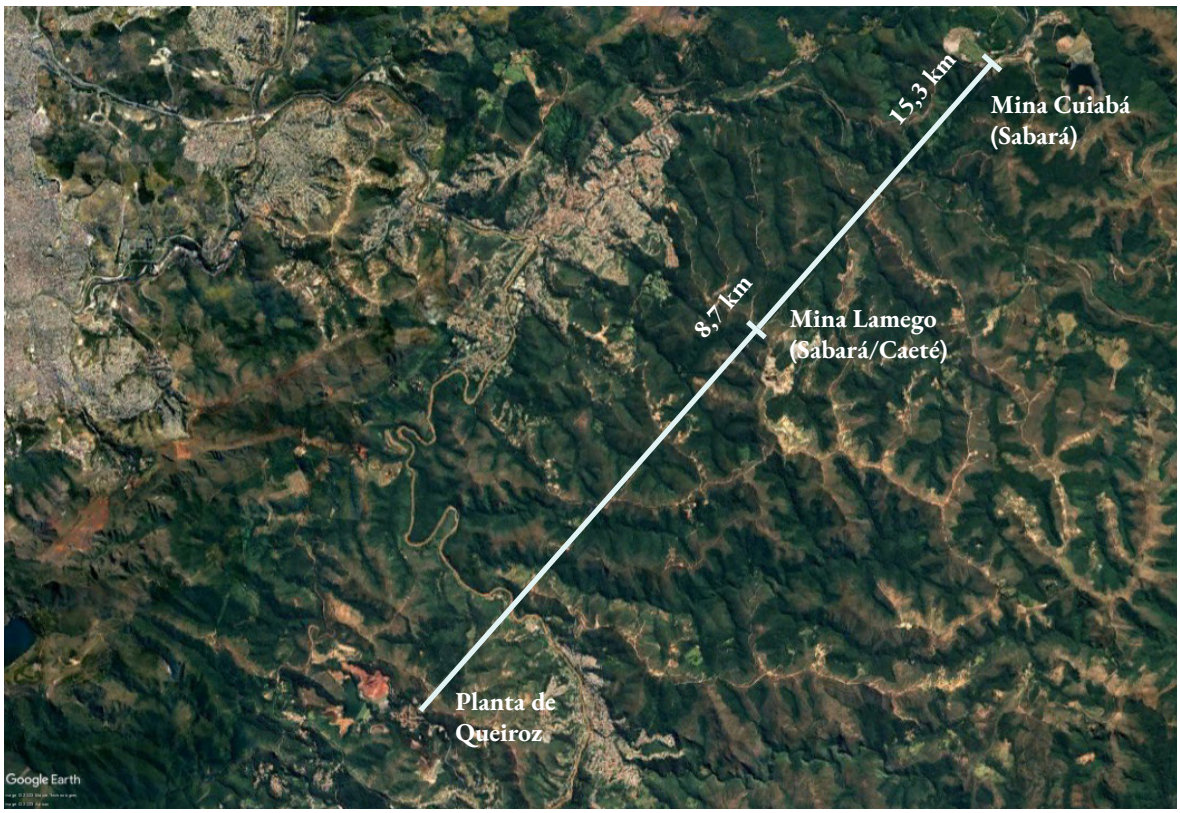
[69] Vista de satélite da Mina Cuiabá em Sabará.
Google Earth, 2023.



[70] Vista de satélite da Mina Lamego nos municípios de Sabará e Caeté.
Google Earth, 2023.



[71] Vista de satélite da Planta industrial de Queiroz.
Google Earth, 2023.



[72] Distribuição espacial das minas que abastecem Planta de Queiroz.
Elaboração própria a partir de imagens de satélite do Google Earth, 2023.

graves.[58] No processo de beneficiamento do ouro, o elemento usualmente fica concentrado nos rejeitos. Esse é o caso das barragens controladas pela AngloGold Ashanti em Nova Lima, que possuem uma parcela significativa de rejeito arsenical. A respeito da localização da barragem em relação ao Mingú, um dos moradores disse: "*Se os caras jogam veneno lá no Queiroz, ele vem pra cá!*" Entre 1998 e os primeiros anos da década de 2000, num projeto integrado entre instituições acadêmicas nacionais e estrangeiras e setores da administração pública de Minas Gerais, chamado ARSENEX,[59] foram realizados inúmeros testes ambientais e em crianças da região do Quadrilátero Ferrífero, para averiguar a contaminação por arsênio. Em Nova Lima, um dos locais escolhidos foi o Mingú, por conta do histórico relacionado com a mineração do ouro e a deposição de rejeitos nas proximidades.

As pessoas com quem conversei se recordam de um momento em que pesquisadores testaram as crianças e amostras de solo nos quintais, mas não sabiam ao certo quem tinha tomado a iniciativa do estudo, nem mesmo as motivações, chegando a mencionar inclusive a companhia mineradora como possivelmente responsável. Lembram-se apenas de receber com surpresa a notícia de que haviam sido encontrados níveis elevados do elemento em seus filhos:

> *Eu nem atinava o que que era esse negócio. Aí depois, conversando com a assistente social que ela foi e me falou: "Esse negócio é muito sério".* [...] *Graças a Deus, ela não chegou a ter reação nenhuma. Só que fez o exame e tinha dado positivo, né? Depois, graças a Deus, tornou a fazer o exame e não deu nada não.* [...] *Não sei se é porque tomava água assim de torneira, alguma coisa assim... Eu não sei o que que aconteceu que deu esse exame, deu positivo nela, mas depois não deu mais nada não.*

Os detalhes mencionados pelos moradores, ainda que fragmentados, levam a crer que os testes de que se lembram fizeram parte do projeto ARSENEX, e sugerem, ainda, que a divulgação de informações entre a população pelo projeto teria surtido pouco efeito. De todo modo, crianças de aproximadamente dez anos de idade no Mingú foram testadas, e o resultado obtido em 1998 mostrou que o valor da média da concentração de arsênio na urina das crianças era alto, mas que possivelmente não seriam identificados efeitos adversos.[60] Isso se relaciona, por exemplo, com o comentário de uma funcionária

58 FIGUEIREDO et al., Arsênio no Brasil e exposição humana, 2006, pp. 64, 66.
59 MATSCHULLAT; DESCHAMPS (Eds.), *Arsenic*, 2011.
60 MATSCHULLAT et al., Human and environmental contamination in the Iron Quadrangle, Brazil, 2000, p. 186.

do posto de saúde no bairro que afirma haver um índice alto de câncer entre os moradores. As estatísticas do projeto sobre a prevalência de danos à saúde pela contaminação por arsênio provêm de respostas dos moradores, questionados sobre a presença de casos de câncer e abortos espontâneos na família ou na comunidade. Cerca de 15% das pessoas conheciam casos de aborto espontâneo nas próprias famílias e 17% na comunidade, para se ter um exemplo.[61]

Uma das dificuldades com as questões de contaminação sobre as pessoas, a terra, as águas ou o ar é que esse se trata de "um campo sumamente conflitivo e polêmico; trata-se de um território no qual as formas de validação do saber se encontram fortemente atravessadas e condicionadas pelas estruturas de poder".[62] Sua ocorrência, diferente de outros desastres marcados por eventos críticos, tende a se distribuir por longos períodos de tempo. "Na grande maioria dos casos, quando os processos de contaminação podem ser percebidos na deterioração das condições de saúde, na etiologia, nos tipos de doenças e nas estatísticas de morbi-mortalidade das populações, costuma ser muito tarde".[63]

3.3 A companhia controla

"O problema é mais comunitário do que da Morro Velho".[64] Essa foi a posição da companhia mineradora declarada à imprensa logo após o deslizamento de terra em 1987. Nesse primeiro momento, a empresa buscou atribuir 'causas naturais' ao acontecimento, afirmando por meio de um funcionário que se tratava de "um fato geológico natural", alegando que sua relação com a exploração econômica da área era apenas uma possibilidade.[65] Por outro lado, os atingidos, entrevistados pelo mesmo jornal, denunciavam a rotina de tremores que vivenciavam nas casas: "[toda vez que havia explosão no interior da mina] As vasilhas caem do armário".[66] Pouco mais de um mês depois, diante de uma greve entre os operários que, inseguros quanto à estabilidade geológica da mina, se recusavam a retornar ao

61 MATSCHULLAT; DESCHAMPS (Eds.), *Arsenic*, 2011, pp. 101–102.
62 MACHADO ARÁOZ, *Mineração, genealogia do desastre*, [2018] 2020, pp. 225–226.
63 Ibidem, p. 226.
64 DESLIZAMENTO faz Morro Velho fechar sua velha mina de ouro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, n. 317, 21 fev. 1987. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.
65 Ibidem.
66 Ibidem.



[73] Entrada da Mina Velha destruída em 1987, na ocasião dos deslizamentos.
A história da Mina de Morro Velho, 2003, Acervo do Sindicato dos Mineiros.

subsolo, o discurso da empresa passou a ser de que as pessoas tinham consciência ("quem trabalha conosco sabe") de que "Para a Morro Velho, segurança vale muito mais que o ouro",[67] assumindo a necessidade de reparos na Mina Velha e a responsabilidade pela reparação dos moradores do Mingú e do Vista Alegre.

Essa transformação na conduta da Mineração Morro Velho exemplifica a gestão corporativa nos contextos de desastres: quando os ânimos se acirraram com a greve, a companhia se apropriou da demanda colocada de inspeções geológicas e concedeu novos imóveis aos moradores desalojados. Ao contrário do que pretende o lema da suposta segurança, a cadência histórica entre os desastres ocorridos no bairro e em seu entorno, sinaliza a inserção da Mineração Morro Velho no marco das 'indústrias dos danos' (*harm industries*), utilizado por Benson e Kirsh[68] para designar aquelas atividades, como a mineração, cujo funcionamento normal se baseia em práticas destrutivas ou danosas às comunidades ou ao meio ambiente.

Os autores abordam a resposta corporativa no contexto dessas indústrias às críticas sociais e governamentais como um traço característico do capitalismo contemporâneo. Eles distinguem três fases (dinâmicas) que, ainda que não sejam estanques nem adotadas de forma linear pelas empresas, possibilitam um ambiente favorável à manutenção das atividades corporativas, minimizando suas perdas diante das demandas da crítica. A primeira fase envolve estratégias discursivas de promoção da dúvida e de incertezas, acompanhadas de descrédito da crítica, influenciando a percepção do risco. Na segunda fase, há o reconhecimento do problema por parte da corporação, acompanhada por uma tentativa de minimizar os custos por meio de gestos simbólicos ou soluções parciais. A terceira, por sua vez, é a gestão da crise e do risco de que os problemas se tornem incontornáveis, e, em último estágio, impeçam a continuidade da corporação — usualmente, nessa fase, há uma promoção da ideologia da 'harmonia', afastando as críticas como radicalismo e justificando reformas parciais.[69]

Ironicamente, o lema propagandeado de que "segurança vale muito mais que o ouro" poderia muito bem estar se referindo à segurança corporativa,[70] ou seja, a garantia de que a produção não seria interrompida nem pela crítica nem pela evidência dos danos provocados. No caso do desastre de

67 Mineração Morro Velho S.A. Para a Morro Velho, segurança vale mais que ouro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, n. 344, 22 mar. 1987. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

68 Benson; Kirsch, Capitalism and the Politics of Resignation, 2010, pp. 461, 465.

69 Ibidem, pp. 465–467.

70 Welker, Corporate Security Begins in the Community, 2009.

1987, percebe-se que há tanto a mobilização de estratégias discursivas da empresa quanto a compensação dos danos por meio de gestos simbólicos, de iniciativa provavelmente autônoma da empresa. Um terceiro ponto seria a forma como tais práticas reforçam a lógica das expropriações decorrentes dos desastres, associada também aos padrões de acumulação. Entendo que o conjunto desses processos é um desdobramento das práticas de 'boa vizinhança', discutidas no item 2.4, e interferem diretamente nas possibilidades de autonomia e de consciência do processo histórico do grupo sócio-espacial, delimitando o horizonte de ações na lida com danos, perdas, e até mesmo com a complexa presença da corporação (assunto da seção 3.4).

Incerteza e consenso

Quando a companhia declarou, por meio de um de seus técnicos, "O que ocorreu é um fato geológico natural, mas nunca exclui a possibilidade de o fenômeno estar ligado à exploração econômica",[71] a própria definição do desastre parecia estar em jogo. Ao mesmo tempo em que o definia como um 'evento natural', e enfatizava um problema geológico e excepcional, a companhia negou e desqualificou as críticas colocadas pelos atingidos ("[...] lamento que tenha gente explorando essa situação com interesses escusos. [...] A empresa não é irresponsável"), se eximindo até mesmo do reconhecimento de sua responsabilidade sobre os danos.[72] As declarações da empresa contrastavam com as demandas dos operários e dos moradores do Mingú e Vista Alegre atingidos.

Como um conceito em constante disputa, com possibilidade de diferentes interpretações populares, institucionais e acadêmicas,[73] a definição dos desastres é constantemente mobilizada pelas corporações como uma maneira de atenuar os danos provocados e contestar a própria responsabilidade nos processos, principalmente considerando o atributo de 'naturalidade'.[74] Nesse caso, a Mineração Morro Velho utilizou inclusive o discurso técnico, como um saber supostamente mais

71 DESLIZAMENTO faz Morro Velho fechar sua velha mina de ouro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, n. 317, 21 fev. 1987. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

72 VALENCIO, Elementos constitutivos de um desastre catastrófico, 2016; BENSON; KIRSCH, Capitalism and the Politics of Resignation, 2010, p. 465.

73 QUARANTELLI, What is disaster?, 1985; OLIVER-SMITH, What is a disaster?, [1999] 2019.

74 VALENCIO, Elementos constitutivos de um desastre catastrófico, 2016, p. 42.

qualificado do que a constatação dos moradores de que se tratava de um desastre decorrente da extração mineral no subsolo.[75] Sucessivos laudos técnicos foram emitidos por agências governamentais nas semanas seguintes ao desastre, todos eles confirmando as suposições da companhia de que era necessário avaliar melhor o estado da Mina Velha, enquanto a Mina Grande não apresentava risco nenhum — mesmo diante disso, os operários, desconfiados dos laudos, temiam ser soterrados no trabalho.[76]

Muitos dos trabalhadores da Mina de Morro Velho que não receberam férias, inclusive aqueles que atuavam no interior da Mina Grande, espontaneamente, se recusaram a trabalhar nos dias seguintes ao primeiro deslizamento.[77] Suponho que o histórico de desabamentos nas galerias do subsolo durante o século XIX e que, ainda hoje, povoam o imaginário da população de Nova Lima, tenha aumentado a insegurança dos trabalhadores diante dos deslizamentos. Não é possível averiguar se a demanda dos operários partia de sua verificação de sinais de risco que foram negligenciados pelas autoridades. Uma greve foi convocada pelo sindicato, entre todos os operários da Mineração Morro Velho (incluindo os que trabalhavam nas outras minas da empresa pela região na época), para forçar a empresa a realizar uma vistoria completa em suas minas, especialmente a Mina Velha e a Mina Grande.[78] A greve durou mais ou menos um mês e, segundo denunciou o Sindicato dos Mineiros, cerca de trinta grevistas foram demitidos e o salário dos dias das férias coletivas não foi pago aos trabalhadores (nem mesmo no acerto daqueles demitidos).[79]

A empresa, então, deslocou seus esforços para um apelo à consciência sobre suas qualidades (inquestionáveis supostamente), alegando que a segurança seria mais importante que a própria extração do ouro. Além disso, notificou publicamente a reparação dos danos aos moradores dos bairros Mingú e Vista Alegre com a concessão de novas casas. A publicação de um anúncio com esse teor

75 ZHOURI, Megaprojetos e violência epistêmica: desafios para a ética ecológica, 2019.

76 COMISSÃO técnica da DRT de Minas não vê risco na Morro Velho. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, n. 323, 27 fev. 1987. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil; SINDICATO quer interditar Mina Grande em Nova Lima. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, n. 328, 6 mar. 1987. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil; LAUDO libera mina para trabalho em Nova Lima. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, n. 343, 21 mar. 1987. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

77 TRABALHADORES da Morro Velho temem retornar à mina. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, n. 320, 24 fev. 1987. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

78 MINEIROS de Nova Lima se reúnem para tornar oficial greve decidida. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, n. 330, 8 mar. 1987. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

79 LAUDO libera mina para trabalho em Nova Lima. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, n. 343, 21 mar. 1987. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

sinaliza mais uma tentativa de controlar as críticas pela formação da opinião pública. Podemos especular que essa mudança de posicionamento aconteceu como resposta à greve de um mês de parte dos operários ou até mesmo a uma insatisfação geral dos moradores, já que nas entrevistas as pessoas em geral mencionaram as novas casas como uma concessão da mineradora e não se lembraram ao certo como teve início esse processo.

A propaganda sugere ainda uma espécie de retorno à normalidade ("quem trabalha conosco a gente sabe" é exemplo disso também), como se houvesse um equilíbrio anterior aos deslizamentos ou, ainda, que o desastre correspondesse a uma ruptura, descontinuidade desses processos.[80] Ainda que a empresa possa ter eventualmente reconhecido que o desastre não era meramente 'natural', relativizava seu envolvimento a partir dessa excepcionalidade. Norma Valencio, analisando as medidas tomadas pelas corporações para mitigar os danos, comenta: "A ideia de 'retorno à normalidade' após esses desastres 'naturais' costuma limitar-se a um rol de providências superficiais sobre aquilo que 'deu errado', mascarando-se as raízes da crise, nas quais estão a posição do aparato estatal perante atores econômicos de peso".[81] A autora ressalta que nem sempre é possível retornar a uma suposta 'normalidade', afinal há danos que são irreversíveis.[82]

Outro aspecto do anúncio é a presunção de um consenso sobre a mineradora. No mesmo trecho, "quem trabalha conosco sabe", não há espaço para as vozes dissonantes que possivelmente estiveram presentes na greve. Não podemos nos esquecer que o contexto onde essa frase é proferida é um território tido como vocacionado para a mineração. Desde a fundação da cidade, a crítica às operações e aos danos é tida como um empecilho para a realização desse potencial. Isso aponta para o que Laura Nader denomina como "ideologia de harmonia",[83] que se firmou internacionalmente pelas práticas ocidentais, de modo que "a intolerância pelo conflito impregnou a cultura para evitar, não as causas da discórdia, mas sua manifestação, e, a qualquer preço, criar consenso, homogeneidade, concórdia".

A orientação pelos consensos pode ser percebida também nos desastres do século XIX, mesmo que ainda não estivessem institucionalizadas as práticas de responsabilidade social corporativa que estão em voga desde o fim do século XX. Quando um correspondente defende a companhia, apesar

80 Hewitt, The idea of calamity in a technocratic age, 1983, p. 10.
81 Valencio, Elementos constitutivos de um desastre catastrófico, 2016, p. 42.
82 Ibidem, p. 43.
83 Nader, Harmonia coerciva: a economia política dos modelos jurídicos, 1994, p. 4.

do desastre, por ser o "baluarte que abrange todos os viveres", "fonte inesgotável para tudo e para todos", desqualifica as críticas que circulavam denunciando as condições de trabalho na mina. Naquela época, até mesmo as iniciativas de resgate e de controle da descrição do desabamento a ser publicada, que fomentaram dúvidas nos jornais da época a respeito das vítimas, podem ser entendidas no escopo do controle da crítica e na geração da incerteza.

Os desastres não foram as únicas situações em que esses recursos foram mobilizados, haja vista a persistência da ideologia da 'vocação mineral' da cidade. A importância desses consensos para a mineradora reside na própria permanência da atividade e na permissividade social e governamental. Ao confrontar os danos impostos pela mineração é que essas práticas mostram parte de seu alcance na medida em que encobrem a responsabilidade. Se considerarmos que poucas pessoas fora do Mingú e do Vista Alegre (incluindo o bairro Boa Vista) sabem da ocorrência do desastre de 1987, as estratégias de silenciamento da companhia foram bem sucedidas. O que restou desse desastre no discurso institucional sobre a história da Mina de Morro Velho,[84] já no século XXI, é apenas o fechamento temporário da Mina Velha — até que a empresa tivesse acesso a tecnologias que possibilitassem extrair o ouro de maneira rentável. Não é feita qualquer menção aos danos provocados às famílias atingidas, nem mesmo ao temor dos operários pela própria vida.

Regras do jogo

Paralelamente ao controle da crítica, nos processos do desastre de 1987, percebe-se que algumas medidas foram tomadas em antecipação às demandas de compensação pelos danos e de mitigação dos riscos. Num primeiro momento, tais medidas foram o alojamento e as férias coletivas a uma parte dos operários que trabalhava na Mina Velha, provavelmente na tentativa de antecipar algumas demandas de compensação pelos danos.[85] Em seguida, as inspeções de segurança e a construção das novas casas se deram num momento em que a mineradora já se via pressionada. É importante ressaltar que, pelos registros nos jornais, essa pressão não parece ter partido do poder público ou de normativas — tanto

84 Mineração Morro Velho Ltda., *Morro Velho: História, fatos e feitos*, 1996; Ibidem.
85 Benson; Kirsch, Capitalism and the Politics of Resignation, 2010, pp. 465–466.

os sindicalistas e grevistas quanto os moradores é que parecem ter tomado a iniciativa de exigir da empresa. O papel do poder público, como já mencionado acima, parece ter se concentrado na emissão de laudos técnicos sobre a situação de segurança das minas, laudos estes que corroboravam as avaliações da própria empresa. Sobre as reparações, de fato, aparentemente não houve interferência ou regulação por parte do Estado. Com isso, os anúncios das medidas como o abrigo aos moradores ou mesmo a construção das casas podem ter soado muitas vezes como "de caráter voluntário e assistencialista", quando, na realidade faz parte das táticas que desoneram a empresa da responsabilidade da reparação dos danos causados por sua atividade.[86] Até mesmo a interdição das casas no Mingú e no Vista Alegre foi feita na ausência do poder público. O *Jornal do Brasil* descreveu como uma interdição 'voluntária' das casas, sem ação da Defesa Civil.[87]

O histórico da Mineração Morro Velho no campo do assistencialismo é notável, como foi abordado no capítulo anterior. Não foi diferente com o caso dos desastres, em que o controle da crítica se deu par a par com medidas superficiais que buscavam articular uma boa relação com a comunidade, sejam os trabalhadores ou moradores do bairro, mas que não representavam custos elevados para a companhia. A mineradora, muito provavelmente, a essa altura, já tinha indicativos de que tais ações, além de obliterarem a crítica, geravam dividendos, já que passam a ser mais bem vistas pela sociedade e, especialmente pelos consumidores, além de propiciar boas relações governamentais e, mais importante, mantinham a possibilidade de seguir com a exploração.[88]

Logo após os deslizamentos, "*a Morro Velho falou que* [...] *onde que tivesse coisa deles, que as pessoas podiam escolher onde queriam ir.* [...] *Aí, ele* [o marido] *falou: 'Nasci aqui no Mingú e quero morrer aqui no Mingú!' E morreu mesmo aqui no Mingú*". As pessoas relatam duas opções a princípio: as casas em loteamento no topo do Mingú ou a indenização em dinheiro. A maioria aceitou as casas e o processo, desde o projeto até a entrega, parece ter sido integralmente conduzido pela mineradora em dez meses, um período de tempo relativamente curto se considerarmos que eram necessárias pelo menos quinze novas casas. A maioria das pessoas foi reassentada em lotes numa ladeira mais

86 ZHOURI et al., O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social, 2016, p. 37.

87 DESLIZAMENTO faz Morro Velho fechar sua velha mina de ouro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, n. 317, 21 fev. 1987. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

88 WELKER, Corporate Security Begins in the Community, 2009, p. 147; BENSON; KIRSCH, Capitalism and the Politics of Resignation, 2010, pp. 465–466.

alta do bairro, uma rua que hoje é conhecida como Morro da Pipoca por conta do aspecto das casas quando foram construídas (o revestimento externo era chapisco coberto de cal).

Algumas famílias da rua José Silvestre Barbosa não foram contempladas com a indenização. Uma parte parece não ter tido o direito de serem reparada (segundo as regras da mineradora) porque eram famílias que alugavam as casas (consideraram apenas as famílias que tinham comodatos ou a propriedade do imóvel). Ainda assim, tiveram que deixar o local. Outras famílias não sabem ao certo o motivo, mas acreditam que as casas não ofereciam riscos, pois puderam permanecer e lá estão até hoje. Naquele momento, as casas não apresentavam rachaduras preocupantes embora tenham sido construídas com adobe, nos mesmos moldes das casas 'condenadas'. Anos mais tarde, no entanto, demandaram dos moradores algumas reformas estruturais, como a construção de pilares externos para segurar as paredes que aos poucos se deslocaram, criando rachaduras. Algumas dessas pessoas que permaneceram na rua não são proprietárias dos imóveis e têm a posse por meio de contratos de comodato. A atualização dos contratos a cada período de tempo (que costuma variar) é feita com a participação da Defesa Civil que avalia, para a AngloGold Ashanti, hoje a proprietárias dos imóveis, se ainda é possível que as pessoas morem ali. Caso sejam necessárias quaisquer reformas nesse sentido, o ônus é dos moradores, que não têm a garantia de que poderão permanecer indefinidamente nas casas.

Quem foi contemplado com a casa, recebeu o imóvel em situação semelhante ao que tinha perdido. Puderam a princípio escolher o lote dentre opções dadas e, no restante, a mineradora parece ter tentado reproduzir uma estrutura equivalente para compensar a perda, deixando de lado outros aspectos como o tamanho dos lotes, os recuos entre as casas, o acesso ao transporte e ao centro da cidade. Nem mesmo a transferência da propriedade das casas parece ter sido uma preocupação da mineradora: muitas das pessoas que foram deslocadas ainda não têm os registros dos imóveis. Não tive acesso aos documentos, mas numa mesma família, o pai acredita ter a escritura e o filho diz que a questão ainda não foi resolvida. Em outra família, os documentos só ficaram prontos em 2012, depois de muita insistência dos membros na negociação com o cartório e a mineradora. Ainda assim, quando foi concluído o processo em 2012, um dos documentos foi emitido com um erro que até hoje não foi possível corrigir. O que fica evidente é que as famílias não participaram efetivamente de outros processos decisórios além da escolha do terreno.

Apesar de essa solução ter custado um loteamento e algumas indenizações em dinheiro à mineradora, ao que tudo indica, para a corporação foi 'dos males, o menor', principalmente em termos de custos financeiros e operacionais.[89] Da mesma forma como a grande extensão de terra de sua propriedade possibilitou a fixação da mão de obra, esse também parece ter sido um aspecto decisivo ao assumir de maneira ágil e supostamente voluntária a reparação daquelas pessoas. Os lotes cedidos muito provavelmente não ofereceriam outros rendimentos econômicos por conta da localização muito próxima à barragem. O benefício maior que a companhia poderia obter com eles seria essa concessão aos que foram afetados pelos deslizamentos de terra — pouco importou se as pessoas seriam deslocadas para outras situações de risco.

O uso da terra como forma de reparação de danos provocados pela mineradora também fez parte das indenizações de um acordo firmado entre Mineração Morro Velho, Ministério Público e Sindicato dos Mineiros no caso dos operários acometidos pela silicose. Para contextualizar brevemente, "*todo mundo conhece alguém que tem poeira. Todo mundo tem um familiar que foi acometido*". Poeira é o nome que os novalimenses dão à silicose, doença pulmonar que afetou (e ainda afeta) boa parte dos mineiros e tornou um problema relevante na cidade. Sem o uso de equipamentos de proteção como as máscaras, os operários do subsolo aspiravam a poeira fina de sílica que, com o passar dos anos, vai se acumulando nos pulmões, induzindo um processo inflamatório que no lugar de remover as partículas microscópicas, cicatriza a área e vai formando uma fibrose que deteriora pouco a pouco a capacidade respiratória. A doença é reconhecidamente fatal, trata-se de um processo irreversível. Uma das moradoras entende que a vida de seu marido foi abreviada: "*Se ele num tivesse trabalhado na boca da mina, ele estaria aí ainda. Porque bebe muita poeira na boca da mina, né? Então deu silicose, né? Ele num aguentou não. Eles penavam muito. Muita poeira, muita fumaça. Aquilo atrapalha muito a pessoa, né?*" Seus primeiros sintomas não são imediatos, depende da exposição cotidiana e contínua, anos a fio, para que se manifeste. E quando os sintomas se tornam evidentes, não é possível determinar com precisão quando a doença começou, apesar de ser reconhecida como uma doença de mineiros. A questão da silicose somente começou a ser tratada e denunciada de forma mais contundente a partir da criação do sindicato e da instauração da legislação trabalhista na década de 1930.[90]

89 Benson; Kirsch, Capitalism and the Politics of Resignation, 2010, pp. 465–466.
90 Eakin, *British enterprise in Brazil*, 1989, p. 100.

Numa disputa duradoura, a companhia levou anos até reconhecer a incidência generalizada de silicose entre os operários. Questionando os resultados de testes feitos pelo governo, afirmava que os trabalhadores sofriam de pneumonia, bronquite e outros problemas pulmonares e não silicose. Essa controvérsia possibilitou adiar a necessidade de assumir os custos dos danos causados à saúde dos trabalhadores, até que, em meados do século XX, vários mineiros passaram a judicializar a demanda de indenização por conta da poeira. Numa reportagem publicada em 1963,[91] o advogado do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Ouro e Metais Preciosos em Nova Lima declarou que existiam, contra a mineradora, mais de "300 processos parados por acidente de trabalho (principalmente a silicose) na Justiça, em Belo Horizonte, mais de mil sobre questões trabalhistas, mais de 600 relativos à insalubridade". Muitas vezes, como afirmou a reportagem e corroboram depoimentos de moradores do Mingú, os mineiros faleciam antes de o processo chegar ao fim e a valor da indenização era uma quantia ínfima. A seguradora contratada por ela, por exemplo, se recusava a indenizar os trabalhadores por terem adquirido a silicose antes da vigência do contrato entre a mineradora e a agência de seguros.

Em 1991, o Ministério Público em Nova Lima acionou a Mineração Morro Velho pela indenização de quase setecentos mineiros aposentados ou familiares de mineiros falecidos. Foi a primeira ação civil pública ajuizada em Minas Gerais a demandar coletivamente o reconhecimento de direitos individuais. Ao final da ação, passados oito anos, um acordo foi firmado entre Ministério Público, Sindicato dos Trabalhadores de Nova Lima e Mineração Morro Velho, de modo que seriam indenizados de acordo com o tempo de doença de cada afetado — com os valores que hoje representariam entre aproximadamente 70 e 110 mil reais, e não seriam pagos integralmente em dinheiro.[92] Metade do valor da indenização seria pago por meio de terrenos que ainda seriam urbanizados.[93] Entrevistada pela reportagem, uma mulher, filha e irmã de mineiros silicóticos que já haviam falecido, disse acreditar que "os que aceitaram indenização já tinham perdido a esperança de ver alguma coisa mudar".[94]

91 PRATA, Carlos O mapa da mina (I). *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, n. 88, 17 abr. 1963.

92 NICOLAU, Roselena Vítimas da silicose pedem indenização. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, n. 8, 16 abr. 2001. Segundo a reportagem, os valores, em 2001, variavam entre catorze e vinte mil reais. Os valores foram corrigidos pela comparação entre abril de 2001 e setembro de 2023, utilizando a Calculadora do Cidadão, do Banco Central [Link, 06/10/2023].

93 Ibidem.

94 Ibidem.

O vice-presidente da companhia declarou sobre o acordo: "Achávamos que íamos ganhar o processo, mas o acordo foi feito porque, além da questão jurídica, existe um problema social que aflige a comunidade. [...] Do ponto de vista jurídico, tínhamos todas as chances, mas sempre haveria alguém perguntando se não éramos exploradores, se não tínhamos pena dos mineiros".[95] Sua fala reforça a controvérsia, pois parece questionar a atribuição de responsabilidade à empresa pelo estado de saúde dos trabalhadores, além de sugerir que o acordo teria partido da benevolência da companhia. Os valores, ele ressaltou, teriam sido calculados entre o que a companhia poderia pagar e o que seria justo para cada mineiro. Podemos ainda especular que o cálculo do que era considerado justo foi imposto pela própria empresa.

Violência das expropriações

Um dos aspectos que, do ponto de vista sociológico, pode definir os desastres é a "conjugação insuportável de inúmeros, graves e simultâneos danos e perdas coletivas".[96] Em 1987, as pessoas tiveram arrancadas, ou expropriadas, suas moradias e, com elas, outros aspectos que fogem ao material e abrangem a própria constituição do grupo. Aqui, embora as pessoas, para descrever o processo, mencionem o termo 'perda' (especialmente o verbo, 'perdi', 'perdemos', 'perdeu'), o termo 'expropriação' é adotado para evidenciar o vínculo dessas perdas e danos com as relações sociais de produção, em outras palavras, sua dimensão produtiva do ponto de vista da corporação.[97]

Se considerarmos os desastres no século XIX e boa parte do século XX, os danos, em sua maioria, se concentravam no trabalho na mina — arrancava-se das pessoas a saúde ou a própria vida. A distribuição desses danos, como comentado anteriormente, não atingia da mesma forma os trabalhadores brasileiros, sobretudo os negros escravizados, e os ingleses. Além disso, as péssimas condições de trabalho, que aparentemente perduraram até o fechamento da mina, impuseram o adoecimento de inúmeros trabalhadores, sufocados com a poeira, além de outros 'acidentes', que os mutilavam.

95 Ibidem.
96 VALENCIO, Elementos constitutivos de um desastre catastrófico, 2016, p. 42.
97 KIRSCH, Lost Worlds, 2001, p. 167.



[74] Novas ocupações na parte desativada da rua José Silvestre Barbosa.
Fotografia de um morador, durante a Caminhada Fotográfica, 2023.



[75] Construções na parte desativada da rua José Silvestre Barbosa.
Fotografia de um morador, durante a Caminhada Fotográfica, 2023.



[76] Parte de tubo que transportava água para a mina na rua José Silvestre Barbosa.
Fotografia de um morador, durante a Caminhada Fotográfica, 2023.

A tendência de agravamento, nos últimos anos, se verifica pelos chamados efeitos-derrame, danos provocados pelas atividades extrativistas que deixam de ser meramente físicos e locais e passam a se sentir em diferentes esferas e escalas da vida social e ambiental.[98] Isso é evidente pelas ocorrências no desastre de 1987, quando o desastre, ainda que não tenha vitimado trabalhadores no interior da mina, se alastrou fisicamente para o bairro — construído em sua maioria pela própria mineradora — afetando outros aspectos da vida pessoal e coletiva. Ainda assim, é importante a ressalva de que, em outros processos mais recentes, a crescente gravidade dos desastres é alarmante, como é o caso dos rompimentos das barragens de mineração em Brumadinho e Mariana.

No caso do Mingú, as pessoas foram expropriadas de suas casas, de seus quintais, do acesso que tinham do centro da cidade e de suas relações de vizinhança. É possível dizer que foram expropriadas de suas condições sócio-espaciais, adotando o conceito proposto por Baltazar et al.:

> O conceito de condição sócio-espacial dos moradores foi construído como o conjunto de fatores físicos do espaço da moradia e seu vínculo com o conjunto de fatores físicos do espaço da moradia e seu vínculo indissociável com a relações sociais, destacando-se o significado de vizinhança. Consideramos relevantes, como parte do conceito, a condição da moradia, o acesso a serviços essenciais e as relações de solidariedade e de trabalho.[99]

Como ocorreu com as remoções estudadas por Baltazar et al. em Belo Horizonte, o que parece ter ocorrido no Mingú foi a negligência dessas condições e dos direitos associados a elas — desde as relações de vizinhança até uma série de direitos, à moradia, ao acesso a bens e serviços como educação e saúde, ao trabalho e à renda e à possibilidade de transformar a cidade —, privilegiando uma correspondência física entre as moradias 'condenadas' e as novas. A empresa assumiu de antemão que a moradia devastada seria intercambiável pela moradia em outro ponto do bairro ou até mesmo pelo pagamento em dinheiro para a compra de um imóvel em outro local.[100] O que os relatos dos moradores mostram, no entanto, é que se perderam características fundamentais: "*não era tão vizinha assim*", "[antes] *todo mundo plantava* [...] *na outra casa, era terra minério*", "*se um der um espirro, o outro diz amém do outro lado*". São todos eles aspectos que vão além do espaço físico da moradia ou

98 Gudynas, Extractivismos en América del Sur, 2016.
99 Baltazar et al., Política de remoções em Belo Horizonte, [2017] 2021, p. 470.
100 Li, Contesting Equivalences: Controversies over Water and Mining in Peru and Chile, 2013, p. 20.

da rua, trata-se da própria constituição daquele grupo em interação com o espaço. Embora as casas 'condenadas' também tivessem sido originalmente construídas pela mineradora para abrigar os operários, segundo critérios construtivos definidos pela própria empresa, ao longo dos anos esse espaço foi transformado pelos moradores, ao passo em que constituía e transformava o grupo sócio-espacial.[101] Seja pelo plantio dos pomares e hortas, pela criação de animais, pela construção de outras edificações, pela reforma dos ambientes, pelas redes de amizade entre os vizinhos ou pelas explorações das crianças nas brincadeiras.

O foco na estrutura física das casas levou a companhia inclusive a reforçar as desigualdades existentes anteriormente. Alexandre questiona isso e sugere que algumas das casas não eram 'boas':

> *Acho que deveria ser igual pra todos, né? Se foi dada uma casa boa, independente se ocê morava numa casa boa ou não. Porque isso aí já é tipo um... pra mim é um preconceito contra as outras famílias de classe* [...] *pode-se dizer de renda mais baixa, sabe?* [...] *Mas eles olhavam pro lado deles, né?* [...] *O mínimo que eles podiam fazer era dar uma casa legal pra todo mundo.*

A compensação dos danos muito possivelmente foi pautada pelo valor econômico que poderia ser atribuído a cada material de construção, a cada benfeitoria no terreno. Medidas, cálculos e planejamentos que guiaram a definição do que seria compensado são como uma pretensa representação do universo dos danos que desconsidera a "vida tecida nos territórios, as redes de relações sociais que envolvem trabalho, família, economia comunidade, afetividade, socialidades distintas, as quais nem sempre são expressadas pela lógica individualizada e cartorial da propriedade privada e da renda formal".[102]

O reassentamento dessas pessoas num local a poucos metros de uma barragem recém-inaugurada insere-se num processo de expansão da expropriação da saúde, já que a possibilidade de contaminação por arsênio passou a ser uma preocupação dos moradores do bairro, para além dos espaços diretamente envolvidos na extração mineral (seja o interior da mina ou a planta industrial). A situação alude ao conceito de 'zona de sacrifício', frequentemente mobilizado por movimentos por justiça

101 Kapp, Grupos sócio-espaciais, [2018] 2021, p. 154.
102 Zhouri, Desregulação ambiental e desastres da mineração no Brasil, 2019, p. 49.

ambiental, que designa áreas usualmente ocupadas por grupos marginalizados, de baixa renda, negros, indígenas, que concentram práticas extrativistas ou industriais reconhecidamente danosas e, ao mesmo tempo, tendem a ser o local preferencial de instalação de novas atividades desse tipo.[103] Como as barragens já estavam instaladas antes mesmo da implantação das novas residências, é possível questionar se aquela não foi uma área preferencial para o reassentamento pelo valor relativamente baixo que poderia ser atribuído aos lotes, como mencionado anteriormente.

Mais tarde, teve início um processo em que os moradores do bairro foram expropriados de acessos importantes. Uma ponte, que liga o Mingú ao centro da cidade, começou a se deteriorar por ocasião dos deslizamentos. A ponte fica em frente à entrada da Mina Velha, sobre um afluente do Ribeirão do Cardoso. Sua fragilidade, agravada ao longo dos anos, fez com que recentemente, ela fosse interditada e destruída pela prefeitura, processo que será melhor discutido no item 4.4. Havia, além disso, um caminho que ligava o Mingú ao bairro Boa Vista, passando pelo Vista Alegre, esse caminho foi cercado pela mineradora nos anos seguintes ao desastre de 1987. Os moradores do Mingú entendem que tal interdição decorre dos deslizamentos de terra. Supõem ainda que o fechamento do acesso se relaciona com os planos de revitalização da área industrial da mina.

Um marco importante nesses processos de expropriação desencadeados pelos desastres é a tendência à flexibilização da legislação e dos processos de licenciamento ambientais, mencionados por Gudynas como um tipo de efeito-derrame, além de ser um traço fundamental do neoextrativismo.[104] Esses processos, impulsionados pela expansão das fronteiras extrativistas no momento recente de alta dos preços das commodities, foram agravados com os desastres das barragens de mineração de Fundão (2015) e da Mina Córrego do Feijão (2019) — não só os desastres decorrem desses processos, como ocorre uma aceleração do desmonte da legislação nos pós-desastres.[105] Poderíamos considerá-los aqui no contexto de expropriação de direitos. Embora não sejam processos diretamente relacionados a princípio com a história do Mingú, parece haver uma espécie de 'efeito dominó', como um imbróglio entre Ministério Público e AngloGold Ashanti em que a demanda por descomissionamento das barragens gerou uma forma de chantagem por parte da empresa que,

103 Svampa; Viale, Pasivos ambientales, maldesarrollo y zonas de sacrificio, 2014, p. 84; Losekann; Vervloet, O neoextrativismo visto através dos empreendimentos de infraestrutura, 2016, pp. 247–249.

104 Gudynas, Extractivismos en América del Sur, 2016; Gudynas, Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo, 2009.

105 Laschefski, Rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho (mg), 2020; Zhouri, Desregulação ambiental e desastres da mineração no Brasil, 2019.

descontente com um suposto excesso de regulações, ameaçou realizar demissões e cortou a verba de alguns programas comunitários.[106]

Em suma, podemos apontar que, aliando discursos e práticas, "O capital gerencia a crítica de tal forma que o reconhecimento e o descontentamento em relação aos danos são convertidos em estruturas de sentimento que promovem o cinismo em relação à capacidade de alterar as estruturas sociais e tornam a resignação um modo dominante de ação política".[107] A fala de Lourdes parece sintetizar esse sentimento:

> *Eu achei ruim, ficou feito bonserá. Minha casa tá feito bonserá, tá no meio. Eu num gostei não.* [...] *Não tinha essa porção de casa em volta. Tem essa aqui garrada aqui ó. Se um der um espirro, o outro diz amém do outro lado. Do lado de cá, mesma coisa. Então, pra mim num serve não. Mas eu fico. Eu ganhei. Não vou desesperar por isso não, todo mundo tem o direito de viver, né? Todo mundo ganhou, então...* [...] *Eu já tô no fim mesmo. Então, ó. Pode esquentar a cabeça não, pode? Vou esquentar a cabeça da minha filha.* [risos] [...] *A gente tem que falar aquilo que a gente sente, né? Cê gostou? Bem. Cê não gostou não? Não. É, pra que que eu vou ficar fingindo, né? Mas eu vou falar com cê que vai acabar eu largando isso aqui.* [silêncio]

3.4 A gente vai levando

"*A gente sente na pessoa quando não é da vontade dela sair, sabe?*", Alexandre sugere que há um reconhecimento tácito da insatisfação com o deslocamento compulsório em 1987. As pessoas se depararam, nesse processo, com as várias determinações da companhia mineradora como detalhado na seção anterior — desde a invalidação de suas críticas, baseadas na experiência cotidiana da presença perturbadora da mineração no espaço doméstico, até a impossibilidade de decidir sobre os novos espaços que iriam ocupar. A fala de Lourdes ao articular a insatisfação, a resignação de permanecer na casa e

106 A ameaça das demissões se concretizou em algumas minas e também na Planta de Queiroz, mas até o momento não foi possível entender o contexto em que ocorreram.

107 Benson; Kirsch, Capitalism and the Politics of Resignation, 2010, p. 474.

ainda um desejo de abandonar aquele lugar, sintetiza o movimento entre a própria vontade e as determinações impostas pela relação com a mineradora.

Apesar do processo doloroso, as pessoas, aos poucos, se adaptaram ao novo ambiente. A partir do esforço próprio, foi possível retomar ainda que precariamente algumas atividades e aspectos que perderam na remoção:

> *Então todo mundo plantava. Lá na nossa casa tinha tudo isso produzindo, teve que cortar tudo, né? Nessa outra casa, era terra minério, né? Não tinha nada.* [...] *A gente mudando pra lá meu pai foi trabalhando, catando esterco e tudo mais... E hoje é uma terra boa lá onde que a gente mora, né? Mas foi um trabalho árduo até ter um pé de laranja produzindo, alguma coisa assim foram anos. Então tudo isso foi ruim, né?*

Na fala acima, Emília destacou a capacidade de adaptação de sua família, apesar das circunstâncias, "*a gente conseguiu viver*". Um termo frequentemente discutido pelos estudiosos dos desastres é justamente a 'resiliência', que, apesar de se tratar de um conceito contestado, é usualmente mobilizado para facilitar as adaptações de coletivos aos danos e crises e de se reestruturar com perdas e distúrbios mínimos. Uma abordagem crítica à resiliência, no entanto, aponta que essa noção tende a responsabilizar os coletivos pelos processos deflagrados pelos desastres, além de naturalizar os contextos que os produziram.[108] Como vimos, o processo foi conduzido majoritariamente a partir das decisões da Mineração Morro Velho, muito provavelmente pautadas pela redução dos custos e controle da crítica, de modo que as possibilidades de adaptação das famílias são resultado da interação do grupo com o que foi decidido pela mineradora. Nesse sentido, Barrios provoca a reflexão de como a resiliência (em sua abordagem acrítica), no lugar de mitigar desastres, serve como um mecanismo para manter o 'sistema' que os criou.[109] Perversamente, as condutas da mineradora circunscrevem as ações do grupo sócio-espacial em situações que garantem a manutenção das lógicas impostas pela mineração, reforçando a dependência. A resignação se torna, portanto, uma espécie de sintoma do processo em que o poder corporativo naturaliza os danos e o risco como condições inevitáveis, encobrindo as relações que os originaram como se fossem imutáveis.

108 Barrios, Resilience, 2016, p. 28.
109 Ibidem, p. 31.

A consciência tende a se limitar às contingências,[110] porque além de estarem lidando com a gravidade da situação, há o assédio constante da companhia em forma de falas de autoridade questionando sua compreensão sobre a situação. Alexandre disse acreditar que teria sido possível lutar por coisa melhor:

> *Lá na época, a gente aceitava as coisas muito fácil, né? Então, o que falava... O que falava tava falado, né? E num tinha muito questionamento, igual tem hoje. Você lutar pelos seus direitos... 'Não, eu quero coisa melhor pra mim, pra minha família...' A gente está largando nossa história pra trás aqui, nossas lembranças, nossa infância. Isso aí tudo tem valor, querendo ou não. Isso aí pode, sei lá, pode ter causado um trauma...* [...] *Não sei, uma depressão que pode estar escondida até hoje. Que num apresentou, mas um dia pode vim a aparecer por causa desses traumas gerados aí.*

Ainda que confrontar a mineradora fosse uma possibilidade, se partirmos da perspectiva da navegação sócio-espacial, o que é possível notar é que as pessoas, diante da instabilidade do contexto, articularam suas ações conforme puderam entender as determinações externas (a dependência da mineradora para ter restituído o direito à moradia) e as possibilidades de movimento.[111] Na impossibilidade de retornar para a casa antiga, com o quintal generoso, transforma-se a terra minério em terra minimamente cultivável.

Hoje, apesar da insegurança de não ter o imóvel registrado em seu nome, várias famílias expandiram as casas e a maioria das pessoas afetadas diretamente no desastre de 1987 permanece ali. Uma única casa ainda conserva as principais características que foram entregues pela Mineração Morro Velho: o revestimento de chapisco agora pintado de rosa e o telhado metálico. As demais se expandiram tanto vertical quanto horizontalmente para abrigar a família que cresce. Os filhos se casaram e passaram a viver ali com as famílias, por exemplo. Algumas pessoas disseram: "*Só saio daqui para o caixão*".

O Mingú ainda figura como área de risco em declarações do poder público municipal e em mapas produzidos por agências governamentais e empresas de consultoria. Na Carta de Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa e Inundações do município de Nova Lima,

110 Mészáros, Contingent and necessary class consciousness, 1971.
111 Vigh, Motion squared, 2009; Vigh, Youth Mobilisation as Social Navigation, 2010.

elaborada pelo Serviço Geológico do Brasil (SBG, antiga Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CRPM) em 2012, o bairro estaria localizado inteiramente numa área de risco para deslizamentos. Contudo, o método de elaboração desse mapa considera somente as tendências geológicas observáveis a uma escala mais abrangente (não é possível avaliar os terrenos do bairro, por exemplo, a partir desse dado). Já o Plano de Contingência Municipal apresenta o bairro com riscos alto e moderado, embora se baseie em documentos como a carta do SBG, e outro documento de órgão municipal, de 2014. As informações contidas nesses documentos, compartimentadas e codificadas, não são acessíveis à população.

Ainda assim, os moradores ficaram preocupados com uma declaração recente da prefeitura para uma publicação no Instagram do jornal *A Banqueta* (veículo de notícias municipal) afirmava que o bairro não seria incluído na primeira etapa da regularização fundiária por estar numa área de risco. O poder público, ciente desse risco, não parece se movimentar no sentido do proteger a população. No último ano, várias obras de contenção de encostas no bairro foram feitas, mas percebe-se que estão concentradas nas vias urbanas — possivelmente envolvendo o interesse na manutenção do trajeto que faz parte da rodovia que liga Nova Lima a Sabará, passando no meio do bairro do Mingú, parte do desejo antigo da administração municipal em pavimentar essa estrada. A situação das residências quanto ao risco geológico ainda é desconhecida e não parece receber a atenção do poder público.

4 OPERÁRIOS E ÁGUA É SÓ O QUE A MINA PRECISA PARA FUNCIONAR[1]

4.1 O teu serviço tá arrumado na Mineração Morro Velho

Foi uma mãe de santo quem avisou Raimundo que ele trabalharia numa mina, a mais de dois quilômetros abaixo da superfície da terra. Profetizando, ela afirmou: "*O teu serviço tá arrumado na Mineração Morro Velho*". Ele tinha pouco mais de trinta anos, na década de 1970, quando deixou o emprego de boiadeiro na região de Caeté para tentar um bilhete na companhia. Cansado do excesso de trabalho com o gado, tudo que tinha ouvido falar sobre o serviço na Mina de Morro Velho era que o salário era alto. Veio até Nova Lima, numa fila com mais de cem homens se candidatando ao emprego e ficou surpreso quando o funcionário da companhia pegou sua carteira de trabalho e fez anotações. Dentro de alguns dias, ele poderia fazer o exame médico e, então, assumir o posto. Tinha o plano de trabalhar por dois anos e meio na mina, juntar algum dinheiro e retornar para a roça. Cumpriu trinta anos de serviço e, mesmo quando já estava aposentado, continuou trabalhando na mina.

Naquela época, seu sogro o aconselhou: "*A mina não é ruim pra trabalhar não. Mas evita de perder noite de sono. E [evita] trabalhar de perfuratriz*". Assim que chegou, trabalhou como braçal, enchendo os vagões com minério, na Mina Grande, a mais profunda, que chegava a mais de dois quilômetros no subsolo. O calor insuportável do lugar onde trabalhava fez com que ele tentasse mudar de posto. Quis trabalhar na Mina Velha, bem menos profunda, mas o encarregado não autorizou e ofereceu a ele outras opções e, dentre elas, a operação da perfuratriz. Era o trabalho mais perigoso da mineração: com uma broca presa a um martelete bem pesado, o operador da máquina perfurava a rocha, correndo o risco de detonar com a própria máquina, desavisado, alguma dinamite que não explodiu (o fogo-falhado). Raimundo não quis, e foi trabalhar com o tráfego do bondinho num local da Mina Grande onde havia uma circulação maior de ar. Aceitou perder parte do salário só pela possibilidade de ficar longe do calor. Fez amizade com os colegas de trabalho e aos poucos, tomou gosto. Dava conta das demandas dos feitores, ficava sempre atento com alguma "*paradeira*", sinal de prejuízo na produção. Passou alguns anos trabalhando com isso até que assumiu o posto de operador de

1 Frase dita por José Gomes Pimenta (Dazinho) a Yonne Grossi, transcrita em seu relato pessoal (Grossi, 1981, p. 254).

máquina elevadora — "*Lá nós chamamos de gaiola, mas no mapa era elevador*" — no qual trabalhou até se aposentar. Ele cuidava da circulação das gaiolas que subiam e desciam ininterruptamente com minério, terra, rochas ou homens.[2] Qualquer "*basta*" que tocasse, ele deveria apertar o freio, para parar a circulação das gaiolas.

Enquanto era solteiro, viveu numa pensão com outros operários da mina. Conforme foi se adaptando ao trabalho, desistiu de voltar para a roça. Foi se convencendo de que sua origem rural era uma "massa atrasada"[3] e se envolveu muito na empresa. Foi um operário elogiado, tinha a afeição dos superiores. E, quando resolveu que não queria mais voltar para a roça, decidiu se casar para poder pleitear uma das moradias fornecidas pela companhia, que eram alugadas por um preço simbólico. Ao expressar a gratidão pela casa onde vive, costuma dizer: "*Antigamente, a Morro Velho era uma mãe*". Ainda que seu salário fosse apertado diante dos preços altos das compras do mês, percebia na empresa um cuidado com sua vida comparável com os cuidados de uma mãe.

Com a esposa, Dora, ele se mudou para um bonserá no Mingú, sua casa dividia as paredes com os cômodos de outros colegas de trabalho, compartilhavam os quintais, tanques de lavar roupa e os banheiros. Ele se lembra do esforço para comprar os primeiros móveis, juntando o dinheiro que ganhava na companhia. Sua esposa era 'do lar', cozinhava, limpava a casa, limpava as roupas, cuidava dos filhos que tiveram, cuidava até de uma hortinha que mantinham para complementar a alimentação. "*Se a mulher cair, a casa arria. A mulher é o centro da casa*", diz Raimundo. Ela também vinha do interior, e lá tinha aprendido o manejo com a terra e várias receitas de chá para usar de remédio. Embora não trabalhasse na mina, tentava acompanhar o dia a dia do marido, receosa com os perigos de que todos falavam. Por sorte, ele nunca passou por problemas graves, embora tenha adoecido várias vezes. Nos tanques coletivos, Dora se encontrava com outras mulheres e, além de conversarem, vez ou outra, combinavam pequenas ajudas com os filhos e com a alimentação.

Raimundo chegou a se aposentar, e, pouco tempo depois, foi convidado por um encarregado para retornar ao seu emprego. O tempo que trabalhou como 'retornado' lhe rendeu mais dinheiro que todo o tempo de trabalho anterior — acumulou uma enormidade de horas-extra que garantiram um acerto que ele considerou muito bom. Os funcionários que cuidaram de sua demissão lhe perguntaram quantas horas a empresa devia a ele, dos momentos em que deixava o almoço ou jantar mais

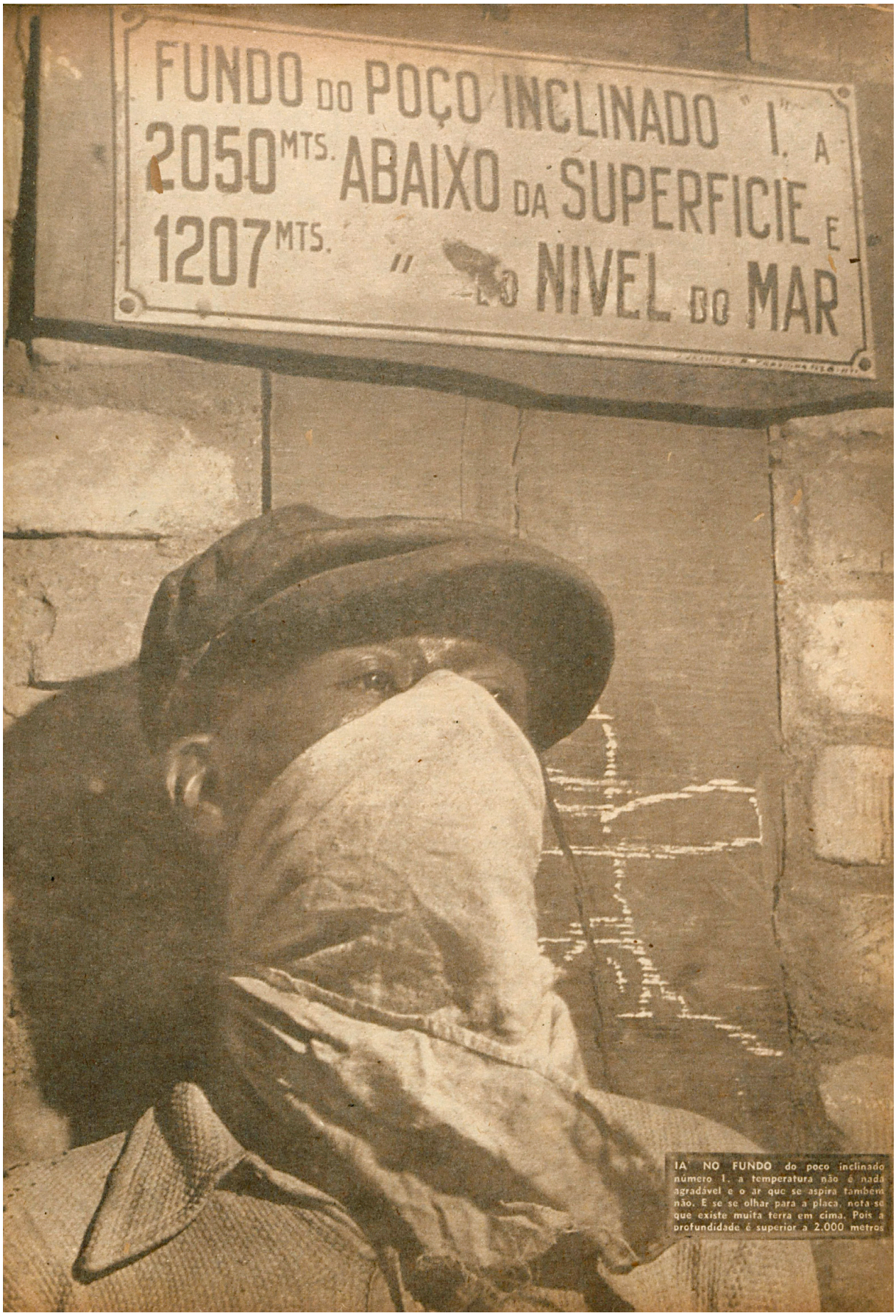
2 Grossi, *Mina de Morro Velho: a extração do homem*, 1981, p. 52.
3 Ibidem, p. 58.

cedo para voltar ao trabalho. Ele respondeu que "*o que a companhia me pagar eu estou satisfeito. E estava mesmo! Eu não contava com isso* [...] *ele foi e mandou ela me perguntar se três mil horas estava bom.* [...] *Olha o que que é uma pessoa trabalhar honesta. É o que eu aconselho muito aí, e graças a Deus meus filhos trabalham honestamente. E trabalham a benefício da empresa".* Raimundo trabalhou além do seu expediente o equivalente ao total de horas de 125 dias, quase metade de um ano. Apesar da alegria de um acerto maior do que o esperado, Raimundo não enriqueceu com o trabalho da mina, mas saiu de "*alma lavada*". Sabe de vários boatos de contrabando na empresa, principalmente entre os operários que trabalhavam na redução do ouro: o pessoal deixava uma garrafa ao lado para poder derramar a liga metálica e levar para casa.

Raimundo agradece a Deus o fato de ter trabalhado ali e nunca ter se envolvido em acidente. Ele foi trabalhar na mina numa época em que já existia seguro e haviam surgido alguns equipamentos de proteção. Ele não se adaptou com a máscara e improvisava, com flanela, uma cobertura sobre o rosto, com o lenço amarrado na nuca. Com as mãos trêmulas, enquanto conversávamos, ele tirou um lenço do bolso da camisa para me mostrar exatamente como improvisava sua proteção. Passava seis horas por dia com o rosto coberto daquela maneira. "*Muitos lá ficavam admirados comigo. 'Como é que você guenta essa flanela aí ô?' E não sabia mesmo que isso me ajudou muito*". Os mineiros ficavam completamente cobertos de pó ao longo das horas de trabalho e, com a voz abafada pelo lenço, ele disse: "*você só via o sinal da boca e o sinal dos olhos. No mais, tudo era poeira*". O pulmão desses homens também foi tomado pela poeira, nome popular que a silicose tem em Nova Lima. Raimundo, mesmo tendo usado a flanela, tem o pulmão tomado pela fibrose que caracteriza a doença, mas diz não ter sintomas. "*A poeira tá quieta aqui. Ah, não está me prejudicando em nada? Deixa quietinho.* [...] *O que não tá prejudicando deixa quieto*".

A história de Raimundo e Dora traz importantes elementos para a abordagem da formação do grupo sócio-espacial. Articula os trabalhos produtivos e os trabalhos de cuidado, aqueles que são imprescindíveis para a reprodução da mão de obra — a garantia de nossas necessidades básicas, desde a moradia, a alimentação, a organização do espaço, o cuidado com as crianças, o sexo e a procriação, até a dimensão da reprodução da memória coletiva e dos símbolos culturais que nutrem o grupo.[4] O trabalho tende a ser reduzido à relação 'explicitamente econômica', supondo que há uma separação

4 Federici, *Reencantando o mundo*, 2022, p. 33.



[77] Mineiro com flanela no rosto no subsolo, assim como Raimundo fazia.
O Cruzeiro, 1947, Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



[78] Mineiro operando a perfuratriz.
O Cruzeiro, 1947, Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



[79] Enchendo a vagoneta (ou 'quadrado').
O Cruzeiro, 1947, Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



[80] Tanque de água.
O Cruzeiro, 1947, Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



[81] Perfuratriz.
O Cruzeiro, 1947, Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

rígida entre economia e a vida, como se a produção de mercadorias fosse independente das atividades que garantem que os trabalhadores permaneçam vivos.[5] Ao contrário, quando esmiuçamos o processo de formação do grupo sócio-espacial ao longo do tempo, há um entrelaçamento significativo entre a produção e a reprodução da vida.

> [...] de um lado, a reprodução social é uma condição de possibilidade da acumulação de capital continuada; de outro, a orientação do capitalismo para a acumulação ilimitada tende a desestabilizar os próprios processos de reprodução social dos quais ele depende.[6]

Um dos exemplos do modo como a acumulação capitalista tende a desestabilizar os processos de reprodução da vida são os desastres, como explicitado pelo capítulo 3. Outros exemplos, que serão apresentados neste capítulo, são os frequentes processos de expropriação das possibilidades de subsistência que aumentam a dependência das pessoas em relação ao trabalho assalariado na companhia mineradora. E com o tempo, mesmo quando o vínculo de trabalho deixa de existir, pois o tipo de trabalho na mineração mudou e muitas das pessoas nas comunidades de entorno não têm qualificação para serem contratadas, a expropriação e a dependência permanecem e se aprofundam. Ainda assim, as pessoas conseguem organizar suas vidas, articulando as necessidades imediatas e as possibilidades no horizonte.

Quando o líder cristão do Sindicato dos Mineiros e parlamentar, Dazinho, comentou que "operários e água é só o que a mina precisa para funcionar", entendo que ele tangenciava essa questão, se considerarmos que a água assume esse papel duplo de insumo para o funcionamento da mina e de necessidade básica para nos mantermos vivos. Neste capítulo, portanto, a intenção é abordar a interrelação entre o trabalho produtivo e a reprodução da vida, enfocando o processo de formação do grupo sócio-espacial do Mingú — permeada pela navegação sócio-espacial. Um terceiro personagem, Duda, nos acompanhará como um informante que apresenta o bairro, preenchendo algumas lacunas que a experiência de Raimundo e Dora não contemplam. Primeiro, descrevo o processo de formação do trabalho assalariado e como são recrutados os operários que dão origem ao bairro, recorrendo às fontes históricas em diálogo com os depoimentos dos moradores. Em seguida, passo a enfatizar as

5 Fontes, Determinação, história e materialidade, 2009, p. 214.
6 Fraser, Contradições entre capital e cuidado, [2016] 2020, pp. 262–263.

experiências relatadas pelos moradores do Mingú: em duas seções, abordo os espaços que vão além da mina, ainda que dependam dela: os espaços de subsistência, cuidado, encontro, de construção do coletivo — a casa e o quintal seguidos da rua e do bairro. Nessas duas seções, os tempos articulados são principalmente aqueles que apareceram nos relatos dos moradores, concentrando-se, assim, nos processos entre o século XX e o XXI. Encerra o capítulo a descrição de um problema mais recente no bairro, em que as pessoas perderam temporariamente um dos principais trajetos até o centro da cidade para os pedestres.

4.2 De escravizados aos ditos 'livres'

"*Todas essas minas, quando começou, começou como escravo*". Menos de um século antes da história de Raimundo, ao final do século XIX, a escravidão ainda vigorava no Brasil. As pessoas do Mingú parecem ter tido acesso a poucas informações sobre os escravizados. As referências, na maior parte das vezes, são genéricas e parecem se referir a um tempo que parece remoto ("*no tempo dos escravos*"). Alguns moradores comentaram, ao descreverem as histórias de suas famílias, que não sabem sobre antepassados, atribuindo isso ao fato de que as pessoas não prestavam muita atenção a isso. Não é possível descartar, no entanto, o apagamento dessas histórias no decorrer das gerações, afinal o Brasil aboliu a escravidão há menos de cento e quarenta anos. É bem possível, por exemplo, que os pais dos moradores de hoje do Mingú tenham convivido com pessoas de quando ainda havia escravidão. É importante considerar que essas pessoas, que chegaram aqui arrancadas de suas terras na África passaram por processos de expropriação material e simbólica. Foram objetificadas aos olhos do europeu colonizador — Frantz Fanon fala de desalojamento e extirpação e Grada Kilomba complementa com a tortura imposta pelo uso da "máscara do silenciamento", instrumento com que os senhores brancos impunham fisicamente o silêncio e restringiam a alimentação dos escravizados.[7] Sobre a luta pela memória contra o esquecimento imposto, bell hooks defende que o ato de lembrar ajuda a iluminar e transformar o presente.[8] Da mesma forma, o esquecimento exerce o papel oposto: encobre e limita a transformação.

7 FANON, *Pele negra, máscaras brancas*, [1952] 2008, p. 106; KILOMBA, A máscara, nov. 2017.
8 HOOKS, Choosing the margin as a space of radical openness, 1989.

Desde o início da exploração mineral, em lavras superficiais, na região de Nova Lima até o primeiro século de atividades da Saint John d'El Rey Mining Company na Mina de Morro Velho, a principal mão de obra utilizada era a escravizada. Ainda que a historiografia hegemônica defenda (seja nos países do Norte ou no Brasil) que a escravidão seria incompatível com a acumulação capitalista e a industrialização, Douglas Libby[9] demonstrou que a exploração dos trabalhadores escravizados fornecia à companhia uma taxa de mais-valor vantajosa em relação ao trabalho 'livre', pois os escravizados já haviam sido disciplinados e organizados de modo a garantir o fluxo produtivo sem interrupções significativas. Numa análise dos dados financeiros da empresa no período entre 1834 e 1885, ele conclui que o dado mais relevante na composição dos lucros da empresa e na distribuição dos dividendos foram os custos operacionais, principalmente na exploração da mão de obra, uma vez que o preço do ouro se manteve mais ou menos estável no período.[10] No desenvolvimento da empresa, a organização racional e capitalista do trabalho (com o controle do ritmo de produção e a "utilização estudada da mão de obra") parece ter sido mais importante do que a própria implantação de mudanças tecnológicas. "A St. John dependia em grande parte do trabalho escravo para preencher suas elevadas necessidades de mão de obra. Tanto é assim que o total médio anual de escravos em Morro Velho permaneceu maior que o número médio de trabalhadores livres até o ano de 1879".[11]

Na transição para o trabalho assalariado, como Libby descreve, a companhia enfrentou a escassez de mão de obra por diversos momentos. No processo de abolição da escravidão, primeiro na Inglaterra (cujas leis se aplicavam à St. John) e depois no Brasil, a proibição do comércio transatlântico de escravizados foi um marco. No caso inglês, circulava, desde 1842, um projeto de lei que proibiria a comercialização, incluindo o tráfico, a propriedade e o aluguel de escravizados pelos súditos ingleses, ou seja, proibia as transações comerciais futuras e emancipava os escravizados. Diante da possibilidade de perder sua mão de obra por conta da lei, a St. John empreendeu uma campanha de influência sobre os membros do legislativo inglês, argumentando que não havia no Brasil alternativa de trabalho a ser explorado que não o escravizado.[12] Reproduzo a seguir o trecho da carta publicado por Libby para demonstrar o lobby exercido pela mineradora sobre os políticos: "O volume de capital britânico investido na mineração no Brasil é muito grande. Todo ele está envolvido nesta questão, não existindo

9 Libby, *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil*, 1984.
10 Ibidem, p. 42.
11 Ibidem, p. 87.
12 Ibidem, pp. 60–61.

no Brasil um suprimento adequado de mão de obra independente da população negra. Se os meios de trabalhar as Minas forem removidos das Companhias Britânicas, o valor das Minas será destruído."[13] Como resultado, quando a lei foi enfim promulgada, suas determinações eram muito mais brandas, proibindo somente as transações futuras de compra e venda de escravizados.

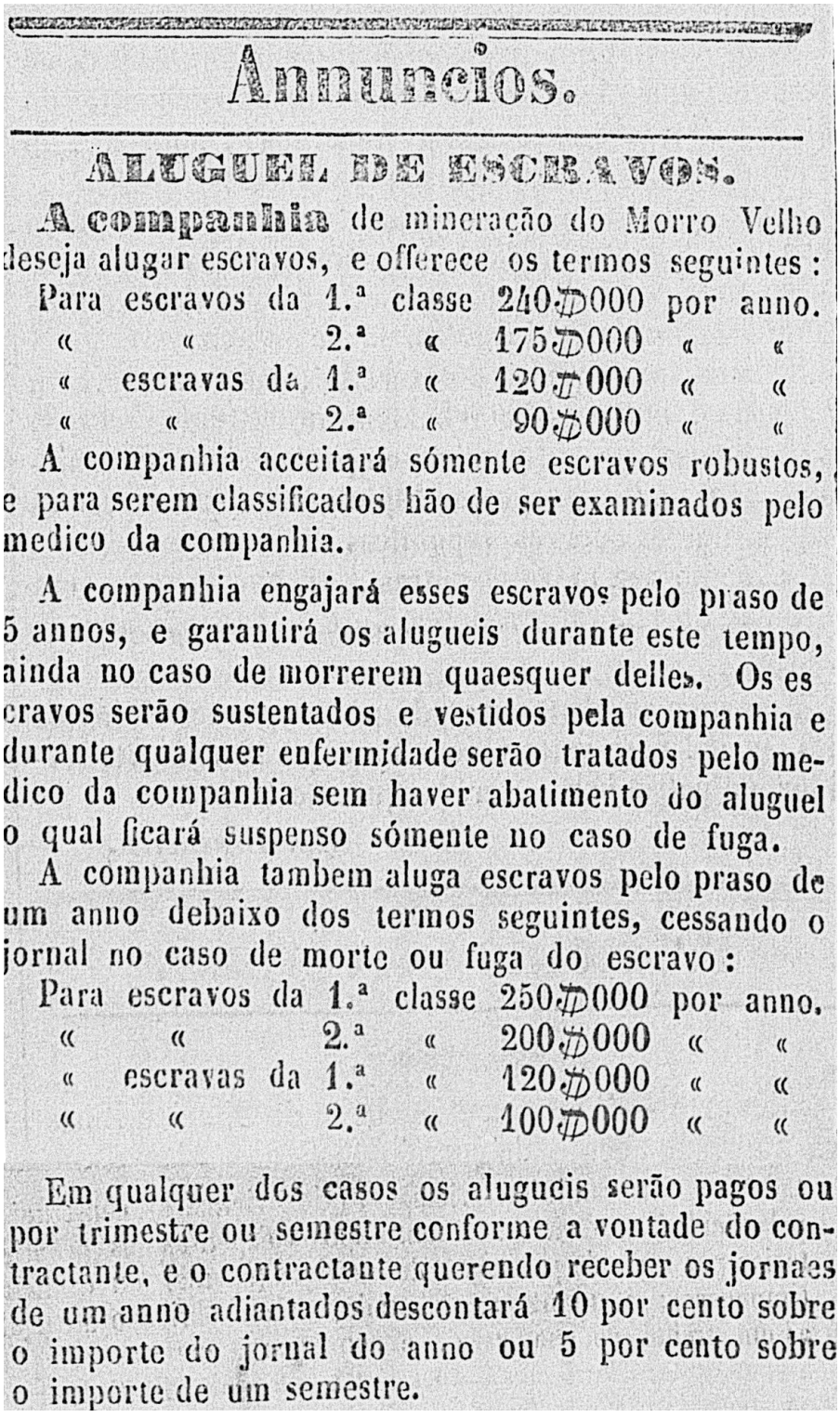
A primeira tentativa no Brasil nesse sentido foi a lei Feijó de 1831, que pretendia impedir a comercialização. Essa restrição só entrou realmente em vigor com a lei Eusébio de Queirós de 1850, que criminalizava o comércio de escravizados, considerado então como pirataria, e impunha sanções sobre a importação. Para garantir a continuidade do trabalho na mina, a companhia iniciou um processo de adaptação, já na década de 1840, driblando as restrições anunciadas por meio do aluguel de escravizados principalmente de proprietários de minas de diferentes portes que haviam falido na região e também de pequenos proprietários agrícolas. Para se ter uma ideia, os únicos escravizados adquiridos de fato pela companhia —519 pessoas ao todo — foram negociados entre 1831 e 1843, ou seja, entre o estabelecimento da empresa e a proibição da compra de pessoas escravizadas aos cidadãos ingleses.[14] De acordo com os dados obtidos por Libby,[15] na compra da propriedade da Mina de Morro Velho em 1834, a St. John adquiriu os 143 escravizados sob os domínios do Padre Freitas. Os outros 376 escravizados foram comprados tanto no Rio de Janeiro quanto de companhias mineradoras falidas, sobretudo após a proibição do tráfico. A partir da década de 1850, a principal origem da mão de obra foram os contratos de aluguel. É comum encontrar em diferentes edições de jornais dessa década, a reprodução de um anúncio da companhia solicitando o aluguel e explicando brevemente os termos do contrato.

Exemplo dos aluguéis de mão de obra foi o caso da Mina de Cata Branca (localizada onde hoje é Itabirito), que era operada por outra empresa inglesa, e que encerrou suas atividades em 1844 após o desabamento das galerias da mina (mencionado no item 3.2), que vitimou dezenas de pessoas, em sua maioria negros. A St. John adquiriu a propriedade da mina e, com isso também os escravizados, cerca de 385 pessoas, incluindo crianças, que migraram para os domínios da St. John sob um contrato de aluguel que acordava sua libertação após quinze anos de serviço na empresa. O contrato

13 Saint John d'El Rey Mining Company, Limited, *Letter book no 4.1843-1846*, p. 53, apud Libby, *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil*, 1984, p. 61.

14 Libby, *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil*, 1984, pp. 93–94.

15 Ibidem.



ANNUNCIOS.

ALUGUEL DE ESCRAVOS.

A companhia de mineração do Morro Velho deseja alugar escravos, e offerece os termos seguintes:

Para escravos da	1.ª	classe	240$000	por	anno.
« «	2.ª	«	175$000	«	«
« escravas da	1.ª	«	120$000	«	«
« «	2.ª	«	90$000	«	«

A companhia acceitará sómente escravos robustos, e para serem classificados hão de ser examinados pelo medico da companhia.

A companhia engajará esses escravos pelo praso de 5 annos, e garantirá os alugueis durante este tempo, ainda no caso de morrerem quaesquer delles. Os escravos serão sustentados e vestidos pela companhia e durante qualquer enfermidade serão tratados pelo medico da companhia sem haver abatimento do aluguel o qual ficará suspenso sómente no caso de fuga.

A companhia tambem aluga escravos pelo praso de um anno debaixo dos termos seguintes, cessando o jornal no caso de morte ou fuga do escravo:

Para escravos da	1.ª	classe	250$000	por	anno.
« «	2.ª	«	200$000	«	«
« escravas da	1.ª	«	120$000	«	«
« «	2.ª	«	100$000	«	«

Em qualquer dos casos os alugueis serão pagos ou por trimestre ou semestre conforme a vontade do contractante, e o contractante querendo receber os jornaes de um anno adiantados descontará 10 por cento sobre o importe do jornal do anno ou 5 por cento sobre o importe de um semestre.

[82] Anúncio da Morro Velho procurando escravizados para alugar.
Correio Official de Minas, 1858, Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

não foi cumprido e provocou um intenso debate na época, ganhando repercussões internacionais depois de uma ação judicial movida pelos próprios escravizados em 1877, que, antes de sua sentença, tornou-se de conhecimento público com as denúncias de Joaquim Nabuco e de um jornal da comunidade estadunidense.[16] O abolicionista Joaquim Nabuco,[17] em discurso na Câmara dos Deputados no ano de 1879, mais de trinta anos depois do contrato firmado, denunciou a condição de mais de duzentas pessoas que permaneciam em cativeiro. Àquela altura, esse era o número de escravizados — outros teriam morrido ou sido alforriados individualmente. Não foi cumprida sequer a libertação dos jovens que, pelo contrato, seriam alforriados ao completarem 21 anos. Pela análise de Libby dos documentos da St. John,[18] a diretoria da companhia em Londres, mesmo com a pressão das denúncias, num primeiro momento, resistia à demanda de libertá-los, considerando uma medida 'imprudente' com as próprias pessoas. Somente em 1881 o processo judicial foi concluído com a condenação da St. John e as pessoas foram libertas. Ainda assim, no processo que correu na justiça, a companhia recorreu de decisões e ainda tentou desqualificar a justiça brasileira no julgamento de um contrato firmado entre ingleses.[19]

Os registros sobre a vida dos escravizados no povoado em sua maioria são relatos de europeus, muitas vezes interessados em favorecer a boa imagem das empresas de seus conterrâneos e convencidos de que o sistema escravista teria inúmeras vantagens. Como comenta Libby, são descrições permeadas por "apologias que serviam principalmente para o público britânico".[20] Richard Burton, por exemplo, em seu relato publicado em 1869, apesar de supostamente defender a abolição da escravatura ("é difícil encontrar-se, no país, um homem instruído que não deseje, com razão, vê-la abolida, se se puder encontrar um sucedâneo",[21] ou seja, não seria problema a abolição desde que a escravidão fosse substituída e, nesse sentido, ele sugere a imigração e o trabalho 'livre'), relativiza a condição dos escravizados ao supor que eles eram tratados de maneira "excepcionalmente humana" — uma "gota tão amarga [que] contém tão pouco fel",[22] reforçando a ideia racista de que a 'civilização' salvava os negros africanos da 'barbárie'. O autor frequentemente assinala traços de animalidade aos africanos e

16 Ibidem, pp. 70–73.
17 Nabuco, Escravos da Companhia de Mineração do Morro Velho, [1879] 2010, pp. 201–205.
18 Libby, *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil*, 1984, p. 71.
19 Ibidem, pp. 71–72.
20 Ibidem, p. 123.
21 Burton, *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*, [1869] 2001, p. 332.
22 Ibidem, pp. 331–332.

seus descendentes no Brasil ao longo de suas descrições: "África selvagem",[23] "O negro importado, cativo, proscrito, criminoso vindo da África melhorou muito ao atravessar o mar", "raça superior",[24] para citar alguns exemplos. Esse é o viés de seu relato.

Com essa ressalva, o texto de Burton apresenta indícios sobre a relação entre a mineradora e os escravizados e sobre a vida cotidiana dessas pessoas. No ano em que o viajante esteve em Morro Velho, as pessoas escravizadas eram em sua maioria brasileiras. Ele identifica, possivelmente por conta de escarificações no corpo, apenas um deles como 'munjolo'.[25] Viviam em pelo menos dois núcleos, Boa Vista e Timbuctoo, neste último viviam os escravizados vindos de Cata Branca.[26] A proximidade entre o alojamento e a mina é justificada pelo autor como sendo "para evitar a fadiga, para ir e voltar do trabalho", mas também podemos considerar a vigilância da administração sobre os cativos.[27] As moradias destinadas a essas pessoas eram construídas em torno de pátios, com o formato de quadras retangulares, pé-direito baixo com telhados pesados sobre paredes caiadas. Nas portas, havia degraus de pedra onde os moradores se sentavam para fumar e tomar sol. Os casados viviam em alojamentos separados, os homens e mulheres solteiros se dividiam em grupos de quinze ou vinte para cada alojamento de acordo com o tamanho do espaço.[28] As instalações sanitárias, tanto para os alojamentos de casados quanto para os solteiros, eram coletivas.[29]

Além do abrigo, a saúde, a vestimenta e a alimentação eram de responsabilidade da St. John. Em 1838, um médico foi contratado pela companhia para atender todos seus trabalhadores, mas principalmente os escravizados, já que a alta taxa de mortalidade entre os negros na Mina de Morro Velho, era mal vista pelos senhores e, com o tempo, dificultava o aluguel de escravizados.[30] Apesar disso, muitos deles pareciam ter aversão ao hospital, conforme relatou Burton.[31] É possível especular que, além de serem submetidos a tratamentos dolorosos, tinham práticas de cuidado com a saúde diferentes da medicina alopática.

23 Ibidem, p. 293.
24 Ibidem, p. 326.
25 Ibidem, p. 292.
26 Ibidem, pp. 335, 272, 500.
27 Ibidem, p. 335.
28 Ibidem, pp. 499–500.
29 Libby, *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil*, 1984, p. 126.
30 Ibidem.
31 Burton, *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*, [1869] 2001, p. 294.

Os escravizados eram classificados conforme categorias. A companhia demandava que os homens tivessem boas condições físicas, embora não haja registro mais preciso dos critérios utilizados na classificação em primeira, segunda ou terceira categoria — Libby especula que envolveriam idade e saúde geral.[32] As mulheres, ainda que menos 'valorizadas' que os homens para o aluguel, como demonstra o anúncio, também eram forçadas a trabalhar na Mina de Morro Velho, em ocupações no processo beneficiamento do minério, como os pilões.[33]

Os alimentos eram recebidos semanalmente e os escravizados tinham autorização para cultivar as próprias hortas e criar animais (parte do que produziam costumava ser vendido). Podiam, ainda, complementar a alimentação com a compra de restos do gado abatido para uso da companhia — trabalhos de cultivo, criação e abate que eles próprios realizavam.[34] Além de se empenharem nos trabalhos forçados, parece ter sido comum que se dedicassem a atividades de venda das criações ou plantios, de água, lenha ou capim,[35] muito provavelmente com o objetivo de, mais tarde, poder comprar a própria liberdade.

Burton ressaltou a disciplina dos escravizados:

> Notei, especialmente, a conduta bem educada e respeitadora dos negros de Morro Velho, que, invariavelmente, tiram o chapéu para um branco estranho e estendem a mão, pedindo a bênção. Não são nem imprudentes nem demasiadamente humildes, nem grosseiros, e, na minha opinião, não pode haver melhor prova de que são bem e justamente tratados.[36]

Diante das técnicas disciplinares aplicadas não só no contexto da St. John, mas da colônia e do Império, é de se supor que Burton exagerou ao dizer que a cordialidade diante dos brancos era fruto do bom tratamento que recebiam. Os escravizados que cumpriam a chamada 'boa conduta' eram premiados em dinheiro, com o qual poderiam comprar a própria liberdade. Era possível até mesmo que se tornassem feitores ou capatazes para vigiarem uns aos outros. Poderiam ainda, por manter a 'boa conduta', serem libertos pelo superintendente da mina.[37]

32 Ibidem, p. 334; LIBBY, *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil*, 1984, p. 97.
33 LIBBY, *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil*, 1984, p. 99.
34 BURTON, *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*, [1869] 2001, pp. 335–336.
35 Ibidem, p. 292.
36 Ibidem, p. 337.
37 Ibidem, pp. 290–292, 336–338.



[83] Cerimônia de revista na Morro Velho.
Riedel, Augusto, 1869. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



[84] Na barra da saia das mulheres, faixas indicavam os anos de 'bom comportamento' até conquistarem a liberdade.
Riedel, Augusto, 1869. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Aos domingos, uma cerimônia de revista era realizada, reunindo enfileirados todos os escravizados trabalhando na companhia para contagem e verificação do aspecto físico de cada um. Aqueles que se comportavam dentro das expectativas dos dirigentes recebiam faixas vermelhas para serem afixadas nas roupas específicas para a revista, como uma forma de se sobressaírem aos demais.[38] As regras para se atingir a 'boa conduta' nunca foram especificadas com precisão, pois, como sugere Matt Childs,[39] isso favorecia a natureza autoritária da gestão da mão de obra escravizada na época. "Se a companhia mineradora definisse precisamente o que constituía a 'boa conduta', todos os escravizados poderiam teoricamente trabalhar para cumprir os requisitos e, assim, se candidatarem à libertação".[40]

Para os indisciplinados (também uma classificação pouco especificada) havia uma série de punições previstas, como multas, proibição de vender suas criações ou colheitas, prisão em celas ou acorrentamento (esta última aplicada aos fugitivos).[41]

> Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: "gratificar-se-á generosamente", — ou "receberá uma boa gratificação". Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o acoutasse.[42]

Quanto ao uso de violência física para puní-los, havia a palmatória e o chibateamento — utilizado nos castigos ordenados pelo superintendente (anos antes, outros chefes no interior da mina também poderiam decidir). Surpreende, no entanto, que apesar de ser relatado por Burton como "reservado" para situações específicas, algumas parecem bastante amplas como: "desobediência de ordens, insubordinação".[43]

Os aluguéis de escravizados pela Saint John e a contratação de trabalhadores assalariados, durante o século XIX, se mostraram vantajosos para a empresa na medida em que era possível se desfazer

38 Ibidem, p. 290.
39 CHILDS, Master-Slave Rituals of Power at a Gold Mine in Nineteenth-Century Brazil, 2002, p. 2.
40 Ibidem.
41 BURTON, *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*, [1869] 2001, pp. 336–337.
42 MACHADO DE ASSIS, Pai contra mãe, [1906] 1994.
43 BURTON, *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*, [1869] 2001, p. 337.

facilmente dos trabalhadores mobilizados nos períodos de crise na produção, com o objetivo de reduzir custos. Na St. John, constituiu-se uma prática de libertar alguns escravizados anualmente entre 1848 e 1885. Libby especula que aos poucos o número de pessoas recém-libertas foi se tornando expressivo em meio aos trabalhadores assalariados da companhia: já tinham o traquejo com o trabalho e, provavelmente, a Morro Velho era uma das únicas opções de emprego na região.[44] Nem mesmo o acesso às terras para cultivo e subsistência parece ter sido uma alternativa viável, já que a Lei de Terras de 1850 instituiu a necessidade de comprar a terra para poder acessá-la e, por isso, teve o efeito de dificultar o acesso de pequenos produtores.[45] Mesmo com a abolição da escravatura, em 1888, podemos especular que a maioria dos escravizados libertos tenham permanecido nos trabalhos na Mina de Morro Velho.

Imigrantes

Outro recurso utilizado pela empresa nessa transição foi a contratação de estrangeiros (anterior ao estímulo à imigração no contexto nacional). Vieram ao Brasil ingleses da região da Cornualha, portugueses, provavelmente oriundos da Ilha de Madeira, alemães, franceses, austríacos e chineses. Boa parte dos europeus migraram para o Brasil com contratos temporários de cerca de seis anos, com passagem de ida e volta já incluída. No geral, os imigrantes do século XIX se ocuparam das funções administrativas na companhia e também trabalharam como mineiros e mecânicos. Seu salário médio era de três a quatro vezes maior que o salário médio de trabalhadores brasileiros pelo mesmo período de tempo.[46] Burton, ao relatar sua viagem realizada no ano de 1867, disse acreditar que o Brasil era uma maravilhosa oportunidade de enriquecimento para europeus imigrantes:

> Morro Velho sozinho poderá apresentar muitos exemplos de homens que vieram como simples mineiros e mecânicos e que, pelo trabalho, sobriedade e boa conduta, embora desajustados pela educação e pelo talento, elevaram-se a posições que, em seu velho país, não

44 Libby, *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil*, 1984, pp. 103–104.
45 Whittaker Ferreira, A cidade para poucos, 2005, p. 2.
46 Libby, Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil, p. 105.

> poderiam ser alcançadas em uma única geração. Alguns saíram para se tornarem superintendentes de companhias de mineração; outros são capitalistas locais e há muitos casos de sucesso em escala menor.[47]

Já no século XX, outros imigrantes europeus vieram principalmente da Espanha e da Itália. A companhia contratava agentes para recrutá-los ao trabalho na mina, mas, apesar dos esforços, poucos permaneceram no local por períodos mais longos. Mesmo assim, os imigrantes do Mediterrâneo envolveram-se com a propagação de ideias anarquistas e comunistas entre os mineiros, conclamando os operários a uma série de greves entre 1897 e 1925, antes mesmo do estabelecimento do sindicato.[48]

Nesse processo de imigração, segundo o que relatam os moradores, é que o bairro Mingú começou a se formar, quando foram assentados os chineses que vieram trabalhar na mina. Os moradores do Mingú contam que esses teriam sido os primeiros habitantes do bairro, que, por isso, teria recebido o nome de uma árvore brasileira de ocorrência rara cuja madeira era usada para marchetaria.[49] Dentre os chineses que vieram, de acordo com os relatos, alguns seriam artífices de marchetaria. Até onde foi possível verificar, não há indícios hoje de herança do ofício no bairro. Essa versão sobre o nome do bairro, no entanto, pode ser contestada pelo fato de que, em 1867, Burton conheceu o local já como Monte Mingú, quando poucas famílias inglesas viviam no local.[50] A presença inglesa no bairro não é parte da memória dos moradores hoje. A chegada dos chineses, por outro lado, mencionada com frequência, seria o primeiro traço de formação de um bairro operário.

Cerca de cento e vinte chineses chegaram ao Brasil em 1882, sendo que, durante a viagem, oito morreram e doze precisaram de atendimento médico.[51] Pelas fotografias encontradas, podemos especular que havia apenas homens chineses imigrando. Já durante a viagem e logo de sua instalação em Morro Velho, uma epidemia de beribéri atingiu os chineses contratados pela St. John. A doença é causada pela deficiência de vitamina B1 e tem origem nutricional, embora isso não fosse ainda

47 BURTON, *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*, [1869] 2001, p. 322.

48 EAKIN, *British enterprise in Brazil*, 1989, p. 49; GROSSI, *Mina de Morro Velho: a extração do homem*, 1981, p. 41.

49 LORENZI, *Árvores Brasileiras*, 2021, p. 145; IBGE Dissertação: Historica, Ethnographica e Politica. *Revista Trimensal de Historia e Geographia*. Rio de Janeiro, n. 12, [1849] 1973. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil. A descrição que consta na revista do IBGE de 1849 fala de uma espécie encontrada na região da província da Bahia, uma árvore estimada para a marcenaria, com três variedades, mingú preto, pardo e roxo, não passando de trinta palmos (ou mais ou menos sete metros) de altura, com a pequena grossura de um palmo.

50 BURTON, *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*, [1869] 2001, pp. 272, 276, 279.

51 INGLEZES e chinezes. *Pharol*. Juiz de Fora, n. 63, 15 jun. 1882. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

conhecido na época. Com esse dado, podemos especular que essas pessoas se encontravam possivelmente em condições precárias de vida, pelo menos antes e durante a viagem. Outros relatos levam a crer que sua situação não mudou muito com o emprego na mina, como detalho a seguir.

Em 1883, eram cento e cinco chineses trabalhando na companhia. Segundo correspondência do superintendente George H. Oldham ao deputado Ignacio Martins,[52] a companhia fornecia a eles (obrigada pelo contrato de trabalho) "sustento e roupa de mina" e trabalhavam diariamente por oito horas. O superintendente alegou insatisfação com os imigrantes: "Salvo algumas exceções, não são muito inclinados ao trabalho, e carecem ser muito vigiados pelos feitores. No meu ver, essa gente tem provado ser bem dispendiosa e causado bastante incômodo à companhia, os de Saigon sendo os piores". Embora não chegassem à companhia na condição de escravizados, ao ressaltar a necessidade de discipliná-los com os feitores, o superintendente faz transparecer a continuidade na lógica de exploração, ao mesmo tempo que a recusa a trabalhar e a fuga podem ter sido os meios encontrados pelos imigrantes para se desvencilharem das condições degradantes de trabalho.

Não parece haver, no bairro, sequer descendentes de chineses. Sobre essa ausência, há pelo menos duas versões da história circulando entre os novalimenses. A primeira é de que eles teriam sido em sua maioria mortos num desastre no interior da Mina de Raposos (também de propriedade da St. John). A segunda, mais difundida e mencionada também pelos moradores do Mingú, é de que eles não teriam se 'adaptado' ao trabalho no interior da mina e migraram para as zonas rurais da região — com a ressalva de que essa falta da 'adaptação' possa ser entendida com uma recusa ativa. Essa versão é respaldada por dois documentos acessados por Eakin no acervo da companhia.[53] Ele descreve: "Para o desânimo da superintendência da mina, pelo menos metade dos chineses se recusou categoricamente a entrar na mina, outros fugiram e muitos adoeceram. Quando a mina entrou em colapso, em 1886, poucos constavam na folha de pagamento da empresa". O autor complementa, de passagem num rodapé, que em abril de 1887, o superintendente da mina, George Chalmers, reportou que continuavam em Morro Velho apenas vinte e dois chineses "velhos e doentes" e, sobretudo, famintos.

52 EXPEDIENTE: Discurso do deputado Ignacio Martins. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 4, 23 ago. 1883. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

53 EAKIN, *British enterprise in Brazil*, 1989, pp. 48, 289.



[85] Chineses recém chegados numa foto possivelmente tirada na Casa Grande.
No centro da foto, sentados no banco e afastados dos outros, alguns ingleses.
Autor desconhecido, [1882]. Fotografia publicada no grupo Nova Lima Nostálgica, do Facebook.

Podemos especular que a maioria desses que permaneceram não tinham alternativa dadas a situação de sua saúde e carência. Espanta pensar que, num breve período de cinco anos, o número de chineses no local foi reduzido a quase um sexto em relação aos que haviam chegado ao Brasil.

Da roça ao fundo da mina

Muitos dos moradores mais antigos do Mingú vieram "*lá do sococó do mato*", como é o caso de Raimundo. Esse movimento migratório dos novos operários da Mina de Morro Velho teve início ainda na transição entre o trabalho escravizado e o assalariado. Segundo Libby, pelo menos desde 1850, a contratação de trabalhadores assalariados começou a ser realizada sistematicamente pela companhia. Antes disso, inclusive no momento de compra da propriedade da Mina de Morro Velho, já havia quarenta e cinco trabalhadores 'livres' empregados na lavra. O número chegou a 137 em 1847 e cresceu exponencialmente na década seguinte.[54] Libby especula que os trabalhadores assalariados, eram, em sua maioria, homens que viviam nas áreas rurais no entorno da região da mina naquele momento. O autor explica que esses trabalhadores provavelmente vinham de famílias de pequenos proprietários de terra da região que, com a decadência da mineração de pequeno porte, voltavam suas produções para o setor agrícola e muitas vezes vendiam o pequeno grupo de escravizados que detinham. Com a expansão da monocultura do café, esses escravizados teriam sido comprados pelos proprietários de extensões maiores de terra e os pequenos proprietários passaram a se valer da mão de obra familiar para manter os cultivos. Seus filhos, então, saíam em busca de salários para complementar o dinheiro da venda do pequeno excedente que eram capazes de produzir, mas tinham a rotina de retornar à roça nos momentos de colheita e semeadura. As queixas da companhia sobre a insubordinação e infrequência desses trabalhadores que ainda mantinham o vínculo com o meio rural eram constantes.[55]

Outro contingente de trabalhadores assalariados eram os negros alforriados (cuja liberdade muitas vezes era concedida como prêmio) e seus descendentes — que não tinham alternativa senão o emprego na mina — , mas a princípio sua proporção era pequena diante daqueles vindos das áreas

54 Libby, *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil*, 1984, pp. 99–100.
55 Ibidem, pp. 99–102.

rurais.[56] Libby identifica que os trabalhadores assalariados, "ainda não são operários em termos modernos, pois não são totalmente destituídos de seus meios de produção — em particular a terra — e, portanto, representam figuras transicionais na evolução do operariado brasileiro".[57] Contudo, o processo de proletarização empreendido pela St. John afetou diretamente assalariados quando ofereceu moradia como atrativo para sua fixação na cidade. A moradia era alugada e somava-se a isso o custo da expropriação pela perda da propriedade rural e da produção agropecuária, que além do excedente comercializado, supria as necessidades da família. Os escravizados, por outro lado, possivelmente, encontravam-se expropriados dos meios de produção e reprodução de suas vidas desde gerações. É importante considerar que tal movimento, de expansão do conjunto de indivíduos que dependem de vender sua força de trabalho para sobreviverem, fruto de sucessivas expropriações, é recorrente na história do desenvolvimento do modo de produção capitalista e não se encerra nesse primeiro momento com a perda das possibilidades de subsistência.[58]

Um marco na formação do trabalho assalariado, no contexto brasileiro em geral, foi a Lei de Terras de 1850. A lei determinava que o acesso às terras, antes pertencentes à Coroa Portuguesa e sem destinação — as chamadas terras devolutas —, deveria ser feito principalmente por meio da compra, e os posseiros e pequenos produtores não tiveram a possibilidade de adquiri-las. A concentração das terras nas mãos de poucos proprietários, promovida pela Lei de Terras de 1850, não deu às pessoas a oportunidade de constituírem outras formas de trabalho.[59] No território onde hoje é Nova Lima e, muito possivelmente na região, a possibilidade que foi dada foi o trabalho assalariado.

A prática da mineradora de recrutamento da mão de obra nas zonas rurais continuou ao longo do século XX, como descreve Grossi e corroboram os depoimentos de moradores do Mingú. "Em épocas de escassez de mão de obra, a administração da empresa enviava funcionários pelo interior do Estado a fim de recrutar trabalhadores, e aportavam em Nova Lima caminhões repletos de massa humana trazida do campo para ingressar na companhia".[60] Ainda que os salários muitas vezes não alcançassem as compras do mês, se comparado com outros locais é bem possível que fosse um salário alto, se considerarmos o depoimento de Raimundo. Podemos, no entanto, especular que os

56 Ibidem, p. 103.
57 Ibidem, p. 102.
58 Fontes, *O Brasil e o capital-imperialismo*, 2010, pp. 42–43.
59 Whittaker Ferreira, A cidade para poucos, 2005.
60 Grossi, *Mina de Morro Velho: a extração do homem*, 1981, p. 58.

custos de vida eram igualmente altos, principalmente diante do quase monopólio da Casa Aristides, o armazém parceiro da mineradora. Um mineiro entrevistado por Grossi afirma que para muitos ganhar o salário todo mês para garantir a sobrevivência da família já era um avanço.[61] Muitos "*não tinham leitura*" e esse era "*o único emprego da época*". Havia a crença de que o homem do campo era 'massa atrasada', como se o salário fosse a libertação de um "trabalho rude"[62] que, supostamente, tinha menos possibilidades para a sobrevivência da família.[63]

Há quem entendesse o trabalho na mina para essas pessoas vindas do interior de outra forma:

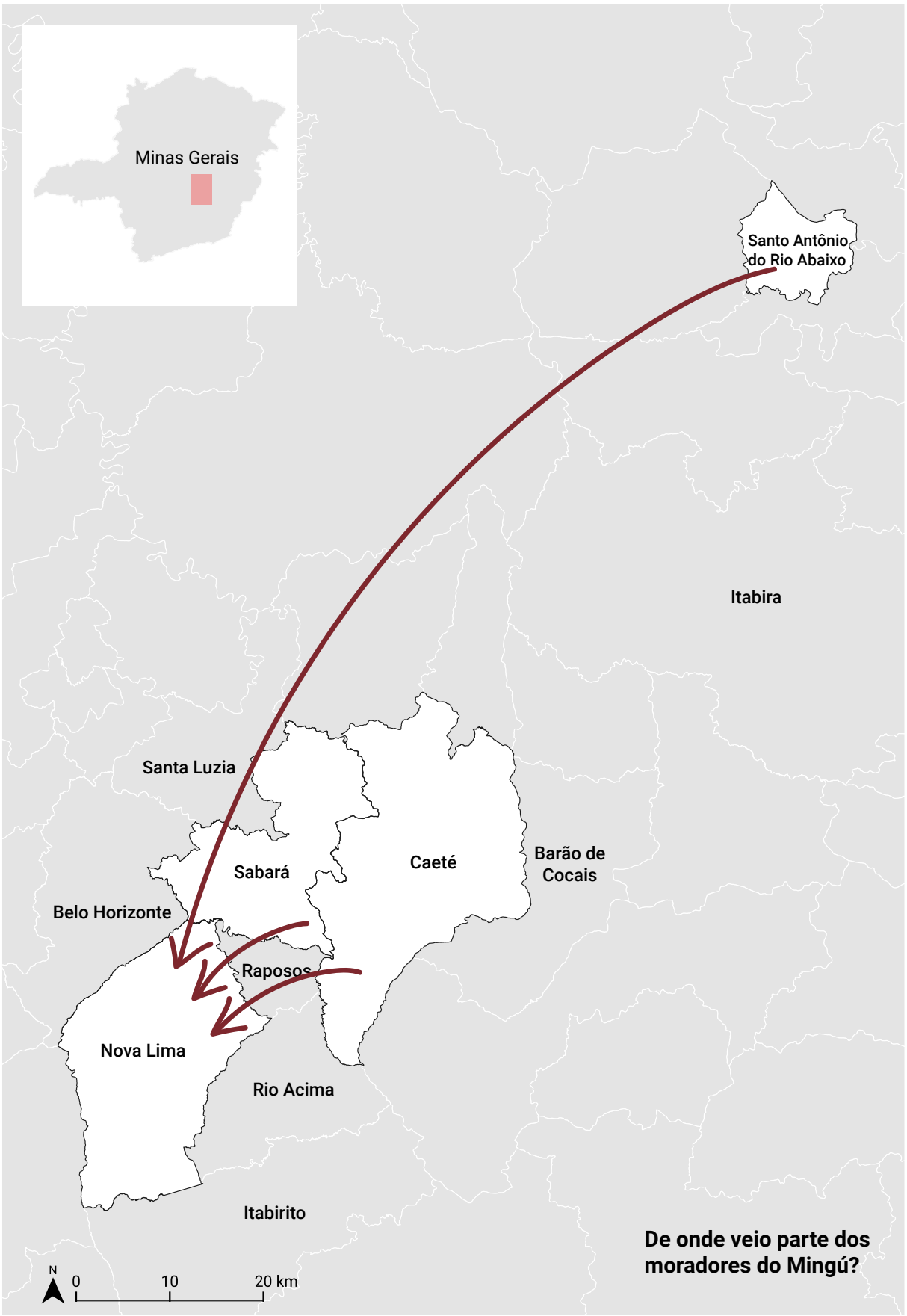
> *Era escravo mesmo. O povo vinha pra Morro Velho pra empregar, num tinha seguro nenhum. Tinha um contrato, eles vinham batiam um contrato com a Morro Velho. Seis meses. 'Nós vamos bater esse contrato. No fim desses seis meses nós vamos voltar pra roça pra nós plantar nossa roça. E depois nós voltamos'. Mas só tem uma coisa que muitos não voltavam não. Não voltava não. Morria e ficava por aí mesmo*.

Outros vieram e, como Raimundo, resolviam ficar. O que Duda chama de "*sococó do mato*" eram em geral locais da zona rural na região central de Minas Gerais, muitas vezes compartilhando o histórico de mineração, além de locais próximos do Vale do Aço e outros próximos à Serra do Espinhaço. Nas conversas com os moradores, foi possível identificar pelo menos as seguintes regiões de origem: Caeté e seu distrito Roça Grande, Roças Novas (em Sabará), Santo Antônio do Rio Abaixo (cidade) e Pirulito (em Nova Lima, próximo ao Mina d'Água).

Pelo salário

Embora a Mina de Morro Velho tenha passado por um processo de modernização dos métodos extrativos e de beneficiamento do ouro ao final do século XIX, as condições de trabalho no subsolo após a abolição da escravatura ainda eram terríveis, como foi apontado no item 3.2, quando abordei a

61 Ibidem.
62 Ibidem.
63 FONTES, *O Brasil e o capital-imperialismo*, 2010, pp. 87–88.



[86] Diagrama da migração de áreas rurais para o Mingú em Nova Lima.
Elaboração própria a partir dos dados do IDE-SISEMA (2023)

silicose ou poeira. Um dos entrevistados de Grossi elencou para a pesquisadora os riscos diários no trabalho: "Lá tem o choco que esmigalha, a queda num poço que esquarteja; o atropelamento pelas locomotivas elétricas que mutilam e esfrangalham; o fogo falhado que estilhaça; o fio elétrico que carboniza; as portas de ventilação que amassam; os elevadores que decapitam; o gás grizu que asfixia e a pneumonia fatal...".[64] Os moradores do Mingú relatam a convivência com vários homens mutilados e adoecidos do trabalho na mina. Duda se lembra de estar na saída da mina e acudir outro operário completamente mudo. Ele havia deixado o subsolo logo após uma explosão — ninguém sabe ao certo o que viu de tão horrível que lhe arrancou a voz.

Além da dificuldade com as condições no interior da mina, a hierarquia rígida no trabalho e as constantes humilhações compunham a vida do operário. Grossi descreve um processo de embrutecimento, marcado pela constante manipulação de símbolos de virilidade ("este é macho, é homem", quando cumpria bem as ordens e mantinha a produção, "quem não brigava, dificilmente fazia carreira", entre outros), e, quando necessário, era usada a coerção física do feitor para obrigar os operários a um ritmo de atividade lucrativo.[65]

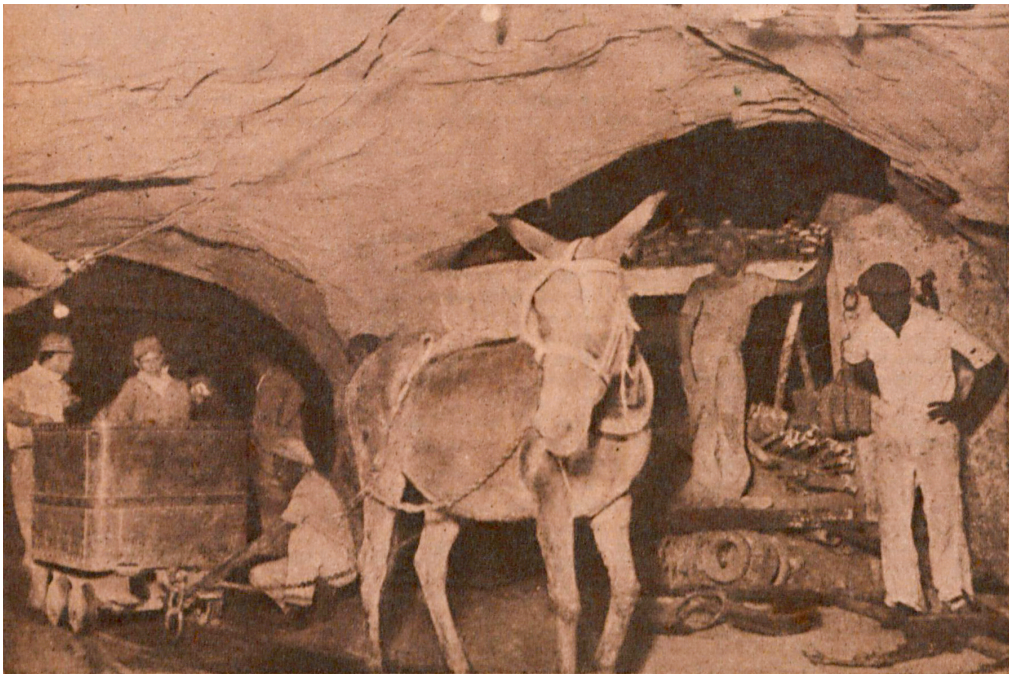
Um dos relatos coletados por Andréa Maia, acerca do controle do trabalho e do tempo na mineradora, reforça a descrição de Grossi acerca da coerção: "E ele andava com uma tala. Tala é uma espécie de cassetete de couro cru, para bater no animal. Machuca mesmo. Ele entrava com isso dentro da mina, de bota, vestido a caráter. E quando encontrava algum operário cochilando, por exemplo, ele metia a tala no operário. Batia mesmo. Era uma verdadeira escravidão. O camarada que reagisse, ele mandava embora direto, quando não mandava os capangas...".[66] É provável que Raimundo tenha incorporado essa vigilância quando diz que ficava atento a qualquer "*paradeira*" ou mesmo quando se orgulha de ter trabalhado "*a benefício da empresa*".

Embora esses aspectos relatados por Grossi a respeito de uma cultura machista no interior da mina não tenham sido mencionados pelos moradores do Mingú, alguns descreveram a forte hierarquia nas relações com os superiores, principalmente os ingleses que comandavam a mina. Diferenciavam-se pelos cargos, havia os operários (muitas vezes referidos como trabalhadores de mina), os encarregados, o pessoal operacional e o administrativo, "*Quem ocupava cargo de engenheiro era uma*

64 Grossi, *Mina de Morro Velho: a extração do homem*, 1981, p. 66.
65 Ibidem, pp. 60–62.
66 Maia, Outro inferno de Dante numa mina de ouro na época de Vargas, 2014, p. 1199.



[87] Mineiros empurrando um vagão cheio de minério.
A Cigarra, 1945, Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



[88] Um dos burros usados no interior da mina ao lado dos operários.
A Cigarra, 1945, Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



[89] Transporte das vagonetas e o elevador (ou gaiola).
A Cigarra, 1945, Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

santidade". Até mesmo a diferença de salários era considerada no tratamento com os trabalhadores, as pessoas que recebiam menos eram tratadas com desprezo. Duda explica: "*Era tipo um apartheid. Quem tinha cargo baixo era maltratado — talvez até apanhava no local de trabalho. Principalmente os que moravam aqui no Mingú eram de cargo baixo*". E exemplifica a partir do caso de quando presenciou um ato de discriminação:

> *Nessa parte de segregação, eu vou contar um caso. Não é contar historinha não. Eu tava numa parte da Morro Velho, tinha uma escadaria, tinha uma entrada à esquerda que chamava PCM. Eu vi uma senhora e um rapaz subindo. Um outro rapaz abriu a porta e entrou. A senhora falou alguma coisa para ele, ele tirou um pano do bolso, passou álcool na maçaneta e a mulher olhando e gesticulando. E ele abrindo, afastou a porta para ela entrar. Eu tava vendo e achei que era um gesto de cavalheirismo. Mas não. Sabe por que que ele teve que fazer isso? O rapaz que passou era um trabalhador. E entrou. Ela não ia passar na porta se a maçaneta não tivesse sido higienizada. Ela nem ia tocar na maçaneta.* [...] *Ele limpou com muito cuidado parecendo que ia pegar doença grave, pode ser que era covid, né?* [risos] [...] *Eles viam um brasileiro tipo um verme.*

Aos poucos, com o movimento migratório do campo, a cidade se tornou uma cidade majoritariamente operária — com a exceção de algumas zonas especialmente dedicadas à moradia dos ingleses. No Mingú, a maior parte das pessoas relata o envolvimento da família com a mina e até mesmo a própria experiência com isso: "*Meus avós trabalhavam na Morro Velho. O pai da minha mãe e o pai do meu pai também. As avós na época não trabalhavam... trabalhavam em casa né? A mãe do meu pai ela trabalhava como lavadeira sim e minha vó por parte da minha mãe sempre foi de casa mesmo, 'do lar' como se diz*". Embora as mulheres tenham deixado, por um longo período no século XX, de trabalhar massivamente na mineração (como trabalharam sobretudo nos serviços de beneficiamento do ouro enquanto vigorava a escravatura), parecem ter continuado se empregando na companhia em trabalhos de limpeza urbana. E na transição para o século XXI, retornaram em atividades técnicas, como demonstra o depoimento de uma moradora:

> *Na minha família, todo mundo. Até eu trabalhei na Morro Velho. Fiz estágio lá em meados da década de 1990, 1995, por aí assim. Eu fiz estágio lá um ano e pouquinho.* [...]*Meu*

> *pai trabalhou na mina. Aposentou, depois retornou, ficou lá trabalhando mais um tempão, mas aí já do lado de fora, né? Que ele já era mais velho. Meus irmãos todos trabalharam dentro da minha, só que dois não conseguiram ficar, mas um ficou. Depois, ele ficou trabalhando na mina, mas ele trabalhava como mecânico, né? E eu... Acho que quem nunca trabalhou lá foi mamãe.*

O envolvimento da família com a mina perdurava gerações: "*Quando aposentava o pai ou a mãe, o filho que entrava no lugar*". No geral, as pessoas se demonstram gratas, como Raimundo, por terem trabalhado lá. Raimundo tem o costume de, aos risos, dizer: "*Ô eu que dei dinheiro pra Morro Velho!*". Ele se lembra vividamente das condições de trabalho no interior da mina, carrega ainda no corpo a poeira aspirada durante os trinta anos de serviço, ainda que protegesse o rosto com uma flanela. Mas foi graças ao trabalho na Morro Velho que os filhos puderam estudar e se formar melhor. Graças a esse salário, puderam "*comprar as coisas na pracinha* [Praça do Mineiro]". Mesmo aqueles que viam o ouro passar puro por suas mãos na linha de produção recebendo um salário baixo não se arrependem. Os colegas caçoavam da oportunidade perdida de contrabando, apontando o contraste entre a riqueza que o trabalhou gerou e o salário, mas para Raimundo ainda era preferível sair de "*alma lavada*".

Em outros casos, para produzir as toneladas de ouro vendidas no exterior, o operário não conseguia sequer comprar os alimentos do mês. Havia uma grande quantidade de mineiros e familiares desnutridos, como aponta Grossi. O problema recorrente da fome entre os operários de Morro Velho motivou diferentes iniciativas de ajuda mútua, algumas delas vinculadas ao sindicato, como apresento no item seguinte.[67]

O sindicato

O Sindicato dos Mineiros se constituiu na década de 1930, com a participação do recém-formado Partido Comunista Brasileiro (PCB), par a par com o processo de consolidação da legislação

67 GROSSI, *Mina de Morro Velho: a extração do homem*, 1981, pp. 74–75.

trabalhista durante os governos de Getúlio Vargas. Membros do partido infiltrados nos trabalhos da Mina de Morro Velho propagavam as ideias comunistas, discutiam as condições precárias de trabalho e lutaram pela instalação de um sindicato que "emprestaria foros de legitimidade às reivindicações que surgissem da massa operária", formando inclusive uma espécie de respaldo legal à atuação dos comunistas.[68] "Realizaram iniciativas concretas que visaram: impedir a burocratização do poder sindical e consequentemente evitar a emergência de uma aristocracia operária; combater o fenômeno do peleguismo, forçando o sindicato, através do movimento de massa, a representar a classe, ao invés de exercer hegemonia sobre os associados".[69]

Não cabe aqui detalhar cada uma das estratégias mobilizadas pelos comunistas no interior do sindicato, como fez Grossi ao se dedicar à análise da prática social e política dos operários em Morro Velho. Interessa, contudo, entender que um dos meios utilizados era justamente a ajuda mútua ou 'jogo de camaradagem', com conversas sobre o trabalho, instrução dos novatos para que sofressem menos no trabalho e evitassem os acidentes. Organizavam cursos para fomentar o debate teórico e, inclusive, clandestinamente, procuraram alfabetizar aqueles que chegavam do campo sem saber ler. Estimulavam, por meio dos militantes comunistas, inclusive a formação de associações de diversas categorias profissionais e células femininas (com a ressalva de que muitas de suas atividades eram voltadas para a instrução de 'donas de casa', responsabilizando as mulheres por boa parte dos trabalhos de cuidado). Uma forma que parece se aproximar das associações de moradores presentes hoje na cidade, como é o caso da associação do Mingú, foram as comissões de rua organizadas pelas células femininas, "formadas na base das necessidades locais: calçamento, esgoto, luz, água, etc. Essas comissões pressionavam, juntamente com os moradores, a Prefeitura e a Câmara dos Vereadores".[70]

O horizonte de atuação do sindicato, embora muito marcado pelas demandas imediatas de um trabalho árduo e mal pago, parecia envolver a formação política dos mineiros desde as questões restritas ao trabalho até o cotidiano.[71] Sua atuação encontrou prontamente a resistência da St. John que, num primeiro momento, tentou impedir que se organizassem demitindo vários dos mineiros

68 Ibidem, p. 87.
69 Ibidem, p. 92.
70 Ibidem, pp. 143–144.
71 Ibidem, pp. 127–134.

envolvidos. Mas, ao longo do tempo, os conflitos pronunciados e a repressão se alternaram com práticas paternalistas e condescendentes.[72]

Um exemplo de concessão feita pela mineradora aconteceu no caso dos grupos de compra. O salário da companhia "foi sempre um dos pontos de estrangulamento do padrão e qualidade de vida dos trabalhadores",[73] e, muitas vezes, os operários se encontravam endividados com o comércio local. Desde a aliança entre a mineradora e o armazém mais conhecido da cidade, a Casa Aristides, durante os anos de paralização da produção de ouro em virtude do desabamento da mina em 1886, as compras dos operários nesse estabelecimento passaram a ser anotadas numa caderneta —a Casa Aristides vendia 'fiado' — e descontadas pela companhia diretamente no salário dos operários, prática considerada ilegal e denunciada pelo sindicato ao Ministério do Trabalho na década de 1937. A dívida atuava como uma outra maneira de manter o trabalhador vinculado à mina, pois dependia do salário para quitá-la.

> A natureza do trabalho na Morro Velho mostrou poucos atrativos para se fixar o operário na mina, a não ser sua necessidade de sobrevivência, aliada à exclusividade de oferta de trabalho da Morro Velho em Nova Lima e adjacências. As casas cedidas a preço simbólico eram um recurso utilizado pela Companhia. [...] Para a família do mineiro, a caderneta representava a segurança de alimentação durante o mês, dentro do quadro de sua penúria. Mas, por outro lado, era um dilema: utilizar a caderneta barrava a oportunidade de aquisição de mercadorias a preços mais acessíveis.[74]

Para lidar com o problema da carestia e tentar romper com o vínculo com a Casa Aristides, os operários organizados constituíram, então, grupos de compra na década de 1950. Insatisfeitos com a situação e negligenciados pelo poder público, os trabalhadores já haviam experimentado a criação de uma cooperativa de consumo para adquirir os alimentos, frustrada por conta da aplicação de impostos sobre a instituição. Nos grupos de compras, juntavam-se por famílias, que elaboravam a lista de compras, um emissário ia até Belo Horizonte, no comércio atacadista, fazia a compra e distribuía na volta.

72 Eakin, *British enterprise in Brazil*, 1989, pp. 224–226.
73 Grossi, *Mina de Morro Velho: a extração do homem*, 1981, p. 72.
74 Ibidem, p. 73.

Com o tempo, a iniciativa pôde se estender e passou a fazer a distribuição em depósitos nos bairros, mantendo o sistema de listas de cada família.[75]

Numa tentativa de apaziguar os ânimos dos operários insatisfeitos com seus salários, a mineradora cedeu imóveis em diversos bairros da cidade para o uso como depósito dos grupos de compras. Essas organizações (mais de cinquenta em 1960) foram obrigadas a se regulamentarem. Os comerciantes novalimenses, com os lucros prejudicados pelos preços baixos praticados pelos grupos, pressionaram o poder público pela tributação da iniciativa. Os impostos, somados a problemas de corrupção, acabaram enfraquecendo os grupos de compras.[76]

No Mingú, algumas pessoas com quem conversei não sabiam ao certo se os grupos eram iniciativa da Morro Velho (naquela época, na transição entre a St. John e a Mineração Morro Velho) — confunde-se a iniciativa autogerida com uma concessão benevolente da empresa, muito provavelmente por conta da cessão do imóvel e da presença incontornável da mineradora na cidade e no bairro. "*No Mingú, tinha um grupo de mantimentos. Que o pessoal pegava carne e mantimento também, não era?* [...] *A Morro Velho mandava? Como é que era, hein?*". O imóvel onde funcionava e o sistema das listas também são lembrados pelos moradores. Hoje em dia, uma família, autorizada pela mineradora, vive no imóvel.

A face da repressão, por sua vez, tem episódios emblemáticos na história do sindicato, sobretudo no período entre 1946 e 1964, como aponta Grossi.[77] Em 1948, uma greve de dois dias deflagrada pela adesão geral dos trabalhadores a uma paralisação que surgiu entre os feitores da redução acirrou os ânimos entre a empresa e os mineiros, quando a Companhia de Morro Velho convocou a repressão policial para conter uma passeata, que acabou sendo atacada a tiros. Os relatos das pessoas entrevistadas na Comissão da Verdade de Minas Gerais e por Yonne Grossi parecem confundir os 'jagunços' ou 'capangas' da companhia e a polícia militar — uma confusão que não é aleatória, vem de um histórico de convocação da polícia pela Morro Velho como se fosse de fato uma "milícia privada".[78] "Na verdade, a repressão foi tratada como algo natural e até uma resposta desejável em face da 'agitação comunista'".[79]

75 Ibidem, pp. 76–79.
76 Ibidem, pp. 78–79.
77 Ibidem, pp. 166–167.
78 COVEMG, A saga dos mineiros na mina de Morro Velho contra a exploração, a opressão e o terror, p. 47.
79 Ibidem, p. 49.

Nos dias seguintes, firmou-se um acordo em que a companhia se comprometia com a readmissão de operários demitidos durante a greve e com o pagamento dos dias de paralisação e a "não perseguição aos grevistas", embora a demanda principal de aumento no salário tenha sido categoricamente recusada.[80] Fazia pouco tempo que os mineiros haviam conseguido eleger uma quantidade expressiva de representantes na Câmara Municipal, dentre eles William Dias Gomes, um mineiro comunista e sindicalista, um dos quatro vereadores que passaram a constituir um 'escritório dos vereadores do povo', e liderança na greve e na passeata reprimida.[81] Em novembro de 1948, Nova Lima recebeu um evento em comemoração ao aniversário da Revolução Russa, organizado pelo comitê estadual do PCB (atuando na ilegalidade naquele momento). O clima no dia da comemoração era hostil e repleto de ameaças anticomunistas. Os militantes comunistas se prepararam para um embate armado contra os jagunços da Morro Velho e transferiram uma palestra envolvendo parlamentares para o sobrado onde ficava seu escritório, onde atualmente funciona a sede dos Sindicatos dos Mineiros.[82] Mesmo com toda a cautela, o prédio foi invadido por milicianos com a cumplicidade das polícias militar e civil. William foi executado quando descia a escada do sobrado para pedir a interrupção das perturbações aos capangas da companhia. Outro operário, ferido pelos tiros, foi perseguido pela rua e executado com um golpe de pedra do calçamento das ruas na cabeça. Depois do conflito, diversos mineiros foram perseguidos e presos. Meses depois, em junho de 1949, outro operário, dirigente comunista, foi assassinado numa emboscada. Em ambas as ocasiões, a Comissão da Verdade concluiu que são responsáveis não só os assassinos, mas também os principais dirigentes da companhia de Morro Velho, os órgãos policiais negligentes, inclusive o governador do Estado, Milton Campos.[83]

Já em 1964, a punição exemplar ao ato contrário ao golpe militar, em 1 de abril, teria sido um marco a partir do qual "o movimento operário não mais se expressara", por ter "desarticulado o movimento pela intimidação e pela censura de suas manifestações, submetido ao autoritarismo de um regime político-militar que não vacilou em empregar mecanismos de coerção como forma de domínio da sociedade brasileira", como analisa Grossi.[84] O golpe e a repressão aos sindicalistas aconteceram

80 Grossi, *Mina de Morro Velho: a extração do homem*, 1981, pp. 166–168.
81 Ibidem, p. 163.
82 Ibidem, p. 173.
83 Covemg, A saga dos mineiros na mina de Morro Velho contra a exploração, a opressão e o terror, pp. 104–105.
84 Grossi, *Mina de Morro Velho: a extração do homem*, 1981, pp. 230–231.

como uma ruptura num contexto em que o sindicato expandia sua expressão em meio aos trabalhadores. Apesar do enfraquecimento da militância comunista no sindicato, e com o estabelecimento de alianças pragmáticas com organizações católicas, na década de 1950, houve inúmeras situações em que os trabalhadores organizados pressionaram a empresa pela garantia de seus direitos e ganhos salariais.[85] O ponto de confluência entre as duas vertentes ideológicas que passaram a vigorar no interior do sindicato era a luta por justiça social, apesar da natureza pastoral das entidades cristãs e de sua crença num trabalho político exercido por cargos representativos, reproduzindo a estrutura hierárquica da Igreja, enquanto os comunistas prezavam pela formação política e descentralização do poder.[86] A repressão minuciosa logo após o golpe de 1964, conforme avalia a Comissão da Verdade, "Foi uma espécie de antecipação, uma experimentação sobre o terrorismo de Estado que seria consagrado e institucionalizado em 1969. A repressão generalizada atingiu as várias correntes e inclinações políticas presentes na diretoria do Sindicato: comunistas, trabalhistas e cristãos progressistas".[87] Um depoimento colhido por Grossi explicita o clima de terror instaurado pela repressão: "O ano de 1964 deixou uma marca profunda na população. Ouve-se dizer: 'caminhão com mineiros presos e algemados percorreu toda a cidade; casas foram invadidas e metralhadas...' O povo não esquece. Faz quatorze anos. Mas o espírito de comunidade ficou. Estão acuados".[88]

Ainda que a pesquisa de Grossi tenha sido feita ao final da década de 1970, a perda da força política do sindicato pode ser notada até os dias de hoje. Poderíamos nos arriscar a pensar que essa sequência de repressões ao movimento, relatadas pela autora e escrutinadas pela Comissão da Verdade quase trinta anos depois, somadas a outras práticas de formação dos consensos engendradas pela companhia de Morro Velho, em coalisão com vários agentes estatais, contribuem para o clima de apatia que há na cidade.

85 Ibidem, pp. 223–224.
86 Ibidem, pp. 213–214.
87 Covemg, A saga dos mineiros na mina de Morro Velho contra a exploração, a opressão e o terror, p. 83.
88 Grossi, *Mina de Morro Velho: a extração do homem*, 1981, p. 224.

4.3 Casa e quintal

A hierarquia rígida entre os postos de trabalho na mina se estendeu pelo espaço urbano — como analisei no item 2.2. "*Principalmente os que moravam aqui no Mingú, eram de cargo baixo*". O bairro teve a princípio sua ocupação coordenada pela companhia mineradora. A fazenda que deu origem ao Mingú, de propriedade da St. John, foi povoada aos poucos pelas famílias de operários em casas, na maior parte, construídas sob o desígnio da empresa. Quando dizemos que as casas foram "feitas pela Morro Velho" ou que pertenciam à empresa, tendemos a ocultar o processo de sua produção: os mesmos trabalhadores que precisavam de casas para morar e se manter trabalhando pela companhia de Morro Velho eram os trabalhadores que as construíam, muitas vezes produzindo desde os tijolos e as telhas até a construção em si.[89]

Como exemplifica a história de Raimundo, tais casas eram destinadas apenas aos operários casados.[90] Mesmo no próprio bairro, parecia haver uma distinção entre as residências. Enquanto algumas famílias viviam em casas com afastamento, banheiro privado, lavanderia própria e quintal, outras famílias, nos bonserás, dividiam paredes e compartilhavam esses cômodos e o espaço externo. Os bonserás, por essas características, parecem ser menos valorizados entre as pessoas do que as outras casas. Exemplo disso foi quando Lourdes (no item 3.3) reclamou das casas feitas pela mineradora após o desastre em 1987, dizendo "*Eu achei ruim, ficou feito bonserá. Minha casa tá feito bonserá, tá no meio*".

Vários imóveis foram cedidos por meio de comodatos — ou como alguns moradores mais antigos dizem "*acomodatos*" — "*Foram casas doadas para eles estabilizarem o bairro, né?*".[91] Quando Duda comenta o uso das casas para estabilizar o bairro, os processos associados a isso são a formação e a fixação da mão de obra assalariada e a expropriação de grande parte dessas pessoas de sua vida no campo, como é o caso de Raimundo. Várias casas construídas pela companhia foram alugadas pelos trabalhadores. Há ainda aqueles que receberam a cessão apenas do terreno, construindo as casas pelo

89 Vários trabalhos que analisam a corporação e a relação com os trabalhadores e a comunidade por meio dos registros da mineradora apenas tangenciam essa questão, sem detalhar como eram alocados esses trabalhadores, se, por exemplo, eram pessoas com conhecimentos construtivos reconhecidos ou se eram operários do fundo da mina deslocados para essas funções temporariamente.

90 Grossi, *Mina de Morro Velho: a extração do homem*, 1981, p. 69.

91 Ainda que Duda tenha se referido à cessão das casas como doação, para 'estabilizar o bairro', as casas foram cedidas, salvo engano, por meio de contratos de comodato. As pessoas não teriam se tornado proprietárias, como ocorreria caso tivessem sido doadas.



[90] Antigo local de lavanderia coletiva.
Fotografia de uma moradora do Mingú, durante a Caminhada Fotográfica, 2023.

próprio esforço nos dias de folga do trabalho da mina, muitas vezes com a ajuda de vizinhos. Em outro bairro, Mina d'Água, a própria companhia parece ter organizado os mutirões de autoconstrução. No caso do Mingú, os relatos são de que, às vezes, as folgas eram inclusive concedidas pela companhia para que o trabalhador conseguisse se dedicar à obra — afinal, também era de seu interesse que eles se mantivessem por ali.

Apesar da política da empresa, ainda permanece a impressão de que esse acesso era restrito: "*E não era todo mundo que ganhava casa de Morro Velho não*" — "A disponibilidade das moradias não atendia à procura. O direito de morar em casa da Companhia incluía desde pedidos formais e a consequente entrada na fila de espera, até indicação ou proteção por parte dos funcionários que decidiam sobre as solicitações".[92] A esse respeito, no Mingú, alguns imóveis foram adaptados para atender às demandas de membros das famílias que não tinham onde viver. Uma família conseguiu, junto à empresa, provavelmente após 1970, a cessão do espaço utilizado pelo grupo de compras para morar. Outra família, enfrentando uma situação crítica de vulnerabilidade, conseguiu o antigo espaço de um banheiro comunitário, que era utilizado pelas famílias que viviam em um dos bonserás. Isso se conseguia pela negociação com os homens da empresa, autoridades sobre os imóveis de propriedade da companhia ou até mesmo os superiores diretos dos trabalhadores com essas demandas. Uma das pessoas entrevistadas, grata pela conquista de um lugar para a família ficar, mostrou no teto a marcação do que era o antigo banheiro, hoje uma sala na casa onde foram se acoplando a cozinha, quartos e o novo banheiro. A princípio, sua mãe criou os filhos naquele banheiro e o restante foi construído anos mais tarde, quando um dos netos assumiu o trabalho como pedreiro.

Quando os trabalhadores tinham acesso às moradias, a segurança da posse ainda era relativa: por exemplo, algumas pessoas que alugavam os imóveis no período em que trabalharam na mina acreditavam que teriam o direito de permanecer nas casas depois da aposentadoria, mas foram surpreendidas com a exigência de comprá-las para que pudessem ficar. Até mesmo se considerarmos o risco geológico na área onde foram construídas as casas, a exemplo dos deslocamentos compulsórios em 1987 após os deslizamentos, parece haver vários problemas que fragilizam a situação dessas famílias no acesso à moradia. Também foram relatados problemas entre vizinhos, disputando áreas e a alteração dos limites dos lotes. Quando a Mineração Morro Velho passou a ofertar a compra das casas

92 Ibidem, p. 70.

preferencialmente a seus trabalhadores, o pagamento era feito por meio de um carnê com prestações a perder de vista, incluindo o valor do terreno e o valor de um seguro sobre a transação (como descrito no item 2.2). Para a empresa era vantagem o carnê, porque "*o cidadão ficava refém da situação, trabalhava e pagava*". Mesmo depois de quitados os imóveis, "*tem gente que ainda tem dúvida se aquilo valeu. É claro que com a escritura não tem como a empresa fazer nada, mas tem gente que ainda tem medo de ser expulsa de casa, porque continuou essa política de chegar alguém novo na empresa e quer dar uma de valentão pra peitar os outros. Então, isso é uma coisa complicada*".

Com os comodatos, a situação é ainda mais delicada, se considerarmos que legalmente a empresa pode pedir a devolução do imóvel a qualquer momento. Essa ameaça da perda da posse, contudo, não é sempre percebida da mesma maneira, parece oscilar conforme a necessidade, a possibilidade (principalmente financeira) ou o contexto das relações com a mineradora. Os comodatários são responsáveis pela manutenção dos imóveis, mas há uma moradora, por exemplo, que escolheu não realizar certas reformas por conta dessa insegurança. Por outro lado, construiu anexos na casa para que alguns familiares se mudassem para lá.

Assim, a maioria das residências parece ter passado (e ainda passa) por intensos processos de transformação que vão desde a troca de revestimentos, manutenção de suas estruturas até a expansão da área edificada, independente da situação de propriedade. No caso dos bonserás, os cômodos coletivos assumiram outros usos e a área externa foi individualizada. No geral, os quintais cederam espaço para a construção de novos cômodos para receber as famílias dos filhos e dos netos, processo que é comum a vários outros bairros de Nova Lima. Algumas dessas construções estão suspensas — esperando que parentes interessados decidam se retornam ao Mingú ou não. Ainda que haja a insegurança dos contratos de comodato, que, como já mencionei, dão ao comodatário o prazo de trinta dias para deixar o imóvel a partir do momento em que a AngloGold Ashanti solicitar a devolução, diante dos preços de aluguel e compra de casas e terrenos na cidade, muitas vezes a melhor alternativa é se manter ali, na casa dos pais ou dos avós.

Enquanto a maior parte dos homens trabalhava na mineração e, nos momentos de necessidade, realizava as obras de construção e manutenção das casas, a maioria das mulheres, até o final do século XX, desempenhava os trabalhos domésticos, na gestão da casa e da família. Quando andamos pelos bairros operários de Nova Lima, sobretudo na região conhecida como Sede, na praça, no bar ou na calçada, os aposentados, em sua maioria ex-operários da companhia, se reúnem para conversar.

Alguns jogam carteado, outros, sozinhos, olham para o tempo. Já as mulheres são vistas pelas frestas das janelas, sentadas nas soleiras das portas, carregando as roupas ou as compras enquanto caminham na rua, acompanhando as crianças entre a escola e suas casas. Quando Raimundo diz que sua esposa era 'do lar', provavelmente se referia a essa estrutura de divisão dos trabalhos, complementando com um comentário que tem força de dito: "*Se a mulher cair a casa arria*".

"*Lavava roupa, cuidava da casa, plantava couve e às vezes muita planta de fazer chá, porque os chás ajudam muito, né?*", assim Dora descreveu seu trabalho no dia a dia, antes de sua filha assumir as tarefas de casa por conta da saúde da mãe. Dora ia até o córrego atrás da casa lavar as roupas e, quando terminava a tarefa, encontrava um lugar para estendê-las para varar. Algumas tarefas se davam no interior da casa, e outras, naquelas circunstâncias, em espaços públicos, como era o caso da lavagem das roupas, nos tanques comunitários ou nos cursos d'água. Muitas das mulheres com quem eu conversei, por necessidade, passaram também a trabalhar como empregadas domésticas nas casas de outras pessoas, como uma tentativa de garantir que os filhos ou até mesmo os irmãos tivessem condições melhores de vida. Os serviços de limpeza urbana providos pela companhia, como por exemplo dos banheiros coletivos, também eram assumidos por mulheres contratadas. Vale lembrar que, durante as décadas em que a St. John utilizou a mão de obra escravizada, muitas mulheres trabalhavam forçadamente na empresa em funções na superfície — incluindo a confecção de roupas para os trabalhadores e a olaria (onde se produziam os tijolos que construíam as casas da companhia).

Há um caso de assombração que ilustra essa divisão dos trabalhos pelo gênero: o caso de uma das noivas assombradas do Mingú.[93] A noiva em questão morreu ao ser atropelada por um ônibus no bairro quando ia entregar marmita para seu avô no horário de almoço da mina, justo no dia de seu casamento. O bairro era atravessado pelo principal trajeto entre Nova Lima e Belo Horizonte até meados dos anos 1960, conhecido como 'Estrada de Sabará' ou 'Estrada Velha' — era por lá que circulavam os coletivos entre as cidades. Hoje, dizem que o fantasma dessa noiva assombra a área da gameleira, numa curva da rua entre o núcleo do bairro e a rodoviária de Nova Lima. Numa clareira sob a gameleira, ela costumava se encontrar com o noivo até o acontecimento trágico frustrar os planos do casal. Algumas pessoas têm medo de passar ali, sobretudo à noite. A história dessa noiva tem

93 Nova Lima tem várias histórias de noivas fantasma distribuídas pelas regiões da cidade. Uma delas, do bairro Rosário, é a história da frustração de um casamento por conta da morte trágica e precoce do noivo num desastre na mina.

vários pontos emblemáticos sobre a história do bairro, mas, por ora, vamos nos ater à questão de que ela enfatiza o papel da neta ao levar a refeição para o avô que trabalhava na mina.

A atividade que a noiva assumiu ali tinha o sentido de manter o avô bem, enquanto desempenhava suas tarefas no trabalho produtivo — seja na extração do ouro ou no seu beneficiamento. Entre os mineiros entrevistados por Grossi, um dos comentários foi: "É o que a gente diz: conversar com mulher de mineiro é conversar com mineiro".[94] Ainda que não participassem ativamente da extração de minério, a partir de seu trabalho é que se articulavam os trabalhos produtivos, já que os maridos e filhos estariam saudáveis e aptos para assumirem seus postos.

Comida e remédio

Na maior parte das casas, os quintais recebiam cultivos e criações, mesmo nas unidades cedidas pela companhia, essa era uma parte do imóvel que quase sempre se fazia presente. Como foi mencionado, um dos principais problemas abordados pelas organizações do sindicato foi o problema da fome e desnutrição, paralelo ao endividamento com a Casa Aristides. No bairro, as famílias também procuravam lidar com isso por meio do cultivo de hortaliças e pomares, além da criação de porcos e galinhas — "*Carne era item de luxo*". Algumas casas tinham inclusive paiol (depósito ou celeiro) para armazenar o milho colhido.

> *Quem tinha plantações nos quintais, se alimentava ali. Você comprava só arroz, feijão e macarrão.* [...] *Nos bonserás, não tinha muito espaço, não tinha quintal. Era uma espécie de gueto, onde as famílias se uniam, todo mundo era trabalhador da Morro Velho. Se faltava alimento na casa de um, ia na casa do outro. Ia emprestando numa caneca, pra quando tinha o dia do pagamento, eles se pagavam. Uniam-se pelo empréstimo da comida, além das áreas coletivas.*

Maria Cirilo, aquela moradora antiga do bairro mencionada no item 3.1, "*do tempo dos escravos*" e que anunciava que não sobraria nada para ninguém, era também exímia cozinheira. Ela mesma,

94 Grossi, *Mina de Morro Velho: a extração do homem*, 1981, p. 70.



[91] Expansão das casas do Mingú e a perda do quintal.
Fotografia de um morador do Mingú, durante a Caminhada Fotográfica, 2023.



[92] Quintal com bananeiras, diante do Morro do Cruzeiro.
Fotografia da autora, 2023.

pisando o barro, construiu seu fogão a lenha. Deixava o porco abatido varando no sol e, com o feijão que plantava, cozinhava uma feijoada que agregava os vizinhos mais próximos. Não só o plantio, mas também a feitura da comida parecia aproximar a vizinhança.

Apesar da expropriação dos meios de produção rurais que está na origem de boa parte dos trabalhadores assalariados na mina, as pessoas retomavam, por meio dos quintais, algumas possibilidades de organização da própria subsistência. Ao mesmo tempo que aliviavam um pouco da necessidade de se endividarem nos armazéns, essas práticas pareciam agregar o grupo e manter parte dos vínculos com a origem rural, pelos conhecimentos de manejo com a terra. Essa estratégia também foi mobilizada pelos escravizados, quando tinha até mesmo o sentido de produção de excedentes que ajudariam a juntar dinheiro para sua libertação.

O cultivo de plantas medicinais também era (e parece ser ainda hoje) frequente. Mesmo sem ter as plantas em casa, adentrava-se a mata pra encontrá-las. "*Quando não tinha, a gente tinha que ir no mato procurar, né? Porque assa-peixe, maria-preta e jurubão, cê arranca é no mato, né?*" Muitas mulheres mais velhas e alguns de seus filhos ainda conservam esses aprendizados que remontam à vida no interior, muitas vezes aprendidos e ensinados pela convivência com a prática (sem um ensino formal). Diferente dos outros cultivos, essas folhas, raízes e sementes eram utilizadas como remédios quando o acesso a profissionais de saúde, educados dentro dos preceitos ocidentais e alopáticos, ainda era restrito. Com isso, procuravam lidar com o adoecimento frequente das crianças, com problemas respiratórios e intestinais. No Mingú, havia inclusive, um homem negro — Tião Doutor — que atendia quem precisasse articulando seus estudos de medicina alopática e os conhecimentos das ervas. "*Ele estudou muito, mas porque ele era pobre e preto, aí lá na medicina não aceitaram ele não. Aí, falou com ele que ele entendia que ele podia dar receita. Eles deram ordem ele, que ele entendesse a doença que ele entendesse, que ele podia dar a receita*".

Uma das mulheres entrevistadas, filha e neta de parteiras, e amiga de Tião Doutor, explicou:

> *Ih, minha filha, minha mãe sabia fazer tanto chá e benzia muito bem. Mas num é essas benzeção de espiritismo não. Ela tinha um tio que ele benzia e também ensinava remédio.* [...] *Ela prestou atenção e aprendeu. De modo que ela benzia e quando precisava dar um purgante de óleo, dava né? Ela ensinava tudo direitinho. Porque o purgante de óleo é uma coisa muito boa. Por exemplo, pra menino. Ele está gripado né? Você compra o óleo de rícino,*

> *uma garrafinha de óleo de rícino na flora. E o outro é de óleo de amêndoa. Aí ocê, conforme a idade do menino, ocê põe uma colher e menos... muito cheia não. E faz o chazinho de... pode por uns cavaquinhos de canela, pau doce, caule de hortelã, faz mal nenhum. Escalda... Esquenta o óleo num lado, a colher de ferro assim. Põe ele quentinho no chá e dá o menino. E é bom que despeitora! O menino num fica com bronquite, né?*

O óleo de rícino que Dora utiliza para prevenir a bronquite nas crianças é o mesmo óleo que iluminava o interior da mina. Antes da chegada da lanterna e da iluminação elétrica no começo do século XX na Mina de Morro Velho, os mineiros a iluminavam com lampiões cujo combustível era o óleo de rícino, de acordo com o que descreve Richard Burton.[95] Num relatório da companhia, analisado por Eakin, foi descrito o uso de milhares de barris de óleo de rícino anualmente.[96]

O mesmo óleo de rícino que conduzia os mineiros na rotina extenuante, permeada pela poeira e pelos riscos, era usado na cura. Não considero que isso seja mera coincidência — essa confluência articula a disponibilidade de um recurso numa área em que ao mesmo tempo se vivia e se minerava, a origem rural das pessoas que foram submetidas ao trabalho e, ainda, a reprodução dessa força de trabalho. Possivelmente, muitos dos meninos tratados com o óleo de rícino, mais tarde, se tornaram empregados da companhia de Morro Velho. Dora se lembra inclusive da receita para confecção do óleo:

> *Na roça é assim: ocê colhe a mamona,* [...] *o cacho tá seco, ocê bate ele, né? E tira a semente da mamona e depois torra ela e soca no pilão. Depois de ter ela socada que cê põe ela na panela pra tirar o óleo... o óleo sobe, né? Aí ocê panha com a colher. E frita ele bem fritinho, pra ele num atrapalhar, né? Num ficar rançoso. E guarda. Aí uma hora que ocê for fazer o chá, cê compra galinha caipira. E ocê tira aquela banha da galinha, frita ela. Cê põe um pouquinho da enxunda de galinha, cê esquenta a enxunda junto com o óleo, faz o chazinho da erva. É bom mesmo que ele não dá bronquite, né? E o menino fica forte, sadio.*

95 Burton, *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*, [1869] 2001, p. 305.
96 Eakin, *British enterprise in Brazil*, 1989, p. 300.



[93] Mineiro de Morro Velho carregando um lampião.
A Cigarra, 1945, Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Hoje em dia, no entanto, com a transformação de boa parte dos quintais em cômodos para acolher familiares, o hábito de manter as hortas, pomares e criações parece ter perdido força. Além desse processo, o deslocamento forçado das várias famílias por conta dos deslizamentos de terra em 1987 também contribuiu para a perda desse hábito, já que as famílias foram compensadas com casas em terrenos menores e com uma "*terra minério*" que demandou muito esforço para se tornar cultivável.

Já eram usadas lanternas elétricas quando Duda se acidentou no subsolo. "*Você imagina um buraco de dois metros de diâmetro e uns 700 metros de profundidade, com uma tonelada em cima de mim... ou eu corria o risco de perder a perna ou de perder a vida!*". Ele se feriu gravemente numa das pernas e teve que passar semanas internado por conta disso. Sua cura, segundo o que conta, foi milagrosa, uma benção divina. Voltou para sua casa para terminar a recuperação e durante os meses em que esteve afastado do trabalho, Duda recebeu da companhia uma complementação de renda em relação ao que era pago pela previdência social. Para conseguir o dinheiro, ele ia até setor de assistência social da companhia. "*Em qualquer empresa que você vai, as assistentes sociais estão do lado do trabalhador. Na Morro Velho, não!*". Percebendo a demora de Duda para retornar ao trabalho, ainda dependente desse dinheiro extra oferecido pela mineradora, uma das assistentes perguntou a ele: "*Você tem um espaço em casa, não tem? Por que você não planta nem cria no seu quintal?*", afinal, com isso, provavelmente ele poderia deixar de demandar da empresa. Injuriado com a ousadia da assistente social, ele retrucou para ofendê-la. Meses depois quando retornou ao trabalho, não tardou a ser demitido — sem justificativa, ele apenas especula que foi por conta do desentendimento com a assistente social.

Assim como ocorreu com os grupos de compra, o hábito de plantar e criar animais, ao mesmo tempo em que demonstra a tentativa das pessoas de melhorarem suas condições de vida, foi assimilado pela empresa mineradora conforme era conveniente para seus objetivos, inclusive com a transferência da responsabilidade sobre os danos provocados para essas iniciativas espontâneas ou organizadas pelos grupos de trabalhadores e suas famílias. A companhia tinha ciência desses esquemas de subsistência que se tornaram hábito na cidade e no bairro. Podemos considerar que Duda, ao ser constrangido por sua demanda de complemento salarial, recebe a sugestão do plantio no quintal



[94] Plantas em meio ao vestiário abandonado da Morro Velho.
No alto, as roldanas onde os trabalhadores penduravam sua roupa para vestir o uniforme.
Fotografia da autora, 2023.

como um recurso da companhia para atenuar o impacto da interrupção do benefício. Sua consciência, no entanto, dessa transferência da responsabilidade sobre a garantia de seu sustento, resulta no confronto com a assistente social.

Furto da lenha

Outro aspecto desse cotidiano das casas e quintais no Mingú é o acesso aos recursos, como a água e a energia elétrica. A história dos fogões a lenha que pretendo esmiuçar a seguir, de acordo com os relatos dos moradores, demonstra a dependência tanto da companhia mineradora do uso da lenha, quanto dos trabalhadores e, principalmente, a dependência mútua e contraditória entre esses operários e a empresa. A princípio, todas as casas cedidas pela mineradora tinham somente fogão a lenha. Com o salário apertado, várias famílias não conseguiam comprar a lenha do comércio local. Era costume, então, adentrar as matas ao redor do bairro (como a Mata do Criminoso e a Mata do Jambreiro) para buscar a madeira. Os pais mandavam os filhos na frente, por volta das quatro horas da manhã, para cortar a lenha da planta viva e, depois, iam buscar.

O bairro, que carrega no próprio nome a menção à madeira, é cercado por áreas que foram usadas como reservas de recursos pela mineradora. É possível ver nas encostas dos morros uma grande quantidade de eucaliptos, que dizem que foram plantados para drenar a água da mina, embora não possamos descartar seu uso na produção de carvão para os processos metalúrgicos, nem mesmo como escoras no interior da mina. Os moradores reconhecem alguns eucaliptos no Mingú que são mais que centenários.

A mineradora então contratava rondeiros — também chamados de 'capitães do mato'— a para impedir que tirassem fechos de lenha no meio do mato. Segundo uma moradora, esses rondeiros também eram responsáveis por vistoriar as casas da companhia. A origem escravocrata desse apelido do posto de trabalho me parece reforçar sua função de controle, ainda que não estivessem encarregados de capturar os escravizados fugitivos. Segundo os relatos, era permitido recolher lenha seca, solta na mata, fora isso, "*a pessoa que fosse pega pelo rondeiro roubando lenha era espancada*". A lenha apreendida era toda queimada nas clareiras da mata.

Quando Karl Marx debate a equiparação na lei na Renânia da retirada de galhas secas de madeira nas florestas privadas ao furto de madeira verde, uma das questões levantadas foi o uso do Estado pelos proprietários para proteger seus interesses e, portanto, a propriedade privada.[97] Marx ressalta o descompasso entre a punição prevista e a prática costumeira da coleta de galhas entre as pessoas na região, pelo ponto de vista da propriedade. "No caso da madeira caída no chão, em contraposição, nada é tirado da propriedade. Tira-se da propriedade o que já foi tirado dela. O ladrão de madeira profere uma sentença autocrática contra a propriedade. O coletor de madeira seca apenas executa uma sentença já proferida pela própria natureza da propriedade, pois o que se possui é a árvore, mas a árvore já não possui aqueles galhos".[98] Marx, então, estende sua crítica pelo questionamento da própria legitimidade da propriedade privada, pois: "Se todo atentado contra a propriedade, sem qualquer distinção, sem determinação mais precisa, for considerado furto, não seria furto também toda propriedade privada? Por meio de minha propriedade privada não estou excluindo todo e qualquer terceiro dessa propriedade? Não estou, portanto, violando seu direito à propriedade?".[99]

Num paralelo que é ao mesmo tempo distante e próximo ao que Marx discute sobre a Renânia, em Nova Lima as matas eram controladas pela mineradora — uma grande proprietária de terras que, ao mesmo tempo, tinha interesse nessas matas como insumo para sua produção. As famílias dos mineiros, por outro lado, recorriam às matas para extrair a madeira para cozinhar num contexto em que já haviam sido, historicamente, desprovidas das possibilidades de subsistência. A companhia tinha o monopólio da terra e, com isso, também o monopólio sobre recursos essenciais à vida dos trabalhadores, como a madeira e a água. A dependência do salário, tanto para comprar comida como para comprar os insumos necessários para prepará-la, mantinha essas famílias disponíveis como mão de obra para a companhia. Ao mesmo tempo que a companhia reprimia essa tentativa de garantia da subsistência, os trabalhadores que mantinham a extração do ouro dependiam dela. Essas pessoas já haviam sido retiradas de seus lugares de origem, perdido a possibilidade do plantio para subsistência, e eram exploradas todos os dias para garantir a remessa de lucros da empresa. Parece existir uma inversão na acusação do roubo, se considerarmos que os trabalhadores muitas vezes davam a vida pela companhia, recebendo quantias ínfimas em troca.

97 Marx, *Os despossuídos: Debates sobre a lei referente ao furto de madeira*, 2017.
98 Ibidem, pp. 77–78.
99 Ibidem, p. 79.

Algumas pessoas acreditam que os rondeiros ajudaram a manter vivas as matas em Nova Lima, um modelo de preservação inglês que veio com a St. John. A 'defesa' das matas pela mineradora, mais tarde foi apresentada sob os discursos de sustentabilidade, ocultando, no entanto, o uso extensivo desses recursos. Foi uma "*festa muito grande*" quando chegaram os fogões a gás na cidade. Como aconteceu com a energia elétrica, chegaram primeiro para os encarregados. Só depois os trabalhadores de mina tiveram condições de comprar — 'livres' da necessidade de roubar lenha, puderam enfim se tornar consumidores de botijões.

4.4 A gente está no centro deles

Para além do espaço doméstico, o cuidado com a vida se estende pelas áreas coletivas, da rua e do bairro. "*De aeroporto de disco voador até as coisas mais simples da vida, são as pessoas do bairro que desembolam. Se a pessoa ficar encalhada dependendo do poder público, não sai*". Diz Duda que tudo no Mingú foi feito pelos moradores. Desde jovem, ele participa na associação de moradores por estímulo de seu pai: em toda reunião, fazia questão de que pelo menos uma pessoa da família fosse para trazer as notícias para os outros. Abertura de vias, contenção de encostas, construção da Sede, instalação de lixeiras, limpeza e manutenção da ponte que liga o bairro ao centro são alguns exemplos dos esforços coletivos que os moradores empreendem há um bom tempo no bairro. Diante da ausência do governo para garantir a manutenção dos espaços públicos, as ações dos moradores são voltadas para a solução de problemas pontuais que, em tese, seriam responsabilidade do Estado.

Um caso emblemático dos esforços coletivos foi a construção da Sede do Esperança num terreno da companhia de Morro Velho. Construído por meio de mutirão entre os trabalhadores da mineradora, o prédio tinha como propósito abrigar o antigo time de futebol do bairro, Esperança. Além disso, ali passaram a ser realizados bailes, apresentações de teatro, festas etc. Praticamente todos os bairros operários de Nova Lima tinham seus times de futebol, com suas respectivas sedes, muitas vezes estimulados e apoiados pela mineradora. Tanto os tijolos maciços usados na sua construção foram feitos na olaria da Morro Velho, quanto a concessão do terreno — por meio de comodato — para erguer a Sede também partiu da mineradora.



[95] Jovens diante de tubo que levava água para abastecer a mina.
Acervo de um morador, s.d.



[96] Procissão abaixo de tubo que levava água para abastecer a mina.
Acervo de um morador, s.d.

O imóvel, com o fim do time, passou anos sob o controle de um único morador que o utilizava para fins privados. Depois de idas e vindas com esse morador, hoje o imóvel é de posse da associação do bairro, que se empenhou na reforma do espaço por meio de mutirões e utilizando muitas vezes materiais doados por comércios parceiros. O processo durou meses, com o empenho dos homens da associação nos horários de folga e fins de semana. Uma das preocupações principais era reativar um local destinado ao lazer dos moradores: "*O bairro não tem nenhuma praça, nenhum espaço público*". Mesmo assim, há uma insegurança quanto à propriedade do imóvel, ainda da AngloGold Ashanti, considerando que, se a mineradora solicitar de volta o terreno, perde-se toda a benfeitoria e um esforço coletivo acumulado durante décadas na construção e manutenção do prédio.

Há algum tempo, outros espaços públicos articulavam os encontros entre os moradores, como era o exemplo de um campinho no centro do bairro, onde hoje é a escola. O campo foi destruído, por volta da década de 1980, para que os moradores pudessem estudar mais perto de casa — antes, era necessário atravessar a rua Abel Saturnino de Melo, onde fica a ponte que liga o bairro ao centro, para seguir até o Retiro, na Escola George Chalmers. Enquanto outro campo era construído, no alto do bairro entre o Mingú e o Mina d'Água, as crianças improvisaram a brincadeira num platô ao lado de uma nascente, nas margens da estrada para Sabará. Depois que deixou de ser usado, o local foi recoberto por mato e recentemente, capinado por funcionários da prefeitura. Coincidiu com a reabertura da clareira a demanda de abastecimento de água, quando em março de 2023, rompeu uma adutora da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) no bairro. As pessoas se articularam em torno da nascente para buscar água para suas casas e algumas moradoras, inspiradas por isso, começaram a especular as possibilidades de apropriação do platô, para que volte a ser um local de encontro.

As lavanderias coletivas dos bonserás, as festas em peregrinação, mesmo as 'bitacas' (vendinhas e bares em espaços pequenos) serviam para o encontro das pessoas. Nas bitacas, por exemplo, os operários se reuniam para um trago e discutir as notícias de jornal, encontros que tinham a função de formação política. As festas religiosas (procissões, malhação de judas, via sacra no Natal) eram feitas em grande parte na rua ou de casa em casa. As lavanderias por sua vez, eram o espaço de encontro e troca entre as mulheres que trabalhavam nos cuidados das casas, dos filhos e dos maridos. Esses espaços e eventos, ao longo do tempo foram se perdendo.



[97] Construção da sede pelos moradores.
Acervo de um morador do Mingú, s.d.



[98] Festa na sede.
Acervo de um morador do Mingú, s.d.



[99] Fachada da sede antes da reforma.
Fotografia de um morador, durante a Caminhada Fotográfica, 2023.



[100] Cantina da sede antes da reforma.
Fotografia de um morador, durante a Caminhada Fotográfica, 2023.



[101] Verbos associados à sede pelo morador.
Fotografia de um morador, durante a Caminhada Fotográfica, 2023.



[102] Mutirão de reforma no pátio.
Fotografia de um morador, 2023.



[103] Mutirão de reforma no palco.
Fotografia de um morador, 2023.

Entre os moradores mais velhos, comenta-se frequentemente que as coisas estão muito mudadas, já não seriam mais como antigamente, e uma das motivações para isso me parece ser a perda dessas práticas coletivas. Como vimos, há uma série de processos no bairro que parecem enfraquecer ou mesmo destruir os espaços de encontro e a convivência entre vizinhos, desde os desastres da mineração, a repressão da mineradora e até a própria necessidade de adensamento nos imóveis. Algumas pessoas identificam também obras de infraestrutura, desde meados do século XX, como catalizadoras desse processo. Exemplos disso são a chegada da energia elétrica — "*hoje num tem roça mais. Todo mundo sabe que aonde entrou a CEMIG, acabou roça. Acabou a inocência*" — e a chegada da água encanada, também relacionada com a presença da mineradora e a interrupção de suas atividades em Morro Velho:

> *A gente era menino, a gente pescava aqui na banquetinha. A banqueta tá lá, física, mas seca. Se tá né? Porque tem tempo que eu num vou lá.* [...] *Acabou. E pra eles* [mineradora] *foi vantagem isso, acabar com a banqueta, acabar, fechar, né? Porque enquanto eles usavam a mina... a água pra mina, ela serviu. Ela tinha manutenção direto, tinha rondeiro, tinha quem limpava ela, uma vez por semana.* [...] *Então, aí sim. Mas logo que parou de usar, acabou uai. Inclusive a gente aqui da rua, nós da rua usamos ela muito também. A gente foi criado com essa água. Na época não tinha Copasa. Ela abastecia o bairro todo. O Mingú inteiro. Aí depois que não sei... alguém veio e falou que a água da Copasa é água tratada, é água limpa, é água não sei o que, que era muito melhor pra saúde e eu não sei se é... Eu tenho minhas dúvida até hoje. Eu sei que não é, né? Você deixar de tomar água na nascente, natural pra tomar água de Copasa? Falar que isso vai fazer trazer benefício pra sua vida. Acabou com a nascente e deixaram o que pra nós? A Copasa.*

Quando comecei a acompanhar o trabalho da associação de moradores do Mingú, o lema do grupo era "Um bairro em reconstrução". Algum tempo depois, já se falava em "Um bairro em transformação". A reconstrução não era apenas dos aspectos físicos do bairro, mas também dos 'valores' e da união da comunidade — o que, para mim, parecia ser uma tentativa de abordar o incômodo com as coisas que "já não são como antigamente". No entanto, com a adesão das pessoas e o foco da associação comunitária na promoção de um "*crescimento coletivo*", o lema mudou para 'transformação', pois entenderam que, de fato, era possível ir além desse resgate. Ainda que o engajamento das pessoas seja

difícil e muitas vezes fique restrito a um grupo de pessoas mais frequentes, a associação tem sido fundamental na articulação das demandas do dia a dia no bairro e na defesa de direitos da comunidade. A maioria das demandas é apresentada à prefeitura, que nem sempre atende os pedidos ou nem mesmo responde. Diante da displicência do poder público, o que foi possível perceber é que muitas vezes a presença ambígua da mineradora oferece uma possibilidade de negociar soluções para demandas urgentes, atalhando as pelejas que os moradores enfrentam.

Nós observávamos uma imagem de satélite do Mingú quando, apontando para a parte baixa e a parte alta do bairro, duas moradoras exclamaram: "*A gente está no centro deles! Somos o alvo deles. Tínhamos que ser muito bem cuidados por isso!*". Na parte baixa, a mina que operou por mais de 200 anos, e na parte alta, uma planta industrial de beneficiamento do ouro que continua em plena atividade, processando o minério de outras minas na região administradas pela transnacional AngloGold Ashanti. A conversa prosseguiu com comentários de outras pessoas, no diálogo que transcrevo a seguir:

> *— Se os caras jogam veneno lá no Queiroz, ele vem pra cá!*
>
> *— Nem é só questão de veneno, é do próprio crescimento da comunidade. Aqui fica estrangulado.*
>
> *— Se a gente fosse mais ativo, podia virar e falar: não, isso não vai fazer. Eles dependem da gente.*
>
> *— Eles têm o usufruto, e nós ficamos como bode expiatório.*

Mesmo com as políticas de 'boa vizinhança', a crítica dos moradores é de que não são devidamente compensados, ou 'cuidados' por isso. Hoje em dia, boa parte da população já não tem vínculo de trabalho com a empresa — mesmo que trabalhem no setor da mineração, a tendência é de que se desloquem até as minas de ferro ou mesmo as minas subterrâneas de ouro da AngloGold em outras cidades. Por outro lado, as diversas estruturas da empresa delimitam (como é o caso das áreas industriais da Mina de Morro Velho e da Planta Industrial de Queiroz) e atravessam o bairro (como é o caso do trânsito de ônibus da empresa e os resquícios da tubulação que carregava a água do alto do Mingú para a mina). Isso considerando apenas os aspectos pelos quais a mineração se faz presente materialmente no espaço.

Um exemplo recente confrontou o cotidiano do grupo com os interesses da mineradora, que têm extrapolado a extração e beneficiamento do ouro. Na parte mais baixa do bairro, na rua Abel

Saturnino de Melo há uma ponte que liga o bairro ao centro da cidade.[100] A ponte era feita de barrotes de madeira com um guarda-corpo metálico. O caminho articulado por essa ponte é considerado pelos moradores como sendo histórico: era o ponto onde muitas vezes os trabalhadores da mina se encontravam com familiares para pegar a marmita, além de ser o local por onde a maioria dos moradores passava cotidianamente, seja para ir à escola ou ao trabalho. É o trajeto mais rápido do bairro para o centro da cidade, desembocando na Praça do Mineiro, ao lado da antiga planta industrial. Apesar de ser uma via pública, inclusive reconhecida pela prefeitura municipal em seus mapas, a ponte passa por cima da planta industrial, terreno particular pertencente à AngloGold.

Com a drenagem das águas da chuva que percorrem o bairro confluindo em grande parte para a ponte, agravada pela instalação de manilhas que retinham a água por ali, o local vinha sendo deteriorado. Os moradores, num esforço coletivo, fizeram vários mutirões para tentar contornar a situação e manter a ponte limpa e trafegável, enquanto apresentavam a demanda de conserto na mídia e nos órgãos da prefeitura. No final de 2022, a ponte foi interditada pela prefeitura municipal sob a alegação de que teria sido uma 'ordem' do Ministério Público por conta do risco estrutural que a degradação havia causado (na verdade, foi uma recomendação e uma demanda de explicações sobre a situação da ponte, que não se sabe se foi cumprida de fato).

Nessa época, foi apresentado pelo poder público, AngloGold e a construtora Concreto, um projeto de operação urbana consorciada (OUC) com um mega empreendimento imobiliário na antiga planta industrial da Mina de Morro Velho. A proposta é 'revitalizar' a área por meio de edifícios e condomínios horizontais para residências, criar um centro comercial e cultural para explorar o turismo e um "museu de território", única parte que ficaria sob o controle da mineradora — possivelmente interessada em divulgar sua versão sobre a história e o cotidiano do município. A Concreto seria responsável pela obra e pela comercialização das unidades residenciais e comerciais e a prefeitura, pelas obras de infraestrutura (saneamento básico e vias urbanas). Acontece que o projeto, divulgado inicialmente apenas com um documento de informações vagas, levantou inúmeras polêmicas na comunidade: a área da mina é central na cidade e diversos outros usos já foram aventados, além de se localizar numa área de risco para o rompimento das barragens de rejeitos da Mina de Águas Claras, controlada pela Vale.

100 Essa história foi apresentada no curta "Cadê a ponte que tava aqui?", a primeira pílula exibida no Cine Mingú.



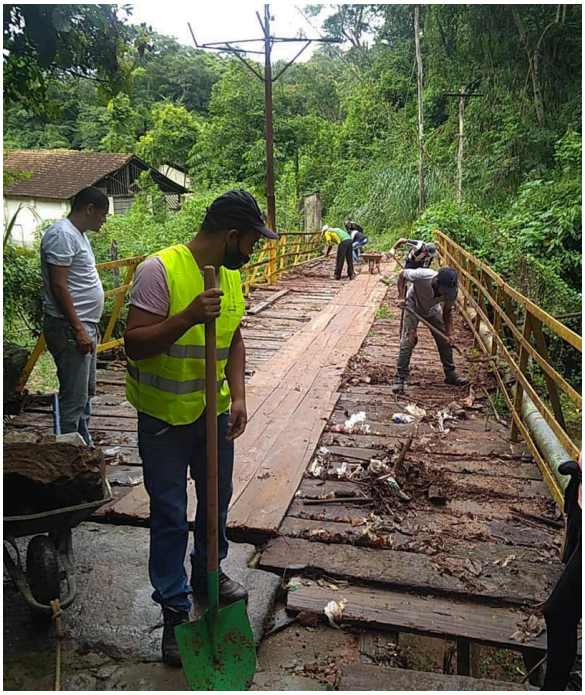
[104] Localização da ponte.
Elaboração própria a partir de imagem de satélite do Google Earth, 2023.



[105] Rota de fuga sobre a ponte deteriorada.
Fotografia de um morador, 2022.



[106] Mutirão de limpeza na ponte.
Fotografia de um morador, 2023.



[108] Mutirão de limpeza na ponte.
Fotografia de um morador, 2023.



[107] Ponte interditada.
Fotografia de um morador, 2023.



[109] Ponte removida.
Fotografia de um morador, 2023.

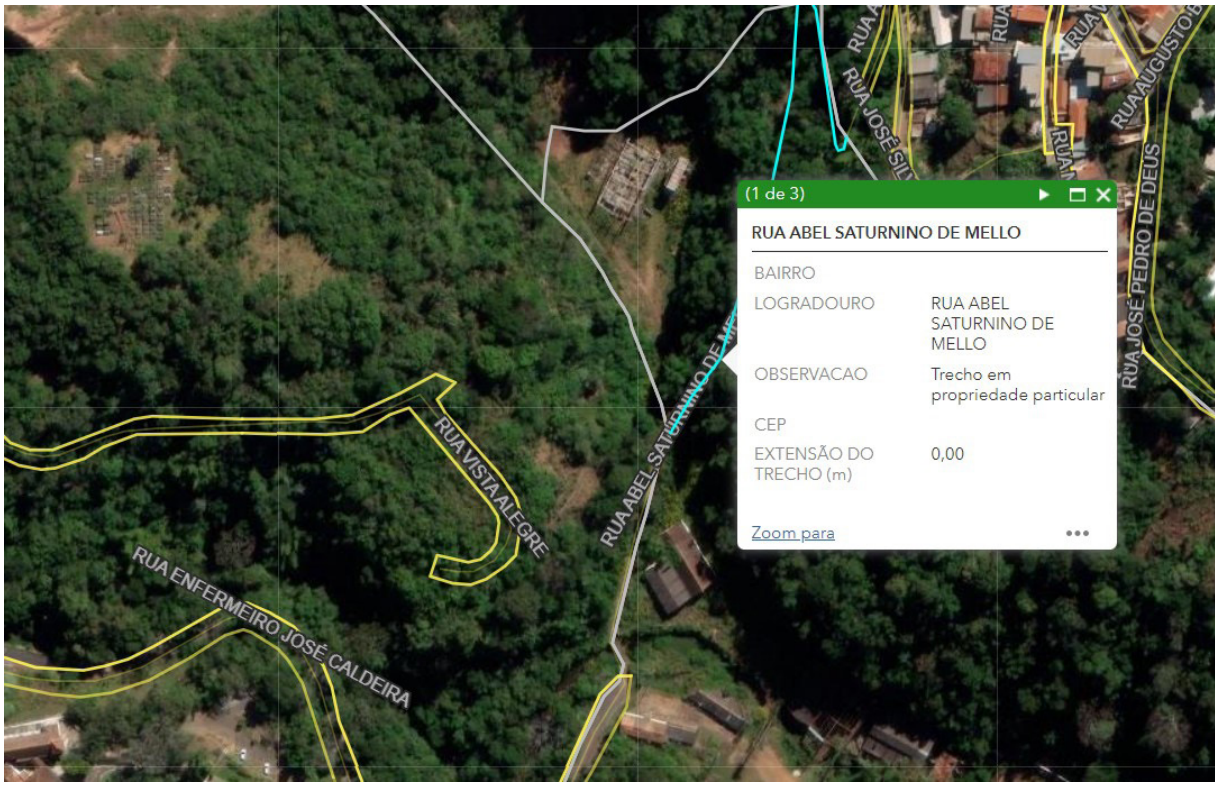
A interdição da ponte se arrastou pelos meses, até o momento em que ela foi completamente destruída para inviabilizar a passagem dos moradores que ainda persistiam em atravessá-la. Com isso, as pessoas passaram a descer pelo terreno da planta industrial, escalando as contenções de terra, para chegar ao outro lado. Algumas dessas pessoas foram abordadas por seguranças da mineradora e ameaçadas de prisão. A situação remeteu, inclusive, à memória de outro caminho do bairro que foi cercado pela mineradora na ocasião de outra proposta de empreendimento para a antiga mina. O caminho ligava o Mingú ao bairro Vista Alegre, também envolvido nos deslizamentos de terra em 1987. "*Outro ponto é o acesso que liga Mingu a Boa Vista via Vista Alegre, pois o antigo governo permitiu que esse acesso fosse fechado e a rua que lá existia hoje está cercada e tornou-se propriedade privada com cerca e portão. Afetou nossa mobilidade, e quem garante que o acesso da ponte não será fechado definitivamente?*". "*A AngloGold fica nessa perseguição com o pessoal que cerca o lote deles, mas eles fazem pior*".

Com a ameaça de perder a ponte, a associação de moradores, aliada à mídia local e aos motoqueiros que usavam o caminho com frequência, começou a se manifestar publicamente, associando o descaso com a ponte com a segregação do bairro e o conflito de interesses públicos e privados envolvidos na proposta de OUC para a área industrial da Mina de Morro Velho. "*Estão fechando uma rua, pra favorecer empreendimento imobiliário do privado, isso é ilegal!!!!*". Os moradores ressaltaram que não se tratava apenas da ameaça de perda do caminho, mas da história do bairro associada a ele. "*Não se trata apenas da mobilidade, mas da nossa história, o caminho nasceu junto com o bairro e toda Nova Lima é testemunha disso. Só queremos continuar a passar por ali, é direito fundamental.*"

Diante da repercussão negativa dessa situação, a Concreto, empresa envolvida na proposta de OUC, decidiu iniciar as obras. Contudo, não se sabe como a doação foi efetivada, pois não há transparência no caso. A demora anterior da prefeitura foi justificada como sendo por conta da burocracia envolvida nas licitações municipais. Parece existir, por outro lado, um conflito de interesses nessa doação, já que a Concreto depende da aprovação na Câmara de Vereadores da lei que regulamenta a OUC. A obra, capaz de mobilizar a opinião pública favorável, acaba por tolher a possibilidade de discordância das pessoas que dependem dessa ponte no dia a dia. A associação, diante da conquista, manifestou-se nas redes sociais em agradecimento à "*intervenção do privado, voltada para o interesse público*", reconhecendo a 'responsabilidade social' do empreendimento proposto na OUC.



[110] Ponte reconstruída.
Fotografia de um morador, 2023.



[111] Ponte sobre a propriedade privada da mineradora.
Captura de tela do GEOPNL, 2023.

O caso da ponte mostra a articulação do grupo frente a um conjunto de contingências impostas pela mineração, e suas movimentações de acordo com o que entende que é concretamente possível fazer a respeito. Mesmo que as práticas de 'boa vizinhança' sejam estabelecidas 'de cima para baixo', diante da urgência em se reestabelecer um caminho utilizado no dia a dia, a negociação com a empresa que constrange e prejudica a comunidade é o caminho viável. Aos poucos, a repressão ou a assimilação de várias das práticas cotidianas das pessoas e do grupo pela companhia, desmobiliza as revoltas que emergem das contradições (e ainda são permeadas por elas). Além disso, mesmo os processos que surgem das necessidades cotidianas acabam por restringir certas práticas próprias do grupo, como tem acontecido com os quintais. O grupo sócio-espacial do Mingú continua dependendo da própria iniciativa para demandar e defender os próprios direitos, "*de aeroporto para disco voador até as coisas mais simples*" e, a partir dessa atuação é que se torna possível vislumbrar a possibilidade de transformação, como os próprios moradores engajados na associação comentam. Há uma dificuldade enorme em mobilizar as pessoas para as atividades, mesmo quando há um problema evidente. Por mais que haja dificuldade na mobilização dos moradores para além da associação, o vínculo entre as pessoas persiste, mediado e transformado pelo espaço do bairro. É o que entendo quando algumas pessoas frisam: "*Só saio daqui pro andar de cima*".



[112] Moradores que costumam se encontrar nesse banco de ônibus, reformado recentemente pela associação.
Fotografia da autora, 2023.

5 A GENTE ERA MORADOR DA MINA TAMBÉM, QUERENDO OU NÃO

"Mesmo com o nada feito
Com a sala escura
Com um nó no peito
Com a cara dura
Não tem mais jeito
A gente não tem cura
Mesmo com o todavia
Com todo dia
Com todo ia
Todo não ia
A gente vai levando"
(BUARQUE; VELOSO, Vai Levando, 1975)

Alexandre foi enfático ao analisar a relação de sua vizinhança na rua José Silvestre Barbosa com a Mina de Morro Velho: "*A gente era morador da mina também. Querendo ou não, a gente morava dentro da mineração. A gente sempre foi muito ligado à mineração, querendo ou não*". Mesmo já não vivendo naquela rua, pois sua família teve que deixar a casa na ocasião dos deslizamentos de terra em 1987, Alexandre sugere que sua ligação com a mineração não se encerrou ali, ao dizer que 'sempre foi' muito ligado. Ele parece reforçar o entendimento das moradoras que exclamaram estar "*no centro deles*". Outro morador complementou afirmando considerar que o problema era a restrição imposta ao crescimento do bairro: "*Aqui fica estrangulado"*.

Nas falas dos moradores que abrem o capítulo, a relação com a mineração é analisada a partir da onipresença e das limitações imposta ao grupo sócio-espacial. Para finalizar o texto, proponho o exercício de retomar, nos três temas mais amplos apresentados — na sequência histórica dos processos de transformação do espaço pela mineradora, na produção dos desastres e nos trabalhos de produção e de reprodução da vida — alguns entraves, ou pontos de estrangulamento, como aponta o morador, que continuam impostos por essa relação com a mineração ao grupo do Mingú. Em seguida, discuto a possibilidade de expansão dos horizontes de navegação, considerando a conscientização sobre os processos sócio-espaciais que envolvem o bairro.

Quando analisamos a história do desenvolvimento da mineração em Nova Lima, temos que o encerramento das atividades da Mina de Morro Velho não significou a ruptura com a onipresença da mineradora. No caso do Mingú, o bairro foi fundado já inserido nessa lógica como um bairro operário e, pelo menos desde a década de 1980, o processo em seu entorno aponta para a expansão da escala das atividades da mineração, englobando a produção da mineradora em outras cidades (Sabará e Caeté). Ao constatar que estão "*no centro deles*", as moradoras destacam uma dimensão, a princípio espacial (há a mina fechada embaixo e as barragens e a planta industrial acima), que está também associada à sucessão de gerações de extrativismo. O Mingú se situa entre a lógica do extrativismo que orientou a extração do ouro na Mina de Morro Velho, e o neoextrativismo presente na escala das operações da Planta de Queiroz, situada a oito quilômetros da Mina Lamego e quinze quilômetros da Mina Cuiabá.

A propriedade da terra exerceu e ainda exerce um papel crucial. Ao longo do tempo, como grande proprietária, a mineradora articulou o uso da terra de acordo com as demandas de transformação da mineração (no panorama global dos extrativismos), envolvendo a extração do minério propriamente dito, o controle de recursos naturais, as políticas paternalistas e até mesmo a expansão de seus negócios por meio da parceria com incorporadoras imobiliárias. Vários moradores ainda vivem em imóveis de propriedade da AngloGold Ashanti e essa parece ser uma fonte de insegurança entre eles, se considerarmos o fato de algumas pessoas não reformarem suas casas como desejam pelo medo da reintegração de posse pela mineradora. Mesmo que não tenha sido possível saber durante a pesquisa a quantidade exata de famílias nessa situação, os entrevistados afirmam que várias famílias não são proprietárias de seus imóveis. Exemplo disso é o fato de algumas famílias afetadas pelos deslizamentos em 1987 não terem o registro dos imóveis. Há, além disso, uma série de imóveis retidos no portfólio imobiliário da empresa que poderiam ser aproveitados para a criação de espaços públicos de lazer, conforme a demanda dos moradores. Mesmo o espaço da Sede do Esperança, que tem sido reformada pelos próprios moradores para voltar a ser utilizada como um espaço de lazer do bairro, ainda pertence à empresa. Os moradores, insatisfeitos com a situação, ressaltam o agravante de que foram as próprias pessoas do bairro que ergueram a sede. Sob o contrato de comodato, sentem-se inseguros de perder todo trabalho empenhado na construção e manutenção do edifício.

Com o processo de regularização fundiária em curso, é provável que várias famílias passem a ter o registro de propriedade de suas residências e deixem de depender da anuência da mineradora

para sua permanência. Segundo o que funcionários da Secretaria Municipal de Habitação disseram na primeira reunião pública com os moradores, a AngloGold autorizou a transferência das propriedades (o proprietário tem direito de impugnar o processo de regularização e o poder público, nesse caso, media o conflito). Contudo, é provável que a regularização fundiária não só ofereça às pessoas a segurança da propriedade privada de seus imóveis, mas também favoreça a inserção desses terrenos no mercado imobiliário, intenção explícita da Prefeitura de Nova Lima. Com a proposta de uma operação urbana consorciada (OUC) para a antiga planta industrial da Morro Velho, que prevê vários equipamentos públicos supostamente para atender as comunidades no entorno, além de prédios residenciais e condomínio horizontal, a tendência é que os imóveis no bairro se valorizem. E, independentemente de ser uma vantagem para os moradores em vários aspectos, essa valorização poderia estimular a venda dos imóveis e, assim, contribuiria para a desarticulação do grupo sócio-espacial. O Mingú, hoje, talvez possa ser entendido como um bairro entre as operações antigas e atuais de uma mineradora e também as prospecções do mercado imobiliário (uma suposta nova 'vocação' da cidade), como evidencia a proposta da OUC. Enquanto a prefeitura se ocupa dessa parceria com o poder privado, permanece, por exemplo, a incerteza dos moradores do bairro quanto ao risco geológico.

Da mesma forma como o Mingú articula as diferentes gerações pelas quais o extrativismo em Nova Lima passou, o bairro articula as diferentes temporalidades dos desastres produzidos pela atividade. Nem o fechamento da Mina de Morro Velho, nem a 'modernização' dos métodos de extração de minério significaram a interrupção dos danos e desastres. Atualmente, o bairro é considerado pela prefeitura como área de risco geológico e ainda convive com os danos associados às barragens de Queiroz. A declaração da Prefeitura de Nova Lima na mídia local acerca da existência de risco geológico no bairro assombrou os moradores, que mantêm vivos na memória os processos decorrentes dos deslizamentos de terra em 1987. Ainda que o risco geológico esteja sendo provavelmente declarado com base em dados da declividade do lugar, sem considerar a realidade dos processos sócio-espaciais que ocorrem ali, a existência de risco de novos deslizamentos vinculados com a situação anterior em 1987 não pode ser descartada.

A constatação desse risco pelo poder público não parece ter efeito prático na elaboração de medidas de mitigação. As obras de contenção de encosta no Mingú têm acontecido prioritariamente ao longo traçado da Estrada Velha, que liga Nova Lima à capital passando por Sabará. A prefeitura tem interesse na publicidade da reforma da via (essa é uma demanda da população da cidade há anos)

mas os moradores do bairro criticam a ausência de qualquer consulta pública que os envolvesse, já que o bairro é dividido pela estrada (as pessoas dependem de atravessá-la para chegar à escola e ao posto de saúde). Além da imposição da reforma, a (ausência de) gestão do risco geológico também parece se dar à revelia da informação do grupo — com os dados que estão acessíveis, as pessoas não conseguem entender nem a extensão nem a gravidade do problema.

No alto do bairro, com as barragens de Queiroz, o problema de acesso às informações se repete com a contaminação por arsênio e mesmo com a instabilidade geológica causada pela infiltração de água. No caso da contaminação, não há, por exemplo, um controle epidemiológico que possibilite entender a prevalência de doenças que possam estar relacionadas com o arsênio. Mesmo os estudos conduzidos pelo projeto ARSENEX, que reuniu pesquisadores brasileiros e de outros países, além de órgãos do governo estadual, não parecem ter resultados conclusivos. Esses estudos envolveram atividades de educação ambiental da população sobre os riscos da contaminação por arsênio — nas escolas e nas sedes das associações de bairro —,[1] mas os moradores com quem tive contato não mencionaram as atividades. Já a instabilidade geológica provocada pelas barragens tem atingido mais diretamente os moradores do bairro Mina d'Água, que acompanham o surgimento de rachaduras nas paredes de suas casas. Dada a extensão das barragens e sua proximidade do Mingú, seria possível questionar os riscos, além da contaminação, a que o bairro é submetido, embora quase não haja informação a esse respeito.

O problema da restrição do acesso às informações a esse respeito parece ser central — já que seria a partir dessas informações que as pessoas poderiam cobrar tanto a responsabilização da mineradora quanto medidas de mitigação de prováveis danos. Outro efeito é a incerteza dos moradores sobre o próprio futuro ali. Alguns moradores já aventaram, durante nossas conversas, a possibilidade de que as pessoas em áreas de risco geológico tenham que sair de suas casas — já parecem considerar eles mesmos adotarem medidas para evitar os riscos diante da inação do poder público.

Num contexto em que os moradores já não são vinculados à mineradora por meio do trabalho, os vínculos que se mantêm parecem ser ao mesmo tempo os danos e as práticas de 'boa vizinhança'. Diante dos problemas causados e da insegurança provocada pelo risco, o 'cuidado' por parte da companhia muitas vezes é esperado pelos moradores como uma forma de compensação. Parece

1 OBERDÁ et al., Environmental and health education, 2011, pp. 173–174.

existir uma crença de que a cobrança dos moradores venha a promover essa responsabilidade, mas a rigor, as medidas adotadas seguem sendo concessões parciais — que não ameaçam a integridade da empresa nem mesmo solucionam os problemas mais profundos. Esse é o caso da ponte, que, embora seus processos de planejamento e execução sejam nebulosos — sendo construída provavelmente sem qualquer estudo de drenagem que pudesse prevenir sua deterioração —, contribuiu para melhorar a imagem tanto da mineradora quanto da empreiteira. Diante da ausência do poder público, os moradores parecem acionar as parcerias possíveis no momento. Ainda no caso da ponte, o grupo se mobilizou para a reivindicação e, em seguida, optou por apoiar a empresa que se dispôs a realizar o serviço, ainda que de maneira problemática.

A mobilização que foi possível no caso da ponte se insere num contexto em que as pessoas tentam retomar, por meio da Associação do Mingú, a organização de trabalhos coletivos para a solução de problemas imediatos, mas também com o objetivo de reconstruir esse bairro que um dia foi mais unido. Historicamente, os moradores do Mingú estiveram envolvidos em iniciativas autônomas na manutenção do bairro — além do próprio cuidado com suas casas e quintais —, como uma maneira de garantir condições mais dignas de vida. Nos últimos anos, parece existir uma ruptura entre o engajamento das pessoas com o grupo, inclusive nos trabalhos coletivos, — desmobilização que os moradores muitas vezes explicam com a chegada do 'progresso' e das novas tecnologias. Somam-se a essas mudanças culturais mais genéricas os processos frequentes de expropriação a que as pessoas do bairro são submetidas, desde os desastres, a repressão e a insegurança com a própria moradia. As pessoas tendem a reconfigurar seus horizontes de ação para dar conta das necessidades urgentes impostas e agravadas pelo contexto.

Procurei mostrar, ao longo do texto, como formação do grupo sócio-espacial que constitui o Mingú é permeada pelas dinâmicas da mineração, sendo continuamente marcada pelos danos provocados pela atividade, pela expropriação e por determinações heterônomas. Isso pautou a organização dos temas apresentados nos capítulos 2, 3 e 4, buscando explicitar algumas nuances e contradições que não são evidentes quando se explora a sequência cronológica e linear. A solução que encontrei foi desenrolar os fragmentos contidos nos relatos para tecer essa outra composição, que apresenta o contexto histórico, sobretudo por meio das práticas corporativas, seguido dos desastres, produzidos no interior desse contexto histórico e afetando o grupo sócio-espacial, que, por sua vez busca lidar cotidianamente com os problemas gerados pela mineração da maneira que é possível.

Uma das dificuldades na escrita deste texto foi articular as situações concretas, vividas à flor da pele pelas pessoas, com a abstração da abordagem acadêmica e crítica. Procurei explicitar o diálogo entre as reflexões teóricas e os depoimentos, análises e interpretações dos moradores, mas sinto que um dos limites nítidos nesse diálogo é o da articulação com a práxis. Uma das questões iniciais da pesquisa era entender em que medida havia possibilidade de transformação das relações sócio-espaciais pautadas pela onipresença da mineração. O processo junto ao grupo sócio-espacial do Mingú, na proposição de interfaces tanto para levantar informações quanto para devolvê-las, tem como horizonte tal transformação. A tentativa é possibilitar ganhos de autonomia por meio da consciência histórica dos processos de transformação do bairro — ao mesmo tempo estimulando as pessoas a se engajarem nesse levantamento (quando fizemos a Caminhada Fotográfica) e a refletirem criticamente sobre os processos (como já começa a acontecer com as pílulas no Cine Mingú).

Navegando em meio a esse contexto instável, é perceptível a dificuldade de se ter consciência dos processos históricos de produção do espaço. "*A gente vai levando*", expressão utilizada por alguns moradores e também por Chico Buarque e Caetano Veloso na canção que abre o capítulo, incorpora o movimento duplo entre uma acomodação e o 'seguir em frente'. Ao mesmo tempo em que as pessoas se conformam com as perdas e com a urgência das necessidades, parecem procurar meios para seguir adiante, o que muitas vezes envolve a negociação com a mineradora. A dificuldade de conscientização é reforçada pela naturalização da mineração no local, conforme estimulada pela ideologia da vocação mineradora e pela própria situação de "*ser morador da mina*".

Além do plano discursivo, algumas das restrições impostas concretamente ao grupo sócio-espacial podem ser identificadas. São elas: o controle da propriedade da terra pela mineradora, a dificuldade de acesso à informação, o controle da crítica, e até mesmo a urgência das pessoas para encontrarem solução para sua condição sócio-espacial. Com esses obstáculos, a tendência é que seja obliterada a consciência histórica das contradições que permeiam as dinâmicas sócio-espaciais da mineração. A maneira como as pessoas entendem a relação com a mineração, como expressada pelas falas que abrem este capítulo, parece muitas vezes lidar com as contingências impostas por essa relação. Assim que as moradoras concluem que estão no "*centro deles*", expressam a demanda de serem mais bem 'cuidadas', numa relação causal contingente. Entendo que tal demanda esteja restrita às possibilidades que as pessoas conhecem a partir da própria constituição histórica da relação com a mineração. A consciência que é possível nesse contexto tende a focar naquilo que é contingente —

aspectos parciais das contradições que constituem o cotidiano.[2] Esse 'cuidado' demandado parece remeter às políticas paternalistas da empresa ou mesmo ao discurso apregoado de 'sustentabilidade' e 'responsabilidade social' — mesmo que seja justamente essa relação que se encontra no cerne dos problemas que as moradoras parecem buscar solucionar. Para ampliar os horizontes de navegação, entendo que são cruciais os processos que promovam a consciência 'necessária' para a transformação sócio-espacial, retomando o termo de István Mészáros[3]: que o grupo sócio-espacial possa ter consciência das inter-relações entre as determinações externas impostas à sua prática cotidiana. Seria preciso que as dinâmicas sócio-espaciais da mineração passassem a ser entendidas e desnaturalizadas, movimento que me propus a iniciar neste texto, ainda que haja muito para avançar para que esse não seja um debate simplesmente acadêmico.

O Cine Mingú é um processo em andamento, uma primeira interface na tentativa de devolver as informações da pesquisa e provocar debates problematizadores. Temos ainda alguns vídeos (pílulas) por editar, contando a história da Sede do Esperança, do desastre de 1987 etc. Outras interfaces podem ainda ser mobilizadas nesse processo da devolução, mantendo o objetivo de ganhos de autonomia pelo grupo. A associação de moradores tem conduzido algumas tentativas, ao propor tanto a 'reconstrução' quanto a 'transformação' do bairro, mesmo com a dificuldade de mobilização de mais moradores e com a constante negociação com a mineradora. Acho que Duda tem uma pista quando diz que "*de aeroporto de disco voador até as coisas mais simples da vida, são as pessoas do bairro que desembolam*". Ainda que tais ações sejam impulsionadas hoje pela privação de direitos, talvez seja por meio dessa capacidade inventiva e de cooperação que se torne possível imaginar o que haveria além dos horizontes instáveis da navegação.

2 Mészáros, Contingent and necessary class consciousness, 1971, p. 120.
3 Ibidem, pp. 120–121.

Referências

ACSELRAD, Henri. Territórios do capitalismo extrativista: a gestão empresarial de "comunidades". In: Henri Acselrad (ed.). *Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do "social"*. Rio de Janeiro: Garamond, 2018, pp. 33–60.

ALFONSIN, Betânia De Moraes; PEREIRA, Pedro Prazeres Fraga; LOPES, Débora Carina; ROCHA, Marco Antônio; BOLL, Helena Corrêa. Da função social à função econômica da terra: impactos da Lei nº 13.465/17 sobre as políticas de regularização fundiária e o direito à cidade no brasil. *Revista de Direito da Cidade*, v. 11, n. 2, 2019. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/37245. Acesso em: 19 nov. 2023.

ANTONELLI, Mirta Alejandra. Megaminería transnacional y invención del mundo cantera. *Nueva Sociedad*, n. 252, p. 72–86, 2014.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Brasília: Senado Federal, 1711.

ARRUDA, Guilherme Ferreira de. *Pedagogia sócio-espacial para democracia radical: uma experiência mediada por interfaces em Glaura*. Tese de Doutorado. Or. Ana Paula Baltazar. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

BALTAZAR, Ana Paula; COSTA, Márcia; MELO, Cíntia de Freitas; CREVELS, Eric; FURIATI, Lucas. Política de remoções em Belo Horizonte. In: Silke Kapp; Ana Paula Baltazar (eds.). *Moradia e outras margens*. Belo Horizonte: MOM Edições, [2017] 2021, v. 1, pp. 459–479.

BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. Assessoria técnica com interfaces. In: Silke Kapp; Ana Paula Baltazar (eds.). *Moradia e outras margens*. Belo Horizonte: MOM Edições, [2016] 2021, v. 1, pp. 127–150.

BARBOSA, Alfredo Ruy. Breve panorama da legislação minerária. *Revista de Direito Administrativo*, v. 197, p. 64–73, 1994.

BARRIOS, Roberto. Resilience: A commentary from the vantage point of anthropology. *Annals of Anthropological Practice*, v. 40, n. 1, p. 28–38, 2016.

BARRIOS, Roberto. What does catastrophe reveal for whom? The anthropology of crisis and disasters at the onset of the anthropocene. *Annual Review of Anthropology*, v. 46, p. 151–166, 2017.

BENSON, Peter; KIRSCH, Stuart. Capitalism and the Politics of Resignation. *Current Anthropology*, v. 51, n. 4, p. 459–486, 2010.

BULLARD, Robert D. Varridos pelo furacão Katrina: reconstruindo uma "nova" Nova Orleans usando o quadro teórico da justiça ambiental. In: Selene Herculano; Tânia Pacheco (eds.). *Racismo ambiental*. Rio de Janeiro: FASE, 2006, pp. 126–147.

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Brasília: Senado Federal, [1869] 2001.

CASTRO, Paulo de Tarso Amorim; JÚNIOR, Hermínio Arias Nalini; LIMA, Hernani Mota de. *Entendendo a mineração no Quadrilátero Ferrífero*. Belo Horizonte: Ecológico, 2011.

CHILDS, Matt. Master-Slave Rituals of Power at a Gold Mine in Nineteenth-Century Brazil. *History Workshop Journal*, v. 53, n. 1, p. 43–72, 2002.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: Renata Moreno (ed.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, [1989] 2015. Disponível em: https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/01/reflexõesepraticasdetransformaçãofeminista-1.pdf. Acesso em: 19 out. 2023.

COVEMG. A saga dos mineiros na mina de Morro Velho contra a exploração, a opressão e o terror. In: COVEMG, *Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Governo do Estado, 2017, v. 3, pp. 17–107.

DELGADO, Tarcísio. *Tatuagens na alma: 1964: a saga dos mineiros da Mina Morro Velho de Nova Lima*. Belo Horizonte: Mandamentos Editora, 2009.

DENEAULT, Alain. As empresas multinacionais: um novo poder soberano inscrito na ordem das coisas. In: Henri Acselrad (ed.). *Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do "social"*. Rio de Janeiro: Garamond, 2018, pp. 13–32.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. Vila de Utopia. In: *Confissões de Minas*. São Paulo: Companhia das Letras, [1933] 2020, pp. 105–112.

DUSSEL, Enrique. *1492 - O encobrimento do outro: A origem do mito da modernidade*. Petrópolis: Vozes, [1992] 1993.

EAKIN, Marshall. *British enterprise in Brazil: the Saint John Del Rey Mining Company and the Morro Velho Gold Mine, 1830–1960*. Durham, London: Duke University Press, 1989.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Pluto Brasiliensis*. Trad. Domício de Figueiredo Murta. Brasília: Senado Federal, [1833] 2011. 2v.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, [1952] 2008.

FEDERICI, Silvia. *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2022.

FERNANDEZ, Maria. Cyberfeminism, Racism, Embodiment. In: Maria Fernandez; Faith Wilding; Michelle M. Wright (eds.). *Domain Errors: Cyberfeminist Practices!* New York: Autonomedia, 2002, pp. 28–44. Disponível em: https://www.refugia.net/domainerrors/DE1b_cyber.pdf. Acesso em: 5 nov. 2023.

FERRAND, Paul. *O ouro em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, [1894] 1998.

FIGUEIREDO, Bernardino Ribeiro; BORBA, Ricardo Perobelli; ANGÉLICA, Rômulo Simões. Arsênio no Brasil e exposição humana. In: Cassio Roberto da Silva; Bernardino Ribeiro Figueiredo; Eduardo Mello De Capitani et al. (eds.). *Geologia médica no Brasil: efeitos dos materiais e fatores geológicos na saúde humana e meio ambiente*. Rio de Janeiro: CPRM, 2006, pp. 64–73.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. [s.l.]: Editora UFMG, 2011. Disponível em: http://books.scielo.org/id/d55c7. Acesso em: 9 nov. 2023.

FONTES, Virgínia. Determinação, história e materialidade. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 7, n. 2, p. 209–229, 2009.

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Editora UFRJ, 2010.

FÓSCOLO, Avelino. *Morro Velho: romance*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1940.

FRASER, Nancy. Contradições entre capital e cuidado. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, Trad. José Ivan Rodrigues de Sousa Filho. v. 27, n. 53, p. 261–288, 2020.

GAGO, Verónica; MEZZADRA, Sandro. Para una crítica de las operaciones extractivas del capital: Patrón de acumulación y luchas sociales en el tiempo de la financiarización. *Nueva Sociedad*, v. 255, p. 38–52, 2015.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, [1971] 2012.

GOMIDE, Caroline Siqueira; COELHO, Tadzio Peters; TROCATE, Charles; MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim. *Dicionário crítico da mineração*. [s.l.: s.n.], 2018.

GRESPAN, Jorge. *Marx: Uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2021.

GROSSI, Yonne. *Mina de Morro Velho: a extração do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: Jürgen Schuldt Alberto Acosta Alberto Barandiarán et al. (eds.). *Extractivismo, Política y sociedad*. Quito: CAAP, CLAES, 2009, pp. 187–225.

GUDYNAS, Eduardo. *Extractivismos: Ecologia, economia y politica de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza*. Cochabamba: CEDIB, CLAES, 2015.

GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos en América del Sur: conceptos y sus efectos derrame. In: Andréa Zhouri Paola Bolados; Edna Castro (eds.). *Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e Lutas Territoriais.* São Paulo: Annablume, 2016, pp. 24–46.

HEWITT, Kenneth. The idea of calamity in a technocratic age. In: Kenneth Hewitt (ed.). *Interpretations of calamity from the viewpoint of human ecology*. Boston: Allen & Unwin, 1983, pp. 3–32.

HOLLOWOOD, Bernard. *A história de Morro Velho*. Trad. Lucia Machado Almeida. Londres: Samson Clark & Co., 1955.

HÖNKE, Jana. As multinacionais e a governança da segurança nas comunidades: participação, disciplina e governo indireto. In: Henri Acselrad (ed.). *Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do "social"*. Rio de Janeiro: Garamond, 2018, pp. 107–130.

HOOKS, bell. Choosing the margin as a space of radical openness. *Framework: The Journal of Cinema and Media*, n. 36, p. 15–23, 1989.

ILLICH, Ivan. *Sociedade sem escolas*. Petrópolis: Vozes, [1971] 1985.

KAPP, Silke. Grupos sócio-espaciais. In: Silke Kapp; Ana Paula Baltazar (eds.). *Moradia e outras margens*. Belo Horizonte: MOM Edições, [2018] 2021, v. 1, pp. 151–170. 2v.

KAPP, Silke. Preâmbulo. In: Sérgio Ferro. *Construção do desenho clássico*. Belo Horizonte: MOM Edições, 2021, pp. 11–20.

KAPP, Silke. *Teoria crítica da arquitetura. Texto de aula.* Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2022.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. O paradoxo da participação. In: Silke Kapp; Ana Paula Baltazar (eds.). *Moradia e outras margens*. Belo Horizonte: MOM Edições, [2012] 2021, v. 1, pp. 437–458.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula; MORADO, Denise. Arquitetura como exercício crítico. In: Silke Kapp; Ana Paula Baltazar (eds.). *Moradia e outras margens*. [s.l.]: MOM Edições, 2021, pp. 39–64.

KILOMBA, Grada. A máscara. *Piseagrama*, n. 11, p. 26–31, 2017.

KIRSCH, Stuart. Lost Worlds: Environmental Disaster, "Culture Loss", and the Law. *Current Anthropology*, v. 42, n. 2, p. 167–178, 2001.

LASCHEFSKI, Klemens Augustinus. O Extrativismo 4.0 e o "Regime ambiental coronelista": A articulação de sistemas ambientais brasileiros com esquemas de governança multistakeholder global. *Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política*, v. 3, n. 2, p. 107–161, 2021.

LASCHEFSKI, Klemens Augustinus. Rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho (MG): Desastres como meio de acumulação por despossessão. *Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política*, v. 2, n. 1, p. 98, 2020.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: Uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador, Bauru: EDUFBA, EDUSC, [2005] 2012.

LEFEBVRE, Henri. *A re-produção das relações de produção*. Porto: Publicações Escorpião, 1976.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Trad. Donald Nicholson Smith. Oxford & Cambridge: Blackwell, 1991.

LI, Fabiana. Contesting Equivalences: Controversies over Water and Mining in Peru and Chile. In: John Richard Wagner (ed.). *The social life of water*. New York ; Oxford: Berghahn Books, 2013.

LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: O caso de Morro Velho*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1984.

LIMA, Augusto. Um município de ouro: memória histórica. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1901, v. 6, pp. 319–364. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=239. Acesso em: 7 maio 2023.

LORENZI, Harri. *Árvores Brasileiras: Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Arbóreas Nativas do Brasil*. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2009, v. 3.

LOSEKANN, Cristiana; VERVLOET, Roberto. O neoextrativismo visto através dos empreendimentos de infraestrutura: zonas de sacrifícios no Espírito Santo (Brasil). In: Andréa Zhouri Paola Bolados; Edna Castro (eds.). *Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e Lutas Territoriais.* São Paulo: Annablume, 2016, pp. 231–255.

MACHADO ARÁOZ, Horacio. *Mineração, genealogia do desastre: O extrativismo na América Latina como origem da modernidade*. São Paulo: Elefante, [2018] 2020.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Pai contra mãe. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, [1906] 1994, v. II.

MAIA, Andréa Casa Nova. Outro inferno de Dante numa mina de ouro na época de Vargas: Nova Lima, Minas Gerais. *História, ciências, saúde – Manguinhos*, v. 21, n. 4, p. 1197–1214, 2014.

MARCONDES, Renato Leite; COSTA, Iraci del Nero da. "Racionalidade econômica" e escravismo brasileiro: uma nota. *Estudos de História*, v. 9, p. 249–256, 2002.

MARX, Karl. *Capítulo VI (inédito): manuscritos de 1863-1867, O capital, Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2022.

MARX, Karl. *Os despossuídos: Debates sobre a lei referente ao furto de madeira*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATSCHULLAT, Jörg; DESCHAMPS, Eleonora (eds.). *Arsenic: natural and anthropogenic*. Boca Raton: CRC Press, 2011.

MATSCHULLAT, Jörg; PEROBELLI BORBA, Ricardo; DESCHAMPS, Eleonora; FIGUEIREDO, Bernadino Ribeiro; GABRIO, Thomas; SCHWENK, Michael. Human and environmental contamination in the Iron Quadrangle, Brazil. *Applied Geochemistry*, v. 15, n. 2, p. 181–190, 2000.

MÉSZÁROS, István. Contingent and necessary class consciousness. In: István Mészáros (ed.). *Aspects of history and class consciousness*. London: Routledge e Kegan Paul, 1971, pp. 85–127.

MIKESELL, Raymond Frech. Hanna in Brazil: The Story of an Iron-Mining Venture. In: *Foreign investment in mining projects: case studies of recent experiences*. Cambridge, Mass: Oelgeschlager, Gunn & Hain, 1983, pp. 171–196.

MINERAÇÃO MORRO VELHO LTDA. *Morro Velho: História, fatos e feitos*. Nova Lima: [s.n.], 1996.

MISOCZKY, Maria Ceci; OLIVEIRA, Clarice Misoczky de; FLORES, Rafael Kruter. Henri Lefebvre – marxista e humanista: traços de sua apropriação no planejamento urbano e nos estudos organizacionais. In: Luiz Alex Silva Saraiva; Alessandro Gomes Enoque (eds.). *Cidades e Estudos Organizacionais: Um Debate Necessário*. Ituiutaba: Barlavento, 2019, pp. 381–421.

NABUCO, Joaquim. Escravos da Companhia de Mineração do Morro Velho: Sessão de 26 de agosto de 1879. In: Gilberto Freire (ed.). *Joaquim Nabuco*. 2 ed., ampl. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, [1879] 2010, pp. 200–206. (Série Perfis Parlamentares, 58). Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/4363. Acesso em: 1 jun. 2023.

NADER, Laura. Harmonia coerciva: a economia política dos modelos jurídicos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 9, n. 26, p. 1–12, 1994.

OBERDÁ, Sandra; DESCHAMPS, Eleonora; FITTIPALDI, Leonardo. Environmental and health education. In: Jörg Matschullat; Eleonora Deschamps (eds.). *Arsenic: natural and anthropogenic*. Boca Raton: CRC Press, 2011, pp. 171–180.

O'KEEFE, Phil; WESTGATE, Ken; WISNER, Ben. Taking the naturalness out of natural disasters. *Nature*, v. 260, n. 5552, p. 566–567, 1976.

OLIVER-SMITH, Anthony. Peru's five-hundred-year earthquake: vulnerability in historical context. In: Anthony Oliver-Smith; Susanna Hoffman (eds.). *The Angry Earth: Disaster in Anthropological Perspective*. New York: Routledge, [1994] 2019, pp. 83–97.

OLIVER-SMITH, Anthony. What is a disaster?: Anthropological Perspectives on a Persistent Question. In: Anthony Oliver-Smith; Susanna Hoffman (eds.). *The Angry Earth: Disaster in Anthropological Perspective*. New York: Routledge, [1999] 2019, pp. 29–44.

PIRES, Cláudia Teresa Pereira. *Evolução do processo de ocupação urbana do município de Nova Lima: um enfoque sobre a estrutura fundiária e a produção de loteamentos*. Dissertação de mestrado. Or. Heloísa Costa. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais 2003.

PIRES, João Ricardo Ferreira. Legislações sobre a terra no Brasil e a tradição conservadora. In: Heloisa M. Starling; Pauliane Braga (eds.). *Sentimentos da terra: imaginação de reforma agrária, imaginação de república*. Belo Horizonte: Pró-reitoria de Extensão da UFMG, 2013, pp. 17–36.

PLAMBEL. *O mercado da terra na região metropolitana de Belo Horizonte*. 2. ed. Belo Horizonte: [s.n.], 1987.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA; FUNDAÇÃO GORCEIX. Revisão do plano diretor do município de Nova Lima, Minas Gerais: Etapa 3 – Formulação e discussão das diretrizes e propostas. Nova Lima: [s.n], 2023.

QUARANTELLI, E. L. What is disaster? The need for clarification in definition and conceptualization in research. In: Barbara Sowder (ed.). *Disasters and Mental Health Selected Contemporary Perspectives*. Washington D.C.: U.S. Government Printing Office, 1985, pp. 41–73.

REIS, Flávia Maria da Mata. *Entre faisqueiras, catas e galerias: Explorações do ouro, leis e cotidiano das Minas do Século XVIII (1702–1762)*. Dissertação de Mestrado. Or. Júnia Furtado. Belo Horizonte:

Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção de moradia na cidade do Rio de Janeiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, [1996] 2015.

ROCHA, Maria Cecília; BALTAZAR, Ana Paula. "A gente está no centro deles": mineração e produção de desastres. *Revista Brasileira de estudos urbanos e regionais*, 2024 [no prelo].

SAINT JOHN D'EL REY MINING COMPANY, LIMITED. *Letter book nº 4.1843–1846*. [s.l.]: Saint John d'El Rey Mining Company, Limited, 1843–1846.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil: com um "resumo histórico das revoluções do Brasil, da chegada de D. João VI à América à abdicação de D. Pedro"*. Trad. Leonam de Azevedo Pena. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1833] 1941. Disponível em: http://brasilianadigital.com.br/obras/viagem-pelo-distrito-dos-diamantes-e-pelo-litoral-do-brasil/preambulo/6/texto. Acesso em: 15 nov. 2023.

SANTOS PIRES, Antonio Olyntho dos. Cata-Branca. In: Manoel Ozzori (ed.). *Almanack administrativo, mercantil, industrial, scientifico e litterario do Município de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Mazza, 1890, pp. 137–141. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/828653/per828653_1890_00001.pdf. Acesso em: 24 nov. 2023.

SCOTT, James C. Normal Exploitation, Normal Resistance. In: *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985, pp. 28–47.

SILVA, Leandro Liberino; LIMA, Leandro Portes Cury; BARBOSA, Cristovam Chiaradia; MACHADO, Aluisio Diniz; MOSCI, Adriano Starling; SILVA, Francisco das Chagas Lima e; TORRE, Danielle Nunes Pinto Della; SILVEIRA, Andréa Maria; CARNEIRO, Ana Paula Scalia. Modificação do perfil da silicose na mineração subterrânea de ouro em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 43, 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Senado Federal, [1820] 1820. 3v.

SUN, Lei; FAAS, A. J. Social production of disasters and disaster social constructs: An exercise in

disambiguation and reframing. *Disaster Prevention and Management: An International Journal*, v. 27, n. 5, p. 623–635, 2018.

SVAMPA, Maristella. "Consenso de los Commodities" y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 244, p. 30–46, 2013.

SVAMPA, Maristella. *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina*. Bielefeld, Germany: Bielefeld University Press, 2018.

SVAMPA, Maristella; VIALE, Enrique. Pasivos ambientales, maldesarrollo y zonas de sacrificio. In: Maristella Svampa; Enrique Viale (eds.). *Maldesarrollo: la Argentina del extractivismo y el despojo*. Buenos Aires: Katz, 2014, pp. 81–127.

TRINER, Gail D. Property rights, kinship groups, and business partnership in nineteenth and twentieth century Brazil: the case of the St. John d'el Rey Mining Company, 1834-1960. *Business and Economic History online*, v. 2, 2004. Disponível em: http://www.thebhc.org/publications/BEHonline/2004/Triner.pdf. Acesso em: 27 abr. 2023.

VALENCIO, Norma. Elementos constitutivos de um desastre catastrófico: os problemas científicos por detrás dos contextos críticos. *Ciência e Cultura*, v. 68, n. 3, p. 41–45, 2016.

VIGH, Henrik. Motion squared: A second look at the concept of social navigation. *Anthropological Theory*, v. 9, n. 4, p. 419–438, 2009.

VIGH, Henrik. Youth Mobilisation as Social Navigation. Reflections on the concept of dubriagem. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 18/19, p. 140–164, 2010.

WELKER, Marina A. "Corporate Security Begins in the Community": Mining, the Corporate Social Responsibility Industry, and Environmental Advocacy in Indonesia. *Cultural Anthropology*, v. 24, n. 1, p. 142–179, 2009.

WHITTAKER FERREIRA, João Sette. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: *Anais do Simpósio*. Bauru: UNESP Bauru; Sesc Bauru, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5666586/mod_resource/content/1/propurb.pdf. Acesso em: 26 out. 2023.

ZHOURI, Andréa. Desregulação ambiental e desastres da mineração no Brasil: uma perspectiva da Ecologia Política. In: Edna Maria Castro; Eunápio do Carmo (eds.). *Dossiê desastres e crimes da mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho*. Belém: NAEA Editora, 2019, pp. 43–52.

ZHOURI, Andrea. Megaprojetos e violência epistêmica: desafios para a ética ecológica. In: Luciano

Félix Florit Carlos Alberto Cioce Sampaio; Arlindo Philippi Jr. (eds.). *Ética socioambiental*. [s.l.]: Editora Manole, 2019, pp. 522–538.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: Andréa Zhouri; Klemens Laschefski (eds.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. [s.l.]: Editora UFMG, 2010, pp. 439–462.

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; LASCHEFSKI, Klemens; SANTOS, Ana Flávia. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Ciência e Cultura*, v. 68, n. 3, p. 36–40, 2016.